MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

REVISTA DA UNIVERSIDADE DA PARAIBA

SUMÁRIO

	Página
JOSÉ LOPES DE ANDRADE — Da Análise Econômica em Termos de Renda	3
GIOVANNI PONTIERO — The Poetry of Gerard Manley Hopkins	21
LUCIANO CÉSAR VAREDA — Saneamento, Economia e Educação	29
JOSÉ ASDRUBAL M. DE OLIVEIRA - Fundamentos da Anatomia do Homem Pré-Histórico	35
JOÃO SOARES DA COSTA — Toxicose Alimentar do Lactente no Centro de Puericultura de Cruz das Armas	47
PE. FRANCISCO LIMA — O Uso e a Língua	57
OSIAS NACRE GOMES — O Elemento Mágico no Processo	69
LEOMAX FALCÃO — A Estatística e o Direito	79
RENATO LIMA — A Nova Organização Política da França	87
HILDA VILELA GOMES — Profissão Nova Para Tempos Modernos	95
[illegible]NS. PEDRO ANISIO — O Humanismo [illegible]istão e a Pedagogia	101
[illegible]NO [illegible]IRO DE MORAIS — Perso[illegible] [illegible]icopáticas	109
[illegible] [illegible]AIVA M[illegible]EDO — O Pen[illegible] [illegible] Momento Pre[illegible]	129
[illegible]E O[illegible]VEIRA [illegible] — Geogra[illegible] [illegible] Ciências	135
[illegible]UG[illegible] [illegible] As M[illegible]heres na [illegible] [illegible] Machado de Assis	145
[illegible] [illegible] — Ibn Khar[illegible], [illegible]	157

Ano II — 1961 Número 2

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Revista da Universidade da Paraíba

Número 2 — 1961 — Ano II

Gráfica "A Imprensa"

Ej=031D- 2.112
Ozildo Campina - PB
11 - 06 - 2022

DA ANÁLISE ECONÔMICA EM TERMOS DE RENDA

José Lopes de ANDRADE
Professor da Cadeira de Repartição da Renda Social, da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade da Paraíba.

NOTA PRELIMINAR

O presente trabalho resulta de algumas observações e reflexões pessoais de seu Autor, aliadas à notas apanhadas durante um Curso da CEPAL e leituras de revistas e livros especializados. Foi exposto pela primeira vez sob a forma de apontamentos de aula, ao lado de outras vivências próprias da cátedra.

O autor define a sua contribuição, especificamente, como um ensaio, no qual certas idéias e a própria linguagem são sobretudo experimentais, pelo que se desviam das correntes clássica e neo-clássica. Propõe-se, desta maneira, a recolher a crítica como um aperfeiçoamento dos resultados que desejaria obter.

O campo que tem, habitualmente, trabalhado o Autor é o da Sociologia. Atraído há cêrca de um ano pelo da Economia, considera que os novos estudos que desde então teve de empreender representam a sua mais fascinante experiência intelectual, nos últimos dez anos.

João Pessoa, novembro de 1960.

I

Para a análise da Renda, é extremamente importante o conhecimento dos Ganhos, dos Gastos, das Poupanças e dos Investimentos realizados pelas Famílias, as Emprêsas e o Govêrno, em uma dada Sociedade, e das relações que aquêles conceitos têm entre si.

Definida literalmente, existe Renda sempre que as Famílias, as Emprêsas ou o Govêrno, como representante da sociedade no seu conjunto, ganham mais do que gastam.

A Renda, porém não é sòmente um conceito de economia monetária; ela é tanto a resultante do excesso dos Ganhos sôbre os Gastos do fator trabalho quanto a contribuição de fatores tais como os Recursos Naturais e o Capital, mobilizados pelas Famílias, as Emprêsas e o Govêrno, no processo de produção.

Isto faz do conceito de Renda algo mais complexo, pelo que sòmente tentaremos defini-lo à medida que a nossa análise se aprofundar.

GANHOS, GASTOS E POUPANÇAS

Richard Ruggles organizou importante quadro que demonstra a relação entre o nível dos Ganhos, o volume dos Gastos e as Poupanças pessoais, nos Estados Unidos (1).

A sua análise é conduzida em têrmos de Gastos da Renda, isto é, da "propensão marginal a consumir", um dos conceitos keynesianos da Economia que pode ser definido como "a percentagem que as Pessoas gastam de sua Renda real", e em têrmos de Poupanças da Renda, isto é, de outro dos conceitos keynesianos — o "entezouramento" ou "preferência pela liquidez", geralmente definido, ao contrário, como a "percentagem que as Pessoas não gastam de sua Renda real".

A análise de Ruggles estaria completa se tivesse sido conduzida também em têrmos de Investimentos da Renda, sôbre os quais o autor silencia, e que deram a Keynes motivo para a elaboração do mais debatido talvez

de seus conceitos: "a estimativa das Rendas futuras", definido como "a percentagem que as Pessoas gastam de sua Renda real, esperando ganhar em dôbro no próximo período de produção".

RENDA PESSOAL EM USA

Pelo quadro de Ruggles, abaixo reproduzido, vê-se quanto ganharam, gastaram ou pouparam de sua Renda real, entre 1935/36, quarenta milhões de Famílias nos Estados Unidos.

Mais de duas terças partes dos 40 milhões de Famílias pagaram mais do que receberam, o que significa que não tiveram Poupanças, mas, ao contrário: 1) tiveram que sacar de suas Poupanças anteriores; 2) contraíram dívidas; 3) passaram a depender do Govêrno ou das outras Famílias para subsistir.

Sòmente as Famílias com Renda acima de 2 mil dólares conseguiram gastar menos do que ganharam. Menos de 1% das Famílias norte-americanas aparece, no quadro de Ruggles, com Renda (ganhos) acima de 15 mil dólares. Nessas Famílias, concentrou-se quase metade da Poupança corrente do País.

Observando-se um grupo maior, tôda a Poupança pessoal nos Estados Unidos encontrava-se, naquele período, em mãos das Famílias, entretanto, representava apenas 35% dos 40 milhões de Famílias existentes. Ganhando os 65% restantes menos de 2 mil dólares, as Famílias com êsse nível de Renda estavam pràticamente fora das correntes real e financeira: Bens e Serviços, produzidos, vendidos, insumidos e consumidos no País.

Por outro lado, enquanto as Famílias com Renda superior a 15 mil dólares gastaram sòmente 44% de suas Rendas, as Famílias com Renda até 780 dólares gastaram 120% de seus ingressos totais, o que significa que, em níveis de Renda diferentes, as pessoas gastam ou poupam de maneira diferente. O quadro de Ruggles elucida perfeitamente essas questões:

GANHO E GASTO DOS CONSUMIDORES, POR GRUPO DE RENDA

1935/36

(US$ milhões)

GRUPO DE RENDA	N.º de Famílias (mil)	Renda Pessoal	Impostos Pessoais	Renda disponível	Gastos em consumo	Poupança pes. corrent	% Gastos tos em consumo
Menos de $870	13,153	$ 6,190	$ 171	$ 6,019	$ 7,226	— $1,207	120.1
$780 — $1,450	13,153	14,154	516	13,638	13,890	— 252	101.8
$1,450 — $2,000	5,974	10,035	409	9,626	9,164	464	95.2
$2,000 — $3,000	4,434	10,577	465	10,112	9,043	1,069	93.3
$3,000 — $5,000	1,818	6,644	343	6,301	5,125	1,176	81.2
$5,000 — $15,000	749	5,839	413	5,426	3,529	1,897	65.0
$15,000 ou mais	178	5,820	750	5,070	2,237	2,833	44.1
TOTAL	39,458	$59,259	$3,067	$56,192	$50,214	$5,978	89.4

RENDA PESSOAL E RENDA SOCIAL

A Renda das Famílias, em têrmos de Contabilidade Social, é a mesma *Renda* que os economistas designam, no processo de produção, como "Renda do fator Trabalho", expressa nas rubricas "sêldos" e "salários" da Renda Nacional.

Sabendo-se que existem outros fatores produtivos, além do Trabalho, será possível falar-se, por exemplo, da "Renda do fator Recursos Naturais" e da "Renda do fator Capital"? Como seriam ganhas, gastas, poupadas ou investidas tais Rendas?

Como se sabe, os conceitos de Ganho, Gasto, Poupança ou Investimento (Inversão) são normalmente usados na análise da Renda Pessoal a preços do mercado. Neste ensaio, se tentará usá-los na análise da Renda a custo de fatores, tendo em vista o seu aspecto eminentemente social.

Será lícito, entretanto, falar-se da Renda de uma unidade do fator Capital — uma máquina, por exemplo — ou de uma unidade do fator Recursos Naturais — o ar, a água ou a terra — do mesmo modo que falamos da Renda de uma unidade do fator Trabalho isto é, da Renda de um indivíduo humano, isolado ou em grupo?

É claro que a Renda do fator Recursos Naturais, assim como a Renda do Fator Capital, não são ganhas, nem gastas, nem poupadas, nem investidas, como acontece em relação ao fator Trabalho. Sem embargo, existe uma Renda de fatores que não pode ser ignorada pela Ciência Econômica.

RENDA PESSOAL NO BRASIL

A Renda "per capita", no Brasil, é calculada, em têrmos de dólares, abaixo de US$ 250, compreendendo-se aí: a Região Centro-Sul (Rio, São Paulo, etc.), de Renda elevada, a Região Nordeste, de Renda baixíssima, e os grandes vasios econômicos da Amazônia e do Planalto Central, pràticamente sem Renda nenhuma (ano de 1959).

O sr. Celso Furtado diz que, projetadas as suas tendências atuais, a Renda do Nordeste sòmente em 1970 atingirá 120 dólares "per capita" (2).

Comparado com os níveis de Renda dos Estados Unidos, cujo menor padrão era de US$ 780, insuficiente para a formação de poupanças nos anos 1935/36, o nível médio da Renda pessoal no Brasil, ainda hoje, é um espelho fiel da nossa miséria econômica, na linguagem fria dos números, e mesmo a preços inflacionados.

A análise em têrmos de Renda, porém, se a quisermos levar adiante, terá que descer, em seguida, a refinamentos e pormenores que, ainda que não contradigam ou neguem a realidade empírica, mas apenas a expressem de maneira abstrata, só em suportes teóricos encontram adequada expressão.

II

Havia, entre os economistas clássicos e neo-clássicos, a tendência para reduzir a Renda à simples "renda da terra".

Os demais fatores de produção — o Trabalho e o Capital — tinham, respectivamente o "salário" e o juro", que eram considerados o seu "prêço", não a sua "renda" — palavra, em regra, reservada ao exclusivo fator terra, nem mesmo ao fator Recursos Naturais em geral.

Na Economia contemporânea, aquela imprecisão de linguagem foi eliminada e, em seu lugar, surgiu uma terminologia própria e concisa para exprimir o fenômeno da Renda.

RENDA DE FATORES

Tôda a Renda é, precipuamente, Renda de fatores.

Tudo o que constitui o custo dos fatores, isto é, tudo aquilo que temos que pagar para que os fatores se mobilizem e se tornem produtivos, é a Renda dêsses mesmos fatores, quer a análise da Renda se refira à terra ou a qualquer outro dos Recursos Naturais, quer se refira ao Trabalho e ao Capital.

Por outras palavras, para que a terra ou qualquer outro dos Recursos Naturais, e o Capital ou o Trabalho, sejam mobilizados e convertidos em objeto de combinações produtivas, é indispensável que se lhes pague uma remuneração. Essa remuneração é a sua Renda, inclusive quando não exprimível em unidades monetárias.

Mesmo o homem que se apossou de uma porção de terra, que antes não pertencia a ninguém, não havendo, portanto, pago qualquer prêço ou arrendamento pela sua posse, mesmo êsse homem terá de remunerar aquêle fator produtivo para que êle siga produzindo alguma coisa.

O lavrador, de fato, terá de lavrar a sua roça, se quiser que as lavouras nela existentes lhe propiciem a colheita, isto é, alguma Renda. O maior ou menor volume dessa Renda é função de fertilidade da terra, da chuva,

etc., mas o é também e sobretudo do trabalho executado pelo lavrador na lavra dos campos, e êsse trabalho é a remuneração exigida pelos campos para que se tornem produtivos.

Só em tese os Recursos Naturais nos são dados de graças, sem a necessidade de qualquer esfôrço para que os possamos utilizar. Mesmo na simples "economia de coleta", o esfôrço pessoal do coletor é um pagamento a fatores.

Fora da tese, tôda e qualquer utilização, quer intermédia, quer final, isto é, quer sob a forma de insumo para a produção de qualquer Bem ou Serviço, quer sob a forma de Consumo Final ou duradouro (de bens de capital), exige um pagamento, custa alguma coisa, que não pode deixar de ser paga, do contrário a utilização não se efetivará.

A Economia assim considerada, como queria Lord Keynes, se reduz de fato à "ciência básica" do Homem, cuja própria existência é a primeira remuneração paga aos fatores produtivos: precisamente o fator Recursos Naturais.

Logo que o Homem deixa de pagar o seu próprio custo de existência, logo que cessa todo o seu esfôrço de respirar, de beber, de comer, êle morre. As nossas funções vitais são, indiscutivelmente, o prêço essencial que pagamos ao fator Recursos Naturais para poder subsistirmos.

Vistas tais funções do lado daquêle fator, ao qual representam o pagamento por se ter mobilizado, tornando-se objeto de combinações produtivas, elas constituem de fato a sua Renda econômica: a Renda da terra por ter fornecido ao Homem os seus frutos, a Renda do ar por lhe ter permitido a respiração, a Renda da água por lhe ter mitigado a sêde, etc.

SETORES DE PRODUÇÃO

Consideremos agora a análise da Renda nos três setores de produção de que nos fala Colin Clark: Primário (agropecuário), Secundário (indústria) e Terciário (comércio e serviços em geral (3).

Não é só no Setor Agropecuário, na Economia em sua forma mais simples, na qual intervém e se combinam apenas dois fatores — o Trabalho humano e os Recursos Naturais: mais especificadamente a terra — que há necessidade de remunerar os fatores para que estes se mobilizem e possam ser objeto de combinações produtivas, isto é, para que tenham Renda.

No setor das Indústrias se necessita, do mesmo modo, pagar o custo dos fatores — das matérias-primas, que são a forma semi-elaborada sob que o fator Recursos Naturais se apresenta no Setor Secundário, dos "juros" do Capital e dos "salários" do Trabalho (mão-de-obra dos empregados e operários e do próprio empresário), insumidos na produção de cada Emprêsa.

No Setor dos Serviços, os comerciantes, os banqueiros, o Govêrno, etc. — todos têm, igualmente, que pagar o custo dos fatores, quer diretamente, como é o caso do pagamento aos serviços pessoais do fator Trabalho e dos

juros do fator Capital, quer indiretamente, como é o caso do esfôrço de trabalho para mobilizar o fator Recursos Naturais — o ar, a água, as matérias-primas e os alimentos básicos em geral — cujo insumo ou consumo é a garantia primacial da Renda e da própria subsistência de cada comerciante, cada banqueiro, cada dirigente de govêrno, etc.

A remuneração paga ao custo dos fatores, nas diversas formas citadas, é a Renda de todos e de cada um dos fatores de per si, dada pela sua produtividade marginal na Agricultura, na Pecuária, na Indústria e nos Serviços em geral. Dêstes últimos é o Comércio o que mais se destaca, como se sabe.

Fora de tal regra não há Economia, nem mesmo a chamada Economia de coleta", que já nivela o "Homo Economicus" a outro animal qualquer.

RENDA E MOEDA

Assim, desde as suas mais fundas origens, é o pagamento do custo dos fatores indispensável para que estes se mobilizem e se tornem objeto de combinações produtivas, e isto quer se trate do trabalho do próprio Homem, quer se trate do Capital ou de qualquer Recurso Natural.

Dizer, como o faziam os clássicos e neo-clássicos, que o "salário" é o "prêço" do fator Trabalho, representa enunciar apenas meia-verdade ou iludir a verdade inteira sôbre a questão do custo dos fatores, que transcende à simples economia monetária.

Como se teria mobilizado o fator Trabalho e como se teria combinado com outros fatores produtivos, na economia de escambo pura e simples?

A remuneração dêsse fator, a sua Renda, a mais importante das Rendas de fatores, porque a única que, com a invenção da moeda, deixou de ser consumida totalmente na mobilização do próprio fator, passando a acumular-se e reproduzir-se, é um "dado" do problema da Renda muito anterior à existência dos "salários". Estes, de fato, não são mais que o valor, em unidades monetárias, do pagamento que se estima ser efetuado ao fator Trabalho pela sua mobilização e combinação com os outros fatores para que também se torne produtivo.

Antes da monetarização da Renda, quer dizer, antes que a moeda se tornasse a medida para pagar o custo do fator Trabalho, do fator Capital e grande parte do fator Recursos Naturais, é evidente que todo o custo dos fatores era pago "in spécie", uns aos outros. Isto significa que tôda a Renda de cada um dos fatores era totalmente gasta, por assim dizer, na utilização intermédia e final da respectiva produção média e marginal do fator, mesmo no caso especial do fator Trabalho.

Ainda hoje, nas economias como a do Nordeste brasileiro, em suas áreas profundamente rurais, onde a moeda ainda pràticamente não chegou, a Renda do fator Trabalho exprime-se e é totalmente gasta no paga-

mento do custo do fator Recursos Naturais pela sua oferta de bens primários: frutas, cereais, fibras, animais domésticos, etc.

Não há pràticamente sobras que entrem na corrente monetária ou representem excedente dos Ganhos sôbre os Gastos, isto é, Poupanças, quando observamos aquela economia como um todo.

MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PRODUTIVOS

Se antes da moeda tôda Renda gerada pelos fatores era gasta integralmente na mobilização dos mesmos fatores ou poupada em quantidade tão insignificantes que não entravam em linha de conta, que foi que permitiu o equilíbrio dos Ganhos e dos Gastos, a formação de Poupanças e o hábito dos Investimentos que dinamizaram as economias históricas?

A experiência empírica indica que não foi bastante a Poupança das Rendas do fator Recursos Naturais e do fator Trabalho para que as riquezas produzidas crescessem e se acumulassem.

Mister se faz que das Poupanças obtidas se fizesse aplicação contínua e sistemática na mobilização e combinação de um novo fator produtivo, o qual, permitindo a dinamização da Renda de fatores, veio equilibrar os Ganhos com os Gastos dessa Renda e impedir que a mesma se cristalizasse em puras e simples Poupanças, paralizando a Economia.

Êste novo fator foi o fator Capital, sobretudo sob a sua forma de máquinas e equipamentos produtivos, cuja Renda é, já por si mesma, um saque sôbre o futuro.

Dividindo-se, geralmente, em 1) Renda dos equipamentos e máquinas que constituem os ativos fixos das unidades produtoras e 2) Renda da moeda em si — a Renda do fator Capital, do mesmo modo que a do fator Trabalho e do fator Recursos Naturais, é a recompensa paga ao respectivo fator pela sua mobilização e combinação com os outros fatores, no processo produtivo.

Tôda capitalização, isto é, todo Investimento ou emprêgo produtivo do fator Capital depende, em resumo, da decisão do fator Trabalho — o único que tem esta alternativa — para poupar a sua e a Renda dos outros fatores, não as consumindo integralmente, e do destino que, em suas decisões, aquêle fator resolve dar às Rendas que decidiu poupar.

Por sua vez, dependendo da maior ou menor capitalização (dos Investimentos produtivos) o incremento ou decremento da Renda da Comunidade, também denominada Renda Global ou Renda Social — síntese das Rendas dos três fatores de produção — uma conclusão de suma importância se impõe: o perfeito emprêgo dos fatores, eis o que se poderia denominar a chave-mestra de tôda a Economia.

EMPRÊGO DOS FATORES

Os fatores estão 1) mal ou bem empregados e 2) subempregado ou plenamente empregados. Todo o emprêgo dos fatores, entretanto, deve ser sempre entendido em relação ao emprêgo do fator Trabalho que dá a medida do emprêgo dos demais fatores através de sua respectiva "produtividade marginal".

Um caso de mau emprêgo dos fatores é o latifúndio, no qual o excesso do fator Recursos Naturais, e escassês do fator Trabalho e do fator Capital, se tornam responsáveis pela baixa "produtividade marginal" de cada fator e, consequentemente, pela baixa Renda de tôda a unidade produtora.

O pleno emprêgo dos fatores seria a situação ideal da Economia de Mercado, situação na qual tanto todos os Recursos Naturais, isto é, a terra, a água, etc., quanto todo o Trabalho, isto é, tôda a mão de obra, quer operária, quer empresarial, e todo o Capital, isto é, tôda a moeda e tôdas as máquinas e equipamentos, estivessem completamente mobilizados e em combinações produtivas.

Na realidade empírica, as coisas não se passam, porém, senão aproximadamente de acôrdo com os princípios teóricos.

O fator Recursos Naturais e o fator Trabalho coexistem há milênios. Entretanto, só a partir da segunda metade do século XIX passou a resultar, do emprêgo de ambos, suficientes Poupanças e uma dinamização crescente das economias históricas. Essa dinamização foi possível através dos Investimentos e reinvestimentos permitidos pelo fator Capital.

Como salienta Fourastié, os maiores avanços da Economia de hoje estão expressos sobretudo na "redução das horas de trabalho", no aumento da "esperança de vida" e na "extensão das idades escolares", o que decorre, antes de tudo, de uma quantidade cada ano maior, depois de 1850, da cumulação de Capital (máquinas e equipamentos), no processo produtivo.

A "redução da jornada de trabalho", que não deve ser confundida com desemprêgo ou mal emprêgo do fator Trabalho, deriva, essencialmente, do menor tempo com que, utilizando uma máquina, o Homem passou a fazer determinadas coisas, a partir da Revolução Industrial, o que lhe permitiu, por outro lado, dispor de maior tempo para fazer inúmeras outras coisas, inclusive e sobretudo cuidar mais da própria saúde e frequentar mais a escola, assegurando-lhe maior domínio sôbre a natureza.

O quadro abaixo faculta-nos uma visão sintética do fenômeno (4):

NÚMERO MÉDIO DE HORAS DE TRABALHO EFETUADAS POR SEMANA

(Indústria — 1937)

	FRANÇA	U. S. A.	Indices (1900 = 100)	
			França	U. S. A.
1850	"	61	"	114
1870	"	61	"	110
1880	"	59	"	108
1890	"	56,4	"	102
1900	64,5	55,3	100	100
1910	60	52,9	93	95
1920-29	47,5	49,1	74	89
1930-35	45,7	43,9	71	79
1937	40	41,2	63	74
1946	43	40,4	77	72
1949	44	40,4	68	72
1952	45	41	70	74

Paralelamente à "redução da jornada de trabalho", observam-se também, a partir da Revolução Industrial, dois importantes fenômenos: o aumento da "esperança de vida" na idade zero e a "extensão das idades escolares".

Estatísticas demográficas, divulgadas pela ONU, nos permitem organizar o quadro abaixo, em que se pode apreciar a evolução da "esperança de vida" em três países da Europa Ocidental e nos Estados Unidos, no mesmo período em que se observe a "redução das horas de trabalho":

ESPERANÇA DE VIDA NA IDADE ZERO
(EUROPA OCIDENTAL E ESTADOS UNIDOS)

PAISES	PERIODO		
	1850	1900	1950
INGLATERRA	39,91	—	67,52
FRANÇA	—	45,4	63,3
ALEMANHA	35,6	—	64,65
ESTADOS UNIDOS	—	48,23	67,3

"O movimento de redução da jornada de trabalho, diz Fourastié, há dobrado o tempo de ócio ou descanso do adulto" (5). Mas, tal "tempo de ócio ou descanso", acrescenta êle, assume excepcional importância, se considerarmos que se expressa também na limitação dos anos que o homem deve dedicar ao trabalho, o que beneficiou sobretudo à juventude, passando esta a ser protegida pela lei de tôdas as canseiras do trabalho a que estava sujeita antes da idade da máquina e sobrando-lhe muito tempo para se dedicar à escola.

Assim é que se estima que o número de jovens em idade escolar, no Ensino Superior no ano de 1880, era, na maioria dos países civilizados, de 15 por 1.000. Já em 1955, entretanto, havia passado para 160 por 1.000 nos Estados Unidos, 40 por 1.000 na França e 30 por 1.000 na URSS.

Sôbre o assunto, Fourastié organizou o quadro abaixo, que mostra como aumentaram os efetivos escolares na Suécia, durante o mesmo período em que já vimos que ocorreram a "redução das horas de trabalho" e o aumento da "esperança de vida" em outros países da Europa Ocidental e dos Estados Unidos:

EVOLUÇÃO DOS EFETIVOS ESCOLARES

(SUÉCIA)

ANOS	Jovens de 15 a 20 anos (Total)	Alunos admitidos ao bacharelato	Alunos de Escolas Primárias Superiores	Estudantes Universitários
1866	377.659	434	—	1.663
1886-90	432.759	787	265	3.154
1916-20	557.327	1.388	2.630	5.450
1931-35	543.635	2.515	7.719	8.580
1939	550.000	3.713	8.453	8.521

Como é fácil verificar pelas cifras acima, o aumento dos efetivos escolares não representa consequência do aumento da população total em idade escolar.

Enquanto esta aumentou de 1 para 4 entre 1866 e 1939, os efetivos escolares aumentaram de 1 para 9, no mesmo período.

Entre outras coisas, o que a evidência principalmente nos prova é a tremenda importância do fator Capital, representado pela diversificação e acumulação de máquinas e equipamentos, a partir da segunda metade do século XIX, no processo econômico de produção.

Reduzida a jornada de trabalho, aumentou a duração média da vida e tornou-se possível estender por maior número de anos a escolaridade, o que por sua vez permitiu novas invenções de máquinas e equipamentos produtivos em benefício da humanidade.

MÁQUINAS E DESEMPRÊGO

Os primeiros capitalistas, assim chamados aqueles que primeiro empregaram equipamentos motrizes, mobilizando e convertendo o fator Capital em objeto de combinações produtivas, utilizaram a diminuição da jornada de trabalho em proveito próprio, apesar de sua origem eminentemente social, prejudicando o desenvolvimento científico e técnico, que é dado pelo aumento da escolaridade, por sua vez resultante da redução da jornada de trabalho, e provocando o desemprêgo em massa, um problema social que chegou a dar lugar a "guerra santa" contra as máquinas, imaginada pelos operários ingleses.

Nos nossos dias, porém, o fato está superado e entendido na sua verdadeira significação social e econômica. E, se problemas ainda causa, é o chamado "problema do ócio" com dinheiro, já ocorrido na Alemanha Ocidental super-industrialiada, onde a redução das horas de trabalho sem desemprêgo do trabaldador, mas, ao contrário, com o aumento de sua Renda por um emprêgo racionalizado, fêz aparecer dificuldades sociais iguais ou maiores do que as derivadas do "chômage".

Entre tais dificuldades, podem ser citadas o total esgotamento da lotação dos cinemas, a pressão sôbre as colônias de férias, o aumento da frequência dos bares, dos hotéis, etc.

Prevendo, aliás, o aparecimento na Rússia das mesmas dificuldades, o Govêrno Soviético, que programou a redução para 4 horas diárias da jornada de trabalho em seu País, a partir do término do Plano Setenal em execução, já está cuidando de aumentar a oferta de serviços diversionais, bibliotecas, etc., de acôrdo com a projeção da demanda dêsses serviços no futuro próximo, cujo aumento é perfeitamente previsível, face à redução da jornada de trabalho.

Multiplicando a Renda dos outros fatores, dinamizando ao máximo os sistemas econômicos, o emprêgo do fator Capital tem importância decisiva e é sôbre êle que principalmente repousam as esperanças de todos os povos subdesenvolvidos do mundo, constituindo-se a componente fundamental da revolução do nosso tempo, que alguns autores já denominaram "a revolução das aspirações sociais".

PRODUTIVIDADE E RENDA

A elevação da Renda de cada fator, isto é, o custo máximo pago pelo

seu emprêgo no processo produtivo, está teòricamente na razão direta da "produtividade marginal" do fator empregado.

São exemplos clássicos dêsse postulado a maior Renda da terra quando esta oferece altos índices de fertilidade, e da mão de obra, à medida que maior é a sua especialização, isto é, à medida que maior é a "produtividade marginal" de cada trabalhador.

Na prática, entretanto, ocorre quase sempre que se pague aos fatores uma Renda maior do que aquela que são capazes de gerar, dependendo quer da escassez da oferta de cada fator, quer de motivos institucionais, como os aumentos salariais ou as proibições de utilização dos minérios estratégicos, decorrentes de leis, etc.

De qualquer forma, a "produtividade marginal" de cada fator é a medida básica de sua Renda. Como disse o economista francês já atrás citado, a produtividade é a "variable motrice" da evolução econômica contemporânea.

Há que a terra ser fértil, isto é, há que ela ser capaz de alta produção por unidade de superfície ou de profundidade, para que lhe paguemos um alto custo. Ou, por outro lado, há que serem feitos grandes Investimentos numa terra estéril para que ela produza uma alta Renda.

Não é diferente o que acontece com o trabalho humano em tôdas as Economias, nas quais vale tanto mais quanto mais apto a produzir, inclusive naquelas sujeitas a rigoroso planejamento, como a soviética, que se acreditou a princípio marchar para uma remuneração uniforme ao fator Trabalho, sob a influência de filosóficas sociais igualitárias.

E, se à moeda em espécie não se justifica que se lhe pague uma Renda diferencial maior ou menor, isto é, "juro" mais alto ou mais baixo do que aquêle que é fixado no Sistema Monetário, às máquinas e aos equipamentos produtivos, pelo contrário, quanto maior a sua produtividade, reduzindo o custo e a duração do trabalho na Agricultura, na Pecuária ou nos Serviços em geral, tanto maior a remuneração que todos concordam em pagar pelo seu emprêgo.

Se a produtividade é assim a própria dinâmica da Renda do fator, a escolha dos setores econômicos e dos elementos mesmos de onde se originam os mais altos ou mais baixos níveis dessa Renda assume importância que se não pode por de lado. Esta proposição é especialmente verdadeira no que diz respeito à Renda do fator Capital, que já vimos ser indispensável para a dinamização, o crescimento e desenvolvimento de tôdas as Rendas de fatores.

O FATOR CAPITAL E SUA RENDA

Isto nos leva a uma consideração final sôbre o problema da Renda. Um baixo nível de Renda do fator Capital em geral significa, não só um padrão de vida igualmente baixo, mas, também e sobretudo, ignorância do papel

que êsse fator representa na Economia, o que acontece, por exemplo, com os chamados povos subdesenvolvidos.

Os mais altos níveis de Renda do fator Capital provém do seu grande emprêgo sob a forma de máquinas e equipamentos produtivos. Lord Keynes considerava êsse tipo de emprêgo uma "variável fundamental" da Economia, da qual fazia derivar um de seus famosos conceitos: a "estimativa das Rendas futuras".

De outro lado, os mais baixos níveis de Renda do fator Capital têm origem naquilo que o mesmo Lord Kaynes chamava "a preferência pela liquidez" ou "o entesouramento", isto é, o emprêgo daquele fator como simples moeda. Tais baixos níveis são dados, sobretudo, pela taxa de juros ganhos pelo dinheiro em si, quer amealhado ou depositado em bancos, quer emprestado a terceiros; isto porque, além de a taxa de juros estar sujeita a limites institucionais complicados, os rendimentos do dinheiro em si quase sempre apresentam fracos coeficientes de interêsse social.

No Brasil, a taxa legal de juros é fixada pelo Sistema Monetário em 12% ao ano. Ninguém, entretanto, a obedece rigorosamente. Há de fato uma taxa real, paga por quem necessita dos serviços do fator Capital sob forma de moeda, a qual pode ser calculada em 18 a 25% ao ano (ano de 1959).

Mesmo a êsse prêço, porém, a Renda do fator ainda é baixa, considerando-se que, se envés de dinheiro, estivesse representado por máquinas e equipamentos, não só poderia render fora e acima das taxas fixadas no Sistema Monetário, como sobretudo a sua Renda estaria sempre multiplicada pela do fator Trabalho, extraordinàriamente dinâmico e todo-poderoso quando armado com máquinas, motrizes ou manuais.

CIÊNCIA ECONÔMICA E EMPIRISMO ECONÔMICO

Tem, sem dúvida, a Renda de fatores, pelo que acabamos de dizer, caráter intrínseco, válido tanto para os Recursos Naturais e o Capital, simples expressões da matéria inerte, quanto para o Trabalho humano, expressão da matéria animada e consciente.

Tal caráter intrínseco, eis o que faz de tôda a Renda, qualquer que ela seja, Renda Social, ou mais explicitamente, Renda Global — Renda de todos os fatores de produção, e não só de um dos fatores ou de uma unidade apenas dêsses fatores.

O conceito de Renda "per capita", pelo qual formamos a idéia do que seja o custo do fator Trabalho numa só de suas unidades — um indivíduo humano —, não infirma o que acima está dito sôbre o conceito de Renda Social. A Renda "per capita", tal como a entendem os economistas, não é mais que o aspecto particular de um fenômeno que só tem consistência (científica) no seu aspecto global.

Se somarmos a Renda "per capita" de uma comunidade, na qual vivem 100 ou 1 milhão de pessoas, o total da soma não será jamais igual,

rem terá a mesma significação econômica que a Renda Social dessa mesma comunidade; isto por que, ciência eminentemente conceitual, para a Economia é a Renda como custo real do fator, e não a forma sob que, eventualmente, se representa na realidade, o que necessitamos considerar para que os estudos sistemáticos de Economia possam trazer-nos mais do que nos tem trazido até hoje o simples empirismo econômico.

BIBLIOGRAFIA

(1) — Richard Ruggles, "Ingresso Nacional", México (1956)
(2) — Celso Furtado, "Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste", Rio (1959)
(3) — Colin Clark, "The Conditions of Economic Progress", Londres (1940)
(4) — Jean Fourastié, "La Civilisation de 1975", (París, 1953)
(5) — Jean Fourastié, Maquinismo y Bienestar", Barcelona (1955)

OUTRAS OBRAS CONSULTADAS:

"Elementos de Economia Moderna" — Albert L. Meyers, Ph. D — Rio (1960)
"Economia Política", Henri Guitton, IV Vol., Rio, (1960)

REVISTAS E APOSTILAS:

"Econômica Brasileira", Nrs. 1 e 2 — Vol. 5 e Nrs. 3 e 4 — Vol. V, Rio (1959)
"Contabilidade Social" — Apostila da CEPAL (1959)

THE POETRY OF GERARD MANLEY HOPKINS

Prof. Giovanni Pontiero, M. A. Honours GLAGOW

With time and experience, the poetry of Gerard Manley Hopkins, so often dismissed as the work of that "eccentric" and "obscure" Victorian poet-priest, has won acceptance as a vital contribution to the main evolution of modern English verse. Victorian taste, one recalls, favoured a poetry of high moral aims allied to Romantic technique, embodying elaborate patterns and sonorous vocabulary; and as a disciple of Pater, the young Hopkins readily absorbed the lesson of his master. Like Pater, Hopkins developed a passionate interest in'Art for Art' sake', as he contemplated nature with his painter's eye' and 'misician's ear', as he studied created things with his heightened perception in order to render his impressions with sensitive evocative witchcraft and vifid imaginatife colouring.

The poet's 'journals's reveal his attitule to the poetic task, and his personal conception of the same:

'Every poet I thought must be original and originality, a condition of poetic genius; so that each poet is like a species in nature (not an individuum genericum or specificum) and can never recur. That nothing should be old or borrowed however cannot be'.

In this conscious attempt to achieve the original, Hopkins constantly strifes to afoia and eliminate as far as possible expressionless words, he probes the vital energy of his vocabulary, Cf. His perusal over the word 'horn'. (An early diary, September 24th, 1863), and with new rhythmic effects based on a revival of Logaoedic Rhythm, he soars to unexplored heights of intensity and ecstasy.

Deeply absorbed by the problem of religion, Hopkins participated in the Oxford Movement of the 1860's, and his religious searching coincides with that of Robert Bridges who pursued a private cult of beauty, while George

Herbert and Christina Rossetti, among other Anglican Poets, practised the milder forms of asceticism. In common these poets aspired to perfect chastity of mind and body, and like Milton himself, identified sanctity with immortal beauty.

Hopkin's search and consternation,

> "We see the glories of the earth
> But not the hand that wrought them all"

came to an end when he was received into the Roman Catholic Church at the hands of John Henry Newman in 1866, and two years later he entered the Society of Jesus. His religious verse is remarkable for its concentrated power and extraordinary depth of feeling, The world of Hopkins is 'charged with the grandeur and love of God' as he reflects on' This nature never spent', and investigates its meanings, causes and principles, 'the dearest freshness deep down things'. Here onde immediately recalls the metaphysical verse of George Herbert and John Donne.

Exploiting counterpoise and internal harmony, Hopkins delights with his adjustments of tone to suit the varying mood of his meditation. In 'The habit Of Perfection' he emulates the poise and quietude of Milton's 'Penseroso'.

> 'Shape nothing lips; be lovely dumb;
> It is shut, the curfew sent
> From there where all surrenders como
> Which only makes you eloquent'

Then in a more solemn key, with sombre voice he gravely reminda us,

> 'This pride of prime's enjoyment
> take as for tool, not toy meant,
> And hold at Christ's employment'.

(Morning, Midday and Evening Sacrifice)

In brighter tones Hopkins combines the visual beauty of the natural scene with sound Marian Doctrine. In 'The May Magnificat' the poet asks.

> 'What is Spring?
> Growth in everything —
> Flesh and fleece, fur and feather,
> Grass and greenworld all together;
> ...All things rising, all things sizing
> Mary sees, sympathising

With that world of good,
Nature's motherhood'.

And 'this ecstasy all through mothering earth' is described with even greater intensity in 'The Blessed Virgin Compared To the Air we Breathe' with its suggestive, circular movement and enrobing images —

'I say that we are wound,
With mercy round and round
As if with air: the same
Is Mary, more by name,
She, wild web, wondrous robe,
Mantles the guilty globe,
Since God has let dispense
Her prayers his providence:
Nay, more than almoner,
The sweet alms' self is her
And men are meant to share
Her life as does air'

Reflected in the multi-coloured mirror of nature, the 'air is azured' by the Virgin's presence; that 'world-mothering air' becomes 'sapphire — shot', and every colour glows in 'the glassblue days': stars 'thick flash like flecks of coal', like' quartz-fret 'and 'sparks of salt'.

This is the real Hopkins, 'hurrahing, praising, glorying and exclaiming' and in 'The Starlight Night' he wildly beckons,

'Look at the stars! look, look up at the skies!
O look all the fire — folk sitting in the air.
The bright boroughs, the circle citadels there'...

And excitement dissolves into meditation as the poet reflects —

'...It is all a purchase, all is a prize.
Buy then, bid. then. — What? — Prayer, patience, alms, vows.
...'This piece — bright paling shuts the spouse
Christ home, Christ and his mother and all his hallows!

'The Windhover embodies the Ignatian ideal — the vigorous and wholehearted acceptance of conscientious toil and willing sacrifice.

'Brute beauty and valour act, oh, air, pride, plume here Buckle! And the fire that breaks from thee then, a billion Times told lovelier, more dangerous, O my chavalier!

As a Jesuit priest, Hopkins rapidly developed the religious character

imposed by his Rule, a development which had to grapple not merely with human nature, but also with the artist's inbonr creative personality. The tension that emerges was noted by his former schoolmaster R. W. Dixon, who found a 'terrible pathos' in some of his verse, but in time tension yields to heroic acceptance as poetic passion (temper) and poetic form (crystal) merge in his verse, and one feels satisfied that Hopkin's dying words on June 8th, 1889 —

'I am so happy, so happy'

were uttered by both priest and poet.

A vocation did not rob Hopkins of his personality. He was profoundly influenced by the philosophical writings of Duns Scotus wherin the importance of man's individuality is stressed.

Personality and Ignatian Doctrine are present in The Soldier with its words of fire and combat —

'the war within, the brand we wield unseen'

Man's urgent need 'to forge his glorious day'. The struggle for perfection is expressed in the poem dedicated 'In honour of St. Alphonsus Rodriguez' and in the translation of 'Justus quidem tu es, Domine, se disputem tecum'.

'Thou art indeed just, Lord, if I contend
With thee; but, sir, so what I plead is just.
Why do sinners' ways prosper? and why must
Disappointment all I endeavour end?

But alongside the 'strain' felt by the poet in his efforts to build spiritually, there lingers a note of expectance —

'Mine, O thou lord of life, send my roots rain'.

As a so-called nature poet, Hopkins gains a place in that rich domain, particularly cherished and cultivated by English Poets. His earliest poems show 'the boy hanging around words and listening to what they say', as he reacts with individual acuteness and consciousness to everything else around him.

As early as 1862 in 'A Vision Of Mermaids', Hopkins displays the languor, responses and sensuousness one associates with Keats — responses which suddenly grow into a passionate science. The poet himself confesses particular periods of admiration, as now the tree now the cloud, the sunset, or the host of mountain flowers, attract his attention, fascinate

him one by one and invite him to grasp the elusive and essential qualities of their reality.

These sensitive observations of nature are drawn with the skill of a Leonardo da Vinci in another medium. Hopkins reaches 'inscape' and the individually distinctive beauty of contemplated objects through linear definition.

> The early diaries show this process in operation...
> 'Moonlight hanging or dropping on treetops like blue cobwed'.

By the same process, 'A crowd of Mountain flowers', suggest, associate, expand and mutate... 'Gentians, gentianellas: blood-red lucerne: a deep blue glossy spiked flower like plantain, flowering gradually up the spike, so that at the top it looks like clover or honeysuckle; rich big harebells glistening black like the cases of our veins when dry and heated from without. All the herbage enthronged with every fingered or fretted leaf. The influence of other poets is clear. Hopkins was familiar with the verses of Tennyson, Browning, Coventry and Patmore, the prose of Ruskin, and the careful painting of the Pre-Raphaelites. The startling solidity however of his images is a personal achievement. One need only read his description of 'Sunset... in a grey bank with moist gold dabs and racks... ruddled, anvil, shaped clouds, or elsewhere letter-leaves, ant's egg clouds, roping ooze', or that accurate picture of 'Pigeons as they go... strutting and jog-jodding'.

From his journals, Hopkins is constantly transplanting to his verse, his 'emphatic cognitions' of plants, trees, metals, skies, clouds and sunsets.

'Spring' evokes a combination of meaning, sound and suggestion, as the poet questions — 'What is all this juice and all this joy? — and both 'Moonrise' 'In the white and the walk of the morning' and The Woodlark' with' so tiny a trickle of songstrain' exite the poet's imagination with new ecstatic images and onomatopoeic effects ranging from the dramatic...

'A cusp still clasped him, a fluke yet fanged him' to the winsome and mischevious...

> 'Teevo cheevo cheevio chee...

Hopkins ever pursues 'instress' in his poetry: that quasi — mystical illumination and sudden perception of that deeper pattern, order and unity whicd gives meaning to external formas — 'I saw the inscape though freshly, as if my eye were still growing, though with a companion, eye and ear are for the most part suht and instress cannot come' Cf. Journals.

But both eye and are wide — open in 'God's Grandeur' and in 'The Starlight Night' when...

'All thnigs give off sparks and take fire' and in the profusion of 'That Nature is a Heraclitean Firs and of Tht Comfort of The Resurrection' The 'haeccitas' of created things flashes into what W. H. Gardner has termed a 'assionate God-adoring science'.

'In a flash, at a trumpet crash,

I am all at once what Christ is, since he was what I am, and This Jack, joke, poor potsherd, patch, matchwood, immortal diamond.

Is immortal diamond'.

Upon entering Religious Life, Hopkins resolved to write no more verse, unless by the express will of his Superiors, and he destroyed all the verses in his own possession. But after sevên years of apparent silence he returned to write poetry with the 'Grandeur and grimness' of his memorial poem 'The Wreck of The Deutschland'. This' 'tour de force' owes much of its depth and intensity to the physical and nervous disabilities which weighed upon the poet in his last years, and the composition itself embodies almost all the elements of his new rhythm, his new inscaped diction and concentrated powers of meditation.

In 'The Wreck of The Deutschland' Hopkins perfects his experiments with Sprung Rhythm, (Cf. Footnote) as opposed to the more familiar Running Rhythm used by English Poets. And in order to achieve variety within the established pattern of logaoedic rhythm, irregularities are introduced by the poe such as reversed feet, ccunterpoint rhythm and the subsequent reversal of stresses eg) at the beginning of a lint and afer a pause.

The poem is dedicated to the happy memory of five Franciscan Nuns exiled by the Falk Laws drowned between midnight and the morning of December 7th, 1875.

Drama and lyricism combine to transform the narrative into an Ode, and the tragic episode that inspired the poet assumes transcendency as the poet enlarges upon the problem of human suffering — the tragic aspect of human life'

'The frown of his face
Before me, the hustle of hell,
Behind, where, where was a, where was a place? (ST. 3)

The Deutschland casts sombre shadows over human existence, the dread Fall of Man, and the price of our Redemption, dearly paid by the 'Hero of Calvary'.

The dense and the driven Passion, and frightful sweat' (St. 7)

Alas clouds of darkness remain to be dispelled — Life with its trials and purgation must be faced — Like Christ we accept pain and offer ourselves as sacrifice...

'Cipher of suffering Christ
Mark, the mark is of man's make,
And the word of it Sacrificed'. (St. 22.)

We must also prepare ourselves to 'succeed by failure' like Christ the Redeemer...

...Past all
Grasp God, throned behind
Death with a sovereignty that heeds but hides, bodes but abides'
(St. 32)

And for those who trust in faith, the Heavenly Reward of a stern master and fond father awaits...

'Beyond saying sweet, past telling of tongue,

Thou art lightning and love, I found it, a winter and warm; Father and fondler of heart thou hast wrung: (St. 9)

One cannot overlook the importance of the sound texture in this poem, forming as it does and integral part of the rhythm itself. As in all his work, Hopkins here makes extensive use of alliteration:

'And fled with a fling of the heart to the heart of the Host' Sr. 3.

'The goal was a shoal of a fourth the doom to be drowned' (St. 12).

'The down-dugged ground-hugged gre' (St. 26).

It is immediately apparent how alliteration of this kind brings out both the meaning and the rhythm in 'Sprung' verse.

Original compounds when they escape obscurity in Hopkins, present novel unities, eg) 'Miracle-in-Mary-of-Flame', and although many of the poet's individual twists result in some — thing too personal for our immediate pleasure...

eg) 'Of the sodden-with — its sorrowing heart' (St. 27) one is constantly aware of new insights, sharper delineation and fresh experiences which at their best can be exciting and even at their weakest command our respect, recognising as we must that an original mind is soaring to a higher spiritual reality in an atmosphere of elevated pleasure and beauty.

Giovanni Pontiero, M. A. Honours (Glasgow) Footnote — The nature and history of Sprung Rhythm — From W. H. Hopkins.

Sprung Rhythm is the most natural of things. For (I) it is the rhythm of common speech and of written, prose, when rhythm is perceived

in them. (2) Is is the rhythm of all but the most monotonnously regular music, so that in the words of choruses and refrains and in songs written closely to music it arises. (3) It is foun in nursery rhymes, weather saws, and so on; because, however these may have been once made in running rhythm, the terminations having dropped off by the change of language, the stresses come together and so the rhythn is sprung. (4) It arises in common verse when reversed or counterpointed, for the same reason.

BIBLIOGRAPHY

Bruton, S. H. — The Criticism of Poetry. (London 1958)

Gardner, W. H. — Gerard Manley Hopkins. (London 1953)

Grigson, Georfirey. Gerard Manley Hopkins. (London 1955)

Legouis, E. and Cazamian, L. — A History of English Literature. pp. 1369, 1391, 1405, 1406.

SANEAMENTO, ECONOMIA E EDUCAÇÃO

Luciano Cesar VAREDA
Engenheiro Civil, Universidade do Brasil
M.S.S.E., Univ. da Carolina do Norte, U.S.A.
Professor da Escola de Engenharia

Os Serviços de Saúde Pública vêm confirmando através da apuração e crítica dos resultados produzidos pelos programas de saneamento do meio ambiente, a interdependência existente entre as condições sanitárias, econômicas e culturais de uma coletividade.

É observação elementar a coexistência de más condições sanitárias, de atrazo econômico e de baixo nível cultural. Além disso, tal situação tende a subexistir no equilíbrio dinâmico naturalmente estabelecido entre as fôrças dos três domínios, opondo o sistema certa resistência a ação estranha que procure alterar isoladamente o nível de desenvolvimento em qualquer daqueles domínios.

Um programa de saneamento do meio físico inclue o estabelecimento de obras públicas e privadas, em grande parte às custas da coletividade e destinadas a seu uso voluntário.

O estabelecimento de um programa depende de pessoal técnico, de recursos econômicos e da receptividade da população.

A melhoria das condições sanitárias do meio, a promoção do desenvolvimento econômico e a elevação do nível cultural de um povo constituem metas essenciais de govêrno, visando tôdas elas o bem estar social, que é o objetivo máximo.

A dependência mútua das fôrças que atuam nos três domínios impõe que o planejamento do bem estar coletivo abranja o desenvolvimento econômico, a melhoria da saúde pública e o aperfeiçoamento da educação.

Os conceitos de economia social e de educação popular já estão regularmente firmados.

Outro tanto não se dá ainda com a conceituação de "saneamento do meio".

A Comissão de Peritos da Organização Mundial de Saúde definiu "saneamento" como "o contrôle de todos aqueles fatores do meio ambiente físico do homem, que exercem ou podem exercer um efeito desfavorável sôbre seu bem estar físico, mental ou social".

A O.M.S. definiu também "saúde" como "o estado de completo bem estar físico, mental e social e não sòmente a ausência de enfermidade".

O relembrado Prof. João de Barros Barreto na Introdução de seu monumental Tratado de Higiene (2.ª ed., 1948) conceitua que a higiene compendia e aproveita fatos doutrinários e ensinamentos práticos colhidos em vários campos dos conhecimentos humanos, com o propósito de manter íntegra a saúde, elevar o padrão de bem estar, prolongar a duração da vida e aprimorar a raça. Em seguida, o Mestre e Tratadista distingue na esfera de ação da higiene, o saneamento, a higiene pròpriamente dita, individual e pública, e a medicina preventiva, secundada pela epidemiologia.

Em sistematização mais recentemente (1959) comunicada pelo sanitarista mexicano H. R. Alvarez, Eng. Civil, M.P.H., a Higiene já aparece como distinta de Saneamento, tendo ambas as disciplinas objeto comum, que é a saúde, mas empregando processos e técnicas diferentes: essencialmente de caráter médico no caso da Higiene e principalmente nos moldes da engenharia quanto ao Saneamento.

O Eng. Alvarez, relembrando que a ação da Saúde Pública em cada problema resulta de participação variável da Higiene e do Saneamento, ilustra a proposição com a imagem devida a Hoyo (1943) ao figurar as contribuições da Higiene e do Saneamento com dois vetores coplanares e concorrentes de direção e sentido constantes mas de grandeza variável, enquanto a ação da Saúde Pública é o vetor resultante. Exemplificando, no caso extremo de contrôle da varíola, o vetor "Saneamento" é quasi nulo e, portanto, a resultante "Saúde Pública" se confunde com o vetor "Higiene"; mas no caso de doenças de origem hídrica a influência do vetor "Saneamento" é prevalente.

O Eng. Próspero Ruiz, Consultor da O.M.S., em conferência pronunciada em Montevidéo (1960) sintetizou, semelhantemente, a saúde pública como a resultante de duas ações básicas: uma agindo sôbre o indivíduo, é a medicina curativa e a medicina preventiva; e a outra, atuando sôbre o meio físico, constitue o saneamento. A primeira atividade, própria do médico e a segunda, do engenheiro.

Conclue-se que, com o referendum da O.M.S., o conceito de "saneamento" foi igualmente firmado, como já estavam o de economia e o de educação.

As tarefas do saneamento, de competência do engenheiro sanitarista, abrangem o abastecimento dágua e sua purificação, o destino dos esgotos e sua depuração, o problema do lixo, a salubridade dos edifícios, a proteção dos alimentos, especialmente do leite, e o contrôle de insetos e roedores, estendendo-se, ainda, à proteção das águas naturais, ao combate contra a poluição da atmosfera e, modernamente, o contrôle dos resíduos da indústria atômica.

A atividade de saúde pública é inseparável do trabalho em equipe de vários profissionais: o médico higienista, o engenheiro sanitarista, a enfermeira de saúde pública, o inspetor sanitário e o educador sanitário, além do laboratorista de análises médicas, do operador de estações de purificação de água ou de depuração de esgotos, do estatístico, do entomolista, do epidemiologista e do sociólogo.

No tema tríplice abordado neste trabalho, enquanto o Saneamento é representado pelo Engenheiro Sanitarista, a Economia figura pelo Economista Social e a Educação está presente no Professor de Educação Geral Popular.

A Engenharia Sanitária é geralmente exercida por engenheiros Civis que cursaram a cadeira de Saneamento, optativa em algumas faculdades.

A Universidade de São Paulo possue a Faculdade de Higiene, única no País, a qual forma Engenheiros Sanitaristas em curso de um ano para Engenheiros Civis.

A cadeira de Saneamento parece possuir a destinação de preparar ou encaminhar os futuros engenheiros civis para trabalhos de equipe.

Em passado recente, a cadeira envolvia as disciplinas "salubridade das habitações", "traçado sanitário das cidades" e "urbanismo", onde os alunos eram esclarecidos sôbre o regime de trabalho em colaboração com arquitetos e outros profissionais dedicados à creação, à reforma e à expansão das cidades.

Na época presente, a cadeira, habilitando os engenheiros civis para as atividades de saneamento e encaminhando-os eventualmente ao curso de especialização em engenharia sanitária, confirma sua vocação de promover o trabalho em equipe.

Nas escolas de engenharia mais adeantadas do País, já foi superada a fase lírica de exaltação exclusivista da Engenharia, substituindo-a pela consciência do justo valor do engenheiro na sociedade ao lado de outros profissionais de nível universitário, conforme acentuou o Prof. A. J. da Costa Nunes em oração de paraninfo na Escola Nacional de Engenharia, há alguns anos.

A necessidade de integração do trabalho dos profissionais de nível superior que contribuem diretamente para o bem estar da nação é cada vez mais imperiosa.

Os antigos programas pessoais de govêrno vêm cedendo lugar aos pla-

nejamentos impessoais elaborados por grupos de especialistas trabalhando harmônicamente.

Já a constituição federal (1946) e algumas estaduais, como as de São Paulo e da Paraíba, incluiram dispositivos avançados sôbre planejamento governamental.

A atual formulação de metas do govêrno federal, aparentemente um tanto fragmentária, poderá ficar sem repetição, tendo sido uma fase de transição para futuros planejamentos racional e técnicamente integrados.

Vemos o atual Governador de São Paulo fazer elaborar por comissão especial um Plano de Ação para promover o desenvolvimento do Estado nos próximos três anos.

As palavras do Alm. Lúcio Meira, secretário geral do Conselho do Desenvolvimento (federal), na cerimônia de instalação do Grupo de Desenvolvimento do Paraíba do Sul (o vale), no ano passado foram incisivas: "Vivemos um momento histórico no qual se encerraram tôdas as discussões que diriam respeito à conveniência ou inconveniência do planejamento econômico como base das ações governamentais. Qualquer que seja o tipo de organização política adotada, a planificação é admitida como princípio e as indagações se deslocaram para outras questões, para a questão da forma, da extensão e da profundidade a ser imprimida ao planejamento".

A idéia de planejamento vem ganhando ímpeto em amplitude e em penetração, no espaço e no tempo, parecendo pretender, ambiciosamente, presidir ao bem estar de tôda a humanidade.

Os antigos planejamentos urbanos ampliam-se, modernamente, em municipais, estaduais, regionais e nacionais.

Os programas de saneamento passam do contrôle das doenças transmissíveis para sua erradicação e deixam a escala regional pela nacional, continental e mundial.

Os planos econômicos russos dilatam-se de quatro ou cinco para sete anos.

Um bloco de países do ocidente europeu planeja, a longo prazo, integrar suas economias em nível super-nacional.

Já se cogita de um mercado comum latino-americano.

O analfabetismo foi sistemàticamente eliminiado na Rússia e estabelece-se a corrida pela instrução tecnológica entre as nações líderes do mundo.

A expansão econômica e cultural norte-americana impõe padrões uniformes no campo educativo de muitas nações.

Mas acumulam-se e agravam-se as contradições, preparando futura síntese.

O Eng. Rubens de Mattos Pereira em palestra proferida (1960) no Instituto de Engenharia de São Paulo nas comemorações do "Dia Mundial do Urbanismo", dá seu depoimento do que viu nos outros países da América

Latina e nos Estados Unidos, sôbre os progressos do planejamento territorial. Destaca o conferencista a integração observada de profissionais vários, aplicados às tarefas de planejamento, todos cooperando: engenheiros, arquitetos, economistas, assistentes sociais, geógrafos, técnicos de administração pública, antropólogos culturais e sociólogos.

Às nossas Escolas de Engenharia importa reconhecer que o curso de Saneamento, por suas implicações com a Saúde Pública e com o Urbanismo, oferece oportunidades inestimáveis para despertar e estimular nos futuros engenheiros civis o gôsto e a capacidade de trabalhar com profissionais de outras categorias.

A Universidade da Paraíba, ora federalizada, se for instalada em "campus" único, previsto na Fazenda São Rafael, terá as condições materiais ótimas para se tornar um centro cultural e profissional modêlo na formação de cientistas, pesquisadores e profissionais animados do espírito de trabalho em comum, indispensável para participar de planejamentos econômico-sanitário-educacionais que tenham como meta global o bem estar-social da Paraíba, do Nordeste e do Brasil.

FUNDAMENTOS DA ANATOMIA DO HOMEM PRÉ-HISTÓRICO

Prof. José Asdrubal Marsiglia de OLIVEIRA

(Conferência realizada em maio de 1960 na Faculdade de Odontologia da Universidade da Paraíba)

Não é propósito nosso descrever a fascinante história do aparecimento do homem sôbre a terra, uma vez que, resta muito ainda por esclarecer antes que a curiosidade humana possa ser satisfeita.

Alberto Vandel em sua brilhante obra "L'Homme et l'Evolution" afirma: "O homem é o resultado do mundo" e mais adeante "o homem se assenta sôbre o edifício imenso do mundo orgânico que o sustem e explica".

O erudito padre Teilhard de Chardin em sua interessante monografia "Do Pré-humano ao Ultra-humano" refere: "é portanto (fato paradoxal) da observação, não do Passado, mas do presente, que sai afinal o estudo do mecanismo das origens".

Não se pode falar no Homem Pré-Histórico esquecendo o evolucionismo pois que as bases científicas da análise da transformação sofrida pela Anatomia do Homem Pré-Histórico são regidas pelas próprias leis do transformismo Evolucionista. André Senet diz: "a evolução é um fato indiscutível, o qual agora se apoia num acêrvo de provas que além da Paleontologia, se referem ainda a disciplinas tão diversas como a Anatomia, a Fisiologia, a Embriologia, a Serologia e a Geografia. Esta evolução demonstra mais uma vez que, na superfície da Terra as formas vivas mais simples se transformam progressivamente em formas mais complexas. Essas teorias da evolução, designadas também pelo nome de transformismo, são admitidas atualmente por todos os biólogos e filósofos dignos dêste nome,

apesar de certas tentativas de refutação feitas, aliás com pouca habilidade, por determinadas pessoas das quais não se sabe perfeitamente se se trata de esnobes desesperadamente à cata de publicidade ou de fanáticos ignorantes". Não existe mais argumentos justos contra o evolucionismo.

É preciso fixar no tempo e no espaço o drama representado pelo Homem o que impõe determinar a época em que viveu o ancestral do Homem Moderno para que se justifiquem através de milênios as lentas mudanças anatômicas do Homem Moderno em fase do seu antepassado o Homem Pré-Histórico e com um raciocinio análogo deve-se fixar as formas vivas pré-humanas em função do tempo para que um quadro geral e completo sirva de palco à nossa compreensão do evolucionismo da espécie humana.

Os dados geológicos e zoológicos condensados por Lucien Cuenot e Albert Vandel citados por André Senet são claros e fascinantes para uma tentativa de interpretação conjunta da evolução da Terra e da vida, pelo que peço vênia para citá-los, não como extra-polação do nosso objetivo, porém sim, complemento.

"Há 3 bilhões de anos, a Terra se separa do Sol ou de um irmão gêmeo dêste.

Há 1 bilhão e 500 milhões de anos, a vida surge sôbre a Terra e atravessa sucessivamente os estados "virus", "bacteria", "cianofices" e "protozoário".

Há 1 bilhão de anos, nos mares reinam os protozoários e a seu lado, derivando dêles, as formas de organização mais simples do mundo dos invertebrados.

Há 50 milhões de anos encontram-se já fixados em suas linhas gerais os principais tipos de organização do reino animal (os clodes de Cuenot), em número de uns trinta. Um dêsses tipos aparece como privilegiado, o dos vertebrados.

Há 400 milhões de anos, alguns vertebrados começam a adaptar-se à vida fora da água: dá-se então o aparecimento dos peixes de barbatanas lobuladas e pulmões.

Há 350 milhões de anos, com os anfíbios mais primitivos, a vida se atira à conquista das terras emergidas.

Há mais ou menos de 200 a 100 milhões de anos, os répteis concluem a primeira conquista dos continentes, ou, em outras palavras, a vida pela primeira vez se liberta definitivamente das sujeições do meio aquático.

Há mais ou menos de 100 a 1 milhão de anos, os mamíferos levam a efeito a segunda (e penúltima) conquista dos continentes a qual levam mais longe que os répteis. Possuem, com efeito, um sistema de regulação termica, um modo de reprodução e uma fisiologia do sistema nervoso melhor adaptados às condições que a vida fora da água impõe, do que os dos répteis. Há 500.000 anos, sob a forma dos Pré-Homens, surge na superfície do globo e se caracteriza especialmente pelo pensamento e a linguagem". É claro porem que o Pré-Homem muito se afasta em sua anatomia

do Homem Moderno. Estamos no período Quaternário ou Pleistoceno inferior.

Foram precisos longos anos e laboriosos esfôrços de uma pleiade de pesquisadores, cientistas, zoologos, antropologistas, geológos e sábios, que de 1856 a 1939 ininterrupta e incansàvelmente, cavaram, pesquisaram, mediram, compararam, analisaram e testaram todo o gigantesco acêrvo de fósseis e terrenos primitivos disseminados por todos os continentes no afã febril e fascinante de levantar o véu de mistério que envolvia o aparecimento do Homem sôbre a Terra. Felizmente, é justo confessar, tão titânico labor foi coroado de êxito sobrevindo generosa recompensa qual seja a reconstituição evolutiva do homem sôbre o Planeta apoiado em comprovada documentação científica.

Seria clamorosa injustiça esquecer os nomes: do Dr. King e Marcellin Boule autores dos primeiros estudos, em 1856, sôbre o Homem de Neandertal, de Eugene Dubois que em Agosto de 1892 descobre em Java o Pithecantropus erectus, de Max Schlosser e os Drs. Haberer, Anderson, Davidson Black e Bohlin que em Pekin, de 1920 a 1925 identificaram a espécie Sinanthropus Pekinensis, do geólogo holandês Von Koeningswald que entre 1934 a 1939 conseguiu provar a existência da espécie Megantropo de Sangiram, do Dr. Raimond Dart que em 1924 na Africa do Sul identifica brilhantemente a espécie Australopithecus Africanus, do Dr. Robert Broom que de Agosto de 1936 a Junho de 1938 na África do Sul prova a existência do Plesianthropus transvaalensis e do Paranthropus robustus, de Louis Lartet que na região da Dordonha francêsa em 1868 descobre e classifica o Homem de Cro-Magnon e finalmente do Dr. Otto Scholten Sach o qual em outubro de 1907 testifica a existência do Homem de Mauer.

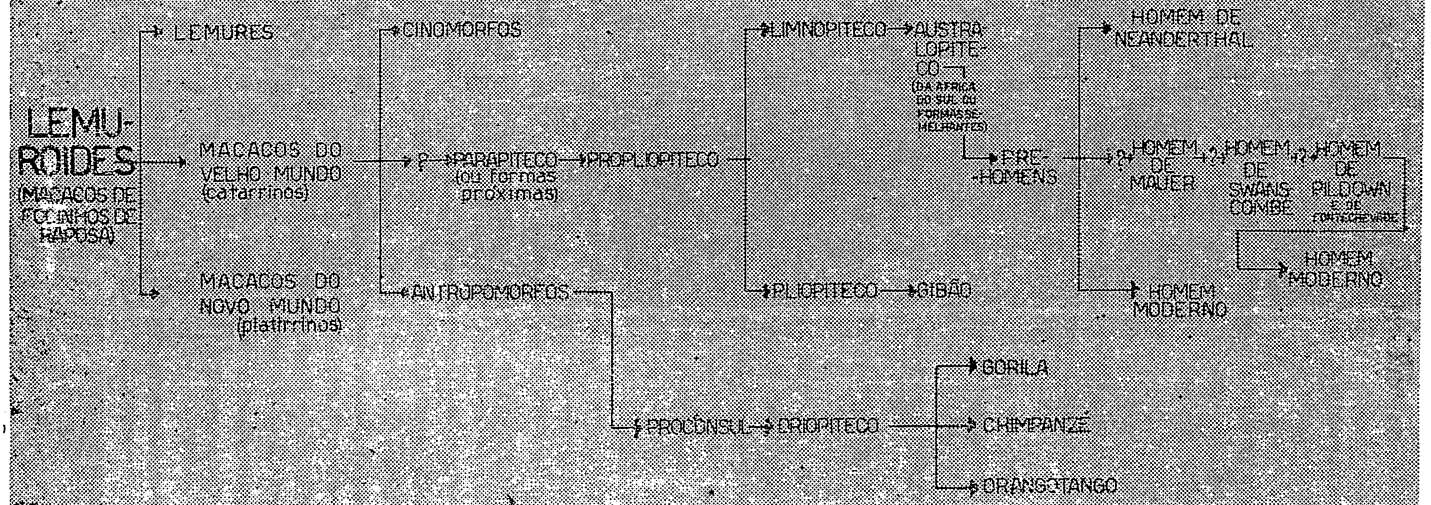
Não pára aí, entretanto a cronologia dos pesquisadores das provas evolutivas do Homem os quais não serão citados em face do caráter sintético de nosso trabalho.

Voltemos agora a analisar o panorama do nosso Homem Pré-Histórico. Somos tentados a citar mais uma vez a André Senet pelo colorido, romanesco, e objetividade de sua descrição sôbre o ancestre do Homem Moderno: "Quando a cortina se abre no princípio do segundo ato diz Senet o cenário representa uma savana muito pouco arborizada na orla do deserto de Kalahari. Limitando o deserto ao Norte, estendem-se grandes penedias calcáreas; a seu pé serpenteiam alguns cursos de água à margem dos quais se erguem as raras árvores da região. O clima é húmido e quente. Nesta paisagem vivem antílopes e lebres saltadoras, teixugos, toupeiras gigantes e várias espécies dêsses macaquinhos conhecidos por todos nós com o nome de babuinos; nos rios desenvolvem-se carangueijos de água dôce, tartarugas e inúmeros peixes. Porém, o mais importante animal da região, o principal ator nessa época pliocena que se estende por uns dez milhões de anos, é o ser a que chamamos macaco-homem, cientificamente cognominado de Australopiteco. Trata-se, fisicamente, de indivíduos de tamanho

modesto, medindo de 1 a 1,20 de altura, porém, — inovação no mundo animal — indivíduos que se deslocam "sôbre as patas trazeiras"; adquiriram a posição vertical e vistos de longe, são jápequenos homens, ágeis, peludos, ligeiramente curvados para o solo; mas, de perto, são ainda macacos, devido ao seu rosto proeminente, suas arcadas superciliares salientes e seu crâneo achatado. Vivem em bandos e parece que se ajudam mutuamente na procura de alimentos. Dart, que dedicou a seu estudo uns trinta anos de sua carreira científica, imagina-os acuando rebanhos de antílopes em tôrno de uma lagoa e vê os mais ágeis abatendo as prêsas a pedradas e pauladas. Imagina-os ainda cavando o chão, com paus ou com grandes pedras ponteagudas, a fim de abrir as tocas e capturar assim as toupeiras gigantes e as lebres saltadoras". São classificados como Parantropodes ou macacos-homens e descendentes indiretos dos parapitecos.

Antes de analisarmos os aspectos anatômicos dos macacos-homens é necessária uma tentativa de classificação dos seus ancestrais a qual é apoiada por eminentes especialistas do porte de um Furon, Arambomg, Le Gros Clark, Teilhard de Chardin, Boule, Valois, etc., e que poderia ser assim resumida (vide fig. n. 1: esbôço de árvore geneológica do Homem):

ÁRVORE GENEALÓGICA DO HOMEM



Estabelecida assim, uma classificação aproximada dos ancestrais do Homem Moderno podemos reconhecer o acêrto da opinião do Padre Teilhard de Chardin quando diz que a evolução dos mamíferos é uma evolução em "leque", porém, apenas "uma das raias do leque é capaz de sobrepujar as demais e prosseguir seu destino evolutivo.

Concluimos pois que a Natureza fêz numerosas tentativas para chegar ao tipo humano atual, sendo que a tentativa Neandertal "fracassou pois que é considerada pelos especialistas como fim de série sendo que o homem de Neandertal foi contemporâneo de Homens Modernos e quando desapareceu da superfície da Terra não sobreviveu em nenhum descendente direto.

É interessante esborçarmos agora uma tentativa de interpretação da árvore genealógica da espécie humana a qual embora ainda não conclusiva contudo é a mais recente e está amparada pela autoridade do anatomista Le Gros Clark, por Arambourg, Furon, Vabis e outros a qual foi condensada por Senet e se resume no seguinte:

"Há quatro hipóteses principais para esclarecer a árvore genealógica que vai dos Parapitecos ao Homem Moderno.

A primeira hipótese é a do Tcheco-Sloaco Hrdlicka; de conformidade com ela, descendem diretamente uma das outras as quatro etapas principais que marcaram a evolução da humanidade. Esta hipótese é muito difícil de sustentar-se no estado atual de nossos conhecimentos.

Conforme a segunda hipótese, o Homem de Mauer descende quase diretamente dos Australopitecos, e dêle por sua vez saiu o homem moderno por intermédio da raça Swauscombe — Piltdown — Fontechevade.

Por outro lado, dos Austrolopitecos sairam também os Pré-Homens e os homens de Neandertal, os quais evoluiram por sua própria conta, mas desapareceram um tanto ràpidamente sem deixar sobreviventes.

Na terceira hipótese, o Homem de Mauer continua sendo a origem do Homem Moderno, mas desta vez por meio dos neandertaloides progresssivos (os mais antigos). Por seu lado, e sempre derivando mais ou menos dos Austrolopitecos, vêm primeiro os Phé-Homens que dão origem aos Neandertalianos típicos. Por sua vez, o tronco Swauscombe — Piltodower — Fontechevade evolui independentemente, sem que se lhe conheça a origem e o fim.

Finalmente, a quarta hipótese admite pura e simplesmente que pelo menos quatro tentativas tiveram lugar no sentido humano; Austrolopitecos, Pré-Hominianos, Neandertalianos e Homens Modernos, só a última conseguindo êxito. De acôrdo com esta hipótese, a humanidade atual poderia ter suas raízes tanto no tronco Swauscombe — Piltdower — Fontecrevade, como em qualquer outro mais ou menos diferente. É portanto, indispensável, no que diz respeito às origens da humanidade ater-se ao esquema seguinte: do ponto de vista anatômico, quatro escalas de evolução se sucedem e, de uma a outra, os indivíduos se aproximam cada vez mais do Homo Sapiens. Produzem-se, contudo, desvios e ramificações nas diferen-

tes escalas, obrigando a admitir tenha havido vários ensaios em direção ao homem, dos quais sòmente um deu resultado. Repitamos que essa imagem frondosa de uma evolução não é excepcional; pelo contrário, apresenta-se em todos os grupos animais e teria sido anormal que o mesmo não acontecesse no transcurso da evolução humana".

Vejamos agora, os fundamentos anatômicos do Homem Pré-Histórico obedecendo a uma rigorosa súmula cronológica dos seus ancestrais a qual pode ser desenvolvida da seguinte forma: 1.ª — Macacos-homens da África do Sul ou Australopitecos; 2.ª — Homens-macacos da Ásia do Sul Oriental ou Pithecanthropus; 3.ª — Homem Primitivo ou Pré-Histórico; e 4.ª — Homens fósseis do Paleolítico superior.

1.º MACACOS-HOMENS DA ÁFRICA DO SUL OU AUSTRALOPITECOS:

São representados pelos seguintes tipos: 1.º — Parantropus robustus; 2.º — Plesianthropus transva a lensis; 3.º — Australopithecus Africanus.

Estamos na África do Sul na área compreendida entre a Bechnaland'a e o Transval. Foi neste local que surgiu pela vez primeira sôbre a Terra um macaco com caracteres humanoides. A sua dentição é o caráter anatômico mais impressionante da sua espécie pois que é mais humanoide que antropoide quando se considera o dente isolado e o inverso quanto à dentadura. Estudemos a anatomia dos seus tipos: 1.º — PARANTHROPUS ROBUSTUS —(Fig. 2) — Tipo craneal: pequeno e alongado com malares projetados para adeante e que de perfil escondem a região nasal. Capacidade craneal 600 cc. Viseira supra-orbitrária: muito pouco pronunciada. Dentição: Dentes semelhantes ao Homem Moderno porém enormes revelando alimentação omnívora. Cachaço occipital (torus occipitali transversus: ausente. Buraco occipital: situado mais para adeante que nos símios anthropoides. Marcha: estação vertical e marcha de pé. Estatura: pequena estatura, semelhante ao pigmeu do Congo e peludos.

2.º — PLESIOANTHROPUS TRANSVAALENSIS — (Fig. 3) — Tipo craneal: crâneo mais curto, mais largo e mais prognato que o australopithecus, com malares também projetados para adeante a ponto de esconder o perfil da região nasal. Capacidade craneal: Aproximadamente 600 cc. Viseira supra-orbitrária (torus supra-obitário). Pouco pronunciada. Dentição: dentes semelhantes ao homem moderno com excepção do canino e incisivo que são menores. Cachaço occipital: ausente. Buraco occipital: semelhante ao paranthropus robustus.

Marcha: estação vertical e marcha de pé. Estatura: pequena estatura.

3.º — AUSTRALOPITHECUS AFRICANUS — (Fig. 4) — Tipo craneal: crâneo achatado. Capacidade craneal: 600 cc. aproximadamente, portanto superior aos gorilas e chimpanzés. Viseira supra-orbitrária: ligei-

ramente esboçada. Dentição: dentes iguais aos dentes de leite de uma criança de 6 anos e com 20 caracteres dentários comuns com o homem primitivo. Cachaço occipital: ligeiramente esboçado. Buraco occipital: situado bem para a frente e um pouco mais para adeante que nos símios antropoides. Marcha: estação vertical e marcha de pé. Estatura: pequena estatura 1m20 e ligeiramente curvado para o solo. Peludo: Cérebro: a moldagem craneana indicou que o cérebro era maior que os do gorila e chimpanzé, se aproximando do cérebro humano pela forma. Lobos parietal e frontal bem desenvolvidos.

2.º — HOMENS-MACACOS DA ÁSIA SUL ORIENTAL OU PITHECANTHROPUS — São representados pelos tipos: 1.º — Pithecanthropus erectus; 2.º — Sinanthropus Pekinenses; 3.º — Africanthropus niarensis e 4.º — Protoanthropus heidelbergensis (Maueranthropo ou Homo heidelbergensis). Agora a região geográfica é vasta e compreende a ilha de Java, a China a antiga África Oriental Alemã ou seja o Lago Niarasa e a província de Heidelberg na Alemanha ou seja ocupa os Continentes Asiático, Africano, Europeu e a Oceania. Passemos à nos ocupar agora dos seus dados anatômicos:

1.º — PITHECANTHROPUS ERECTUS — (Fig. 5) — Tipo craneal: crâneo chato e fronte fugidia e estreitada por traz das órbitas com a face muito maciça em relação ao crâneo e projetada em forma de focinho. Capacidade craneal: 900 cc. Torus supra-orbitrária: presente e muito acentuado. Dentição: Dentes semelhantes aos de macaco com a presença de um diastema canino. Torus occipital transversus: cachaço occipital presente e muito desenvolvido. Marcha: estação vertical e marcha de pé. Estatura: de porte regular 1,60 a 1m65, de corpo pequeno; caminhava com os ombros curvos e a cabeça jogada para frente e os joelhos dobrados.

2.º — SINANTHROPUS PEKINENSIS — (Fig. 6) — Tipo craneal: crâneo chato com fronte baixa e face proeminente e prognata. Capacidade craneal: 1.000 cc. Viseira supra-orbitrária: presente e muito acentuada. Dentição: dentes de grandes dimensões e intermediários entre os de um antropoide e os do homem moderno. Cachaço occipital: presença muito acentuada do torus occipital transversus. Marcha: estação vertical e marcha de pé. Estatura: estatura média de 1,50 a 1,60, de pernas arqueadas e ombros curvados para o solo.

3.º — AFRICANTHROPUS NIARENSIS — Tipo craneal: mais largo que o do Sinanthropo porém de abóbada mais elevada e mais redondo que o do Pithecanthropus. Dentição: dentes de caráter pitecoides apresentando canino maior que o do homem moderno e o molar tem raizes divergentes.

4.º — PROTOANTHROPUS HEIDELBERGENSIS (Maueranthropus ou Homo Heidelbergensis (Fig. 7) — Dentição: Dentadura de caracter humanoide: perfil alveolar perfeito. Não há diastemas, caninos pequenos, molares grandes porém relativos ao porte da mandíbula. Mandíbula: robusta, com ramos ascendentes quase tão largos como compridos, chanfradura sigmoidéa pouco profunda com a apofise coronoide obtusa e mais larga que a condiliana, de ângulo truncado como o gorila e chimpanzé. O ramo horizontal não é largo, o bordo inferior é ligeiramente côncavo na região da sínfise, grosso e sem queixo. A fosseta de inserção do músculo digástrico está na face inferior como no chimpanzé. Não há informação de sua estatura, pois do esqueleto sòmente existe uma mandíbula mas sabe-se que foi contemporâneo do elefas antiqus ou seja da fauna do Pleistoceno inferior.

3.º — HOMEM PRIMITIVO OU PRÉ-HISTÓRICO (HOMO NEANDERTALENSIS) — É representado pelo tipo: Homo neandlertalensis. A sua área geográfica é vastíssima pois que compreende a zona européa da Alemanha, e a africana da Rodésia, a oceânica de Java e a asiática da Palestina, sendo, segundo Montandon, uma verdadeira espécie — Homo Primigenius com as variedades: Homo primigenius neandertalensis (variedade européa), Homo primigenius rhodesensis e Homo primigenius, soloensis (variedade africana e oceânica) e Homo primigenius palestinus (forma asiática). A análise de suas características anatômicas pode ser feita tomando como referência a variedade européia ou Homo primigenius neandertalensis.

HOMO PRIMIGENIUS NEANDERTALENSIS (Fig. 8, 9, 10 e 11) — Tipo craneal: crâneo com a abóbada muito achatada e baixa de ossos muito grossos. Face prognata e fonte fugidia. Capacidade craneal: 1.600 cc. Viseira supra-orbitrária: presença de enorme torus supra-orbitrário. Indice cefálico: 75. Dentição: não há informação segura em consequência da atrofia da arcada alveolar nos fósseis encontrados. Torus occipital transversus: cachaço occipital muito acentuado o qual não se une com a crista supra-mastoidiana como nos macacos anthropomorfos e no sinantropo. Buraco occipital: localizado em posição semelhante ao do homem moderno. Marcha: estação vertical e marcha de pé. Pernas tortas, ombros cahidos e dorso curvado. Antebraço e pernas curtas. Estatura: 1,60.

4.º — HOMEM FÓSSIL DO PALEOLITICO SUPERIOR — É representado pelas variedades: Homem de Cro-Magnon, homem negroide de Grimaldi e Homem de Chancelade. A área geográfica em que vivem está compreendida entre a França e a Itália.

Eis as suas características anatômicas:

1.º — HOMEM DE CRO-MAGNON — Fig. 12 — Tipo craneal: crâneo alongado e alto com face achatada, curta e malares salientes. Indice craneal: dolicocrâneo (73,7). Viseira supra-orbitrária: ausência de torus supra-orbitrário. Dentição: tipo humanoide. Cachaço occipital: ausência de torus occipital transversus. Marcha: estação vertical e marcha de pé. Estatura: muito elevada: 1m85 com musculatura muito desenvolvida.

2.º — HOMEM NEGROIDE GRIMALDI (Fig. 13) — Tipo craneal: crâneo volumoso, hiperdolicocefalo e elipsoide em forma vertical com forte prognotismo alveolar. Capacidade craneal: 1.580 cc. Viseira supra-orbitária: não tem. Dentição: Dentes muito grossos e volumosos com mandíbula saliente. Cachaço occipital: não tem. Marcha: estação vertical e marcha de pé. Estatura: baixo de porte, com antebraços e pernas muito longos em relação com os braços e coxas.

3.º — HOMEM DE CHANCELADE (Fig. 14) — Tipo craneal: crâneo alto, dolicocefalo, mais vertical que o crâneo de Cro-Magnon, com apofises mastoides muito fortes. Face grande. Capacidade craneal: 1.700 cc. Viseira: ausente. Orbitas altas.

Cachaço occipital: ausente. Estatura: pequena (1m5). Marcha: estação vertical. Corpo robusto e baixo dotado de vigorosa musculatura. Os grandes artelhos estão muito separados, uns dos outros e bastante adaptados para a apreensão.

CONCLUSÕES FINAIS

Com o quadro acima exposto da evolução do Homo Sapiens pudemos constatar que a referida evolução obedeceu a critério idêntico adotado pela Natureza para aperfeiçoamento das demais espécies animais de tal forma que o australopiteco é para o Homem Moderno um ancestral semelhante ao Meschippus para o cavalo, o Brontops para o rinoceronte e o paleomastodonte para o elefante atual. Assim chegamos ao fim de nossa explanação cujo único objetivo é tão sòmente expor uma súmula atualizada do estado de nossos conhecimentos acêrca da origem do homem e do papel que a anatomia desempenhou na elucidação dos fatos e elos desconhecidos do transformismo evolucionista da espécie humana. Forçoso é reconhecer a importância fundamental desempenhada pela Anatomia na fixação da epopéia humana em relação à fama terrestre embora sem subestimar o papel da Paleontologia e da Geologia que como ciências a fins ao objetivo comum cooperaram brilhantemente no levantamento da História do Homem sôbre a Terra. Concluindo, ouçamos mais uma vez André Senet quando diz: "a primeira coisa a admitir é que os ancestrais dos Homens nasceram de formas simias primitivas que, se não são obrigatòriamente o parapiteco e o propliopiteco do Fayum egypcio, deviam pelo menos ser muito

semelhantes a êles. Em seguida, algumas dessas formas simiescas se "humanizaram" progressivamente. Algumas características anatômicas permaneceram pràticamente sem transformação, como é, geralmente, o caso da forma dos dentes; outras características anatômicas se transformaram lentamente, como no caso do crâneo, com progressiva redução do calombo ósseo na nuca e da viseira acima dos olhos (figs. 15 e 16).

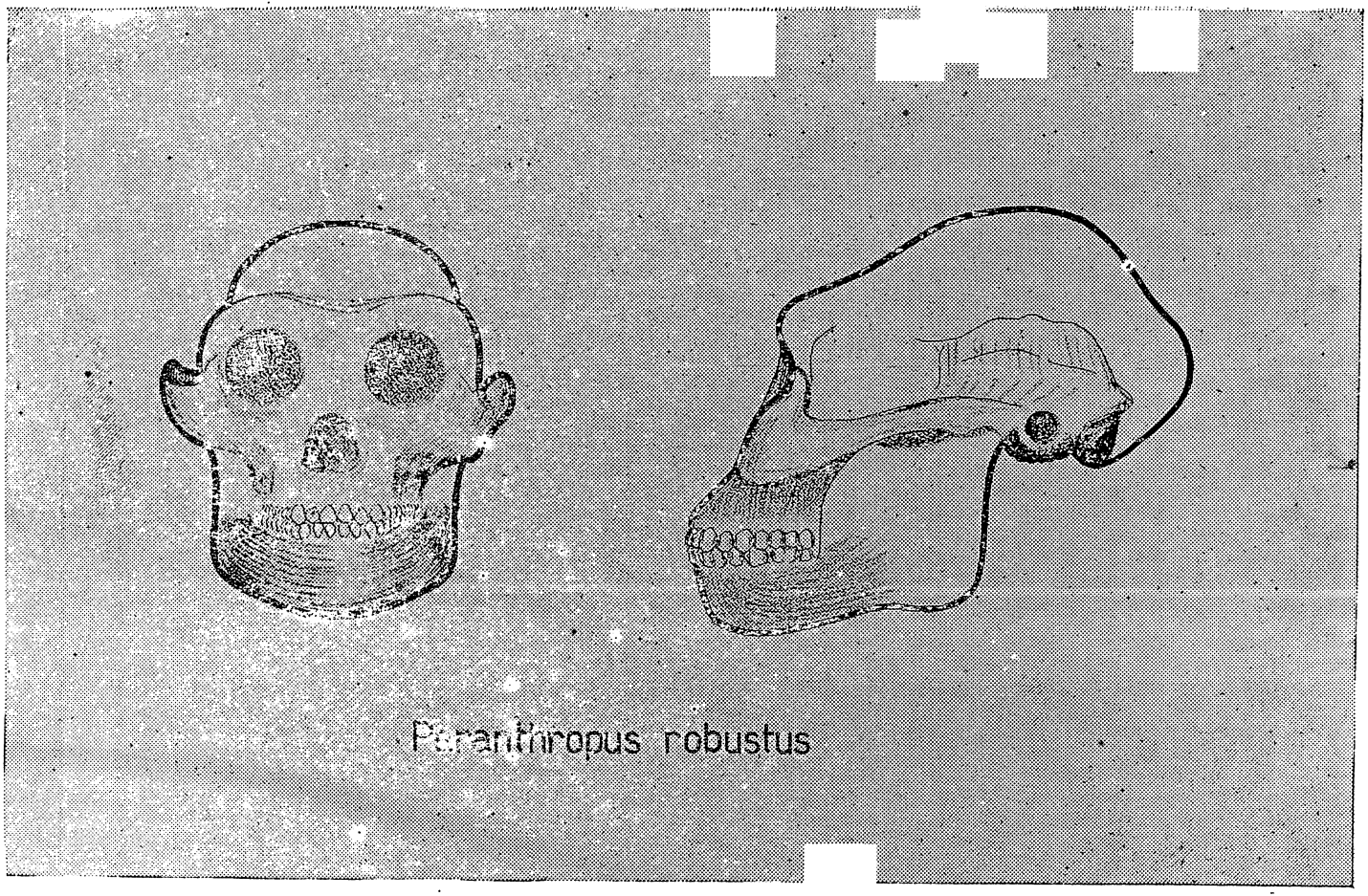
Além disso, produziram-se algumas adaptações psicofisiológicas: a capacidade craneana aumenta, (fig. 17) o desenho das circunvoluções cerebrais se complica, tudo isto correlativo ao que se deve chamar, em falta de expressão melhor, de desenvolvimento da inteligência; e isto se traduz pela invenção de armas e ferramentas que asseguram, lenta mas seguramente a supremacia do Homem cada vez maior sôbre o mundo exterior".

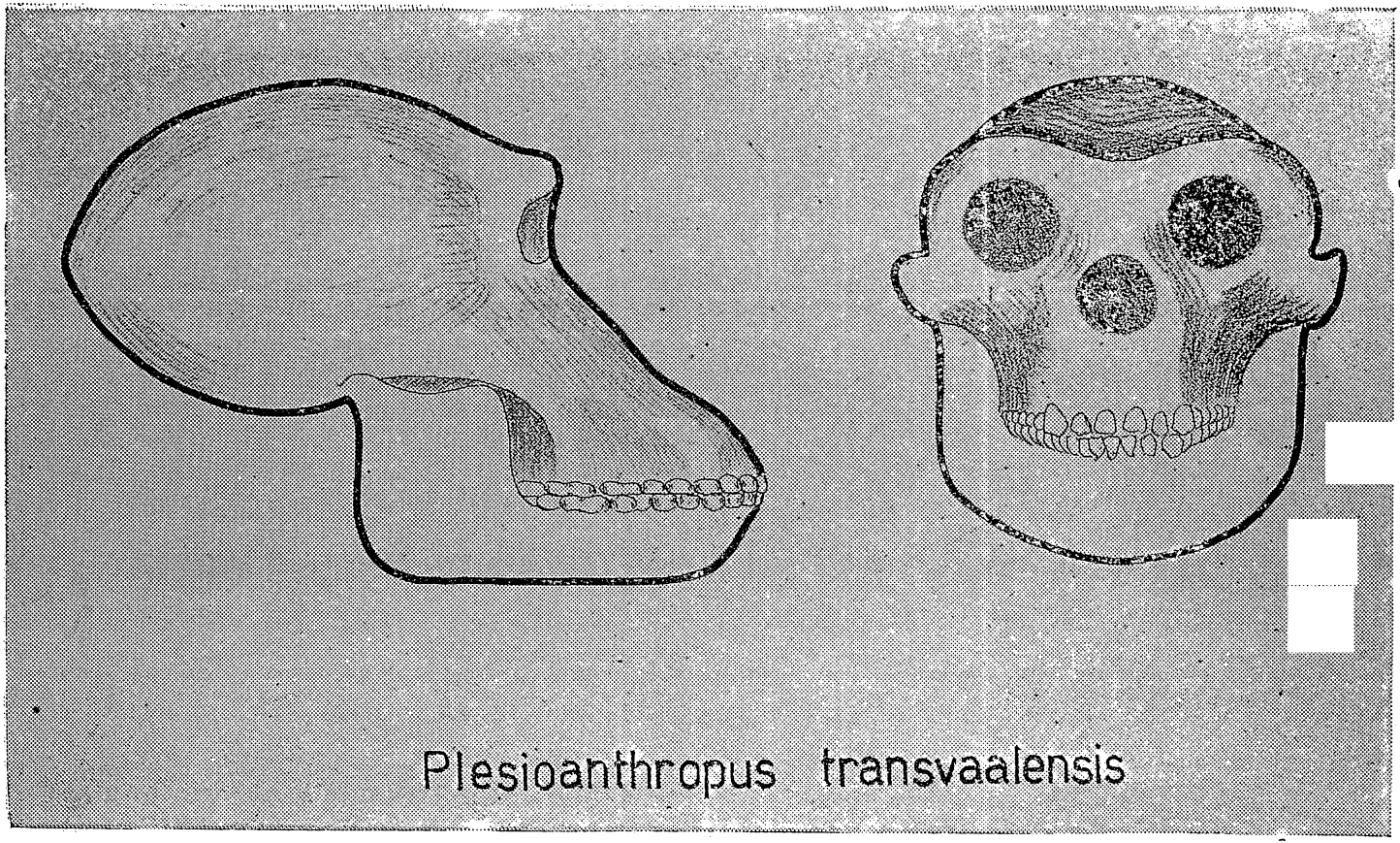
BIBLIOGRAFIA

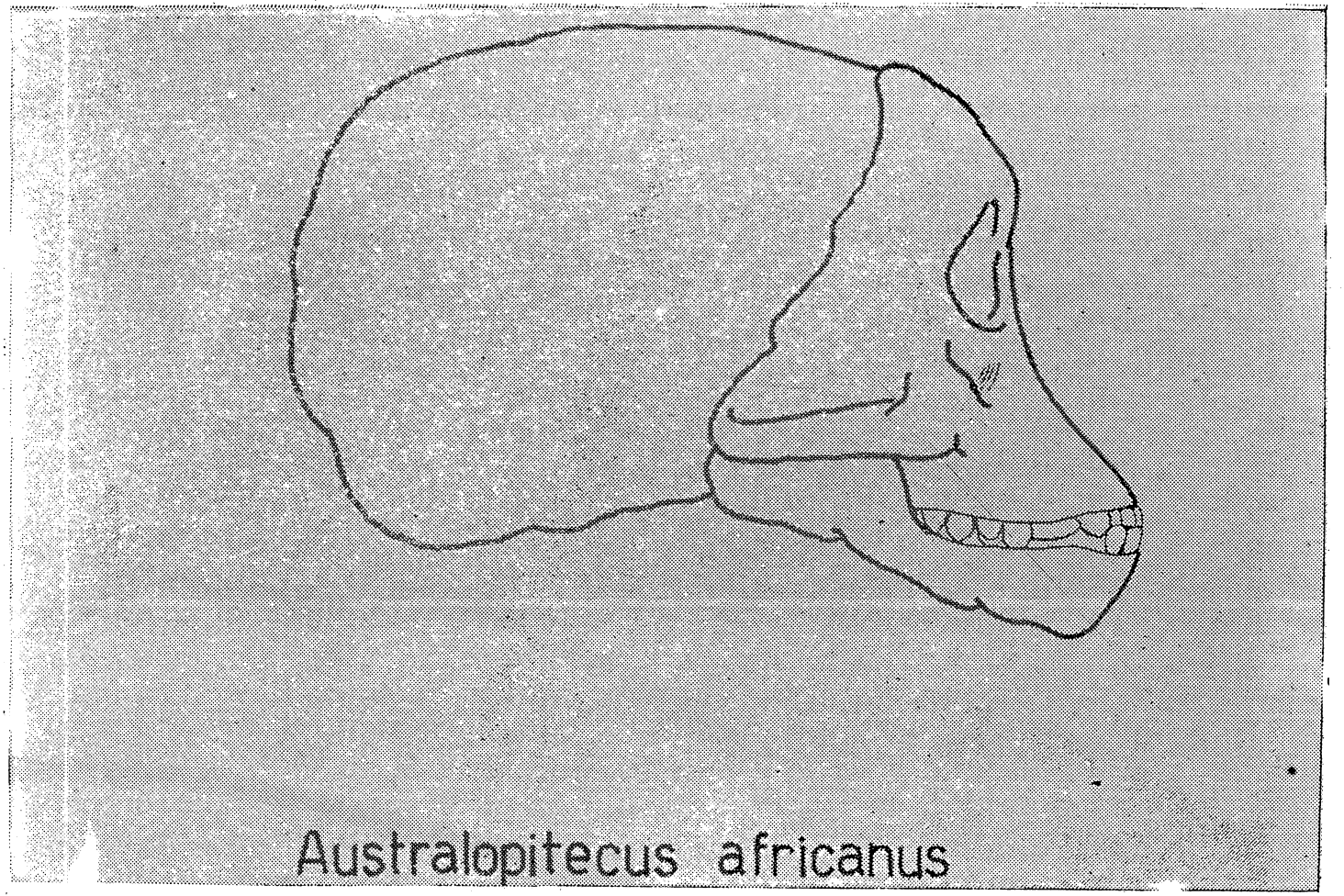
Senet, André -- O Homem descobre seus antepassados — Belo Horizonte — Editora Itatiaia Limitada — Tradução de Pierre Santos — 1959.

Barnett, Anthony — A espécie humana — Ibrasa S. A. — São Paulo — Tradução de E. Navegas — 1959.

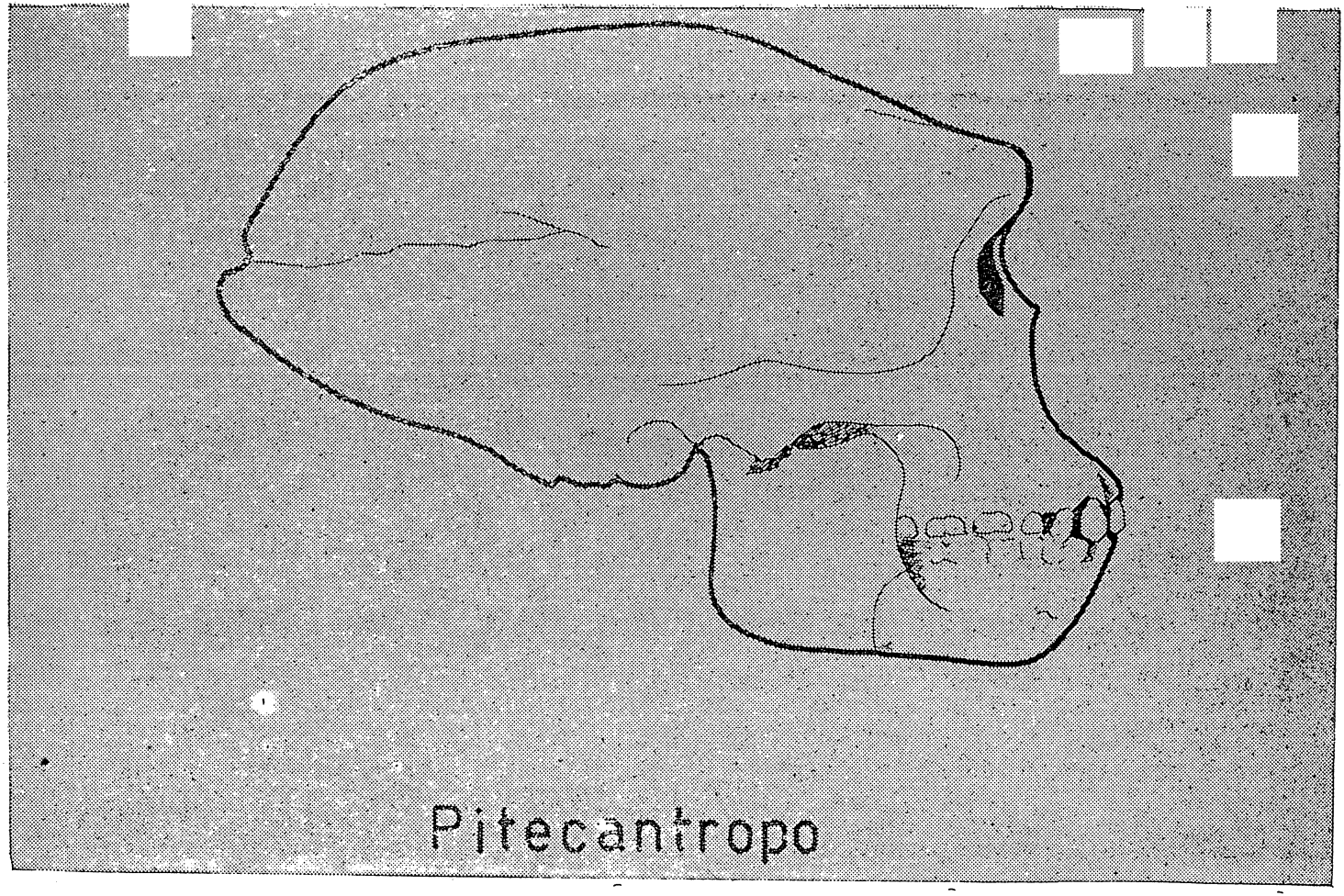
Barradas, J. P. — Manual de Antropologia — Cultura Clássica Y Moderna — Gráficas Rey — Madrid — 1946.

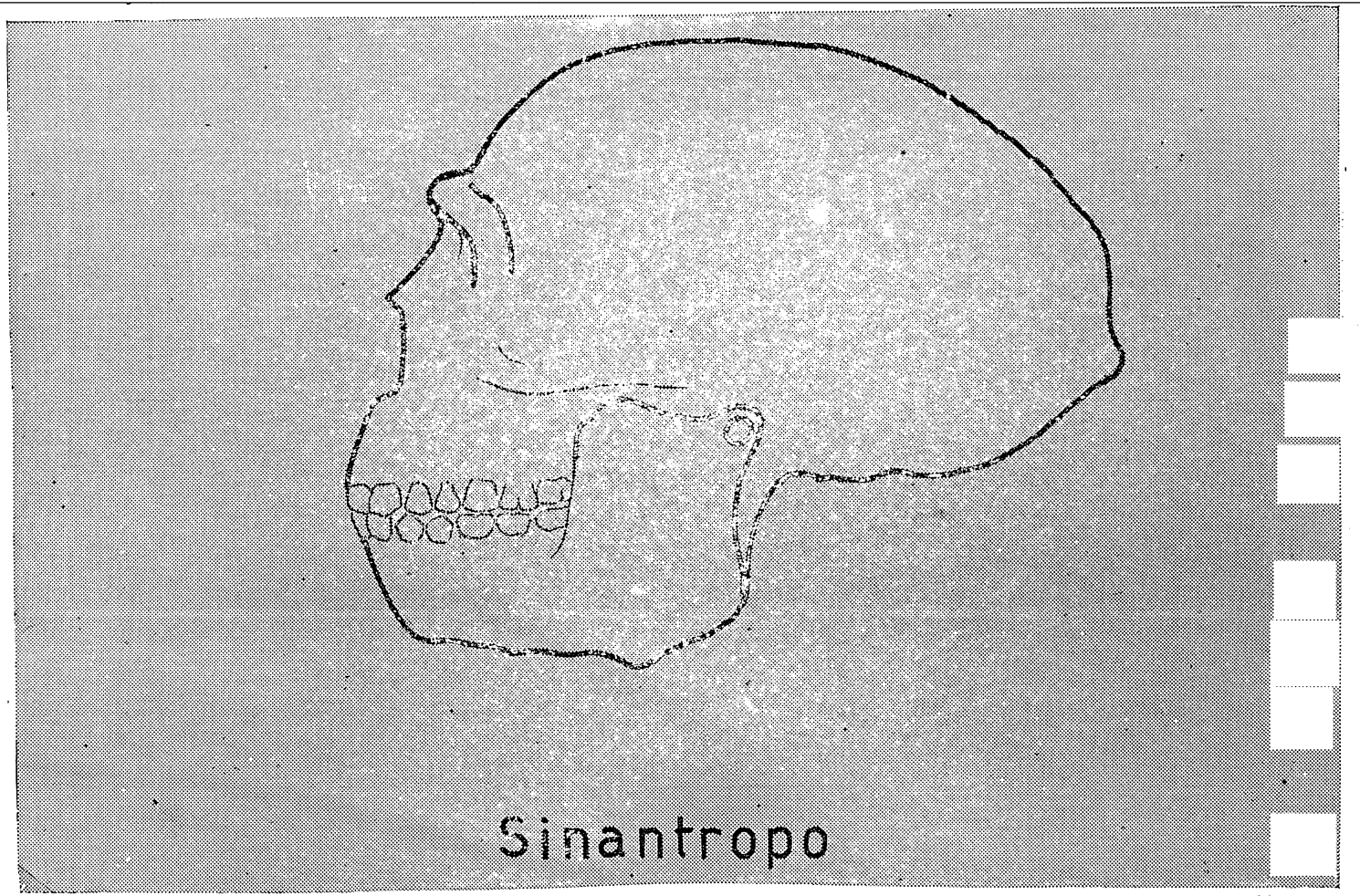

Paranthropus robustus

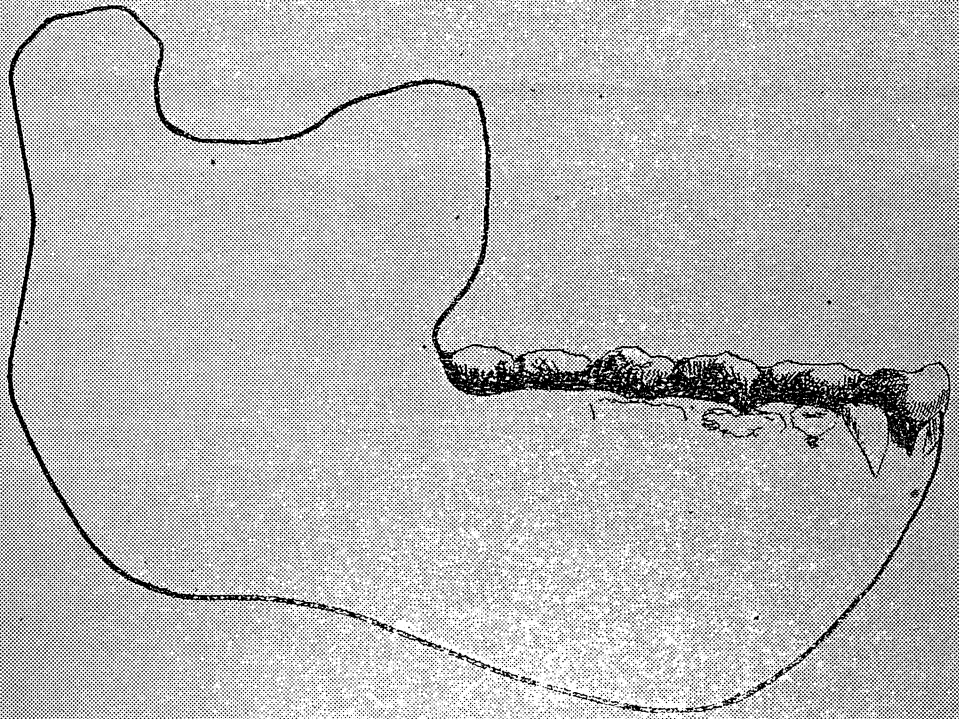

Plesioanthropus transvaalensis



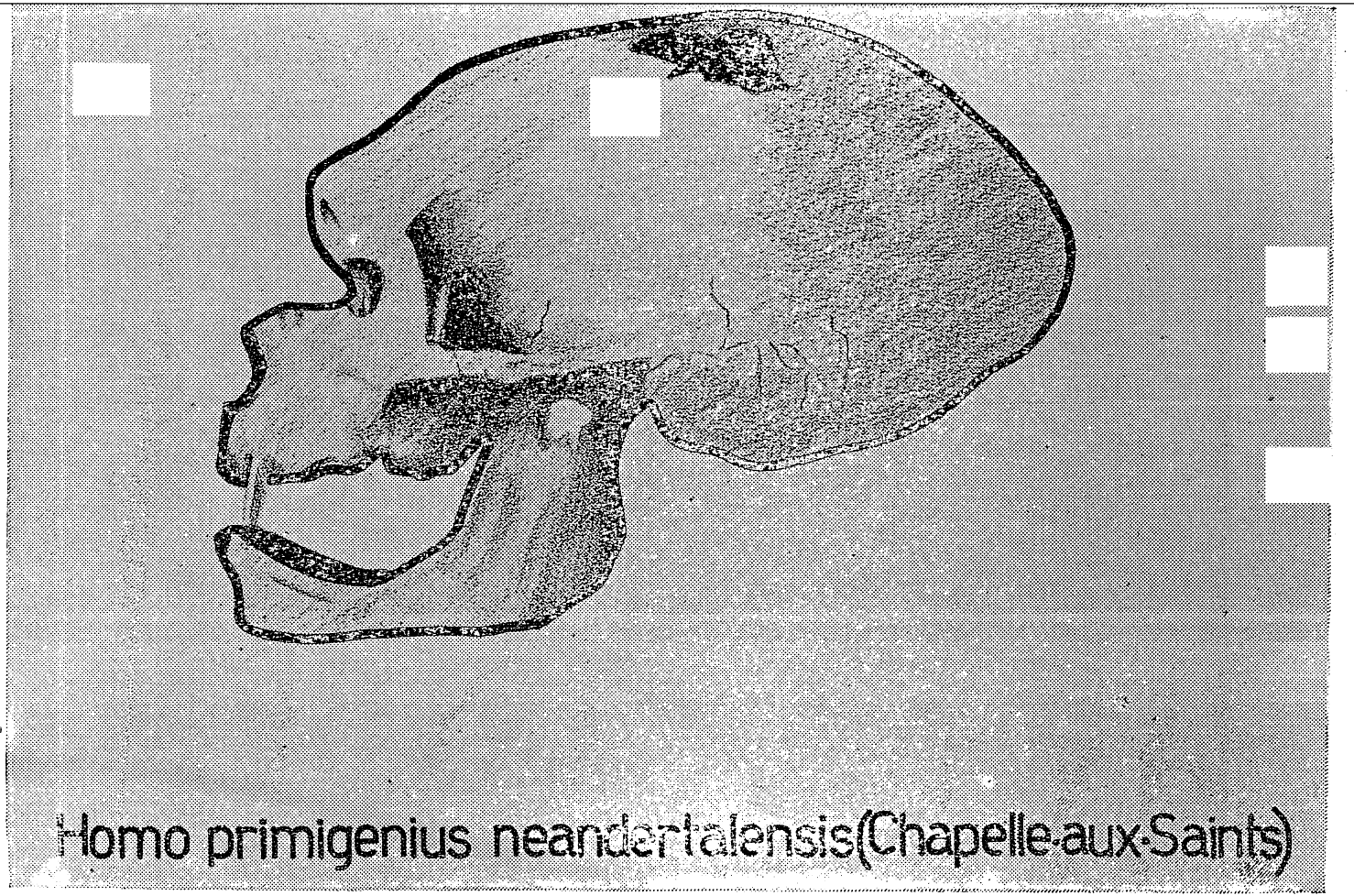
Australopitecus africanus

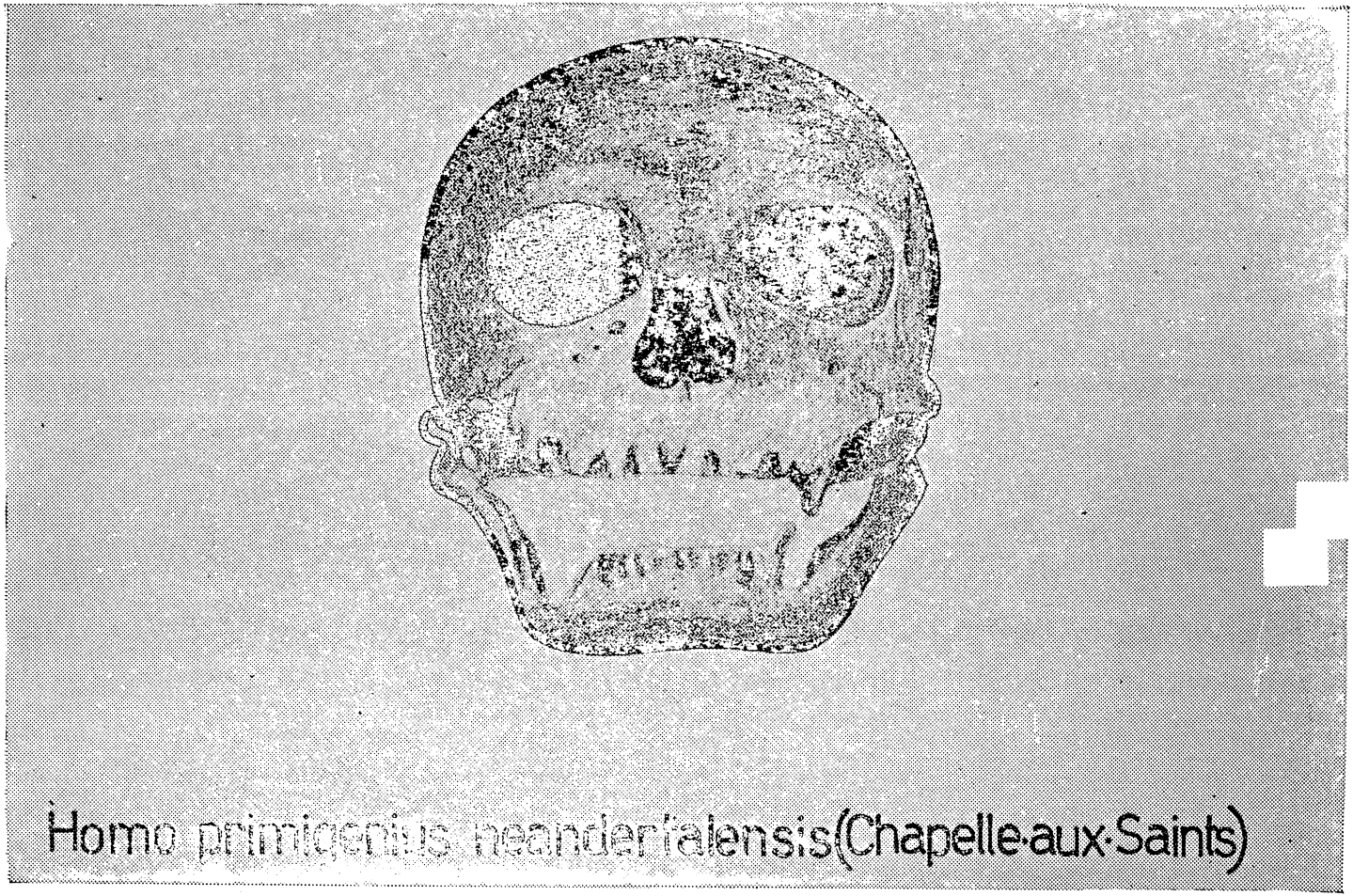

Pitecantropo


Sinantropo

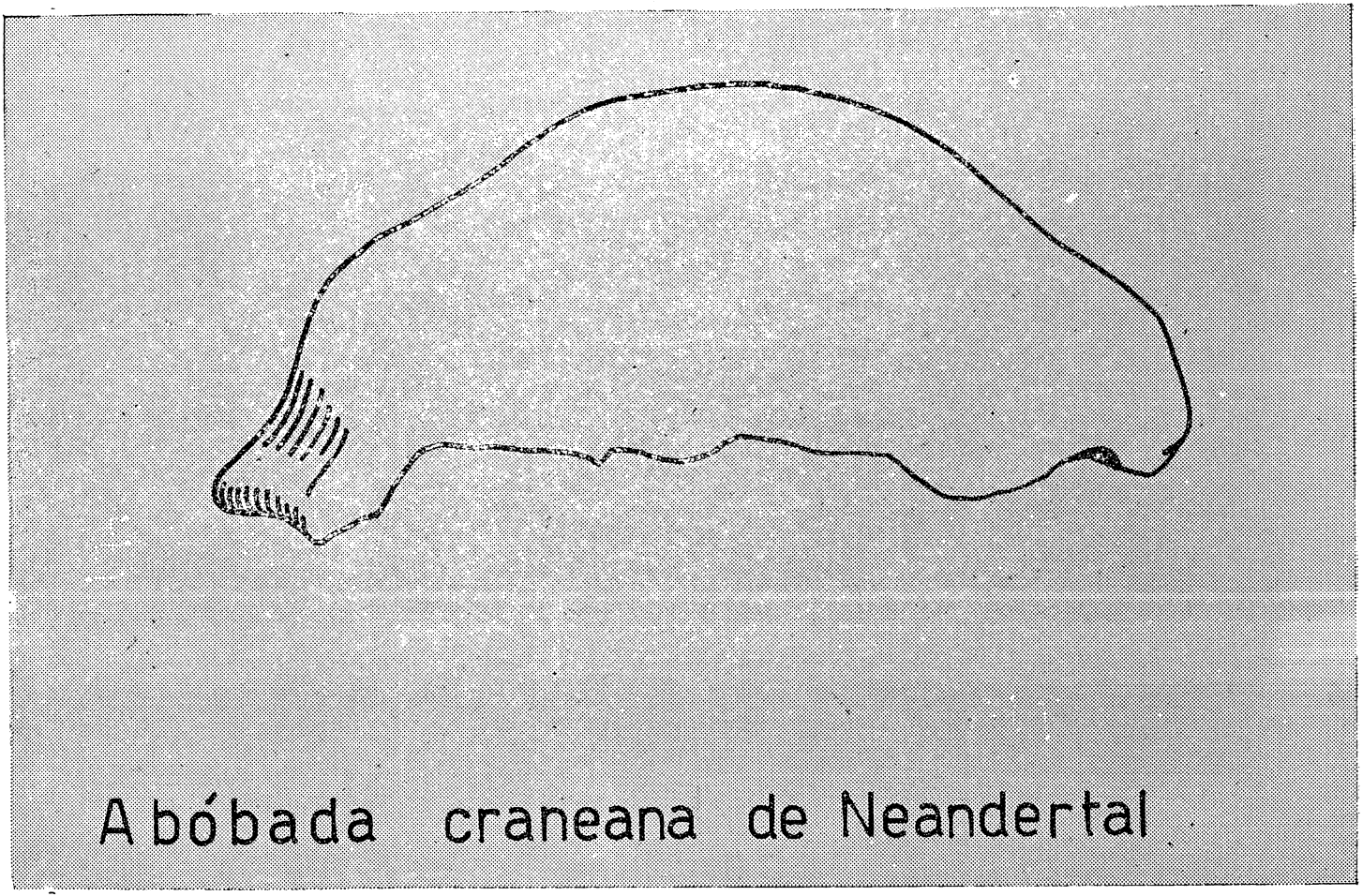


Mandíbula inferior do Homem de Mauer

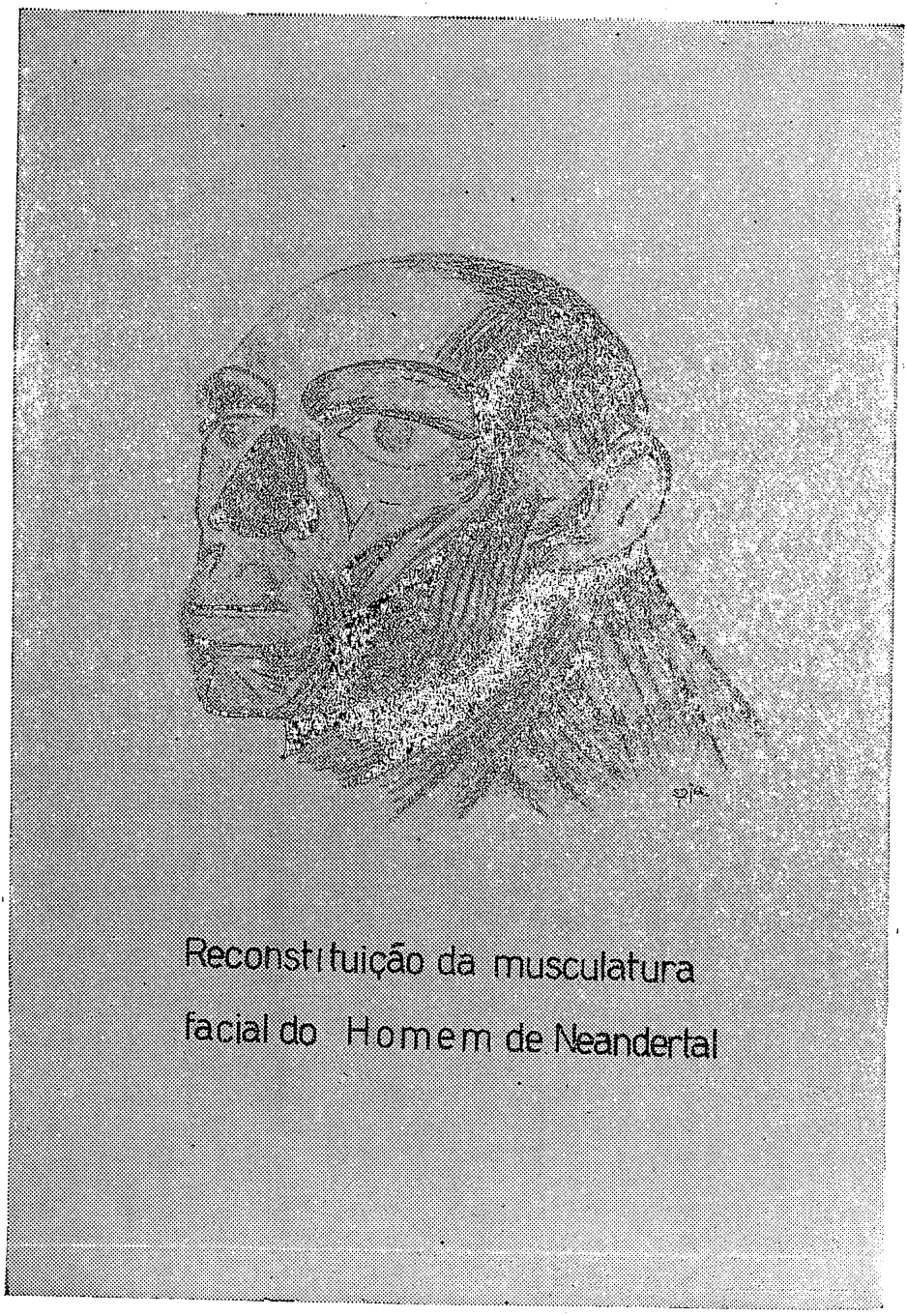

Homo primigenius neandertalensis(Chapelle-aux-Saints)



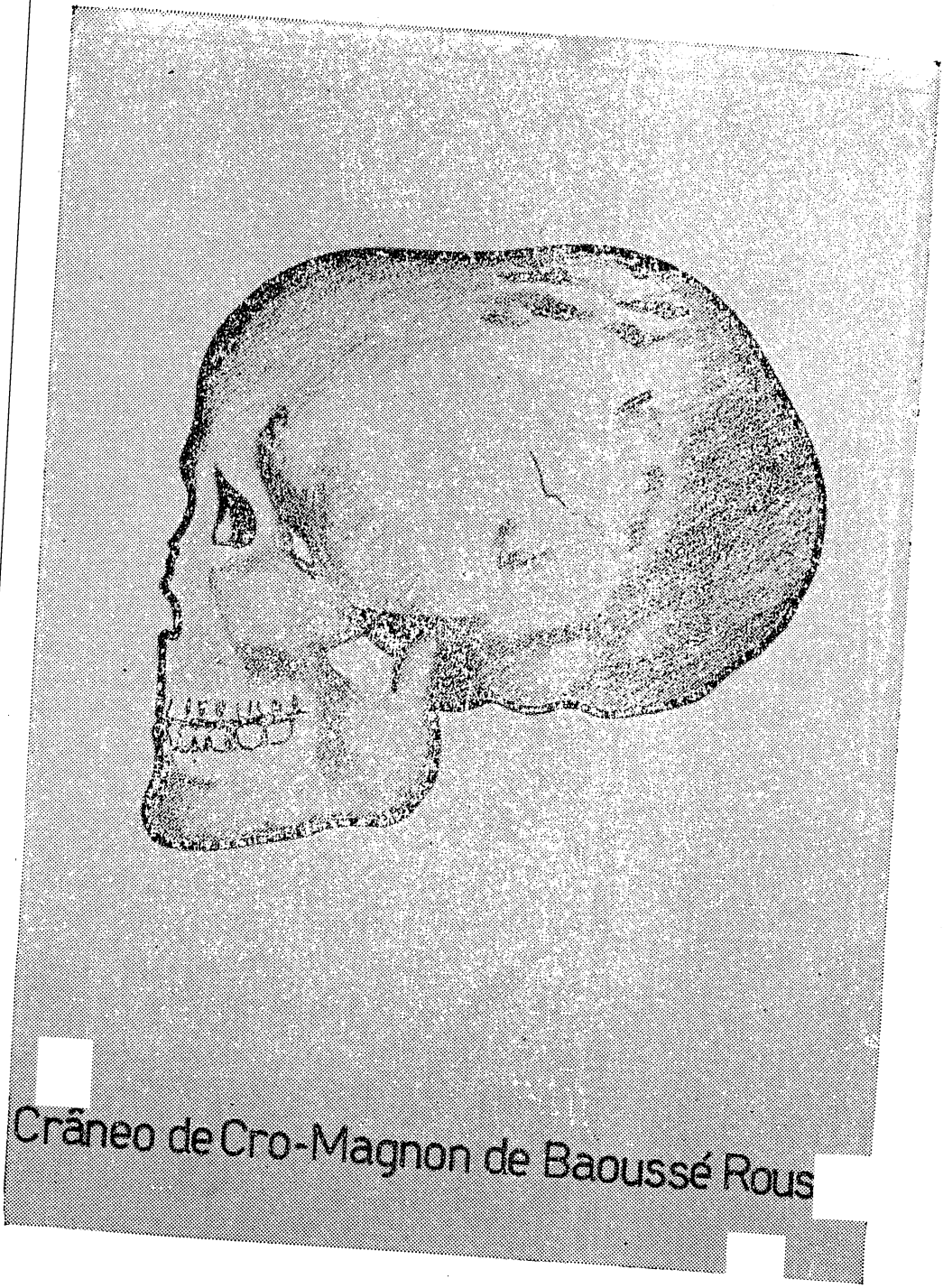
Homo primigenius neanderthalensis (Chapelle-aux-Saints)



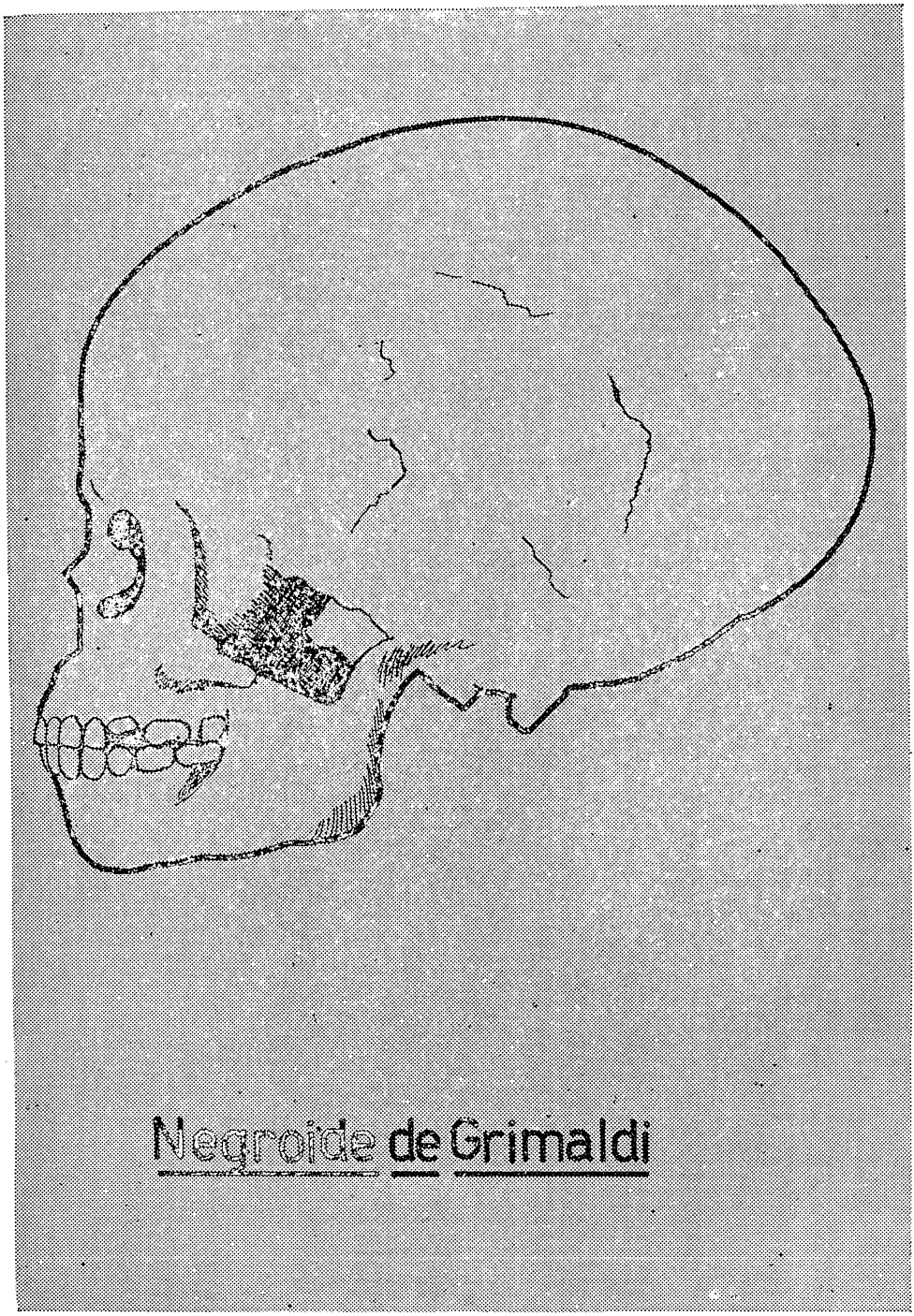
A bóbada craneana de Neandertal



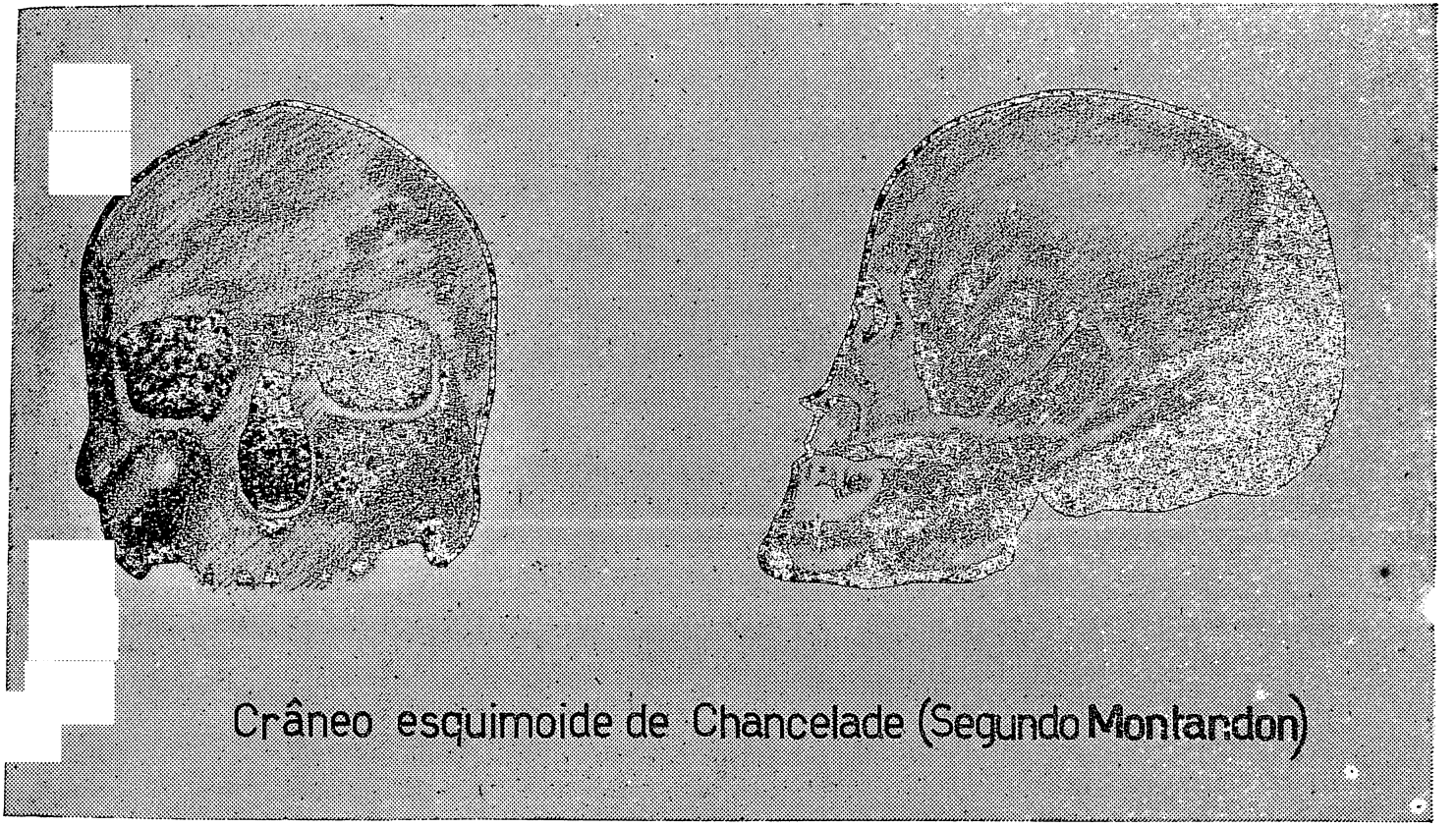
Reconstituição da musculatura facial do Homem de Neandertal



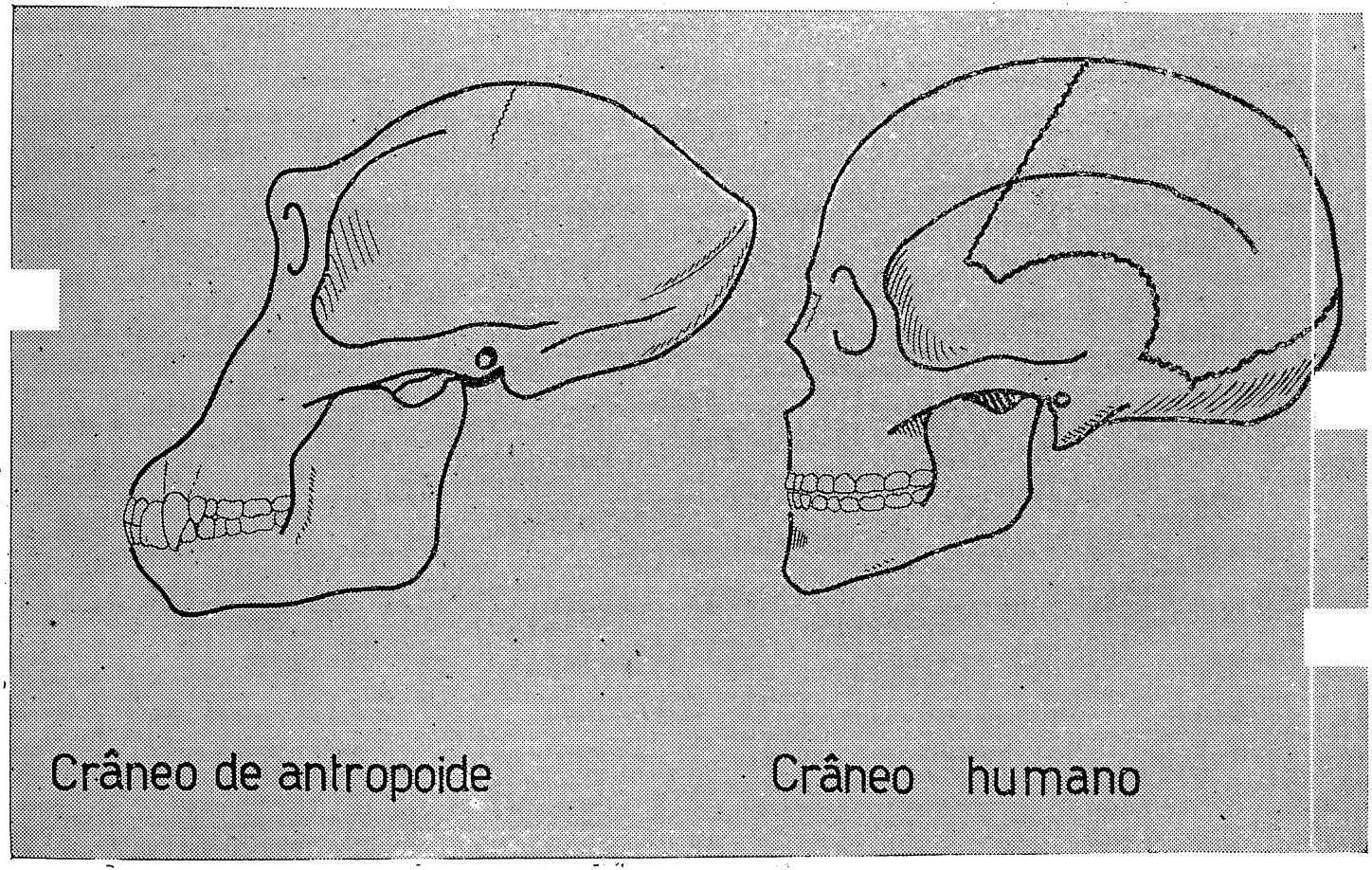
Crâneo de Cro-Magnon de Baoussé Rous

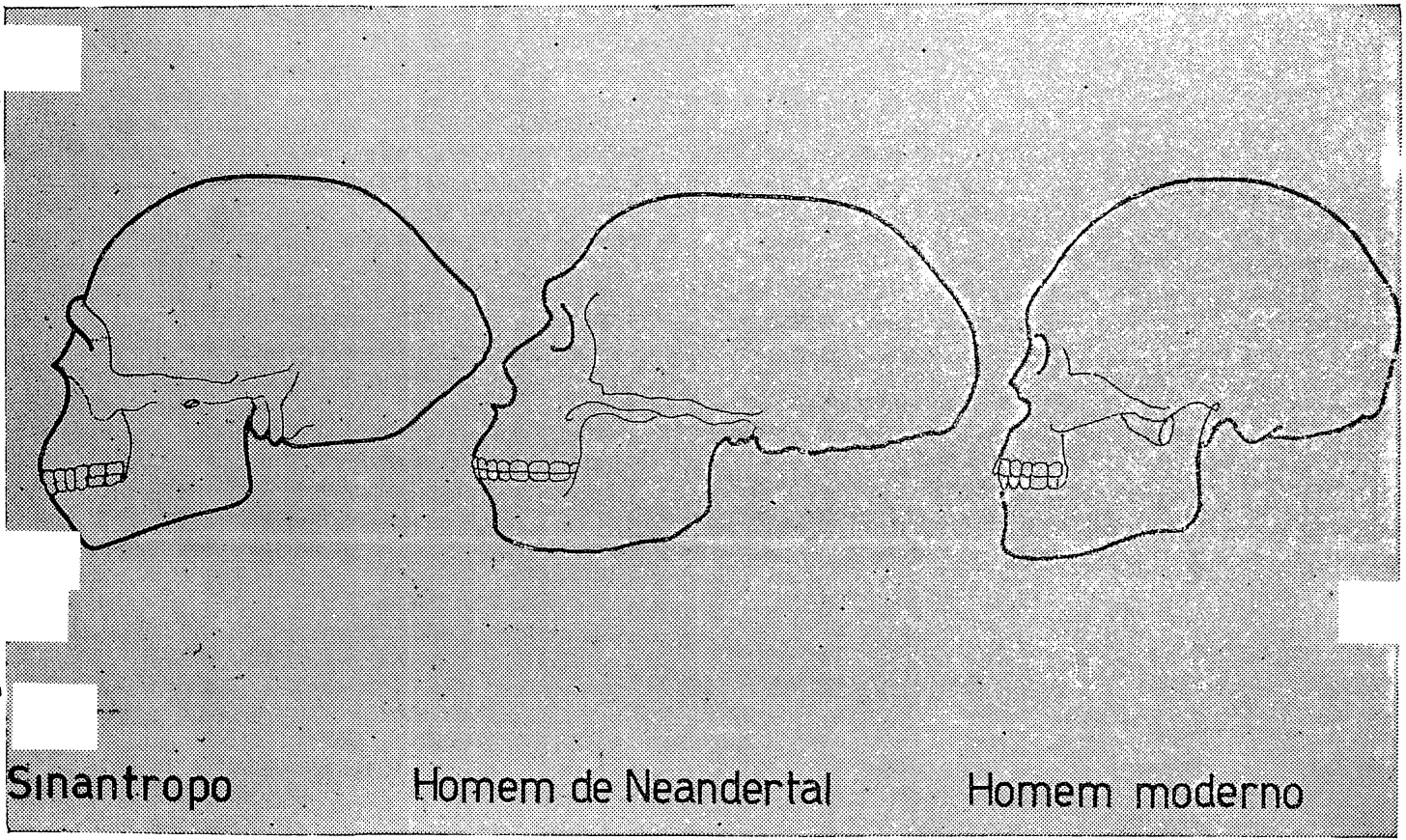


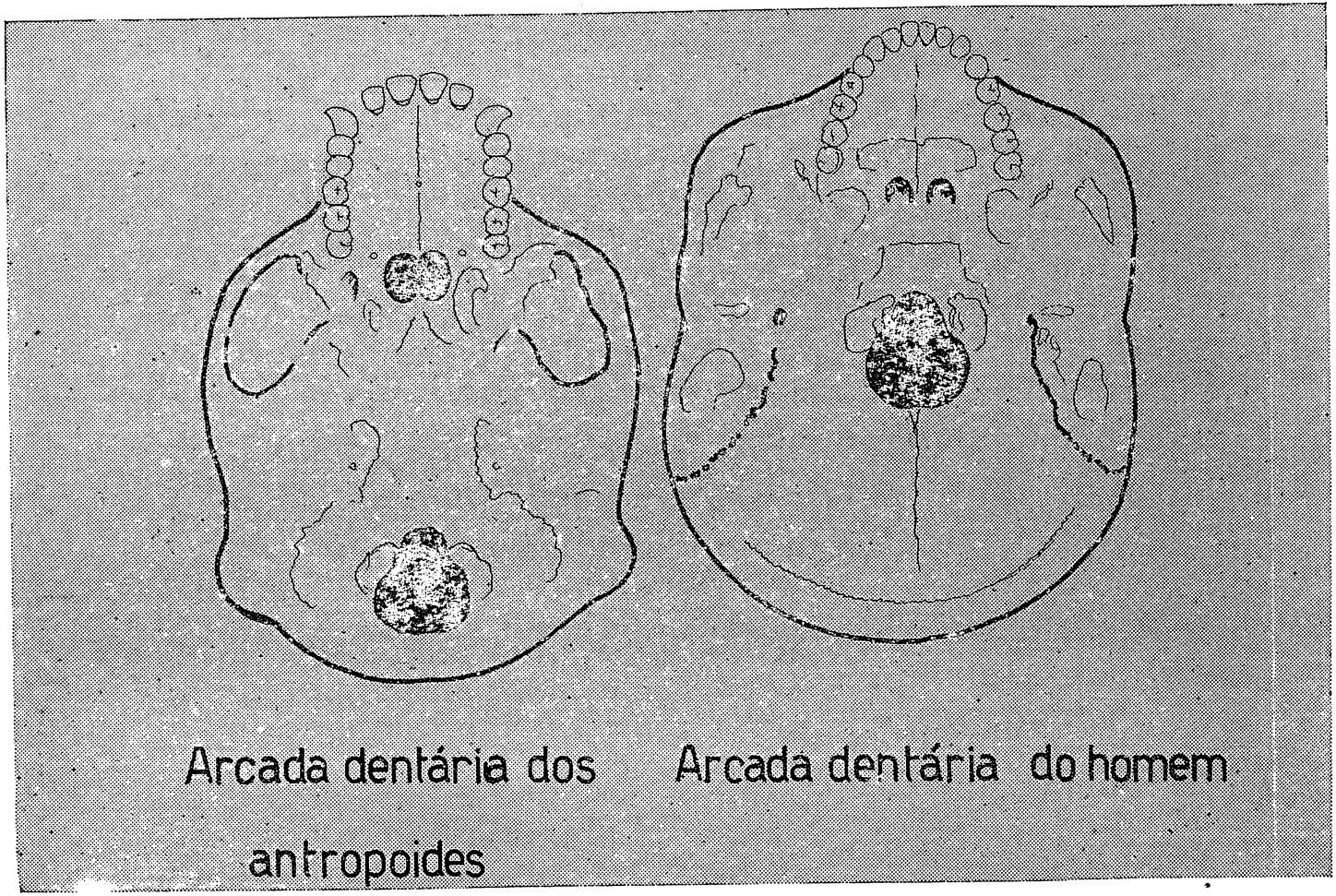
Negroide de Grimaldi



Crâneo esquimoide de Chancelade (Segundo Montandon)


Crâneo de antropoide
Crâneo humano


Sinantropo
Homem de Neandertal
Homem moderno


Arcada dentária dos antropoides
Arcada dentária do homem

TOXICOSE ALIMENTAR DO LACTENTE NO CENTRO DE PUERICULTURA DE CRUZ DAS ARMAS

Prof. João Soares da Costa
Assistentes: Jarbas Maribondo Vinagre e
Ivo Borges da Fonsêca

Não temos em absoluto a veleidade de querer apresentar um trabalho original, mesmo porque o assunto que vimos ventilar é sobejamente conhecido dos nossos colegas de especialidade, entretanto não deixa de merecer uma especial atenção pela gravidade de como se nos apresenta no serviço que dirigimos e que infelizmente não dispõe de uma ajuda mais eficiente dos poderes públicos, no sentido de dispensar à criança uma assistência mais justa e mais humana.

Sendo a toxicose alimentar do lactente o estado mais grave do transtôrno gastro entero trópico, já constituindo mesmo uma enfermidade própria com alterações profundas do seu metabolismo, deveria receber da parte de nossos sanitaristas um especial cuidado em prol dessa infância que têm sido tão rudemente atingida no seu direito de viver.

Outro não seria o nosso intento senão o de relembrar um assunto de extrema gravidade que muito tem concorrido para aumentar o cociente de mortalidade infantil em nosso meio. Trata-se de um distúrbio de graves consequências com autonomia clínica e fisiopatológica. É um processo próprio da estação quente sobretudo, atacando de preferência lactentes até 12 meses de idade, diminuindo a sua incidência desta idade em diante.

Os franceses chamaram-na de cólera infantil ou anidremia de Marriot,

e os alemães de intoxicação alimentícia de Finkelstein ou exicose de Schiff e Bessau. É conhecida também como desidratação aguda do lactente.

Quem já teve a oportunidade de ver um lactente com toxicose alimentar grave, jamais se apagará de sua retina a impressão daquele quadro triste e doloroso de uma criança que se aproxima ràpidamente da morte por falta de uma assistência precisa e imediata. Com facies de verdadeiro sofrimento, em posição de franco abandono no leito (catalepsia), olhar vago, opaco e inexpressivo, pulso frequente, pequeno e hipotenso, perda do sensório, extremidades frias e cianóticas, hiperpinéa e hipertermia, não faltando também as crises convulsivas e o shock circulatório.

Quando o caso se agrava, o coração se debilita fazendo se apagar ou mesmo desaparecer o 1.º tom cardíaco. Estão sempre presentes a taquicardia e a hipotensão muscular companhados de obnubilação. O shock circulatório aparece em consequência da hipovolumia que por sua vêz é provocada pela desidratação brusca dando lugar a uma lentidão da circulação dos capilares. Com a diminuição da água e dos electrólitos nos espaços extracelulares (intersticial e vascular), altera-se a permeabilidade capilar reduzindo a pressão coloido-osmótica do plasma sanguíneo, que por sua vez passa para os espaços intersticiais formados de água, proteinas e electrólitos. Em consequência da lentidão circulatória dos capilares (hidro-estase) dá-se a hipoxemia ou mesmo anoxemia perturbando o funcionamento renal levando-o ao estado de anúria. Na toxicose há uma função fisiológica e outra etiológica. A função fisiológica está representada pelo shock circulatório e acidose. O estado de acidose vem em consequência da hidro-estase com hipoxemia somados a grande perda de anions e presença de cetose. Esta última é devida a presença de ácido lático, corpos cetônicos e diminuição do funcionamento renal, cujos elementos nitrogenados deixam de ser eliminados aumentando assim o estado acidosico. A desidratação que é causadora de todo êste estado se faz pela pele, pulmões, vômitos e diarréa com perda de anions sódio, potássio, cálcio e magnésio, e cations cloro, sulfatos, fosfatos e carbonatos. Nos casos de toxicose sem diarréa, isto é por toxi-infecção, o shock se deve ao fator nervoso e a desidratação se faz exclusivamente pelos vômitos com perda total de cations cloro, levando o lactente ao estado de alcalose.

Na desidratação há uma transladação de água (plasma) do compartimento vascular ao intesticial conduzindo todos os electrólitos do sangue e suas proteinas. Há também uma insuficiência hepática e da supra renal e grande carência de cloridrato de tiamina, prejudicando a respiração celular. Em consequência dêsse desequilíbrio electrólito está sempre presente a hipo ou diperpotassemia vascular. A eliminação do potássio intra-celular se faz desde o começo da desidratação, porém sem haver destruição da própria célula pois não há eliminação do fósforo conservando a sua integridade.

ETIOLOGIA

As causas principais da toxicose do lactente são: 1.ª causa alimentícia, isto é, alimentação defeituosa, modo de como prepará-la, falta de higiene, estado carencial conduzindo a criança a desnutrição, etc. Normalmente o duodeno na criança é esteril, dificultando o desenvolvimento dos germens, isto provocado pelo seu esvaziamento nos intervalos das refeições e acidez do suco gástrico que é presente na idade da lactância com maior resistência do seu epitélio às infecções. Entretanto, êste mesmo epitélio poderá sofrer as consequências de uma alimentação defeituosa como hiper ou hipo-alimentação. não se adaptando a capacidade digestiva do lactente ou ainda quando rico em substâncias fermenticíveis dificultando seu esvaziamento transformando-o em meio favorável à proliferação de bactérias e da atividade metabólica das mesmas, resultando substâncias tóxicas de várias naturezas tais como, ácidos-orgânicos: lático, acético, etc, e também cresol fenol, estacol e aminas (tiramina, putrecina, cadaverina, estamina, etc.) que se tornam substâncias tóxicas quando absorvidas ao nível do intestino delgado, aumentando o seu peristaltismo. Estes transtôrnos são raros em crianças alimentadas ao seio e com alimentação artificial bem orientada.

2.º — Fatores meteorológicos, sendo o calor o que paga maior tributo com sua ação nociva sôbre o lactente, diminuindo a formação dos fermentos intestinais, dificultando a digestão dos alimentos. Além disto há também como fatores meteorológicos a pressão atmosférica e humidade.

3.º — Fatores constitucionais, isto é, crianças portadoras de alergia constitucional como diáteses exudativa e neuropática e ainda os neurovegetativos. Podem ser também incluidos os timolinfáticos, de hábito pastoso favorecendo o deslocamento hídrico que predispõe a criança à toxicose com maior labilidade à desidratação.

4.º — Causa infecciosa, defendida primeiramente pela escola francêsa tendo como patrono o professor Marfan, baseando-se nas infecções bacterianas endôgenas, isentas de quaisquer transtôrnos no intercâmbio nutritivo, teoria esta combatida pelo seu colega Finkelstein, da escola alemã que admite o transtôrno metabólico ou da nutrição como responsável pela febre e o estado tóxico. Esta teoria se baseia na proliferação de germens no ducdeno provenientes do grosso intestino ou do meio exterior (infecção exogena). Hoje é admitido pela maioria dos autores ser o coli-bacilo o que paga maior tributo nesta gênese. Experimentalmente ficou provado que a ingestão de filtrados de cultura, em lactentes, provoca vômitos e diarréa, ao passo que sua introdução por via retal é destituída de qualquer efeito tóxico. São os mais responsáveis as shigelas e salmonelas, assim como, os piociânicos e proteus em geral.

Pelo exposto fica provado que há uma ação correlata entre os dois fatores (alimentício e infeccioso).

Quanto às infecções endógenas os autores responsabilizam, entre êles

a escola de Marfan, as infecções à distância, como sejam: otites, sinusites, rinofaringites, meningites, piúrias, pneumonias, bronco-pneumonia, etc, provocando uma toxicose secundária à uma infecção parenteral.

DESIDRATAÇÃO

A desidratação na toxicose constitui uma síndrome cujos principais sintomas evolucionam em relação a intensidade da diminuição do volume dos líquidos orgânicos. A perda hidro-salina pode ter lugar qualquer das vias de eliminação da água, sejam os rins, a pele, os pulmões, principalmente o intestino e o estômago. Só no caso de queimaduras é que não existe uma perda aquosa inicial e sim por desequilíbrio na distribuição da água consecutiva a perda de electrólitos extra-celulares fixados no exsudato inflamatório. Não citamos aqui a perda aquosa pelos variados processos como as nefrites, os estados infecciosos agudos, o diabete, ou as insuficiências córtico-suprarenais, porque seria fugir do tema em questão.

Na desidratação por toxicose há uma hemo-concentração ou andremia com hidro-extase, o que em condições normais a proporção existente entre os diversos elementos na infância, é muito constante, calculando-se mais ou menos em 38% para o espaço ocupado pelos glóbulos vermelhos e 62% restantes correspondendo ao plasma. Êste é formado pela água intravascular e uma fração mínima pelas proteinas, demais substâncias orgânicas e electrólitos dissolvidos. O volume globular no recém-nato é maior do que nas demais idades, podendo alcançar até 52% segundo Aldridge e Robinow. Na desidratação êste volume aumenta até cifras consideráveis em se tratando de meninos, sem alteraçáes da forma sanguínea. Tem-se como limites normais do volume globular no menino durante o primeiro ano de vida 36 a 40%. A determinação do volume globular na toxicose não tem uma estreita relação para com a gravidade do quadro clínico, razão por que não nos tem preocupado êste exame no momento de instituir uma terapêutica de urgência. O que nos preocupa nestes casos é a hipovolemia com queda da pressão coloido-osmótica. O aumento da concentração sanguínea trás como consequência uma hiperglobulia e uma maior porcentagem de hemoglobina de valor fundamental dos estados de shock.

É sabido que a proteina normal do sangue de um lactente varia de 5,5 a 6,5%. A proporção maior é de soro-albumina (4,4) e o restante de 2,2% para as soro-globulinas e fibrinogeno.

Na desidratação aguda há uma hiper-proteinemia que pode alcançar as cifras acima de 8,0 grs.%. Neste caso pode-se conhecer o gráu da desidratação pelo percentual em proteinas.

Os electrólitos do sangue são representados pelos anions NA, K, Mg e Ca e os cations Cl-So4-Po4H e Co3H — ácidos orgânicos e OH.

O NA e Cl mantém o metabolismo normal da água, regulam a pressão coloido-osmótico e por fim sustentam o equilíbrio ácido básico. O potássio

que é de grande valor em toxicose regula o intercâmbio metabólico da célula alterada.

Mesmo havendo expoliação dêste elemento para os espaços intersticiais, não chega a se processar a destruição celular, pela ausência de perda dos fosfatos que integram a formação da célula. Há portanto neste caso uma hipo-potassemia em consequência do desequilíbrio electrolítico, tornando-se dêsse modo um elemento indispensável na reidratação. O K retido nos espaços intersticiais ou no sangue deve ser mobilizado.

No Centro de tratamento da toxicose, já conseguimos usar o cloreto de potássio, embora parcimoniosamente juntando ao sôro fisiológico ou glicosado uma solução dêste sal a 1|500 ou mesmo 1% (por mil) certos de que estávamos lançando mão de elemento de grande valor terapêutico para a recuperação da célula alterada, mas de maior sensibilidade e responsabilidade no seu uso.

OBSERVAÇÃO

Era de nossa intenção ao criar o serviço de toxicose do C.P.C.A. dar a denominação de Centro de Rehidratação, não só obedecendo a uma sugestão feita pelo professor Gerdar do Centro de Toxicose de Pedregulho, no Rio de Janeiro, como, e principalmente pela absoluta certeza de que não iríamos atender sòmente casos isolados de toxicose, e sim todo lactente que necessitasse de uma reidratação imediata. Compreendendo porém que o têrmo toxicose era o que mais se aproximava de intoxicação e que o de reidratação tornar-se-ia mais difícil de uma assimilação popular, preferimos o 1.º, muito embora percebendo o nosso êrro. Dêsse modo continuamos atendendo todo e qualquer lactente que necessite de uma reidratação imediata quer por toxicsoe, desidratação aguda na dispepsia ou desnutrição grave, e assim fazemos sempre que seja possível evitar um desequilíbrio hidro-electrolítico.

Dispondo apenas de 10 berços, conseguimos quase o impossível, pois no período de 2 anos, isto é, de 2|4|57 a 2|4|59, internamos 602 lactentes em sua maioria abaixo de 12 meses de idade. Dêste total apenas 109 eram portadores de toxicose grave e o restante com desidratação aguda e dispepsia. A toxicose se apresentou na sua maioria sôbre a forma hidrêmica, tendo a forma cerebral uma menor incidência. Durante êsse período, 3 lactentes internados como toxicose grave, eram portadores de encefalite infecciosa, cujo diagnóstico foi feito por exclusão o que é muito comum nestes casos, visto ser a encefalite a enfermidade que mais se confunde com a toxicose. Dos 109 casos de toxicose internados, 90 tiveram alta curados e 19 alta por falecimento, dando um cociente de mortalidade 17,4. Parece a primeira vista um cociente de mortalidade infantil excessivamente forte, entretano, pode ser julgado como bom em face da gravidade da doença. Casos dessa natureza não atendidos com urgência e sem a devida

assistência que os mesmos exigem, poderão elevar o cociente da mortalidade até 75% segundo os diversos autores e também por nós observados.

Em trabalho recente apresentado ao V Congresso das Sociedades Sulamericanas de Pediatria pelos professores Larguia — Gianatonio — Alvarez e Lauriente, da Argentina, sôbre toxicose, concluiram que essa enfermidade é sempre causada por um componente infeccioso primordial junto a fatores secundários de alimentação e ambiente, todavia contando com os fatores fisiológicos predisponentes, como sejam labilidade do metabolismo hidro-salino e menor capacidade de defesa frente às enfermidades. Acham que a toxicose é correlata à desnutrição, de modo que, melhorando o fator nutricional diminui notàvelmente o número global de toxicose. Fornecem uma estatística de mortalidade de 15,5% no período de 1950 a 1952 e 28% no período de 1953 a 1956, bastante significativa dando como causas primordiais sôbre esta diferença do cociente de mortalidade no período citado, falta de tratamento oportuno e adequado notadamente a ausência de internação, observando nestes casos profunda desnutrição além de serem portadores de estados infecciosos graves, do tipo speticêmico, bronco-pneumônico ou neuroviroses de caráter grave.

É nossa intenção diminuir mais ainda o cociente de mortalidade que apresentamos de 17,4%, sempre que estivermos melhor aparelhados para êsse mister.

TRATAMENTO

No Centro de Toxicose o tratamento tem sido instituído baseando-se em dois fundamentos: um fisiclógico e outro etiológico; primeiro, corrigindo-se a desidratação; segundo, atacando a infecção. Isto significa em linguagem prática prover o pequenino organismo de água, sais minerais, glicose, proteina, etc.; assim como sulfamidas e antibióticos, de preferência os primeiros. Outros medicamentos como analéticos, extrato hepático, suprarenal, vitamina B1, amplictil, etc, são secundários ao tratamento inicial. Sempre que é possível fazemos a plasmoterapia em dose de 20 a 30 gramas por Kg de pêso, por via endovenosa repetindo 6, 12, ou 24 horas depois, se necessário. Se a criança se encontra em estado de shock, antecipamos ao plasma o sôro fisiológico, glicosado, glico-fisiológico, lactato, carbonato ou poliso-sal em dose média de 150 cc, também por injeção venosa, a via mais indicada de acôrdo com o quadro clínico, procurando primeiramente equilibrar a pressão coloido-osmótica. Enquanto fazemos a venoclise estamos fornecendo por via oral, de colherinha em colherinha uma solução hidratante. Durante a venoclise fazemos anti-tóxico hepático que contenha uma boa dose de colina, suprarenal de 2 a 5 mlg., vitamina B1 e amplictil na dose de 5 a 10 mlgs. O amplictil serve para tornar a sobrevida do doente ao mínimo de metabolismo; a vitamina B1 para aumentar o oxigênio celular, melhorando a sua respiração; o extrato hepático, na formação do

glicogênio e recuperação dos enzimas destruídos, e a suprarenal que entra no *metabolismo* da água e dos electrólitos. Durante as primeiras 24 horas recebe hidratação per-os de 10 em 10, ou de 15 em 15 minutos, enquanto não consegue dormir, mesmo porque o sono não deve ser perturbado que é de grande valor para a reparação da célula nervosa, e em intervalos de hora em hora, recebe hidratos de carbono (amido) nas primeiras 24 horas. Nas 24 horas seguintes, poderá ser dado a mistura hidratante eledon, isto é, partes iguais do sôro dêste leite e mucilagem de arroz, ou farináceos em forma de míngua com base de lactato de cálcio. Iniciamos a alimentação com leite humano, contando para isto com o nosso banco de leite. Com 72 horas, fazemos a alimentação mixta com pelargon ou eledon ou mesmo leitelho fresco, por nós preparado e no dia seguinte receberá alta com uma alimentação puramente artificial.

Na falta do plasma, fazemos também sangue humano e é nossa intenção preparar o nosso próprio plasma e injetá-lo na forma homóloga, para o que contamos com o nosso banco de sangue. Na desidratação aguda, quando não há perda do censório, nem hiperpinéia, nem rudeza do primeiro tom cardíaco, fazemos o plasma sintético, isto é, poliso-sal e subtosan e na falta dêstes o sôro fisiológico e glicosado e ainda o sôro de Ringer. Hidratamos a criança na proporção de 180 a 200 cc por Kg de pêso em 24 horas. Esta hidratação tanto poderá ser venosa, intra-perotonial, subcutânea, como oral. Neste caso toma-se o pêso em relação a idade. De tôda a medicação prescrita é ainda o plasma a mais indicada considerada mesmo salvadora nos casos de shock circulatório e acidose, quando a morte parece ser imediata. Com o plasma fornecemos os electrólitos próprios do sangue que se deslocaram para os espaços intersticiais por desequilíbrio coloido-osmótico, e pouco a pouco o sangue vai recuperando sua integridade e o doente saindo do estado de shock de uma maneira impressionante. Quando não é possível usar essa medicação salvadora e não conseguimos usar também a via venosa, devido a hemoconcentração sanguínea, porém precisamos de uma absorção rápida, dado o estado de shock em que se encontra a criança, lançamos mão da via subcutânea com a junção da hialosima no sôro, que tem sua ação hidratante baseada na hialuronidase extraída do extrato do testículo do touro e experimentada pela primeira vez por Duran — Reynolds em 1928.

Escreveu Fernando de Mesquita, do Departamento da Criança do Estado de São Paulo "a hialuronidase é um enzima mucolítico capaz de hidrolizar o ácido hialurônico, um dos polissacarídeos da substância celular. Êste enzima pode ser também obtido de certas bactérias juntando o fluido do cordão umbilical que contém o ácido hialurônico. A sua ação hidratante consiste na despolimerisação do ácido hialurônico, determinando maior permeabilidade inter-fibrilar do tecido conectivo".

Em consequência disto soluções injetadas com hialurodinadase num território rico em tecido conectivo (celular subcutâneo, muscular, etc.) são

absorvidos ràpidamente e passam fàcilmente a circulação geral. Tanto a rialozima como a hydase, ambos extraídos do testículo do touro, são solúveis nágua. A nossa experiência tem demonstrado que êste enzima acelera ràpidamente a absorção dos líquidos até 5 a 6 vezes. No Centro de Tratamento temos notado que o sôro fisiológico ou glicosado quando injetados na face externa da coxa ou parede abdominal fornece a criança uma velocidade de absorção de 25 gotas por minuto, enquanto que juntando a estes uma ampola de hialosima, a velocidade aumenta até 120 gotas por minuto (5 a 6 vezes mais). Não obstante, preferimos a via venosa de maior segurança para os nossos doentinhos, quando nos estados graves de toxicose acompanhados de shock circulatório e acidose.

VIAS DE INTRODUÇÃO DOS LIQUIDOS

Adotamos qualquer das vias de introdução contanto que o socorro de urgência seja de solicitude imediata. Quanto mais ràpidamente for atendido o doente, maiores as possibilidades de sobrevivência. A via subcutânea, já quasi que abandonada, usamos com muita frequência para os casos que não apresentem gravidade. Esta é a preferida pelo nosso corpo de enfermeiras, quando não está presente o médico de plantão, mesmo por ser de fácil manejo e sem complicações. A via intra-peritonial foi usada por muito tempo quando da criação do serviço. A absorção pelo peritônio é rápida quase igual a venosa; atualmente temos abandonado esta via, preferindo a venosa de maior segurança para o doente. Usando a via venosa, damos preferência ao tronco-bráquio-cefálico ou mesmo a subclávia que consideramos de absoluta segurança quando é praticada com tôda a técnica. Embora rudemente combatida por alguns Centros Pediátricos do sul do país, podemos apresentar uma casoística acima de 2.000 venoclises praticadas no Centro de Tratamento de Toxicose de Cruz das Armas, sem um único acidente por nós observado. Talvez a técnica esteja superando o fator sorte admitido por estes colegas que combatem êste método sistemàticamente sem uma explicação convincente. O número de observações por nós apresentado vem justificar muito bem o método que usamos com tanta segurança. Os colegas que o combatem se estribam nos acidentes como sejam: edema da traquéa e enfizema pulmonar, os mais prováveis, e que jamais tivemos a oportunidade de observar. O único acidente que observamos assim mesmo com raridade é o shock pirogênico sem nenhuma relação com a técnica que possa ser usada como via de introdução dos líquidos. Estamos também capacitados para o emprêgo do oxigênio de preferência nas formas cerebrais. Pedimos entretanto aos colegas de especialidade suas sugestões em tôrno desta técnica e estamos dispostos a aceitar da parte dos mesmos a censura que nos couber.

O USO E A LÍNGUA

Prof. Pe. Francisco LIMA

Um dos elementos de mais relêvo que presidem a evolução das línguas vivas é sem dúvida alguma o uso, o uso das pessoas cultas que homologa e oficializa muitas vêzes o uso popular, depois que as camadas do tempo o consagra e acomoda às vistas mais intolerantes e aos ouvidos mais delicados.

Os que aprendem a língua, e muito mais os que ensinam a língua, devem ter olhos e ouvidos abertos para acompanharem a evolução do idioma na ronda do tempo, para lhe descobrirem os rumos nem sempre bem definidos, as tendências nem sempre claras e identificáveis.

Quantas vezes a gramática, o dicionário, a escola em uma palavra condena expressões e modismos, construções e tipos sintáticos ou morfológicos que o uso já autoriza, a que o uso já concede foros de cidadania nesta sociedade das palavras tão semelhante à sociedade dos homens! O uso marcha por assim dizer com a velocidade da luz e a escola marcha a sua retaguarda com a velocidade do som. Nunca se emparelham. Quando a escola dá o seu placet àquela prosódia, àquêle tipo de concordância, regência ou colocação, àquêle fenômeno semântico ou fonético, há muito o consenso universal os aprovara, sem dar ouvidos a uma ou outra voz em contrário que nenhum eco acordava...

Seria mais cômodo que a gramática fôsse a última palavra a dirimir quaisquer controvérsias no setor da língua; que se considerasse espúrio todo e qualquer vocábulo não registrado pelos dicionários; que se anatematizassem todos os tipos sintáticos aberrantes dos tipos sintáticos tradicionais, que se padronizasse, se estandardizasse se cristalizasse, se estereotipasse a língua em formas estáveis, rijas, mumificadas. Seria mais cômodo mas não seria lógico, nem humano. Não seria lógico, porque não se mu-

mifica a vida. Não sería humano, porque sendo a língua uma expansão do homem, participa da sua instabilidade, do seu mobilismo, do seu constante vir a ser...

E quanto mais se comprime a língua com a manopla das regras dogmáticas, com a estreiteza de falsos princípios filológicos tanto mais expansiva se torna a língua, quebrando grilhões e pulverizando postulados alicerçados em meras convenções. É a isto que muitos chamam a tirania do uso, e que chamaremos melhor a reação do uso à tirania da escola.

Em face desta instabilidade de certas formas da língua; destas controvérsias em que se digladiam opiniões contrárias; dêste aprovar hoje o que se reprovara ontem sob a sanção de S. M. o uso, confessam muitos desanimados: É impossível conhecer no rigor da expressão qualquer das línguas vivas. Não vale a pena o aprendizado de nenhuma das línguas vivas, para quem quer dominá-las integralmente.

Mas o que é conhecer uma língua viva? Conhecer uma língua viva é conhecê-la em seus princípios eternos, substanciais, fundamentais; princípios que constituem a pedra angular de tôda aquela construção, de tôda aquela estrutura. E não há língua viva sem êsses princípios.

Conhecer uma língua é saber separar realmente o acidental do substancial, o principal do accessório. E êste conhecimento nos mostra a verdadeira escola lutando com tôdas as veras contra quaisquer usos que pretendam deturpar o patrimônio eterno da língua, as linhas essenciais da sua formação.

Que os acidentes dancem, que os acidentes revoluteiem, que os acidentes se entrechoquem. A substância, porém, há de permanecer firme, estável, sustentando êsses acidentes...

A fidelidade ao latim, o amor aos padrões clássicos, o respeito à personalidade da língua são princípios substanciais do idioma que falamos, mas dentro da observância dêsses princípios quanta liberdade!

Nós não pecamos contra a fidelidade ao latim, aportuguesando em neologismo um têrmo estranho à língua mãe e sem correspondente na mesma, v. g. Uisque. Mas pecaríamos se rejeitássemos o têrmo de origem latina substituindo-o cabotinamente por qualquer expressão franduna, haja vista alta sociedade por high-life.

Não é um deslize contra o amor aos padrões clássicos escrever em estilo moderno, mas sê-lo-ia desprezar sistemàticamente os clássicos, acoimando-os de arcaicos e fósseis; mas sê-lo-ia não desentranhar dêles, como se expressa Machado de Assis, essas mil riquezas que à fôrça de velhas se fazem novas". Não é um desrespeito à personalidade da língua evitar na conversação ou na escrita os seus formosos idiotismos — o infinito pessoal, a precedência do artigo ao possessivo, a mudança do sentido da palavra acompanhando-lhe a mudança em gênero ou número. Mas sê-lo-ia fazer isto para acomodar-se às línguas estrangeiras que desconhecem tais peculiarismos.

Os que pretendem conhecer a língua confundindo o substancial com o acidental, cujo fluxo querem deter fazendo estacionar a evolução da língua, são dominados por esta evolução, e ficam à margem do caminho, parados, deblaterando sem consequências, como os cães que ladram para a lua. A mumificação, a fossilização que êles buscavam para a língua os atinge, como o feitiço que vira por cima do feiticeiro — e há por êsses Brasis mestres de português mumificados, fossilizados, ou em vias disto, ou com acentuadas tendências para isto. São os flagelos do ensino do português, como o seriam de qualquer língua viva, em qualquer grau do currículo.

Os mestres do vernáculo na Paraíba, pelo menos aquêles com os quais me acho em contacto direto, não estão incluídos nesta série de marginais, de quixotescos remadores contra a maré. Respeitando os princípios básicos da língua êles não admitem as alterações da linguagem "destruidoras da sintaxe e da essencial pureza do idioma", no claro dizer de Machado de Assis. Êles não batem palmas ao dadaísmo linguístico, que gera o dadaismo literário.

Mas por outro lado êles não negam o decisivo da influência popular na evolução da língua, dando vez por outra "direitos de cidade, no conceito do preclaro estilista de "Quincas Borba" a certos modos de dizer, a locuções novas que de fôrça entram no domínio do estilo" em que pese o seu não enquadramento nos esquemas da sintaxe regular:

Há quem tache o professor de português de incoerente, de contraditório, de vacilante, quando êle, em face da evolução da língua traduzida no uso popular devidamente autorizado, modifica uma opinião que antigamente esposara, um ensinamento outrora ministrado.

Foi o que fêz Rui Barbosa em certa passagem da polêmica linguística que travara com o seu velho mestre, o douto gramático senão filólogo, Professor Ernesto Carneiro Ribeiro, a propósito da redação do projeto do Código Civil Brasileiro.

Rui condenara o início de uma frase no corpo da oração pelo pronome oblíquo se, firmado na regra defendida por seu velho mestre: Não se deve começar frase alguma com pronome oblíquo".

Sucede, porém, que na última edição da gramática de Carneiro Ribeiro, a regra não mais se referia à frase mas a período, permitindo assim o início da frase, no corpo do período, com pronome oblíquo.

E Rui desanca o seu antigo professor nas páginas candentes da Réplica:

"Estou a ver, enfim, escreve, que as suas idéias neste assunto continuam em evolução (sic). Em 1881 quando estampou a sua Gramática Portuguesa Filosófica não tinha o eminente professor rumo nenhum quanto às regras da inserção dos pronomes na frase. Nove anos depois, época em que deu a prelo os "Serões Gramaticais", com o subtítulo de "Nova Gramática Portuguesa", parecia traçada em definitivo a sua carta de marear entre êsses escolhos do nosso idioma. Expungira o seu escrever das nódoas que nesta

matéria o inquinavam, e uma série de regras precisas indicava aos estudiosos da vernaculidade a maneira de o seguirem.

Doze anos mais tarde, porém, entra o legislador a repudiar a sua segunda legislação e a promulgar terceira. Muda assim de clave segunda vez. Durará mais tempo a sua última versão da verdade".

Não sei que resposta deu Carneiro Ribeiro ao último período de Rui. Eu responderia: Durará a legislação enquanto o uso autorizado pela escola admití-la.

Carneiro Ribeiro foi condenado no tribunal de Rui por acompanhar a evolução da língua, por não querer fossilizar-se, por desadorar o fetichismo das formas estereotipadas.

Afirmava, no entanto, Rui Barbosa na mesma Réplica: amar o uso e a linguagem do seu tempo"; justificava expressões acoimadas de cacofonia quando em locuções autorizadas pelo uso, v.g. fé de ofício, fé de homem de bem; citava Whitney quando êste dizia ser o uso a base da gramática que outra coisa não era senão a exposição dos fatos da linguagem.

Mas como é que o aluno de línguas, de português no caso, poderá saber se o uso autoriza ou deixa de autorizar esta ou aquela construção, êste ou aquêle vocábulo? Se é legítimo o emprêgo dêste ou daquele modismo, desta ou daquela anomalia sintática?

Pela observação da linguagem falada e escrita, desde que seja orientado nisto por um professor esclarecido e competente. O professor por sua vez deve conhecer os grandes padrões vernaculares de tôdas as épocas, os processos evolutivos da sua língua, a marcha e os rumos da corrente popular sôbre todos os tipos morfológicos ou sintáticos discutidos.

Deve fugir, porém, à rigidez, ao dogmatismo das fórmulas gramaticais absolutas, intolerantes, conforme o doutrinamento dos mais autorizados linguistas.

Meillet, o introdutor do método sociológico na ciência da linguagem ensina que o idioma é uma espécie de moda. Deve-se usá-lo de acôrdo com a época, segundo as tendências do grupo social.

Saussure, o maior criador de teorias e hipóteses fecundas na glossologia contemporânea prescreve no "Curso de Linguística Geral" que a evolução do idioma é uma fatalidade, não se lhe escapando mesmo as linguas artificiais como o esperanto e o volapuque, asseverando que a imobilidade absoluta não existe, e que o rio da língua flui sem cessar, não havendo estorvos ou barreiras que lhe detenham a marcha. Dauzat vai mais longe pois acha que o ideal das línguas não é o isolamento, mas a comunicação explicando os estrangeirismos como uma necessidade expressiva que se deve incentivar e não repelir:

Língua, assinala Vossler, é criação contínua do espírito, é devenir puro. Língua, observa Bally, é estilo, e estilo é mobilidade permanente.

Entre nós Mattoso Câmara Jr. diz que a atitude rígida de Rui Barbosa quanto à linguagem de cunho artificial, clássico, à outrance, só foi pos-

sível por causa da natureza especial da sua atividade literária, que não é interpretação da vida ambiente como no romance, nem a exteriorização anímica como na poesia, mas uma formulação abstrata de princípios jurídicos e políticos através da dissertação e da oratória.

E Mário de Andrade, embora não admitisse o escritor artista desconhecendo a gramática, admitia o escritor gênio despreocupado das regras do purismo morfológico ou sintático.

A Gramática Histórica encarando o fenômeno linguagem popular, não nos mostra a escola de férula em punho para castigá-la. Considera o fato com real compreensão, registrando-o sem farisaismo, mostrando as leis e as tendências que lhe presidiram a evolução.

Nos "Lusíadas", a Bíblia de nossa língua, de par com 478 têrmos de cunho acentuadamente erudito, ela descobre 375 expressões abertamente plebéias. Haja vista abastar, abondança, Caterina, perfeitamente compreensíveis naquela fase de formação da língua.

Tenho visto e ouvido muita gente repudiar como rústicas as palavras achanar, ancho, bandalheira, baque, bucho, cachola, ingresia, macacoa, madorna, paleio, vasqueiro, veneta e outras que tais. No entanto, se acham elas grafadas em tipo comum nas obras de Herculano, Machado de Assis, Rui Barbosa, Castilho, Carlos de Laet, Antero de Quental, Almeida Garrett e outros luminares do idioma.

Estão consagradas, portanto, pelo uso de escritores de fama.

No capítulo crucial dos estrangeirismos merecem de fato repulsa os que substituem apêrto de mão por shake-hands, criado de quarto por valet de chambre, trocadilho por jeu de mots, gorjeta por pourboire, mas não se incluem na mesma sanção os que usam víveres em lugar de mantimentos, ataque ao lado de insulto, banal sinônimo de vulgar, emoção equivalente a abalo, pois o uso tolera êsses peregrinismos dispensáveis.

Se não temos correspondente na língua para bridge, deficit, flamboyant, footing, smoking e enjambement que faremos para expressar as idéias que êsses têrmos representam?

Quem aceitou a substituição de repórter por alviçareiro, de reclame por proconício, de nuance por ancenúbio, de claque por venaplauso, sucedâneos criados pelo precioso Dr. Castro Lopes?

O uso, porém, que tem algo de caprichoso, encarou com simpatia cardápio para substituir menu e protofonia em lugar de ouverture. O povo usando um processo muito diferente do processo Castro Lopes transformou pisspot em bispote, vade-mecum em badameco, snooker em sinuca, mannekin em manequim, e aqui na Paraíba Boisson em Boi Só.

E a escola de mãos dadas com o povo vai aportuguesando cada dia novos estrangeirismos que assim ingressam no patrimônio da língua: talvegue, uisque, b'festequa, suástica, jóquei, futebol.

O dinamismo do uso é tão poderoso que mata e ressuscita. Matou as expressões concludir, giolho, ende, leixar, ogano, bofé e quejandas. Ressus-

giu acoimar, aleive, arrefecer, confortar, estugar, sanha, grado, lídimo, ufano e outras das 128 palavras que Duarte Nunes de Leão em 1605 registrava arcaicas.

No português do Brasil há uma tendência para arcaizar as contrações pronominais mo, ma, to, ta, lho, lha, nolo, nola, volo, vola, como o lo enclítico com as segundas pessoas do singular e do plural, v. g. ama-lo, amai-lo, tema-lo, temai-lo, punia-lo, puniei-lo, pusera-lo, puserei-lo. E o povo já declarou guerra, pela lei do menor esfôrço aos demonstrativos êste, esta e isto, substituindo-os pelos mais camaradas êsse, essa e isso por mais acomodatícios à nossa preguiça tropical.

O uso é uma atmosfera que nos envolve em todos os sentidos. Sua influência pode ser consciente, inconsciente e subconsciente. É preciso uma energia sempre renovada e uma vigilância a tôda prova para combatê-lo com eficiência. Do contrário, v. g. condenamos nós a regência da preposição em quanto aos verbos de movimento para imediatamente soltarmos um vou em casa. Verberamos o uso do pronome reto como objeto direto para logo a seguir dizermos: Chame êle ao meu gabinete...

Há muitas construções sintáticas no setor da concordância, da regência e da colocação que o uso homologado pela escola autoriza, não obstante a recalcitrância de certos gramáticos menos compreensivos.

É sabido por exemplo que o pronome quem, da 3.ª pessoa do singular, e que se decompõe em aquêle que, leva o verbo para a 3.ª pessoa do singular. Assim construimos: sou eu quem vive, és tu quem vive, é êle quem vive, somos nós quem vive, sois vós quem vive, são êles quem vive. Mas se o antecedente de quem é um pronome pessoal expresso, como no exemplo em aprêço, o verbo pode concordar por atração com êste antecedente. Assim não condenamos as construções: sou eu quem vivo, és tu quem vives, é êle quem vive, somos nós quem vivemos, sois vós quem viveis, são êles quem vivem. Não condenamos o velho Patrocínio quando em seu "Jesus" escreveu: "Não és tu quem dás, filho..."

Mas isto é ilógico, isto soa mal ao meu ouvido, isto fere a pureza vernácula, dirá alguém. Quem assim julgar adote a concordância na 3.ª pessoa. Execrar, porém, como errônea e solecista uma construção que o uso generaliza sob a responsabilidade da escola não é de boa ética filológica.

Quando concorrem vários sujeitos de diferentes pessoas gramaticais, é conhecida a regra que manda por o verbo no plural concordando com a pessoa que tiver precedência: 1.ª quanto às demais, 2.ª quanto à 3.ª. Assim diríamos: Eu e tu estamos tristes. Tu e êle conseguireis o prêmio. Mas quem deixasse de observar esta regra construindo por exemplo: La se achavam êle, eu e o meu amigo encontraria justificativa para suas construções no uso dos próprios clássicos.

Mas eu prefiro a língua moderna, com a sistematização atual, sem ranço clássico, opina alguém. É claro que está no seu direito. Não deve, porém, condenar como ignorante nas coisas do vernáculo quem usa uma construção

clássica, que embora fuja às regras comuns, não é considerada pela escola como uma deturpação do idioma.

Muitos gramáticos condenam firmados nos clássicos a construção que apresenta preposicionado o sujeito da subordinada infinitiva. Por exemplo: Antes do professor chegar, eu sairei — assim corrigida: Antes de o professor chegar, eu sairei. A 1.ª construção, porém, afirma Pedro Adrião em suas "Tradições Clássicas da Língua Portuguesa", "é mais natural, mais elegante, mais eufônica, mais usual na conversação, e o que é mais, consagrada também, pelo uso dos escritores clássicos não só antigos como modernos".

Em geral, continua o autor citado, condenam os gramáticos o empregarem-se com o mesmo complemento dois têrmos que têm regência diversa, e assim acham errônea a seguinte frase: É proibido subir e descer dos bondes em movimento.

É muito lógica esta condenação dos gramáticos, confessa Pedro Adrião, mas da lógica da teoria para as conveniências da prática vai alguma distância", e estribado no uso dos clássicos assegura que a construção condenada não merece êste tratamento, desde que o alinho e a elegância da frase nada sofram.

O verbo acostumar é transitivo ou transitivo relativo, regendo a preposição a, segundo Francisco Fernandes em seu célebre Dicionário de regência, v.g. "O cavalo que alguém já acostumou". "Acostumar os filhos a estudar". Sá Nunes, porém, defende a construção — acostumar-se com isto, regendo o verbo a preposição com, bastante usada por analogia com o verbo habituar.

O verbo visar, no sentido de propender, pender, dispor-se, propor-se rege sempre objeto indireto introduzido pela preposição a, v.g. "O ensino visa ao progresso social". (Laudelino Freire).

Modernamente, porém, diz Francisco Fernandes é comum dar-se-lhe objeto direto qualquer que seja a sua accepção, v.g. "As notas visavam mais o professorado do que os alunos". (Otoniel Mota).

Devemos conhecer o mais possível esta duplicidade ou triplicidade, ou multiplicidade de regência para não cairmos na gafe das falsas correções.

No campo da sintaxe de colocação ainda é mais interessante o fenômeno do uso, sobretudo na síclise pronominal. Há quem coloque os pronomes proclíticos, enclíticos ou mesoclíticos firmado unicamente no uso. E cousa mais notável: coloca-os corretamente. Seria o caso do filólogo Silva Ramos que dizia não colocar os pronomes oblíquos na frase, porque êles mesmos aí se colocavam espontâneamente.

Em Portugal, ressalta Marques da Cruz, nenhuma gramática até hoje tratou da síclise pronominal. Nem tampouco os professores dão regras nas suas aulas sôbre a mesma. E a razão advém de que, sendo Portugal o berço da língua e tendo poucos estrangeiros, o emprêgo tradicional da colocação dos pronomes continua o mesmo de geração em geração.

A língua não sofreu como no Brasil o embate de línguas migratórias, ocasionando-lhe o desvirtuamento com a quebra dos tipos tradicionais de construção.

Um camponês analfabeto em Portugal coloca tão bem os pronomes como um intelectual, excetuando apenas os casos da mesóclise, que o aldeão em geral não sabe empregar, como por exemplo na seguinte quadra popular do norte:

"Zézinho, por tua vida
Leva-me a noite ao serão;
Farei-me tão pequenino
Que caiba na tua mão".

Devia ser, é claro, far-me-ei.

A linguagem usual é filha do sentimento, da afetividade, enquanto a linguagem formal da sistemática se prende mais à razão, à lógica.

Daí ser a linguagem usual mais espontânea, mais natural, mais viva, mais expressiva, mais enérgica.

A linguagem usual é a tradução do sub-consciente, imponderável e dominador elemento psíquico que age na sombra, mas age, impulsionando-nos para as ações para as reações, para as atitudes com uma fôrça quase onipotente:

"Na base de tôda linguagem expressa subjaz a corrente da afetividade", assegura Jesus Belo Galvão em seu trabalho "Subconsciência e afetividade na língua portuguesa".

E no célebre símile de Vendryes nós encontramos esta linguagem usual, afetiva, subconsciente, como encontramos a linguagem artificial das gramáticas e a fôrça irresistível da subconsciência quebrando tôdas as barreiras da formalística. L'eau qui continue à couler sous la glace qui l'emprisonne, c'est l'affectivité. Le froid qui produit la glace il voudrait retenir la riviére, c'est l'effort des grammairiens et des pédagogues et le rayon de soleil qui rend à l'affectivité sa liber c'est la force indomptable de la vie victorieuse des régles, brisant les entraves de la tradition".

A língua vulgar para Vendryes é a linfa buliçosa que corre agitada e inquieta sob uma camada de gêlo, a figurar por sua vez a língua da escola nos seus cânones rígidos, estáveis. Um raio de sol atinge com seu calor onipotente a linfa palpitante e ela irrompe indomável, quebrando obstáculos, abrindo passagem para a liberdade, que é o contacto com a luz.

Alarga-se cada dia que se passa o âmbito da sintaxe ideológica como da sintaxe afetiva. E êste fugir aos trâmites da sistematização gramatical não é para a linguagem uma capitulação: um sinal de fraqueza e de morte. É pelo contrário uma exigência da vida, uma vitória da vida.

Surgem assim com as silepses de gênero, número e pessoa, as elipses, as zeugmas, os pleonasmos, os anacolutos, as sínquises, os hipérbatos, as

anástrofes, os idiotismos e as tmeses, as atrações e contaminações, que afetam a concordância.

Tudo isto porque é uma verdade o que disse Pascal: "O coração tem razões que a própria razão desconhece".

A cousa que nós mais condenamos em nossas aulas de português é a mescla do tratamento pronominal — a mistura de tu e você em se tratando da mesma pessoa, de vós com V. Excia. V. Revma. V. S. V. Mercê e expressões que tais.

No entanto, passa isto como uma das belezas da linguagem afetiva, e encontramos a construção em escritores de nota, embora em discurso direto, retratando a linguagem incorreta do povo, o que a boa estilística condena, não obstante o uso autorizar:

São de Manuel Bandeira os seguintes versos a propósito:

Irene preta
Irene boa
Irene sempre de bom humor,
Imagino Irene entrando no céu,
— Licença, meu branco
E São Pedro bonachão:
— Entra, Irene, você não precisa
pedir licença".

Aí nós temos simplesmente a 2.ª pessoa, tu mesclando-se com a 3.ª você, naturalmente, espontâneamente, eufônicamente, afetivamente. Se o tratamento na 2.ª pessoa é tratamento íntimo, você é o tratamento consagrado, estandardizado, quando há intimidade, camaradagem, nivelamento social chegando mesmo à categoria de tratamento generalizado, indistinto. (Jesus Belo Galvão).

Ainda a propósito, é de Marques Rebelo, em "A Estrêla Sobe", o seguinte trecho:

"Você tem boas bolas, Leniza!
Mas fica descansada, já disse...
Mas vem cá: você fala tanto em
dinheiro... Anda tão apertada assim?"

Aqui nós temos a mistura dos mesmos pronomes, tu e você, e pelas mesmas razões.

Aos meus alunos porém, eu continuo a dizer, não merecem imitadas semelhantes construções, e para falar com franqueza, não acho as expressões dos últimos exemplos nem mais claras, nem mais expressivas, nem mais enfáticas do que as expressões regulares.

Não se trata, pois, de um deficit da linguagem regular reparado por

uma construção irregular no sentido de Henri Frei em sua "La Grammaire des Fautes".

O argumento do uso homologado pela escola para justificar uma construção que foge às regras pre-estabelecidas é um argumento de pêso.

Mas o simples argumento da linguagem afetiva não vale, porque é daqueles argumentos que provam demais. Quid nimis probat, nihil probat.

É na linguagem afetiva, na linguagem familiar, doméstica, íntima, que nós encontramos os piores vícios de linguagem: barbarismos, solecismos, plebeismos e tui quanti.

O caminho traçado pelos mestres sistematizadores da língua é para os principiantes o caminho mais seguro.

Ninguém é obrigado a afastar-se da rota, que leva ao têrmo da viagem, preferindo os atalhos que diminuem ou aumentam o tempo da marcha.

O que se não deve é condenar os que seguem tais veredas ou caminhamentos por uma questão de gôsto tão respeitável na sua subjetividade.

As construções insólitas que a escola autoriza são êsses atalhos, essas veredas, êsses caminhamentos percorridos pelo uso na linguagem falada ou escrita.

Conhecê-los e distinguí-los das rotas que podem levar o viajante a perder-se no emaranhado das encruzilhadas ou na amplidão sem fim das charnecas é o nosso dever.

Porque essas rotas mal-aventuradas que terminam na confusão da obscuridade ou na angústia da dúvida são o abastardamento da língua, a deturpação do idioma.

Escritores ou futuros escritores:

"A influência popular na língua, doutrina Machado de Assis, tem um limite; e o escritor não está obrigado a receber e dar curso a tudo o que o abuso, o capricho e a moda inventam e fazem correr. Pelo contrário, conclui o fino estilista, êle exerce também uma grande parte da influência a êste respeito, depurando a linguagem do povo e aperfeiçoando-lhe a razão".

"A língua nacional tem rr e ss finais relembra José Américo de Almeida na introdução de "A Bagaceira". Deve ser utilizada sem os plebeismos que lhe afeiam a formação.

"Brasileirismo não é corruptela nem solecismo. A plebe fala errado; mas escrever é disciplinar e construir, remata lapidarmente o preclaro romancista".

Prezemos a nossa língua relembrando de vez em quando as suas excelências tão bem expostas neste trecho de ouro de Francisco Rodrigues Lôbo, o Teócrito Português:

"A língua portuguesa é branda para deleitar, grave para engrandecer, eficaz para mover, doce para pronunciar, breve pora resolver; acomodada às matérias mais importantes da prática e escritura. Para falar é engraçada, com modo senhoril; para cantar é suave com um certo sentimento que

favorece à música; para pregar é substanciosa, com uma gravidade que autoriza às razões e as sentenças; para escrever cartas nem tem infinita cópia que dane nem brevidade estéril que a limite; para histórias nem é tão florida que se derrame, nem tão sêca que busque o favor das alheias. A pronunciação não obriga a ferir o céu da bôca com aspereza, nem arrancar as palavras com veemência do gargalo.

"Escreve-se da maneira que se lê e assim se fala. Tem de tôdas as línguas o melhor: a pronunciação da latina, a origem da grega, a familiaridade da castelhana, a brandura da francêsa e a elegância da italiana. Tem mais adágios e sentenças que tôdas as vulgares em fé da sua antiguidade. E para que diga tudo só um mal tem, e é que pelo pouco que lhe querem os seus naturais, a trazem mais remendada que copa de pedinte".

Senhores, a língua é a roupagem do pensamento.

Revistamos as nossas idéias com a indumentária singela e simples do uso comum. Mas que essa indumentária seja uma roup'nha limpa, cheirosa, uma fatiota sem rasgões nem remendos que nos envergonhem.

FONTES CONSULTADAS:

Gramática Histórica da Língua Portuguesa — Eduardo Pereira
Gramática Histórica da Língua Portuguesa — Ismael de Lima Coutinho
Gramática Histórica da Língua Portuguesa — J. J. Nunes
Gramática Expositiva la Língua Portuguesa — Eduardo Pereira
Gramática Metódica da Língua Portuguesa — Napoleão Mendes
Gramática Normativa da Língua Portuguesa — F. Silveira Bueno
Tradições Clássicas da Língua Portuguesa — Pedro Adrião
Lições de Português — Sousa da Silveira
O Meu Idioma — Otoniel Mota
O Idioma Nacional — Antenor Nascentes
A Formação Histórica da Língua Portuguesa — F. Silveira Bueno
História da Língua Portuguesa — Serafim Silva Neto
Origem da Língua Portuguesa — Joaquim Ribeiro
Curiosidades Verbais — João Ribeiro
Geografia Linguística — Joaquim Ribeiro
A Língua do Brasil — Luís Viana Filho
A Língua do Nordeste — Mário Marroquim
Língua Vernácula — José de Sá Nunes
Novíssimos Estudos da Língua Portuguesa — Mário Barreto
Galicismos — A. Tenório de Albuquerque
A Língua (Introdução ao Estudo da Fala) — Edward Sapir
Dicionário de Verbos e Regimes — Francisco Fernandes
Regime de Substantivos e Adjetivos — Antonio da Cruz

Dificuldades da Língua Portuguesa — M. Said Ali
Problemas de Linguagem — Cândido de Figueiredo
Fonética Sintática — Sousa da Silveira
Sintaxe Histórica da Língua Portuguesa — Epifânio Dias
Tratado de Semântica Geral — Silveira Bueno
Réplica — Rui Barbosa
Serões Gramaticais — Ernesto Carneiro Ribeiro
Mistérios e Maravilhas da Língua Portuguesa — Vasco Botelho do Amaral
Subconsciência e Afetividade na Língua Portuguesa — Jesus Bêlo Galvão
Estilística da Língua Portuguesa — M. Rodrigues Lapa
Textos Quinhentistas — Sousa da Silveira
Lições de Filologia Portuguesa — J. Leite de Vasconcelos
Lições de Filologia Portuguesa — Carolina Michaelis de Vasconcelos
Manual de Filologia Portuguesa — Serafim Silva Neto
Introdução à Filologia Portuguesa — Serafim Silva Neto
Ensaios de Filologia Portuguesa — Serafim Silva Neto
Iniciação à Filologia Portuguesa — Gladstone Chaves de Melo
Revista Brasileira de Filologia — 1955, 1956, 1957, 1958

O ELEMENTO MÁGICO NO PROCESSO

Prof. Osias Nacre GOMES

I — Influência da magia na sociedade contemporânea; II — Percussão no território do direito; III — História do formalismo canônico-romano; IV e V — Distúrbios do cerimonialismo no processo vigente; VI — Anacronismo das fórmulas tabeliãs; VII — Conclusão.

I — Antropologistas modernos de espírito inquisitivo salientam que entre os prejuízos obstrutores de um desenvolvimento social mais arejado figura a magia. A presença dêsse fator na sociedade é mais ostensiva do que se supõe. Êle se infiltra sorrateiro em grande parte das atividades comunitárias e na prática mesmo das instituições mais egrégias.

J. MILTON YINGER declara irreduzida a importância da magia na sociedade atual, estranhando que, apesar de nua de resultados objetivos, continue inabalável no pedestal de seu valimento junto às maiorias. Destaca o prestígio das fórmulas esotéricas na diplomacia, no sistema penitenciário criminal e na educação do nível mais elevado, campos em que o homem troca a experiência obtida através de doloroso aprendizado tecnológico por inspirações medievalescas, a que atribue a virtude de ampará-lo contra o mêdo e o sentimento de desajuda face ao desconhecido. Pesquisadora da tarimba de RUTH BENEDICT afirma que o esquema americano da educação é vinculado de influência mágica, pois em vez de suprir as necessidades técnicas da criança quando adulta, crê na auto-suficiência do mundo intelectual, a educação encarada como um poder no sentido não-naturalístico.

Diante disso, já impressiona menos aludir ao substrato mágico das religiões acorrentadoras de densos contingentes demográficos, como o hinduismo oriental e o romanismo do sul da Europa e da América lusa-hispâ-

nica, com a exploração dos formalismos vasios e da tendência supersticiosa das massas — segrêdo distinguível a ôlho nú de sua popularidade a verrumar o tecido maciço dos séculos.

Era conhecida no passado a magia como arte cabalística de fazer coisas extraordinárias, o tirocínio dos feitiços e dos encantamentos. E, conquanto a chamada "magia branca" se encobrisse, para prosperar, sob o manto da adocicada tolerância dos grandes da terra, a modalidade "negra" levou muita carne humana a crestar na fogueira.

Hoje vingará definição mais prestimosa.

Será a atribuição de sacralidade e fôrça imaterial a objetos e a determinados movimentos de trânse no espaço. Processo totêmico — fé implícita em que dados gestos produzirão dados efeitos — ciência bastarda, equilibrada nas mulêtas de errônea associação e idéias — sistema espúrio de deformação astuta da lei natural — passa-tempo abortivo: aí ficam os traços nada lisongeiros com que um dos mais eruditos antropólogos que se debruçaram sôbre o fenômeno, TAYLOR, o caracteriza sob critério científico. Porém, mesmo assim, em sua indisfarçada feitura, nele enxerga um laivo de contribuição cultural ainda que revêssa. Apesar da natureza ilusória, não teria sido, através do nevoeiro das idades, parcela de todo despicienda no estimular do progresso do homem. Fortaleceria a confiança nos cometimentos semi-misteriosos, esmiuçaria trejeitos herméticos, de que derivaria a técnica moderna. Alquimistas e astrólogos, bruxos e nigromantes, manipulando fumaças, sucos, ácidos e sáis, a mente dançarina perdida em divagações, abstratas, seriam os pais dos físicos e químicos modernos, dos astrônomos, penetrados da essência divina, que acabariam por devassar o recôndito das galaxias com as lentes da rádio-telescopia, e, afinal, descobririam a eletrônica, fusão das fôrças vibratórias da natureza.

A influência da mágica na cultura primitiva deu margem a uma discussão cujor calor ainda hoje nos requeima, entre o invocado — TAYLOR e FRAZER, WESTERMARCK, PREUSS, HUBERT AND MAUSS e o reputadíssimo MALINOWSKY. Todos os aspectos da cabala mistagogica foram esmerilhados num sentido de profundidade, e ela foi encarada como uma fruste tentativa de contrôle pelo homem das energias da natureza, em oposição ao esfôrço das religiões de o ganharem sob a propiciação de poderes mais altos. Até o significado do mercenarismo flutuou na análise aguda que sofreu a magia, anseio do sobrenatural dobrável ao manuseio da agência humana. Como negócio chamaram-n'a os ingleses de um very practical affair e, no geral, visto que primo vivere, não se poude fugir à evidência de que na esfera dos contactos gregários ela sempre investiu os profissionais numa grande soma de prerrogativas sociais.

Realmente, na antiguidade, como nos dias contemporâneos, sendo a mesma a psicologia do povo, os mágicos e sacerdotes desfrutam sempre posição de autoridade e mando, e são règiamente remunerados, porque monopolizam e propinam aquilo que Lenine chamava o ópio um complexo de mi-

tos, fórmulas e palavras, atitudes e teatralizações organizado com o fito de embasbacar, epater o ânimo crédulo e já propenso ao êxtase e á alucinação das camadas aliteratadas. Por mais que se forcêje turvar a pesquiza do elemento mágico na estrutura epidérmica das crenças, ela se impõe com a vibração duma realidade máscula. O ofício sacerdotal e a magia, feitiços e ritos sacrificiais se interpenetram desde a mais opaca ancianidade. Grande parte da civilização egípcia e da caldaica é constituida dessa confusa mistura. Numa época em que os estudiosos chamam de "espumante" THOTH, o mistificador nove vêzes grande, empolgava com os seus passes e sortilégios a aristocracia da côrte faraônica. E essa fatalidade contagía a totalidade das culturas milenares. MOISÉS mesmo houve de transigir com a magia, suplantando os taumaturgos convocados pelo faraó recalcitrante. E o paganismo politeista de Grécia e Roma sublimá-la-ia, coroando-a de inatingido esplendor nos cultos a ídolos, mesclados de sensualidade e drama passional.

As ondas dêsse passado trevoso se espraiam, no particular, ai de nós, até os nossos dias. Raças inteiras ainda se atropelam na caçada dos sinais, como os judeus denunciados por Paulo de Tarso, enquanto u'a minoria, cada vez mais confinada, suspira pela sabedoria casta e pura, desvinculada de artificialismos inócuos. Bonzos, sacerdotes ou rabinos, metidos em vestes talares para benzer fábricas, espadas de cadêtes ou navios postos no mar, identificam-se na estrategia inaugurada nas selvas pelo pagé ornado de penas, que exorcisa as colheitas para que sejam abundantes ou esparze água sagrada sôbre as cancas maoris que arribam para a pesca.

II — Se persiste, assim, a magia no tecido componente das instituições mais respeitáveis, alcançará também o território do direito?.

Aqui chegamos ao fim específico deste estudo.

No direito positivo e codificado, que dita as normas substanciais segundo as quais se rege a sociedade, direito civil, penal, constitucional e trabalhista, elaborado por leis expurgadas de tôda rebarba, todo bisantinismo frondejante, é escassa ou negativa a colaboração do condimento mágico. A lei diz o que quer e o diz concisamente, nada contendo em si de inútil.

O material de que dispõe o interprete é, portanto, resumido e auto suficiente. Nenhum desregramento vocabular, nenhuma prestidigitação, nenhum ilusionismo sensorial. A legislação brasileira, a contar mesmo da ditadura, tem sido, é certo, acusada de exuberante e confusa, não raro contraditória. Diplomas de exeção se atropelam em sua eficácia provisória. Será fatalismo incontornável num país extenso como o nosso de complexíssimas necessidades administrativas.

Portanto, num panorama amplo, a lei civil e penal, a lei constitucional e a administrativa, as leis especiais se aplicam isentas de tropêços residuais. Porém o mesmo não acontece com as leis de processo e com as práticas forenses.

E' até certo ponto constrangedora tal afirmativa, por encerrar uma como

injustiça histórica e doutrinária contra grandes praxistas nacionais colaboradores da reforma de 1939-40, nomeadamente contra FRANCISCO CAMPOS, inspirador e prefaciador, com a memorável "Exposição de Motivos", do Código de Processo Civil de 18 de setembro de 1939. O espírito da revisão fôra modernizar o processo, tornando-o instrumento mais popular e eficiente para a distribuição da justiça, de acôrdo com insistentes reclamos da nova ordem política. O existente côrpo de normas era obsoleto, diz CAMPOS. Variava de Estado a Estado e não acompanhava a evolução que subvertia, no campo do direito formal, paises de cultura mais acendrada. O processo entre nós, aduzia, era mais "uma congérie de regras e formalidades e de minúcias rituais e técnicas, a que não se imprimira nenhum espírito de sistema, e, pior, a que não mais animava o largo pensamento de tornar eficaz o instrumento de efetivação do direito."

Operou-se, pois, a reforma debaixo dêsse brilhante propósito. Já se vão, porém vinte anos. E a experiência colhida nos dois encadeados decênios autoriza clamar que só em parte terá logrado êxito.

A oralidade que ambicionou introduzir no ritual forense o novo Código fracassou estrepitosamente. Tudo nêle continua escrito. Testemunhas continuam a produzir longos depoimentos gráficos que exasperam a paciência do juiz e das partes, roubando, sobretudo, o minguado tempo de que dispõe o julgador para elaborar sentenças com inteiro conhecimento da causa e a iluminação científica dependente da consulta de tratados. A própria ingerência autoritária do juiz na direção do processo — um dos fitos da revolução adotada — burlou-se ao influxo da rotina perpetuante do fetichismo dos testemunhos escritos, atrazo imperdoável de método, numa época em que os equipamentos de gravação da voz se multiplicam ao dispôr dos objetivos mais frívolos.

As inovações trazidas ao sistema pelo Código de 1939-40 só tiveram a virtude, que seria obstinação escurecer, de simplificar o convencionalismo reinante no protocolo forense, ressalvados os ítens essenciais de garantia da citação, do contraditório e da plasticidade dos recursos. Apenas a criação do despacho saneador, o uniformismo da ação, livrando-a da volubilidade de nomenclatura, que tanto atormentava os noviços, e a supressão dos apêlos nos interlocutórios credenciam a reforma FRANCISCO CAMPOS à gratidão dos praticantes do direito, sem falar na rigidez do critério implantado quanto ao efeito mortalizante das nulidades, adstrito à prova de prejuizo para as partes.

Todavia, LE MONDE MARCHE, o tempo corre depressa e as coisas que eram novas ficaram menos novas. E menos excelentes. A denominada concentração processual já os libertaria, numa primeira etapa, do obscurantismo medieval em que vegetávamos, sujeitos aos arcaismos irremovidos do Regulamento no. 737 e da velha Consolidação do conselheiro Ribas.

Mas o fôro não se arejou.

A máquina judiciária teima empacada num deplorável empêrro. Os

feitos civeis e criminais empanturram cartórios sem andamento, e o esforço pela apuração da verdade, meta peregrina da prestação jurisdicional do Estado aos seus habitantes, remanesce amarrada a insuportaveis tardanças duma burocracia retrógrada e farisaica.

Porque?

III — Resposta não daremos a essa indagação ansiosa sem prévio exâme histórico e etimológico de um dos motivos do parcial insucesso do alviçareiro empreendimento de naturesa institucional.

Nós herdamos o formalismo processual dos lusos, e estes o haviam forjado aproveitando os escombros de um direito canônico pletórico de sutilesas e hermetismos, escritissimo e secreto, cfegante de preclusões e recursos, e de recursos de recursos, como acentua GALENO LACERDA. Já o código visigótico, consecução de bárbaros influenciada por Roma mesmo conquistada, se deixará êle próprio penetrar dos cânones, e assim enternaria sôbre as ordenações afonsinas, filipinas e manuelinas todo o carrêgo de superfetações de índole mágica, que tornava quase inexcrutável o aranhol da prática forense naqueles dias remotos.

Tudo o mais é obra das regras latentes, dos estilos e usos gerais preconizados em invencível rotina. Com efeito JOÃO MENDES DE ALMEIDA JUNIOR (1897) assegurava que a praxe forense não passa de "depósito de dados da experiência". A palavra grêga EPRAXE explicava o conceito daquilo que tem sido "sempre praticado" — praticado certo ou errado, mas praticado — com ou sem apôio na lógica e na evolução da cultura, com ou sem atinência às finalidades instrumentais do processo. Foi por isso que sempre tivemos professores agarrados a "romanismos artificiais", como proclama a crítica acidulada de PONTES DE MIRANDA. Há formulas anacrônicas e imprestáveis, deformadoras do principal em homenagem ao accessório. Um praxista da estatura de CORREIA TELES achava, em 1877, indispensável saber-se o nome exato de todas as ações, ainda, atenuava, que as Decretais não o exigissem na Introdução. E pelo emprêgo equívoco de um tipo de demanda por outro — essa chinezice — muito juiz zeloso anulou todo o feito.

Essas e outras quinquilharias acabariam por dar razão aos espíritos suspicazes, que definiam o processo como a arte cabalística de obumbrar e encher de complexidades aquilo que de si era simples e fluido. As ordenações e regimentos de que se entretecia o Código Comercial antigo chegavam ao cúmulo de injetar valimento jurídico a meras representações simbólicas. Diziam, por exemplo: "Os símbolos produzem efeitos jurídicos nos casos em que a lei determina". E assim, o direito processual arcaico possuia algo de mistericso e soturno — modismos, tecnologia fechada, vocabulário separado da accepção vulgar, valores selecionados para uma inteligência privativa.

Sòmente aqui e ali soprava, às vezes, um vento bom de exceção. Ordenamentos como o de d. João I (Ord. afonsina Liv. 2o. tit. 9. e 116) nos quais o monarca, com a preocupação de preservar a lingua lisboêta, proibia notários árabes e judaicos de redigir instrumentos em LETERA hebraica ou

CRISTENGA PORTUGUÊSA, sob pena de açoite no tabelião judeu ou mouro achado em contravenção. (CARLOS DE CARVALHO. DIR. CIVIL RECOMP. prefácio, pg. LXXVI, 76). Pelo menos aqui o rei ciumento da pureza do idioma cujos primeiros fonêmas pronunciara o pastor Viriato, nos alcantis da serra madre, já se batia, sob a ameaça de dura correção dolorosa, em favor da "última flôr do Lácio inculta e bela".

Penas físicas eram, pelo demais, prescritas para contravenções civis ou simplesmente judiciárias. Imagine-se o que não aconteceria com as infrações de ordem penal. Neste ingrato terreno, o programa corretivo nas ordenações afonsinas, por exemplo, compreendia desde a sevicia na praça pública ao sanguinoso esquartejamento. E medeavam suplícios mais brandos. O espedaçamento do corpo competia, na letra de uma destas curiosas ordenações, a quem invadisse convento e raptasse noviça para fim libidinoso. Mas ficava clareira aberta para duas espécies de contraventores: "Excetuam-se, quando incursos, os clérigos e desembargadores". Discriminação demonstrativa de como são velhas as superestruturas sociais ou castas, ainda hoje recobertas de previlégio colidente com tôda a equidade. Daí exclamar amarguradamente — e já naquele tempo — JOÃO MENDES: "Os arestos são bons apenas para aqueles que os obtêm. Deus nos livre da equidade dos tribunais".

Um pouco mais suave que o estrangulamento inquisitorial seria, talvez, a sevicia regulamentar "com vara" — têrmo, por sinal, depois aproveitado na terminologia da organização judiciária para a designação de alçada. Nesta ominosa quadra, vara era vara mesmo, vergôntea flexível de bater, igual àquela que por três vêzes suplicou São Paulo (II Cor. 11:25) e para a qual apelava Santo Agostinho, com tôda a sua auréola angelical, trezentos séculos após, como mortificação mais dulçurosa, na carta mandada ao comissário imperial Marcelino encarregado da repressão aos hereticos donatistas, preferível no extorquir das confissões, aos "cavalêtes", "chamas" e unhas de ferro. (HENRI MARROU. S. Agustinho. Pg. 133).

IV — Atualmente vemos que o processo judiciário se libertou dêsses requintes de fereza, incompatíveis com a aura democrática que invadiu as instituições políticas. Mas ainda conserva o ranço de anacronismos inadequados à síntese e funcionalismo intrínseco da cultura moderna.

Transigir com a mantença dêsse bolôr, e até recair no gôsto desnaturado de o adubar deram nisto de serem considerados os praxistas, como salienta PEDRO BATISTA MARTINS, uma sub-espécie de juristas. Para o saudoso exegeta a palma de haver introduzido no preceituário forense um pouco de inspiração científica cabe, muito tarde, sòmente a OSCAR BULOW, em 1868.

Já falamos no fetichismo da forma gráfica, desconhecida, aliás, dos germanicos, para os atos processuais, como motivo número um do retardamento irremediável das sentenças. Entretanto, aí está, fecunda de exemplos, a justiça especial do trabalho, encurtando tudo, a fim de resolver as contendas mais relevantes pelo vulto econômico ou pelo intricado da controvérsia num espaço máximo de duas horas se tanto, e em uma única audiência. Se apa-

recem testemunhas para depor, o juiz se satisfaz com um par de perguntas para cada uma; e todo o documentário que fica dos trabalhos é ata redigida em têrmos ultra concisos pelo secretário da sessão sumária de julgamento.

Enquanto tal sucede, na justiça civil e na justiça penal, os feitos se eternizam de delonga em delonga, na sucessão de formalidades ôcas de qualquer alcance prático; e as partes alimentam reduzidíssima esperança de algum dia transporem as portas do cartório rumo ao despacho decisório. Causa por causa, tal felicidade ocorre de dois em dois anos, numa hipótese mais risonha.

São, contudo, os magistrados técnicos de julgar. São ou não são? E o Estado os remunera exatamente para isto, com avultados vencimentos. Porque não o fazem?

Defeitos do sistema, responder-se-á, agarrando parte da razão pelos cabelos. E responder-se-á bem. Há necessidade — todos já proclamaram — até com o clangôr de clarins, de uma reforma substancial, que não se restrinja ao epitélio do problema uma reforma "de base" nas leis de processo e de organização judiciária.

Mas não basta dizer. E' urgente gritar, agir, inverter o anseio geral pela remodelação DE FON EN COMBLE em dados de campanha e de cruzada doutrinária e em dinamismo e ação.

V — O sistema processual vigente não se coaduna ainda com a celeridade que a vida moderna exige como imperativo de conciliação de interesses. E está penetrado (aqui o esforço nodular dêste ensaio de crítica construtiva) de ingredientes mágicos residuais duma mentalidade varrida das demais instituições de ordem pública.

A deformação obstinada do que deva ser o processo moderno atinge por vezes à estatura do ilógico e do catastrófico, pois a urdidura das normas mediante as quais obtêem as partes o ministério juridicional do Estado teria que disputar a prioridade no arejamento dos métodos diretos.

Não é, com efeito, o processo um fim em si. Porém um meio — ADJECTIVE LAW de BENTHAM, "intermédias" dos portuguezes, — um meio de invocar dos magistrados e tribunais a justaposição orgânica da lei aos fatos.

Em tése, a ferramenta reclama ser perfeita, a instrumentação material digna da obra, sob pena de desconchavo. Pigmalião a empunhar obtuso cinzel pretendendo esculpir no mármore hirto as formas peregrinas de Galatéa muito amada.

Na realidade, os dispositivos da liturgia forense não foram de todo expurgados dos óbices, velharias e contra-tempos herdados da superstição canônico-romana. E as usanças denominadas tabeliôas exalam, sobretudo, numa vetustez colidente com a vertigem e o pragmatismo dos modernos tempos, um fartum repugnante de catacumba escancarada.

Surpreenderemos no receituário em voga o sacrifício do essencial a um milhar de formalismosinhos contornáveis, ou, para dizer tudo, abertamen-

te imbecís. Atos rémanescem excusáveis, repetidiços, enfáticos e tautológicos, empanturrando processos audiências de uma lixaria incômoda. Compromissos e juramentos solenes antepostos a qualquer palanfrório; têrmos de assentada para ante-fixação do nome das partes que vão assinar depoimentos; trucidamento insólito do direito de quem não comparece in persona ante o juiz, como num santo ofício; discriminação especiosa entre documento público e particular; têrmos de vista e de juntada absolutamente desnecessários; nomenclatura volúvel para atos de idêntico fim; tudo isto serão fórmulas engomadas e imprestáveis, com que a prática medieval e dinastica criava, na expressão rebuscada de PONTES DE MIRANDA, o exteriorismo dos euremas, correspondendo a uma civilização pré-técnica e pré-industrial, em cujo bôjo a forma solene e pomposa entrou em declínio. Superstição da presença, superstição do gesto, da palavra cabalística, virtuosismo puro e misterioso, luxo de movimentos inúteis, volteios em tôrno de um ponto dado para chegança à mesma finalidade.

Convém salientar, nesta altura, que um dos atentados mais ostensivos a pulsar no Código das praxes civís contra à simplicidade natural das coisas é a multiplicação nominal dos recursos. Temo-los em churrilho: apelação, agravo, embargos disto e daquilo, agravo, de petição e de instrumento, agravo no auto do processo (onde havia de ser?) e recurso mesmo no sentido estrito. Todos interponiveis para alcançar e exprimir a mesma inconformidade com o julgado e subordiná-lo ao alvedrio de uma instância superior.

A lógica mais rudimentar e o espirito de curtesa que anima a geração coetânea preconizam — respeitadas as fronteiras da alçada — que no total das revoltas da parte contra a sentença final ou o interlocutório, desde que exista pretório competente terá a causa merecimento intrinseco para ser deslocada sem interferência de nonadas interpretativas. Já assim acontece, viva o santo nome de Deus no fôro trabalhista e no eleitoral. E se o Código de 1939-40 não quis chegar a tanto por deplorável timidez, palmilhou, contudo, boa parte do caminho, quando, depois de uniformizar as ações sob o denominador comum de uma contestação madura, abriu a válvula dos arts. 809 e 810, facilitando a variação de recursos dentro do prazo legal e estabelecendo o principio de que não ficariam prejudicados os interpostos erradamente sem sacrificio do dito prazo. Ambivalência precursora duma nivelação tardante.

VI — Onde o apêgo a um cerimonialismo de teias de aranha, ridículo e prejudicial à clareza e elegância dos documentos públicos vigora ainda, em fenomenização alarmante, é na prática dos cartórios e tabelionatos, prática essa que não é de todo em todo arbitrária, porque sôbre ela exercem os juízes a corregedoria permanente.

Na redação dos editais de aviso, nas escrituras e testamentos usa-se linguagem rebuscada e preciosa, de sabor quatrocentista. Vocabulário dispendioso, recheiado de locuções de sentido hermético. Código que se pre-

tende espichar inalterado até o nevoeiro dos tempos; terminologia obstinada de notários e escribas do fôro de pince-nez na venta.

Quanta tautologia e quanta bobagem!

Depoimentos expandem-se quilométricos, requintados numa "quequelatria" insuportável — períodos sincopados a cuja frente se impertiga o pronome relativo amarrado ao "disse que" como um balisa na dianteira dos cortejos.

Não há encontrar nos autos judiciais e nem nos instrumentos oficiais da literatura fluída e corrente que torna inteligíveis os jornais e os livros populares. E sim uma algaravia de significado esotérico, repleta de sinais garranchosos (armorial de cada tabelião) — expressões como: "Conhecido do próprio de que trato, dou fé"; "se por al não estiver prêso"; "saibam quantos"; "Cláusula constituti"; "nada mais disse nem perguntado lhe foi"; "aos costumes disse nada"; "deu o juiz por findo o depoimento"; "deferiu o compromisso de dizer a verdade"; "declarou sem dolo nem malícia"; "abriu a audiência ao toque na campaninha"; "entregou-lhe o ramo da arrematação"; "não se encontrando habilitado para decidir"; "fêz subir conclusos" — e centenas de outras esteriotipias, chapas e chavões iguais na simetria e na portentosa capacidade de exprimir o nada ou enunciar coisas comuns, que diriam sem torcicolos numa linguagem accessivel ao normal do povo.

É a contribuição mágica do ofício cartorário. Vale obscurecer e misteriorizar o tirocínio: a rotina céga ao jôrro de luz do progresso humano. Vício perpetuado de geração em geração, numa área em que os cartórios são bens de raiz e objetos até de compra e venda, sem nenhuma esperança de renovação. A menos que ressuscitássemos dom João Primeiro, com as suas decretais de açoite bárbaro, aplicável aos tabeliões que insistissem nas fórmulas anacrônicas, o pilipimpim dos prestidigitadores, vasio de todo significado jurídico.

VII — E vamos concluir.

O processo civil e penal moderno tem que desacorrentar-se da servidão opressiva a semelhantes métodos de um passado superado.

É um dos aspectos angulares da reforma de base, mais urgente do que nunca, que desafia a argúcia e o dinamismo dos juristas e legisladores brasileiros.

Processo é instituição cultural, pouco importa o papel apenas propiciatório que desempenha, de instrumento para a obtenção do jusministério do Estado em favor dos cidadãos. Precisa, pois remoçar. Remodelar-se a fim de expulsar de sua técnica e modos particulares de ser no interêsse dos postulantes o residual mágico que ainda o desfigura e afeia. Já o velho CORREIA TELES, com o seu engenho de mestre do processo, dizia: "Devemos saber o que cumpre fazer, mas não o que se tem feito".

Desvencilhar, pois, as normas e usos processuais das frondosidades

comprometedoras, cujo travo de magia, superada e irreconciliável com o imperativo dos modernos tempos, tanto nos vexa e deprime, é tarefa premente e fascinante mesmo, ao nosso espírito compreensivo e lúcido.

É a cultura hoje em dia absolutamente funcional.

A ESTATÍSTICA E O DIREITO

Leomax FALCÃO
(Professor de Estatística)

E' fora de dúvida que há vinculações, até certo ponto íntimas, entre o Direito e a Estatística. E não é preciso ser jurista para perceber tais elos. Com efeito, se a Estatística sempre teve (e hoje, com mais fortes razões) ampla aplicação no campo das Ciências Sociais, da Economia Política, das Finanças, da Sociologia, da Psicologia, da Demografia, da Educação, da Medicina, da Biologia, da Indústria, da Astronomia etc., por que, também, não há de aplicar-se aos domínios do Direito?

Qualquer espírito esclarecido sabe que, à hora atual, juristas eminentes, advogados cultos, criminalistas eméritos, todos são acordes em reconhecer a importância da utilização dos métodos estatísticos — respeitadas certas limitações impostas pela técnica e pelo bom senso — no campo das atividades e, sobretudo, das pesquisas a que se entregam os nobres cultores da deusa de olhos vendados.

Os fatos jurídicos — ninguém o desconhece — podem ser encarados sob determinados ângulos, como modalidade dos fatos sociais. É justamente, nesse ponto que entra a Estatística, lícitamente, como valioso método científico, como preciosa ferramenta auxiliar das sondagens e das observações levadas a efeito, através da constituição de amostras, colhidas por processos aleatórios, de agregados maiores chamados populações ou universos. Técnicas adequadas permitem, por meio de estimações fidedignas e à luz do cálculo de probabilidades, que se conheçam os parametros das características de tais universos. Isto feito, vem a previsão, como base para a decisão, visando a uma ação mediata ou imediata. Sôbre êsse ponto, insistiremos mais adiante.

Quem que se dedique ao setor fascinante (e às vezes tão ingrato) da

investigação científica, sabe, perfeitamente, da imprescindibilidade do método estatístico. Convém frisar: seja qual fôr o domínio científico que se pretenda estudar.

Ora, ninguém pode realizar, proveitosamente, uma pesquisa científica, sem o prévio e sólido conhecimento dos princípios e métodos que a norteiam e a disciplinam. Em primeiro lugar, o respectivo conceito, âmbito e objetivos, seja como pesquisa pura ou como pesquisa aplicada. Depois, naturalmente, as normas básicas da metodologia científica, a questão do delineamento e execução do trabalho, compreendendo a colheita do dado, expurgo, sumarização e análise dos resultados, para fins de apresentação e conclusões.

Mas, sem a Estatística, êsse alvo não será atingido, pois, se tudo isso é Estatística?

Quantas vezes (assim se expressou, certa vez, o ilustre geógrafo Delgado de Carvalho) não me aconteceu por as mãos à obra, na minha biblioteca, e, diante do assunto a tratar, já com idéias claras sôbre o que pretendia escrever e já com os planos esboçados, quantas vezes não me aconteceu pegar na pena e ter de abandoná-la, porque, instintivamente, sentia falta do essencial, isto é, do que me permitisse afirmar, negar, raciocinar, explicar ou simplesmente descrever.

Tomando consciência da situação, cêdo percebia que tinha deixado de recolher, entre os livros necessários, as indispensáveis fontes estatísticas.

Interessantíssimas, essas reflexões do professor Delgado de Carvalho, que traduzem uma situação real, pela qual, todos nós, que lemos e estudamos, já temos passado, não apenas uma ou duas vezes, mas muitas.

É fato pacífico, aliás, consoante observa um ilustre brasileiro, doublé de advogado e estaticista, que "principalmente o Direito Penal não oculta a sua predileção pela lógica dos números", porquanto, "a estatística criminal, bem dispondo a ordem e a intensidade dos diferentes fatores do crime, marcou diretrizes novas e interessantes para as modernas doutrinas penais".

Quem desconhece que as fôrças morais, tanto quanto as fôrças vivas se estribam em dados estatísticos econômicos para atitudes e reivindicações? É que "um Estado se torna súbitamente consciente de seu papel, de seus direitos, de sua missão política — tudo resulta da revelação estatística".

Afinal de contas, pergunta-se: Que são fatos sociais? Senão as maneiras de agir, de pensar e de sentir dos homens? Os usos, os costumes, as leis, as instituições? Quer estruturais ou funcionais — objeto, respectivamente, da morfologia social e da fisiologia social — são, em última análise e genèricamente, fatos sociais emergentes dos grupos humanos, quase todos suscetíveis de quantificação, vale dizer, de análise estatística. "Il n'y a de science que du mesurable", já dizia Le Dantec, o que significa que a expressão quantitativa é o ideal a que tôda ciência aspira.

Mas, como íamos dizendo, há pouco, se os fatos sociais resultam da

ação do homem, como ser econômico, como ser espiritual e como ser sensível, por que, então levantar barreiras intransponíveis entre o Direito e a Estatística? O primeiro, como ciência na expressão lídima do têrmo; a segunda, como método científico e, também, sob certo prisma, como ciência própria. Não há, pois, razões relevantes e plausíveis para que se coloquem, em compartimentos estanques, tais ramos do saber humano.

Lembro-me, agora, das palavras do brilhante causídico conterrâneo, prof. Osias Gomes, no preâmbulo da sua Oração de Sapiência, proferida, em março de 1953, no salão do Instituto da Ordem dos Advogados, secção dêste Estado, a respeito do tema: "O DIREITO E O TEMPO":

> "Tendo por objetivo o ser racional e livre arbítrista, que é a pessoa humana, o Direito surge simultâneamente a tôdas as manifestações da vida gregária na idade mais recuada,e acompanha o homem, para lhe proteger os interêsses fundamentais, até a subsistência da civilização nos seus alicerces. Nume tutelar, luz que nunca se apaga, encarnação do anjo-da-guarda da imaginativa popular, nascendo das profundidades da consciência coletiva, com a fôrça pertinaz de uma segunda natureza, êle evolui e frondeja — ubi societas ibi jus — no ambiente físico em que também o homem nasce e morre — a saber, no espaço e no tempo. Nem há conceber o direito fora do teatro cósmico, onde palpita o eleito da criação, finalidade quintessenciada e razão germinal de sua existência".

Quis, assim, dizer o mestre: onde há sociedade, aí encontra o Direito campo para as suas multifárias atuações — eis a verdade.

Necessita, amiúde, o bacharel em Ciências Jurídicas, no exercício da sua profissão (ou no preparo de teses, estudos críticos, monografias, memórias e outras atividades do pensamento), compulsar as estatísticas da Justiça, as estatísticas policiais e criminais e outras mais pertinentes aos aspectos patológicos ou anormais (negativos) da vida moral dos povos: suicídios, natalidade ilegítima, pauperismo, deseducação, prostituição, etc. Não sòmente compulsá-las, mas, sobretudo, interpretá-las convenientemente, mininizando erros de análise e reduzindo as tendenciosidades próprias do julgamento humano. É que, na expressão de um erudito, "os algarismos são auxiliares silenciosos, mas cheios de eloquência para quem os sabe utilizar: deixam-nos o tempo para meditação sôbre a lição que deram".

Vislumbra-se, aí, portanto, a necessidade do conhecimento do assunto (Direito) ao lado da necessidade do manejo hábil, adequado e criterioso, das técnicas e métodos de pesquiza, notadamente, do método estatístico, embora êste último encarado sem planos complexos e sem complicação de raciocínio matemático.

Sim, porque os estudos estatísticos (inclusive, é claro, os de Estatística

Matemática, de maior profundidade já constituem tarefa dos especialistas na matéria.

O que é evidente, daí, é que o bacharel em Direito não precisa ser um técnico consumado, um estatístico completo. Não. Nem é isso que se almeja, nem o que se torna imprescindível. Estamos, aqui, afirmando — e tão só — que, de fato, dentro de certas limitações lógicas, existem fortes laços entre a Estatística e o Direito, particularmente o Direito Penal. E mais: que o bom jurista, o bom advogado, precisa possuir uma discreta cultura estatística, a fim de que possa melhor compreender, sentir, usar e interpretar os dados estatísticos com que lida, como fonte básica de argumentação para os seus estudos e pesquisas. Em outras palavras, para as suas decisões, opiniões e julgamentos. Se não possuir êsse discreto conhecimento da Estatística, os dados por êle manuseados poderão tornar-se em armas perigosas, que, dessa forma, o conduzirão a falsas ilações ou a interpretações falaciosas. Isso nos faz lembrar "a situação de uma criança brincando com uma navalha aberta..."

Nos trabalhos de pesquisa de fenômenos multicasuais no domínio jurídico, tal como em qualquer outra área científica, faz-se de mister o apêlo ao método das amostras (amostragem). Isto é: por ser difícil ou impossível a observação total do universo, população ou silepto, sob consideração investiga-se apenas uma porção dêsse universo, com respeito às normas da seleção aleatória ou randômica (ao acaso). Constituída a amostra, de acôrdo com o plano de amostragem mais adequado (amostragem aleatória simples, estratificada, sistemática, conglomerados, polietápica, multifásica, subamostragem etc), vamos estudar-lhes as características (estatísticas), através de bons estimadores. Êsses estimadores, servirão, assim, de ponto de apôio para a estimação dos parâmetros da população ou conjunto em estudo.

Mas, como fazer tal generalização (da parte para o todo), sem o recurso à indução estatística? Até que ponto é lícito ao investigador científico proceder a tais generalizações? Serão fidedignos os resultados do seu trabalho? Dentro de que limites probabilísticos de confiança estará a validade dêsses resultados? Os resultados objetivos, através da amostra (ou das amostras) estarão em conformidade ou em contraposição com certas hipóteses ou modelos teóricos geralmente admitidos? E assim, porque devemos aceitar ou rejeitar essas hipóteses? Os resultados conseguidos serão estatísticamente significantes? No caso de várias amostras, como testar a significância dos dados amostrais, em relação ao universo de origem? Haverá, no caso de confronto entre dois ou mais fenômenos, correlações de causa e efeito? Tudo isso, meus amigos, são questões delicadas, que só a Estatística (de braços dados com o cálculo de probabilidades) pode responder, com certo grau de certeza.

E se as previsões, por ventura, falharem, nem por isso, a Estatística estará desmoralizada, do mesmo modo que a Medicina não perde a sua im-

portância científica, por causa de um êrro de diagnóstico ou de um engano do cirurgião.

Tem sobradas razões o eminente professor Giorgio Mortara (estatístico e demografista), quando, em uma conferência, há vinte e um anos passados, no I.B.G.E., assim se expressou:

"Nem à Deusa Têmis é negada a homenagem e a colaboração da Estatística. Ao contrário, como a tutela do Direito e a restauração da Justiça são as mais altas e incontestadas tarefas do Estado, as estatísticas judiciais, civís e penais, em todos os países, se encontram entre as mais antigas e importantes. Não só os delitos e contravenções, mas também as controvérsias judiciais, processos e atos civís e comerciais constituem os objetos dessas estatísticas que oferecem válidos sintomas de numerosos aspectos da vida social, tanto no domínio moral como no econômico". Se, na Estatística, vamos encontrar os segrêdos de muitos êxitos, é lógico que, quando bem conduzidas, elaboradas e analisadas, no campo policial-criminal e judicial, as estatísticas revelam as características fundamentais da criminalidade, as transgressões às normas penais vigentes, etc.

E a Estatística criminal é para a Sociologia criminal, o que a Histologia é para a Biologia (Ferri).

Não posso e não devo alongar-me, nesta palestra radiofônica, até mesmo por questão de ética e, sobretudo, em respeito ao espírito benevolente dos que me ouvem. Mas, peço licença para mais algumas considerações elucidativas. Desde já, valho-me da lição de Giorgio del Vecchio, que, falando das relações do Direito com outras disciplinas, escreveu com absoluta propriedade:

> "A Filosofia do Direito mantém relações com tôdas as restantes ciências que se ocupam dos fenômenos sociais. Por exemplo, com a Demografia, ou ciência da população, do seu agrupamento em classes e dos seus movimentos.
>
> "A Demografia liga-se à Estatística, que observa e nota os fenômenos atípicos (não típicos), especialmente os sociais, agrupando-os com o fim de descobrir as circunstâncias regulares de sua produção ou leis em sentido lato. Demografia e Estatística representam, cientificamente, as condições do fato cujo conhecimento é útil ter para compreender o desenvolvimento histórico do Direito, as suas conexões com os restantes fenômenos sociais "e a possibilidade de reformar ou criar inovações legislativas". (É meu o grifo)

E' sob êsse prima — o das inovações legislativas — por exemplo, que podemos abordar, de passagem, nesta palestra, o problema da abolição, ou não, da pena capital, que tanto tem agitado, nestes últimos tempos, os

meios culturais e jurídicos do mundo; problema que, no dizer de M. G. Kendall, Professor de Estatística da "London School of Economics and Political Science" é, ou deve ser, um problema estatístico, embora, consoante observa o próprio Kendall, isso não queira dizer que se possa resolvê-lo numa máquina de calcular ou consultando tábuas da integral normal. Todavia, o problema da abolição da pena de morte, conceitualmente falando — e se houver uma decisão racional — deve ser em têrmos estatísticos.

Sôbre o assunto, tive, aliás, recentemente, a felicidade de trocar idéias (por escrito) com o nosso eminente conterrâneo desembargador Mário Moacir Porto, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado e Magnífico Reitor da Universidade da Paraíba, que me "intimou", cordialmente, a escrever, logo mais, algo subordinado ao tema: "A pena de morte em face dos dados estatísticos".

Apesar do grande aprêço que me mereceu a sugestão do culto e digno Magistrado, mestre emérito do Direito, estou quase, e não sem motivo, na impossibilidade material de fazê-lo, como era meu desejo, justamente por falta de dados fidedignos a respeito da criminalidade (e seus aspectos correlatos) tanto no respeitante ao Brasil quanto a outros países, onde existe, ou não existe, a pena de morte. Além disso, ou exatamente por isso, torna-se emprêsa muito difícil para qualquer estatícista digno dêsse nome, colaborar com juristas no delineamento de esquemas e modelos teóricos, à luz de preceitos probabilísticos, que possam servir ao estudo da delicada questão, na base da escassa matéria prima de que se dispõe. Outro não é o pensamento do professor Lourival Câmara, diretor da Escola Nacional de Ciências Estatísticas e uma das maiores autoridades em Estatística, dêste hemisfério, quando, a respeito do assunto, escreveu:

> "Como obter, assim, distribuições empíricas das mil e uma variáveis que, necessàriamente, hão de estar presentes ao modêlo? Se outros países (mais adiantados e progressistas), altamente interessados na matéria, como os EE. UU., a Inglaterra e a França, ainda não ousaram estudá-la, é porque ela se reveste de complexidades quase insuperáveis".

Quanto mais (acrescento eu) nós, estatísticos desta modesta província, que não podemos acompanhar, em tempo hábil, os constantes e alucinantes avanços da teoria estatística, nestas duas últimas décadas?

Cumpre notar, ademais, que o prof Kendall, muito prudentemente, e com a responsabilidade do seu nome, não foi além da afirmativa de que se há uma decisão racional (para a abolição da pena de morte), deverá esta decisão basear-se em têrmos estatísticos. Mas, como ainda observou L. Câmara, o prof. Kendall não passou disto e nenhum outro esclarecimento aduziu então.

Chegamos, aqui, aos limites extremos do tempo que nos foi concedido

e temos que pingar o ponto final, dizendo que, hoje, como de futuro, a Estatística é útil ao Direito, do mesmo modo que a outras ciências. E o bacharel em ciências jurídicas que se ufane de não precisar da Estatística ou das estatísticas, em nenhuma circunstância, estaria comprometendo bastante a sua reputação e o seu prestígio. Estaria, talvez, fazendo o papel daquele cego, citado por Croxton e Cowden, que procurava, num quarto escuro, um gato preto que lá não estava...

x x x x x x x

NOTA: O presente trabalho constitui o desenvolvimento de uma breve palestra que o autor pronunciou na emissora oficial do Estado ("Rádio Tabajara da Paraíba") sôbre o mesmo tema, ao ensejo das comemorações do Dia do Estatístico, em maio de 1960. Na oportuninade, fêz um apêlo aos ilustres e brilhantes cultores do Direito (e na Paraíba são muitos) para que vejam na Estatística uma alfáia útil e preciosa que muito ajudará a melhor aproveitar e interpretar os resultados dos seus meritórios esforços, mormente no campo fascinante da investigação científica. (L. F.)

A NOVA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DA FRANÇA

Renato Lima, Professor de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da Paraíba.

1. — Tem a França uma nova Constituição; sendo nova não é a primeira e, por certo, não será a última, uma vez que o espírito humano está sempre em mutações sucessivas à procura de um sistema político ideal que assegure o bem-estar da comunidade a que pertence.

O constitucionalismo francês surgiu com a famosa revolução liberal de 1789, em que o absolutismo político do **Ancien Regime** foi substituído pelo sistema democrático que, sujeito às naturais oscilações decorrentes dos imperativos de cada época, imperou até nossos dias.

O revolucionário de 1789 anunciava à humanidade que tinha direitos imprescritíveis e inalienáveis, inseparáveis da natureza humana como atributos de sua personalidade.

A França desvendava ao mundo com a sua revolução uma mensagem nova, em que os indivíduos nasciam livres e iguais em dignidade e direitos.

Triunfava a concepção individualista do direito contra os laços que prendiam o homem a uma estrutura político-social já em decadência.

A primeira constituição francêsa, de setembro de 1791, ainda sob o reinado de Luís XVI, trouxe consigo a **Declaration des Droits de l'Homme et du Citoyen** que, dando uma nova base de legitimação do poder do Estado, se consagrou, depois da Magna Carta, arrancada do Rei João, em 1215, pela fôrça das armas dos barões anglo-normandos, como das mais altas e vigorosas expressões na formulação dos direitos individuais.

Com o advento da primeira república foi promulgada a segunda carta política da França em junho de 1793.

A terceira constituição, uma das manifestações reacionárias da ditadura jacobina, também chamada diretorial ou do ano terceiro, introduziu na França o bicameralismo, e a seguinte, a Constituição consular, de dezembro de 1795, devida a Bonaparte, instalou, com as chamadas constituições do Império, a democracia cesariana, cuja restabelecimento se deve **à lá personnalité d'un chef qui, par son prestige, a pu obtenir du peuple qu'il se dessaisisse en sa faveur d'une souverainité qui lui était nominalment attribuée.** (Georges Burdeau).

Proclamado Napoleão Primeiro Cônsul, e depois, Imperador, em virtude de senatus-consultos sucessivos transformou-se o regime até que a queda do Corso famoso fizesse surgir a Carta de 1814, e com ela, dentro de uma monarquia limitada, os germens do parlamentarismo francês.

Outra vez no poder Bonaparte, estabeleceu-se nova ordem política com o Ato Adicional às constituições do Império, ratificado por um plesbiscito e posto a vigor em janeiro de 1815.

A Carta de agôsto de 1830 não é mais do que uma nova edição convenientemente corrigida da de 1814.

Implantada em 1848 a Segunda República, retornou a França aos moldes liberais anteriores com a Constituição de novembro daquêle ano.

Desaparece o período da democracia burguêsa, que se caracterizava pelo predomínio da classe rica, e se institui, pela primeira vez, um executivo forte na pessoa de um Presidente da República eleito por quatro anos.

Foi efêmera a vigência dessa Constituição.

Em 1852 inicia-se o perido da democracia imperial ,que se biparte, numa primeira fase, até dezembro, em que a República subsiste, e noutra, com o segundo Império.

Transforma-se Luís Napoleão no **Prince-Président** e se restabelece a dignidade imperial de acôrdo com o Senatus-Consulto de novembro de 1852.

A oposição formada a princípio pelo chamado **groupe des Cinq** reclamou nova orientação do Govêrno que, cedendo à pressão crescente ao seu absolutismo, deu orígem à Constituição parlamentarista de maio de 1870 .

Curta, no entanto, foi a sua duração em face da queda do Império, propiciando-se, então, com as Leis constitucionais de 1875 a volta da França ao regime republicano, em que se tem mantido até hoje.

Depois das vicissitudes amargas por que passou o povo francês em consequência da última guerra, de permeio o govêrno de Vichi e o revolucionário de Charles de Gaulle, é promulgada a Constituição de

setembro de 1946 e, finalmente, aprovada em memorável consulta plebiscitária, a de 1958.

Está lançado, embora a traços ligeiros, o retrospecto da vida constitucional francêsa ùnicamente para mostrar que a sua vigente organização política não é obra de mero diletantismo intelectual, mas resultado de uma complicada mecânica de elaboração ideológica.

Os índices marcantes de cada estância na vida daquêle nobre país, assinalados pelo constante entrechoque das idéias, condicionaram o seu atual ordenamento constitucional.

Isso para corroborar o que disse Duguit, notável constitucionalista francês: — **«Il faut que les constructions juridiques soient une synthese de la realité sinon elles sont une pure operation de l'esprit, elles ne repondent àrien, elles sont sans valeur comme sans utilité».**

---

2. — O que é hoje a França, comparada a sua nova Constituição à do Brasil?

Impõe-se, antes do mais, a advertência de que não estamos fazendo trabalho de erudição nem de cuidadosa interpretação das instituições e preceitos analizados.

Limitamo-nos a traçar um aligeirado exame comparativo entre o que consta da reforma constitucional francêsa de 1958, em seus pontos fundamentais, e o que, em correspondência, existe na Constituição brasileira.

Trabalho, como se vê, sem nenhuma profundidade e com pretensões limitadas à realização de uma rápida palestra.

3. — As duas nações constituem uma democracia representativa.

Todo poder emana do povo e em seu nome deve ser exercido, é o que prescreve a Constituição brasileira, semelhantemente ao que proclama a francêsa com a expressão — **La souveraineté nationale appartient au peuple qui l'exerce par ses représentants et par la voie du référendum,** e ainda, que **son principe est le gouvernement du peuple, par le peuple et pour le peuple.**

4. — O Brasil é uma república; garante tanto aos brasileiros como aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança individual e à propriedade, reconhecendo a igualdade de todos perante a lei. Ampara a liberdade de consciência e de crença como o livre exercício dos cultos.

Na órbita econômica reconhece os princípios da justiça social na conciliação da liberdade de iniciativa com o trabalho humano.

São símbolos nacionais a bandeira, o hino, o sêlo e armas da República.

A França **est une République indivisible, laique, démocratique et sociale. L'emblème national est le drapeau tricolore, bleu, blanc, rouge.**

L'hymne national est La Marseillaise e la divise de la République est «Liberté. Egalité. Fraternité».

A república Francêsa assegura a **tous les citoyens sans distinction d'origine, de race ou de religion et respecte toutes les croyances.**

5. — No que se refere aos direitos eleitorais, declara a Constituição brasileira que o sufrágio é universal, direto e secreto, sendo eleitores os maiores de dezoito anos que se alistarem na fórma da lei.

Entre nós é vedada a organização de partidos políticos que contrariem o regime democrático.

Na França **le suffrage peut être direct ou indirect dans les conditions prévues par la Constitution,** sendo **toujours universel, égal et secret.** São eleitores **tous les nationaux français majeurs des deux sexes, jouissant de leurs droits civils et politiques.**

Os partidos **se forment et exercent leur activité liberment et doivent respecter les principes de la souveraineté nationale et de la démocratie.**

6. — Tal como nós, apresenta-se a França com a tripartição dos poderes, o que não poderia deixar de suceder no país em que Montesquieu teve a glória de consolidar o prestígio de uma teoria que ainda hoje constitui um dos fundamentos básicos do direito constitucional moderno.

Prescreve a Constituição brasileira que são Poderes da União, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, independentes e harmônicos entre si.

O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado, sendo os seus membros eleitos pelo sufrágio direto.

De acôrdo com a Constituição francêsa, **le Parlement comprend l'Assemblée Nationale et le Senat,** sendo os deputados **élus au suffrage direct et le Senat élu au suffrage indirect.**

Enquanto no Brasil os casos de imunidades, de inelegibilidade e incompatibilidade são regulados expressamente pela Constituição, na França é da competência de uma lei orgânica estabelecê-las.

7. — Traço diferencial marcante entre o nosso e o regime francês é que nós somos presidencialista e a França é parlamentar.

Pela Constituição brasileira o Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República. Está compreendido nêsse preceito, completado por outras disposições, o regime do govêrno presidencial, pessoal, senão unipessoal. O presidencialismo, ou se quizermos dizer, o poder pessoal até mesmo no tempo do Império, foi sempre uma constante de nossa evolução constitucional.

Já na França o Poder Executivo é, o que acontece nos regimes por ela adotado, exercido pelo Gabinete por intermédio do seu Primeiro Ministro **qui détermine et conduit la politique de la nation,**

dispose de l'administration et de la force armée et reste responsable dvant le Parlement.

O Presidente da República, eleito por um colégio próprio, não tem na velha Gália a soma de poderes administrativos e políticos conferidos no regime presidencial àquela autoridade, o que, entretanto, não importa o desvalimento daquêles que detem, bastando acentuar, para ressaltá-los, que êle **nomme le premier ministre et les outres membres du governement et peut prononcer la dissolution de l'Assemblée Nationale.**

No Brasil o Poder Judiciário é exercido pelo Supremo Tribunal Federal, pelo Tribunal Federal de Recursos, pelos Tribunais e juízes eleitorais, pelos Tribunais e juizes militares e pelos Tribunais e juizes do Trabalho. São os seus membros nomeados pelo Chefe do Poder Executivo após concurso de provas (com exceção dos Ministros do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Federal de Recursos e dos Tribunais Superiores do Trabalho, eleitoral e militar) gozando todos êles depois da investidura no cargo de vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de vencimentos. É verdadeiramente um poder, tão forte como os demais.

Já não ocorre o mesmo na França. Lá se destaca o **Conseil Superieur de la Magistrature**, presidido pelo Presidente da República, sendo os magistrados **du siège inamovibles.** Instituiu-se, por outro lado, **La Haute Cour de Justice, composé de membres élus en leur sein et en nombre égal par l'Assemblée et par le Senat.**

Não temos no Brasil o que se vê na França, o magistrado eleito.

Ainda que seja tradicional desde Montesquieu a distribuição do poder sob um tríplice aspecto, — legislativo, executivo e judiciário —, a magistratura francêsa, **en entendant largement par ce terme l'ensemble des organes auxquels appar tient le pouvoir de juger n'a jamais considerée réellment comme formant un corps autonome égal en importance au parlement ou au gouvernement** (La nouvelle Constituition et le Régime Politique de la France — Jean Chatelain).

8. — Como órgão auxiliar do Poder Legislativo e como órgão fiscalizador do Poder Executivo criou-se em nosso país o Tribunal de Contas ,e de iniciativa, sugestões e conselhos, face à administração, o Conselho Nacional de Economia.

Na França, sem correspondência em nossa Constituição, há o **Conseil Constitutionel** que **veille à la regularité de l'élection du présidente de lá République, des deputés et des senateurs et des operations du référendum,** além de exercer o contrôle sôbre a constitucionalidade das leis, o que, entre nós, é função do Poder Judiciário, e ainda o **Conseil Economique et Sociel** com representação de empregados, operários, funcionários, de emprêsas privadas, organismos agrícolas, atividades turísticas, o que diríamos aqui representantes classistas.

9. — As entidades políticas com base territorial, são, no Brasil, os Estados, os Municipios, os Territórios e o Distrito Federal.

Os Estados são administrados por governadores eleitos, tendo a Assembléia Legislativa como órgão legisferante e juizes singulares e colegiados como representantes do Poder Judiciário.

Os Municípios são administrados por prefeitos com uma Câmara municipal no plano legislativo.

A organização administrativa e judiciária dos Territórios se regulam por lei federal; são êles administrados por um governador nomeado pelo Presidente da República e tem a representação de um deputado na Câmara baixa do país.

O Distrito Federal está, igualmente, sob regulamentação institucional de lei ordinária.

Cuidou a Constituição francêsa, o que já fizera também a de 1946 das chamadas **Collectivités Territoriales** que são **les communes, les départements, les territoires d'outre-mer.**

Como se vê, apesar de estar o território francês dividido em regiões, **arrondsments** e cantões, sòmente os departamentos e comunas mereceram referência na Constituição, atendendo as demais circunscrições a objetivos eleitorais, militares e judiciários.

Os departamentos e comunas se administram **pardes conseils élus** e têm como órgão executivo, respectivamente, um **prefect** e um **maire.**

10. — Outro traço diferencial entre o Brasil e a França, é que o primeiro é uma federação, tipo de Estado composto em que coexistem dois govêrnos, um soberano e outro autônomo; é a descentralização política. Regem-se os Estados membros pela constituição e pelas leis que adotar.

A União é soberana e os Estados têm autonomia.

A República francêsa é do tipo unitário, com uma **Communauté fondée sur l'égalité des peuples qui la composent.**

Os tempos mudam, exigindo soluções diferentes para as ocorrências novas. As antigas colônias tiveram por parte da Carta das Nações Unidas tratamento especial, resultado lógico dos novos princípios de respeito à dignidade humana, na nova concepção política que orienta o mundo e em que os povos não mais se subordinam, propugnando cada vez mais pela sua emancipação .

Os acontecimentos de 1939 a 1944 impuzeram à França a revisão do estatuto político e administrativo das populações de além-mar.

Aparece já na Constituição de 1946 a **Union Française**, e, agora, em a de 1958, a **Communauté**, com traços transacionais do regime federativo.

O preâmbulo é um compromisso entre as concepções individualista e socialista.

Ao lado das prerrogativas reservadas aos indivíduos, trazidas dos constituintes de 1789, e reafirmadas agora solenemente, as garantias

de caráter social refletem o sentido já anti-individualista da nova estrutura política da França.

É que não há fórmulas rígidas de govêrno, modêlos que se adotem sem modificações às circunstâncias de cada momento, razão por que a França, de estilo unitário, se apresenta com aquela organização transacional.

La Communauté procede, ao mesmo tempo, de uma concepção unitária e federalista. **Dans la Communauté,** diz a nova Constituição francêsa, **les états jouissent de l'autonomie ils s'administrent eux-mêmes et gèrent démocratiquement et librement leurs propres affaires.** Eis aí a autonomia no que diz respeito aos próprios interesses dessas entidades territoriais que, ligadas à República Francêsa, que é a França metropolitana, realizam uma entidade política que é a Comunidade Francêsa, por intermédio de um **Conseil Executif,** um **Senat** e uma **Cour Arbitrale.**

A nova estrutura constitucional francêsa (op. cit. pag. 33 e 35) comporta pela primeira vez sob uma forma efetiva, na sua história, a existência de um órgão de contrôle especialmente encarregado de garantir o respeito à Constituição pelos outros órgãos. Instaurou uma limitação política do poder pela adoção do regime parlamentar e sua limitação jurídica pela instauração de um sistema de contrôle da constitucionalidade. Essa limitação é realizada por um sistema de equilíbrio entre os diversos órgãos sem que nenhum dêles possa sôbrepôr-se aos demais. Êste equilíbrio, conclui Jean Chatelais, é aparentemente complexo, pois que os órgãos previstos pela Constituição são efetivamente numerosos, mas, de fato, sòmente o Chefe do Estado, o Parlamento e o Govêrno desempenham um papel político importante.

11. — Ao finalizarmos o presente trabalho parece-nos indispensável uma referência ao preâmbulo das duas Constituições.

É nêsse pórtico que nos avisamos dos princípios informadores da Constituição, de caráter político, social, filosófico, e religioso e econômico.

> «Nós, os representantes do povo brasileiro, reunidos, sob a proteção de Deus, em Assembléia Constituinte para organizar um regime democrático, decretamos e promulgamos a seguinte Constituição dos Estados Unidos do Brasil».

Ali estão proclamados, com ênfase, a nossa vocação espiritual e o nosso amor à Democracia. Até Voltaire teria dito que enquanto o homem fôr governado por Deus e pela liberdade terá de vencer.

> «Le peuple français proclame solennellement son attachement aux Droits da l'homme et aux principes de

la souveraineté Nationale tels qu'ils ont été définis par la Déclaration de 1789, confirmée et complétée par le préambule de la Constitution de 1946.

En vertu de ces principes et de celui de la libre détermination des peuples, la Republique offre aux territoires d'outre-mer, qui manifestent la volonté d'y adhérer des institutions nouvelles fondées, sur l'ideal commun de liberté, d'égalité et de fraternité et conçues en vue de léur évolution démocratique.

12. — Êsse brado vibrante, no tempo talvez utópico, que foi o da Revolução Francêsa, transformou-se, com a consolidação dos princípios então afirmados, para adquirir o senso utilitário que hoje possui nas Constituições modernas.

E temos também em nossa carta política um pedaço daquela alma francêsa que ajudou a dar ao mundo o sentido da liberdade.

A França atravessa horas de sofrimento, com graves problemas a resolver; mas é precisamente nessas ocasiões que os povos se mostram, em grandeza, à altura de seu destino.

E nessa glória de ascenção, para citar Baudelaire, um francês, num dia consagrado à França, essa glória de sobreviver é como a beleza: — um infinito que se ama e não se possui inteiramente, nunca.

Quando Jacques Bainville, na sua **Histoire de France** se referiu à France Éternelle, acentuou: — **Aprés toutes ses convulsions, parfois plus villentes qu'ailléurs, elle ne tarde pas à renaître à l'ordre et à l'autorité dont elle a le gout naturel et l'instinct... Si l'on avait cette confiance, ce ne serait même pas la peine d'avoir des enfants.**

Nunca perdeu a França nas horas difíceis a confiança de sobreviver, nem deixaram os seus filhos, portanto, de passar adiante a chama dessa sobrevivência gloriosa.

(Palestra realizada no Rotary Club de João Pessoa em homenagem à França).

PROFISSÃO NOVA PARA TEMPOS MODERNOS

Hilda Villela GOMES
(Professora de S. S. de Comunidade)

Considerando o Serviço Social PROFISSÃO PROFUNDAMENTE HUMANA, e necessária em nossos dias, dada a complexidade social da hora presente, julgamos oportuno mostrar que o SERVIÇO SOCIAL DEVE SERVIR AO HOMEM!

E' evidente que êste trabalho não é fácil, como não o é qualquer outra atividade humana.

Sentimos que a estrutura social vem sofrendo um processo interior de corrosão que não se paraliza com o tratamento dêste ou daquele caso, porque lamentàvelmente, parte e encontra calada aprovação em um consenso popular cada vez mais difuso, mais anônimo, mais generalizado.

Surge, assim, a tendência à produção em massa com a aplicação de técnicas nem sempre apropriadas num esfôrço para suplantar o rítmo da miséria e do desajuste.

Torna-se então propícia a aplicação do Serviço Social.

A profissão é eminentemente EDUCATIVA, e no caso contrário deixaria de ser Serviço Social. Daí a necessidade da mais sólida e fundamentada em sãos princípios filosóficos, a formação do assistente social.

No desempenho de sua tarefa, exclui-se tôda e qualquer atuação ditatorial, coercitiva ou que diminue os valores essenciais da pessoa humana. Requer participação ativa, voluntária e consciente, levando o homem a agir por si mesmo, o que lhe faculta a auto-educação, sem o perigo de torná-lo um autômato ou escravo de idéias estranhas.

A razão de ser do Serviço Social é ajudar o Homem a ajudar-se a si mesmo, na aquisição de condições normais de vida, direitos êstes que lhe foram outorgados pelo Criador. O Homem tem direito não só de viver, mas

de ter vida digna de ser vivida' possuindo pelo menos' o mínimo de bem estar, que lhe permita a prática das virtudes morais, segundo o pensamento de Santo Tomaz de Aquino.

Para atingir a sua finalidade, o Serviço Social emprega métodos específicos assim denominados:

1) — SERVIÇO SOCIAL DE CASOS — visa ajudar a pessoa individualmente a ajudar-se, a ajustar-se ou reajustar-se aos quadros normais da vida.

2) — SERVIÇO SOCIAL DE GRUPO — através da vida grupal, prepara os indivíduos para atuarem positivamente na sociedade, formando cidadãos cônscios de seus deveres e aptos a reivindicarem seus direitos, dentro do espírito democrático.

3) — SERVIÇO SOCIAL DE COMUNIDADE — mobiliza as comunidades para criar, entrosar, aperfeiçoar e coordenar os recursos do meio, visando a promoção social das mesmas em seus indivíduos e grupos.

Através de seus métodos especializados o Serviço Social atua em vários campos ou setores, como por exemplo:

SERVIÇO SOCIAL DE MENORES — promovendo a formação integral dos menores de hoje, e futuros esteios da Pátria de amanhã.

SERVIÇO SOCIAL MÉDICO — atua junto a ambulatórios, hospitais, clínicas, etc., dando o possível contributo, respeitada a sua esfera de ação, para o restabelecimento dos enfêrmos.

SERVIÇO SOCIAL DO TRABALHO — visa humanizar as relações entre empregados e empregadores, esclarecendo direitos e deveres recíprocos o que possibilita a realização da justiça social.

SERVIÇO SOCIAL FAMILIAR — influindo sôbre as famílias, levando-as a se entenderem, e usufruindo do espírito harmônico os membros familiares estruturam-se e tornam-se defensores da unidade e elevação integral da "célula-mater" da sociedade da qual depende todo movimento positivo de reestruturação.

O homem e a família estão presentes no âmago dos problemas sociais, no centro da crise do nosso tempo e constituem direta ou indiretamente o objeto essencial do Serviço Social. Humanista que e, tôda a luta do Serviço Social deve ser no sentido de construir uma sociedade antropocêntrica, onde o Homem seja na verdade o centro. Tôda a atividade, na sua múltipla e profunda significação, a mais alta, mais digna e mais própria deve ser colocada a serviço do Homem e da Sociedade. E' evidente que para estar genuinamente a serviço do Homem, deve-se possuir uma concepção cristã da vida. E a noção do Homem liga-se diretamente à família, uma das mais profundas realidades humanas.

Como no momento presente o problema RURALISTA ergue-se com relevante evidência, clamando que a questão é humana e a assistência inadiável, pois que o elemento básico e fundamental — o Homen — encontra-se a braços com vicissitudes incríveis, lutando contra dificuldades inú-

meras sentindo-se desamparado e vencido, passaremos a considerar o aspecto que empolga as massas: RURAL.

Escusa-se lembrar que todo programa de assistência, quer público, quer particular e em qualquer setor, para maior eficiência, deve ser realizado com a colaboração do Serviço Social, porque a sua técnica age sôbre o todo sem esquecer cada uma das partes. Influi o Serviço Social sôbre as pessoas e também sôbre as Instituições, auxiliando-se em sua melhor realização.

SERVIÇO SOCIAL RURAL — é algo de necessário, é algo de urgente, é, quase diria, algo de Divino, pois visa ajudar ao homem, exatamente àquêle batido pela sorte, e ao qual quase nenhum recurso oficial ou particular chega: o rurícola!

O Serviço Social Rural tem por escôpo ajudar ao campesino a elevar o padrão integral de sua vida. Ajudar sem impor, ajudar respeitando a liberdade e dignidade humanas.

Fundamenta-se nos inalienáveis direitos naturais. A todo Homem é dado o direito de possuir algo que lhe possibilita não sòmente sobreviver, como assegurar relativa segurança para o futuro: direito de propriedade, o que não significa rígida igualdade de posse.

A experiência vem demonstrando que o rurícola, em geral, ignora seus direitos, tornando-se por vêzes, vitima da exploração de muitos. Naturalmente "desconfiado", comumente sente-se inferior ao citadino, e por isso anula os esforços daquêles que, preocupando-se com a situação, se voltam para o campo, com interesse e dedicação.

O trabalho é árduo. A palavra de Pio XII, estimula porém, àquêles que têm boa vontade: "Longe de nós todo romanticismo irreal. Com grande paciência e tato, é preciso conduzir o mundo agrícola na via da salvação, combater os seus defeitos, vencer o facínio de um mundo que não é o seu. Também a legislação social moderna deve oferecer as próprias vantagens à população rural, mas em conformidade com os seus caracteres específicos. Antes de tudo se dê a ela uma possibilidade de acurada educação, sàbiamente adequada às suas necessidades e que estimule aperfeiçoamento profissional." (Discurso aos cultivadores, 2.7.1951)

Para realizar o Serviço Social Rural, exige-se do assistente social, além da formação comum a todo assistente social, especiais conhecimentos da vida campesina, grande capacidade de adaptação ao meio, notável espírito de desprendimento e sacrifício e acurados estudos da psicologia e sociologia rural.

O assistente social deve ser objetivo, evitando todo e qualquer préjulgamento. Só iniciará sua tarefa depois de ter pesquisado a comunidade, tendo em mãos relativos conhecimentos dos fatores positivos que possam contribuir para a sua atuação, como também conhecendo os fatores negativos que possam entravar a marcha do trabalho.

Poderíamos dizer que o primeiro passo a ser dado, deve ser conquistar a confiança dos indivíduos, grupos e comunidade, e isto conseguirá fazen-

do-se "um do meio", pela identificação, sem todavia assimilar aquilo que deve combater e transformar.

O assistente social deve dialogar. Não impor idéias, mas suscitar, discutir para esclarecer; deve agir de maneira que o Homem passe a sentir que a idéia é sua". Daí a necessidade do assistente social DESCER até onde se encontra o indivíduo, o grupo ou a comunidade para ajudar a se ELEVAR.

Entre as qualidades básicas do assistente social encontra-se a — compreensão. Compreender para aceitar, compreender para estimular, compreender para apoiar iniciativas, compreender para acreditar na potencial riqueza de realização do rurícola, escondida sob o véu da simplicidade e muitas vêzes do analfabetismo. Uma das mais difíceis tarefas do trabalhador social é despertar no campesino, a consciência de seu valor pessoal, provando-lhe que êle é tão capaz quanto o citadino, e por isso não há lugar para os complexos de inferioridade, tão comuns no meio rural.

O assistente social deve utilizar-se de todos os recursos humanos e institucionais do local. No caso de não os haver, solicitar então os de fora, e substituí-los gradativamente pelos locais, assim que forem preparados.

Todo o trabalho para ter garantida eficiência deve ser realizado à base de equipe. Oplanejamento deve ser feito em comum, atendendo às sugestões e desejos da comunidade. E' mais prático o programa ser elaborado a curto e longo prazo, o que permite apresentar logo de início algo de concreto, contribuindo para angariar mais confiança e interesse dos moradores.

Muitas vêzes as sugestões ou desejos da comunidade não correspondem à solução mais urgente, não visam sanar o problema mais cruciante; a assistente social deve aceitar, e procurar liderar o rurícola de maneira que chegue ao ponto que julga ser o mais importante e urgente. Caso não o consiga, não impor, mas esperar a ação do tempo que fará as boas sementes amadurecerem e darem fruto, e a comunidade chegará a se despertar para o problema e o queira solucionar. Todos os esforços despendidos devem ser valorizados, estimulados. Isto contribue para que cada um vá dando na medida de sua possibilidades, tendo como única meta: o bem comum.

O Serviço Social Rural quer a promoção do rurícola pela elevação integral de seu padrão de vida: educacional, cultural, moral, profissional, social e econômica. O rurícola deve ser HOMEM integral e integrado ao seu meio, no qual êle possa usufruir da felicidade terrena de que tem o direito.

O assistente social na realização de seu trabalho, poderá utilizar-se de várias técnicas, e as adotará segundo as necessidades do ambiente onde devem ser aplicadas. Usará por exemplo, as técnicas do Serviço Social de Grupo, as técnicas audi-visuais, como projeções cinematográficas, cartazes, folhetos, etc.

Mesmo em se tratando de trabalho social no campo, é educativo contar-se com um local determinado para as reuniões formais e informais. Faz-se mister o Centro Social Rural — a casa de todos — de fácil acesso, e onde

possam ser desenvolvidos programas que venham realmente atender aos desejos e necessidades dos moradores locais. O Centro Social é o local onde as idéias que tratam de uma vida completa para o Homem podem se tornar tangíveis, pondo-as em prática. Tôda a filosofia que pode ser cristalizada em palavras ou materializada em fatos, que contribue para o desenvolvimento ascendente da população rural, tem um lugar, tem um lar no Centro Social Rural. !

Esta idéia pode tornar-se compreensiva: o Homem não vive em compartimentos: sua vida espiritual, física, mental, social e econômica está intimamente entrelaçada, de modo que se uma experiência afear um lado de nossa vida, forçosamente afetará todos os outros lados. Assim sendo, o programa deve ser de todos, por todos e para todos, atendendo as suas solicitações. Os programas devem incluir programas simples, atividades práticas (simples), pouco dispendiosas que demonstrem ao rurícola e as suas famílias ocasiões de aprendisagem.

A preccupação do assistente social deve ser: ajudar, estimular, orientar enquanto sua atuação fôr necessária. Uma vez que os indivíduos, grupos ou comunidade possam emancipar-se do assistente social e caminhar a sós, deverão fazê-lo. Em se tratando do Serviço Social Rural, o assistente social deve ter desde o início de sua tarefa, a atenção voltada para a formação de líderes que não só o auxiliem no desempenho de seu trabalho, como possam mais tarde assumir a liderança da comunidade, levando-a de etapa em etapa à plenitude da promoção social.

O Homem objeto e centro de nossas atenções, seja êle citadino, operário ou rurícola, deve voltar a ocupar o lugar que lhe compete nas estruturas sociais, em busca de sua felicidade, pois "Deus fêz TÔDAS as cousas para o Homem, e o Homem é de Cristo, e Cristo é de Deus, segundo o pensamento de S. Paulo. Assim, utilizando-se das capacidades individuais e recursos comunitários, o Serviço Social contribui para melhorar as condições de vida e torna o Homem apto a enfrentar seus problemas e vencê-los para ser mais feliz.

Concluindo ousamos afirmar que:

— o Serviço Social Rural poerá contribuir eficazmente para a elevação tico,é, não só oportuno, mas, uma necessidade em nossos dias.

— o Serviço Social Rural poderá contribuir eficazmente para a elevação da vida campesina e atuar positivamente para a fixação do Homem ao campo, motivando-lhe vida digna com a aquisição de dias melhores.

— Dada a necessidade do Serviço Social Rural, mister se faz promover campanhas no sentido de conseguir candidatos à Profissão, oriundos do campo que, após o término do Curso, voltem para trabalhar pela elevação do seu meio.

Assim considerando, podemos afirmar que o Serviço Social é PROFISSÃO NOVA PARA OS TEMPOS MODERNOS.

BIBLIOGRAFIA

1 — Pio XII — Discurso aos cultivadores diretos — Roma — 2.7.1951

2 — Salcedo, José Joaquim — Escolas radiofônicas — 1953

3 — O Serviço Social no Brasil — conferências — LBA — 1958

4 — Otoni, Balbina — Experiências do desenvolvimento das comunidades rurais no Brasil — 1954

5 — Semana de estudos de Bem Estar Rural — Fortaleza — agosto 1953

6 — Semana de estudos de Bem Estar Rural — Passo Fundo — 1954

7 — A Sociologia Rural e o método científico — Curso — Universidade Pontifícia do Rio de Janeiro

O HUMANISMO CRISTÃO E A PEDAGOGIA

Mons. Pedro ANISIO

Muito já se tem dito e escrito sôbre o humanismo cristão. Mas nunca é de mais, de quando em quando, voltar ao assunto para fixar-lhe alguns dos aspectos que, mais de perto, interessam à Pedagogia.

A juventude estudiosa, ávida de saber, sedenta de luz, que se agrupa em derredor das cátedras para realizar-se a si mesma, esta, em especial, não pode dispensar-se dos subsídios inestimáveis que o humanismo cristão lhe oferece nesta fase decisiva, quando já se tem em mira o mundo de amanhã, o mundo novo, que já se descortina nas fímbrias do horizonte a nova idade de Cristo, ressumante de paz e justiça, de verdade e amor.

Se as raízes do Humanismo mergulham bem longe, no Evangelho de Jesus Cristo, na doutrina dos Santos Padres, nomeadamente de Clemente de Alexandria, o seu nascimento pròpriamente dito, a sua organização, como sistema e concepção de vida cristã, prende-se ao século XV, aos movimentos comunitários dos poetas, filósofos, sábios e artistas, em que fortemente se acentuava o gôsto da antiguidade clássica.

É uma plêiade brilhante de humanistas cristãos que estudam a Bíblia, comentam Platão e Aristóteles, cultivam as belas artes, conhecem as riquezas medievais, saudando a Santo Tomás como a glória da Teologia — Aquinas noster splendor theologiae — e adoram a língua de Cícero e Virgílio, do mesmo modo que a de Sófocles e Homero.

Citemos, dentre muitos, os nomes de Marcílio Ticino, Pico de la Mirândola, Lefèvre d'Étaples, Thomas More, Erasmo, os que deram a impulsão maravilhosa à nova doutrina e tiveram, mais tarde, por continuadores e mestres insígnes, S. Francisco de Gales, Fenelon, Newmann e tantos outros que souberam exaltar a natureza humana, sem abdicar de Deus, sem rejeitar o dógma do pecado original.

Estes nobres campeões da fé cristã, quando admiravam o gênio dos antigos, subiam mais alto para render homenagem ao Autor de todo gênio. A academia platônica de Marcílio, como nos diz Guiraud, era decididamente cristã, tendo por escôpo conciliar a forma antiga e os ensinamentos da Igreja, a filosofia e a fé.

Seu programa podia sintetizar-se nesta frase lapidar de um de seus mais notáveis predecessores, o grande Petrarca: "A verdadeira sabedoria é Cristo. (1)

O humanista exímio que foi Marcílio Ticino, sòzinho, fêz tanto por Platão, valorando-lhe a obra, quanto o fizeram os eruditos, no século XII, por Aristóteles, comentando-o, interpretando-o e superando-lhe a ingente obra. (2)

Francis Hermans fotografa, num flagrante vivo, o "Simpósion" de Careggi. Os exegetas eram nove. Um dêles, Landino, lança-se sôbre o Apólogo de Aristófanes e transfigura-o, de todo, ajuntando-lhe a doutrina do pecado original. A alma, assim êle, recebeu na origem duas luzes, uma natural e outra divina.

Imaginou que lhe bastava a primeira, e súbito se desvaneceu a segunda, e veio uma morte tenebrosa. No entanto, uma centelha da divina luz trabalha o âmago da alma e a pressiona para fazê-la voltar à floração primitiva. Logo interfere no debate Cavalcante e opina que não só do homem, mas da natureza é que fala o "Fedro" de Platão. E ilustra o asserto: o amor nasceu do "Caos", mundo destituído de "forma", mas nele se esconde o desejo de possuí-la; já então aspirava a revestí-la, porquanto ela é que lhe completaria a essência. E, recorrendo à imagem da Vênus uraniana e da Vênus terrestre, apresentada por outro interlocutor, Pansânias, assim se expressa: a primeira, a uraniana é a alma, filha de Deus, nascida sem mãe, quer dizer, sem matéria; a segunda, a terrestre, é o corpo gerado da matéria, mas, neste corpo humano, há o desejo de realizar a beleza da alma... Marsuppini não o contesta; remonta mais alto, cita as palavras de Agatão sôbre o Amor creador, cheio de beleza e de bondade. Tal é, diz, o rosto de Deus que se reflete nos três espelhos: o anjo, a alma, o mundo. Benci vai fechar a exegese por uma interpretação simbólica mais encantadora e penetrante.

Apoia-se em Dionísio, o Aeropagita: O homem, diz Benci, nasceu no jardim de Júpiter, isto é, na expansão generosa do espírito do Evangelho. Seu pai é a inteligência divina; sua mãe, o princípio da "privação". Por seu pai, é sábio, industrioso, prudente, eloquente; por sua mãe, não tem casa, pois a casa do pensamento humano é a alma. Dorme à porta (por seus olhos e seus ouvidos). Marcha pela estrada — a beleza da natureza é a

---

(1) — Cf. Guiraud — Histoire partiale, histoire vraie, tomo II, pág. 174

(2) — Cf. Francis Hermans — L'Humanisme Chrétien, tomo I, L'Aube, p. 72

rota da beleza da alma. E agora começa a ascenção, tal qual a revela a dialética de "Matinée". Do corpo à alma, da alma ao anjo, do anjo a Deus: que é o fastígio, após o qual nada mais há. Quem tudo quer abraçar deve amar a Deus. Amando-O, amará os corpos, sombras de Deus, as almas e os anjos, que dêle são a semelhança.

Mais do que uma longa exposição, dá-nos êste formoso trato uma idéia clara do humanismo cristão, ainda nos seus primórdios, lá pela segunda metade do século XV.

Era bem fôsse reproduzido, nesta revista, para que numa visão de conjunto a briosa juventude paraíbana pudesse apreciar a grandeza da Pedagogia humanista que tôda se inspira na concepção da vida cristã, na verdadeira gnose que é Cristo.

x x x x x

Que diferença entre o Humanismo exagerado e pagão, sem outros horizontes que os da terra, sem outras normas que as de Epicuro, e o Humanismo cristão, hoje enriquecido com êsse caudal de conhecimentos, de "saber de experiência feito", de verdades, que as ciências, a psicologia, a sociologia, a filosofia, a moral e a teologia vieram acumulando nesses quatro séculos de trabalho fecundo e de vida cristã!

O primeiro, o Humanismo desviado, abstrai de Deus e do sobrenatural, transforma a ética na doutrina da autonomia em que o homem é seu próprio legislador, sua própria lei e juiz.

Foi a doutrina que abriu passo a Kulturkampf e ao agnosticismo, encarado sob todos os seus aspectos, literário, científico e filosófico. Identifica-se com a teoria do "estado de inocência", de Rousseau, apregoa o laicismo de morte e, à face do Eterno, tem insolências como aquelas que Goethe põe na boca de Fausto:

Não me inquieta de modo algum o teu poder
Se a pó reduzires êste mundo,
Outro após êste poderá surgir.
Esta terra é a fonte de meus gozos
E êste sol as minhas dôres ilumina.

No polo oposto se vê o Humanismo cristão. Longe de negar a Deus, rende-lhe vassalagem; desfralda o estandarte de Cristo-Rei, o Vencedor da Morte, engrandece a natureza humana, adornada com a graça batismal e as belas e insignes dotações do Espírito; bem assim, na escola de Cristo e dos Apóstolos, aprende as grandes lições da espiritualidade cristã sobretudo, a ciência e a arte da Educação.

Os humanistas cristãos celebram, nos seus ditirambos, a grandeza do

homem. Dos seus lábios caí, de frequente, a frase mágica de Mercúrio Trismegista: "Ó Asclepíades, que grande milagre que não é o homem!".

Mas esta grandeza não se há de buscar no culto das Belas-Letras. O homem, diz Pico de la Mirândola, é feito à imagem de Deus, é, pois, na ascese que se encontra a sua dignidade excelsa, é sob a ação da graça que se restabelece a harmonia entre suas faculdades.

Assim, é, num regime de autêntica espiritualidade que se forma o homem e se lhe aprimora o caráter, enriquecendo a alma dos esplendores da graça divina, do amor, da bondade, da beleza.

Como se vê, o humanismo cristão se distancia imensamente dessoutro que prescinde de Deus e da vida sobrenatural para enterrar-se no egoismo brutal.

O Mestre único, o verdadeiro Mestre, diz Clemente de Alexandria é Cristo, ó Verbo de Deus feito carne, é a Luz que alumia todo o homem e toca ao fundador da Academia de Florença, enunciar a mesma fundamental máxima da Pedagogia: Christus, vitae magister.

Esta é a máxima de Vitorino de Feltro, na "Casa Alegre" — Casa Giocosa, de Fenelon, de Francisco de Sales, de Newmann, de S. João Bosco...

Todos confessam que Jesus Cristo é o modêlo incomparável já para os mestres, já para os educandos.

A sua autoridade é forte, sem ser arrogante; seu jugo é doce e suave — JUGUM MEUM SUAVE EST. Ssa presença, em tôda a parte, respira amabilidade; não conhece ressentimentos nem prevenções; ergue-se a essa altura moral, nunca vista, donde domina tudo pela ausência de egoísmo e pela dedicação sem limites.

É a atividade redentora que se dá a si mesma em favor da multidão que, dia após dias, segue o Mestre sem mostrar enfado, e exclama estupefacta: Nenhum profeta falou como êste!

A sua doutrina, a moral sublime do Evangelho, é a que eleva o homem aponta os ideais magníficos, reforma os costumes e prepara o caráter moral dos povos e das nações. É a doutrina das "bem-aventuranças", a doutrina da fraternidade universal, da grandeza da família, da ordem e da paz na vida social.

Desde logo, se compreende o que é a educação no humanismo cristão.

É obra de elevação, de aperfeiçoamento que faz surgir, como por encanto, a bela floração que enobrece a vida de um povo.

E' obra do Amor. A Escola, argamassada com os princípios desta doutrina de vida não tem discípulos, senão amigos; há mais que intimidade entre o mestre e os alunos, há amizade franca, sincera, real e verdadeira.

Um vínculo forte e indestructível prende os educandos entre sí e estes ao mestre e jamais se lhes apagará da mente a primeira educação recebida.

E, a súbitas, êste amor puro, êste amor férvido e creador produz o seu efeito próprio, que é o milagre educativo: uma mocidade guapa, generosa

e ovante assoma na vida, de todo em todo, resoluta a guiar o Brasil aos visos iluminados da grandeza e da prosperidade.

Não, não deverá nunca ser investido das nobres e árduas funções de professor quem não possua os dotes que, segundo o Apóstolo, integram o conceito de Amor: a longaminidade, a paciência, a benignidade, o interêsse pelo bem do próximo — Charitas patiens est benigna est... non quareti sua sunt... (1)

Não julgueis, porém, que a escola, aqui preconizada, viva acéfala, sem ordem, sem disciplina, sem direção. Nada disso.

Há primeiro a pressão natural, espontânea do ambiente escolar, espécie de consciência exterior, como a denomina ilustre pedagogo (2) e cuja influência é sempre benéfica e preservadora, mormente quando os alunos vêm de uma família verdadeira, onde florescem as virtudes cristãs.

Desde que a escola seja organizada como um prolongamento do lar, num regime de vida profundamente cristã, de envolta com a boa distribuição dos exercícios escolares, muito já se terá feito para implantar nos ânimos o espírito de disciplina.

Por sua vez, as recreações, os jogos, as excursões, as festas e tantos outros meios educativos quase que não deixam lugar para penas e castigos.

Mas não vamos tecer loas à tese de Rousseau. Do humanismo cristão ao naturalismo pedagógico vai um abismo.

A tríplice concupiscência, de que nos fala o Evangelista S. João, acompanha o homem em tôdas as fases de sua vida.

Daqui a necessidade de uma intervenção direta da autoridade para orientar o aluno, disciplinar-lhes as tendências, corrigir-lhes os defeitos e coibir tôda a relaxação.

Porque maldizer a ascese cristã que liberta o homem?

Autoridade e liberdade, eis o binômio da escola renovada conforme a doutrina cristã.

São conceitos antagônicos? Não importa. O Amor saberá conciliá-los entre si, fundindo-os numa síntese viva que propicie ao educando estímulo para o gôsto da beleza e da virtude, de tudo o que é grande, nobre e elevado para o trabalho próprio e pessoal para o aperfeiçoamento da personalidade e do caráter moral.

X X X

Estamos diante de um mundo novo, que já se vem mostrando de um mundo preparado pela técnica moderna que, em poucas décadas, fêz com

---

(1) — 1a. Cor. Cap. XII

(2) — Maurice Legendre — LE PROBLÈME DE L'EDUCATION, pág. 134

o seu progresso, para usar a frase do Arcebispo de París, Sua Eminência, o Cardeal Fultin, o que não fizeram, num milênio, as gerações passadas, de um mundo que nos assombra com seus descobrimentos maravilhosos, com suas realizações soberbas, com seus instrumentos mágicos, portentosos, que transformam ainda a civilização intelectual, artística e moral.

Dia a dia, arranca segredos à natureza e domina o universo inteiro.

A máquina cada vez mais, se aperfeiçoa, prodigalizando todo o confôrto nos vários sectores da vida. E não tardará muito que progressiva e completamente, como no-lo diz o ilustre professor do conservatório de artes e ofícios de París, João Fourastie, venha liberar o operário das suas tarefas servis.

O mal, senhores, o grande perigo que nos antolha, não é o progresso da ciência e da técnica, considerado em si mesmo, senão o efeito que produz no homem de amanhã, no cidadão desta era nova.

E' sim, o deslumbramento causado pelas maravilhas que tem diante de sí, pelas riquezas imensas a altura de sua mão, pelo poder irrestrito que possui de transformar e transfigurar a matéria para a satisfação de todos os seus desejos e ambições.

E porque não dizê-lo? E' também o mêdo de que se apossa o cristão, quando se defronta com a civilização que emerge da industrialização e da técnica.

Mas não há motivo para hipocondria, para desalento, para medo.

Pio XII já levantou sua voz para gabar as conquistas da ciência moderna e os resultados surpreendentes de sua companheira inseparável, a tecnologia — a cibernética, o rádio, a electrônica, tão famosa e revolucionária, a usina atômica.

E a sua palavra foi tranquilizadora. A Igreja não teme a civilização da técnica. Só uma visão acanhada se aflige e inquieta. O progresso traz o bem estar humano, combate o pauperismo e melhora as condições de vida da classe operária e trabalhadora. A unidade cósmica tampouco nos apavora, rasga rumos novos ao homem, favorece a solidariedade humana e serve aos interesses supremos da Igreja, levando ao longe, mais facilmente, a mensagem de fé e amor de Cristo, Rei dos séculos.

A Igreja nada teme da ciência. Esta, se é a ciência verdadeira, adstrita a sua ordem, só nos faz aproximar de Deus.

Esta unidade prodigiosa do mundo, que a ciência nos desvenda, pressupõe um plano preconcebido, uma direção sàbiamente traçada para conseguir a meta desejada.

Do mais simples ao mais complexo, tal conexão vigora na hierarquia dos seres, tal regularidade e constância se observa em suas operações e tal unidade, na multiplicidade que, com razão se pode afirmar que o mundo é um complicado sistema de atividades que obedecem a uma lei mais alta, transcendente e eterna, graças à qual sabem todas a rota por onde seguir.

Ainda que cegas, operam estas fôrças, como se foram conscientes, e ca-

minham, na interdependência, para o porvir, visando sempre ao bem do homem e à glória de Deus.

É esta lei suprema que gera a ordem inimitável da natureza; é ela que governa as leis cosmológicas e trava entre si as energias esparssas, reduzindo-as à unidade, ao equilíbrio, à harmonia admirável, em que reluz a bondade, a sabedoria e o poder do divino Artífice.

Pouco importa que alguns cientistas rejeitem obstinadamente as causas finais e tudo queiram explicar como produto natural da evolução.

Porque, se as fôrças averbadas de cegas, realizam um "desenho harmonioso" se, no universo, há uma ordem que se revela por onde que que lancemos a vista, e, se ainda dentro da ordem, como diria Blondel, no campo próprio da ciência, se percebe um esbôço, um começo de ordem, então o sábio, digno dêste nome, nada tem que opôr aos argumentos da Filosofia e da religião.

O mundo está todo impregnado de desígnio e intencionalidade. E as nações de desígnios e propósito, diz Gilson (1), são para nós inseparáveis da noção de pensamento.

Pôr a existência de um pensamento como causa da intencionalidade dos seres organizados é também pôr um fim último-Deus.

E o insigne Filósofo soube dar a devida resposta ao cientista que, ultrapassando a esfera própria da ciência, ousa acoimar de falácia as soluções corretas da metafísica.

A falácia que existe, diz, é a do cientista que não sabendo como resolver os problemas filosóficos, instaura nova Mitologia, "a mitologia científica". Conhecemos a cega Evolução, a perspicaz Ortogênese, o benévolo Progresso.

A Igreja, não é demais repetir, não teme a ciência, não teme os progressos crescentes da técnica. Ela não se vincula às várias e diversas civilizações que encontra no seu itinerário terrestre, mas influi sôbre todas elas, modificando-lhes as estruturas e prodigando-lhes os tesouros das verdades eternas, dos valores sobrenaturais e divinos.

De Cristo, seu divino fundador, recebeu o mandato de ensinar a todos os povos, a todas as nações. Do cumprimento desta sua missão depende, hoje mais do que nunca, na frase ilustre purpurado da França, o futuro do mundo.

A Igreja é imortal e indefectível. Nada tem que temer da civilização da técnica.

---

(1) — Gilson, Deus e a Filosofia, ed. Cast. p. 145.

PERSONALIDADES PSICOPÁTICAS

Prof. Luciano Ribeiro de MORAIS

Laudo pericial apresentado por Luciano Ribeiro de Morais, brasileiro, casado, maior, médico psiquiatra, residente nesta cidade, de acôrdo com a determinação do Dr. Juiz de Direito da 3a. Vara desta Capital, conforme consta dos autos da Ação de Anulação de casamento movida por dona L.F.S.P. contra seu espôso R.O.G.S.P.

PARECER

PERSONALIDADES PSICOPÁTICAS

Quem observa os doentes portadores das chamadas PERSONALIDADES PSICOPÁTICAS e medita sôbre as opiniões de autorizados psiquiatras e conceituados tratadistas, verifica que a sintomatologia dêsses processos psicopatológicos não obedece a uma norma bem definida ou perfeitamente caracterizada.

Não se trata, sem dúvida, de uma síndrome que se possa isolar com facilidade, tornando-a de uma evidência clara e manifesta.

Realmente não é facil.

Os sintomas, via de regra, são confusos, contraditórios, vagos e aparentemente sem nexo. Não raro, há mesmo períodos em que as atitudes dêsses doentes são tão equilibradas que a conduta por êles revelada engana e faz duvidar da existência de um estado mórbido mais sério e mais profundo.

Êsses desviados psíquicos se projetam na sociedade sob formas

e aspectos diferentes e com uma intensidade que foge a qualquer tipo padronizado.

Além disso, as revelações dessas anormalidades mentais são decisivamente influenciadas pelo meio, onde cada doente se personaliza.

O campo social é imprescindível ao desenvolvimento das PERSONALIDADES PSICOPÁTICAS, no que se refere à sua extensão, à sua profundidade, à sua valorização. Elas são, por isso mesmo, variáveis no tempo e no espaço. Variáveis e oscilantes nos diversos tipos e até num mesmo doente. São desconcertantes e iludem aos mais avisados, aos mais experimentados.

Aquêles, porém, que têm paciência para examinar a trajectória da existência ou a vida social de anormais dessa natureza, hão de sentir que tudo se esclarece à medida que a observação vai se tornando mais extensa e acurada. É sòmente uma questão de apanhar os sintomas e situá-los de modo adequado.

Ordenando tudo, percebem-se bem as PERSONALIDADES PSICOPÁTICAS em suas variações desnorteantes, em sua sintomatologia luxuosa e colorida. E compreendem-se ainda melhor essas PERSONALIDADES, buscando suas nascentes e procurando entender o seu comportamento no seio da sociedade.

O estado mórbido que dá origem ao aparecimento dessas constituições doentias não é uma conseqüência mais direta e imediata da INTELIGÊNCIA. Ela tem suas raízes mais profundas no próprio TEMPERAMENTO .

É o que, de certo modo, ensina Kurt Schneider: — «Excluimos, además, del concepto de personalidad todas las faculdades del entendimiento, como la facilidad de comprension, la de juicio y pensamiento logicos, la critica y la independencia del juicio, la memoria y todos los talentos; em uma palavra: la inteliencia».

Isto, evidentemente, agrava o problema e dificulta o seu entendimento, em virtude das indagações suscitadas pela dúvida.

Não é, de fato, razoável aceitar-se uma inteligência com ares de integridade funcionando concomitantemente com as desarmonias decorrentes de desvios psíquicos acentuados, com atitudes ou condutas disparatadas e contrárias à moral tradicional da sociedade em que vivemos; ou coexistindo com atos delituosos disformes e estranhos.

Dir-se-ia tratar-se de uma questão controvertida, caso não tivéssemos, hoje, um roteiro capaz de dar uma orientação correta ao nosso raciocínio.

Em verdade, a personalidade humana, apesar de funcionar como uma unidade, pode ser analisada na intimidade de seu próprio conteúdo. E êste conteúdo, decomposto pela análise, leva naturalmente o observador às nascentes de sua formação, através da psicoestática.

Sôbre tão palpitante problema existem observações e estudos orientados por autorizados psicopatologistas franceses e que podem ser

assim condensados: Levando em consideração as condições de vida dos animais em geral, a sua evolução filogenética até o homem e, neste, a evolução ontogênica, vamos reconhecer que nele subsistem duas funções essenciais: a) — FUNÇÃO DE CONSERVAÇÃO; b) — FUNÇÃO DE RELAÇÃO .

Estas funções são constantes e eficientes, porque sem elas a vida seria impossível. E delas, a de conservação é a mais importante. É mesmo essencial. É fundamental e toma duas diretrizes: a nutrição: conservação do próprio indivíduo; a geração: conservação da espécie.

Quem se nutre, assegura a sobrevivência individual; quem se reproduz assegura a imortalidade da espécie, da raça, da própria vida.

No homem, a nutrição vem evolvendo através dos tempos. Transforma-se, muda de feição: é o instinto de conservação, é o instinto de propriedade, é a ganância — ou que outro nome possa ter. O objetivo, porém, é sempre o mesmo: garantir condições favoráveis à própria sobrevivência do ser vivo — é a avidez em sua plenitude.

A avidez, submetida a um estado emocional mais intenso, dará, sem dúvida, o ganancioso, o avarento comum. Se desprovida de emoção de interêsse, se levada pela negligência ou pela imprevidência — teremos a figura conhecida do «mão aberta», do estróina, do dissipador.

O avarento e o estróina procedem, assim, da mesma fonte.

Não há entre êles oposição pròpriamente dita: é questão de intensidade de uma mesma e única tendência ou inclinação. É a polarização para a esquerda ou para a direita. Um homem equilibrado estaria situado entre essas duas polarizações: oscilaria no meio têrmo. O normal está, portanto, na média dêsses «dois desvios divergentes». É o que Schneider denomina: «la norma del termino medio e lá norma del valor».

Mas a ganância no homem moderno toma rumos ainda mais alarmantes. Muitos não desejam sòmente acumular bens materiais, aumentar suas posses ou cuidar da solidez de seu futuro, de seu dia de amanhã. O que desejam é brilhar no meio social, é aparecer, é exercer cargos de relêvo e ser distinguidos com as mais altas honrarias.

É a vaidade que cega e que pèrturba a paz de espírito de suas presas.

Julgam-se superiores, exigem e têm pretensões descabidas. Falam sem refletir. São querelantes e reclamam as menores cousas e não perdoam as falhas mais insignificantes. Reivindicam, tornam-se interpretativos e não se conformam com o que lhes é possível conseguir. Querem sempre mais e mais e, por isto, têm a impressão de que são «marcados» ou perseguidos; e, não raro, como represália às perseguições de que se julgam vítimas, reagem: são os perseguidos-perseguidores.

Indivíduos com perfís psicológicos dessa natureza são perigosos

e nocivos à sociedade pela hipertrofia da tendência denominada avidez, cuja origem vai ser encontrada no instinto de conservação (nutrição). São os paranoicos ou PERSONALIDADES PSICOPÁTICAS do tipo paranoico. A inteligência, no caso, pode ser mesmo aguçada, mas falha porque não tem poder frenador capaz de controlar com eficiência essa tendência hipertrofiada, como é comum àquêles que são considerados normais.

Isto sucede numa das diretrizes da função de conservação.

E a outra diretriz — a geração?

A geração é o fundamento da função reprodutiva. É o instinto de conservação mais amplo, mais profundo e o de maior repercussão. É a atração do filho. E o filho é a garantia autêntica e legítima da continuidade da espécie.

A geração, como a nutrição, também evolve e se transforma e toma igualmente os mais variados aspectos e denominações: é o amor, é a amizade, é o carinho, é a fraternidade, é o amor maternal...

Tudo, no entanto, tem um único sentido: torna a vida eterna e o homem imortal.

A geração em sua evolução filogenética e ontogenética chega ao homem moderno sob duas tendências bem distintas: amar por amar: a Bondade; ser amado de qualquer menina — a Sociabilidade.

A primeira é oblativa; a segunda, captativa.

Estas duas tendências autônomas também se atrofiam ou se hipertrofiam; também se polarizam para a direita ou para a esquerda.

Como entre o avarento e o dissipador, como entre o humilde e o paranoico, não há pròpriamente uma diversidade de conteúdos, para o demasiado bom e o perverso subsiste o mesmo raciocínio: — o amor e o ódio brotam das mesmas raízes.

Há os que dão sem recompensa, os que dão sem restrições, sem contrôle e sem saber porque o fazem. Amam por amar: são bons.

Têm muitos a noção de que são explorados, de se estão arruinando — mas mesmo assim fazem o bem e vivem tranquilos. Podem ser perniciosos pelos atos de sua bondade exagerada. Isto, porém, atinge sòmente a própria pessoa de cada um dêles e, quando muito, suas famílias.

O perverso, não!

O perverso é perigoso porque pratica a maldade com serenidade e confiança. Parece mesmo que não tem remorsos nem sentimentos de culpabilidade. É o que os inglêses chamam de «**moral insanaty**». Age por prazer e sente alegria na efetivação de sua própria perversidade. Atua sem motivos ou em represália às agressões mais insignificantes. Pratica o mal pelo bem que êste lhe proporciona e, por isto, muitos perversos se tornam delinqüentes temíveis e refinados. São cínicos, e sentem uma necessidade incoercível de praticar atos de maldade, porque o sofrimento alheio atenua sua ansiedade e lhes

proporciona um bem estar acentuado e uma paz de espírito suave e reconfortadora. São sádicos por natureza e só o mal apazigua o seu espírito conturbado e desprovido de qualquer sentimento afetivo de solidariedade humana. São os perturbadores contumazes da ordem pública, da vida social, da tranquilidade das famílias...

O bom e o mau têm dêste modo uma origem comum. A tendência — Bondade é fundamental para êles. É uma questão de gráu, de polarização, de atrofia e de hipertrofia. No homem normal, os atos originários desta tendência oscilarão no meio têrmo dêsses desvios que tomam direções contrárias — **in medio stat virtus.**

Uns, porém, se atrofiam demais, outros se hipertrofiam, ambos ainda podem ser tolerados. No entanto, quando a atrofia se torna intensa, escapando ao poder frenativo dos processos intelectivos, surge a figura do PERVERSO e com ela os seus feitos sinistros.

Os perversos sabem e sentem que podem ser coagidos, que podem sofrer correções desastrosas à sua integridade física ou moral, que o crime não compensa. Sua consciência esclarece tudo isto, mas é impotente para servir-lhe de freio. Eles se aventuram no mal porque têm necessidade dêle e só êle lhes restitui a serenidade, o equilíbrio interno e lhes suavisa a emotividade exacerbada pela própria degenerescência.

São irresponsáveis.

Irresponsáveis e perigosos porque sua ação malfazeja é orientada, quase sempre, por uma inteligência esclarecida, pela calma e pela indiferença com que estão dispostos a receber as conseqüências de seus próprios êrros.

Eis aí a PERSONALIDADE PSICOPÁTICA do tipo perverso, cuja origem é encontrada numa das duas tendências derivadas da sexualidade.

E a outra tendência — a Sociabilidade — também originária da sexualidade: ser amado de qualquer maneira. É uma tendência importante e que também se polariza como as outras. De um lado, temos os tímidos, os humildes, os desconfiados, os acanhados, os retraídos, os que dão a impressão de que têm medo de aparecer. São os modestos ou de natureza inofensiva, os esquecidos.

Na outra direção, vamos catalogar os que vivem para brilhar, os entusiasmados, os otimistas, os levianos, os traquejados, os audazes, os que procuram viver no luxo, os conversadores, os que se interessam em irradiar simpatia, os que se empenham em distender os círculos de suas amizades, os que só desejam aproximações com pessoas importantes, os que querem ser notados. É a vida social intensa que os preocupa. Dão festas e fazem questão de ser convidados para as solenidades de relêvo. Sua segurança econômica e a de sua família pouco lhes importam. Gastam e dão presentes custosos e praticam atos de filantropia, mesmo que lhes faltem recursos para isto. Assim

procedem não porque sejam realmente bons, mas para serem distinguidos e queridos pelos outros.

Dentro de certos limites, êsses tipos são razoàvelmente suportados no seio da sociedade. São até desejados, em virtude da sua comunicabilidade. Tornam-se populares e impressionam bem. É o movimento social que os atrai e lhes dá a alegria de viver.

Parecem prestimosos, patriotas, afáveis. Ninguém, porém, se fie neles: na hora do embaraço, escapam e fogem aos compromissos e aos deveres que a amizade verdadeira impõe. Fazem-se esquecidos e, de fato, esquecem-se dos compromissos no convívio de novos amigos, em outros ambientes, no torvelinho da vida...

São bons para serem amados e não porque amam.

O indivíduo equilibrado procura manter-se equidistante, entre os dois polos delimitados pela modéstia excessiva e pela vaidade. Essa tendência por vêzes se atrofia e toma proporções de vulto. Degenera e desvirtualiza o sentimento da sociabilidade.

Surge, então, o mentiroso, o intrigante, o forgicador de boatos, o que tece desavenças entre pessoas, entre famílias e entre Instituições. É sutil, maneiroso, cínico, ardiloso, desprovido de coragem e de sentimentos originários da ética.

Êsses tipos são perigosos porque não agem de frente, às claras. São tortuosos e inescrupulosos e utilizam-se de meios e processos escusos e condenáveis. Procuram captar confiança para trair, delatar, caluniar... Deturpam deliberadamente a verdade e torcem a realidade com o intuito de encontrar motivos que lhes dêm o prazer de cochichar pelas esquinas, pelos cafés, pelas Repartições Públicas, pelos clubes e até mesmo no interior de casas de famílias respeitáveis, das quais se dizem amigos e às quais protestam gratidão e lealdade. Juram que amam e são gentís. Fabulam, contam histórias bonitas e enredam com uma facilidade extraordinária.

As suas malhas estão sempre repletas de vítimas.

Enganam moças inexperientes, prometem-lhe casamento e iludem-nas em sua boa fé. Casam-se algumas vêzes com o desejo de explorar suas esposas, a fim de que elas cuidem de seu sustento. Insinuam-se com sorrisos e lábias. Prometem sempre e convencem pelas falsas garantias que oferecem. Fogem, porém, à responsabilidade com a mesma serenidade com que intrigam, mentem e fazem misérias. Dizem-se ricos quando se faz necessário enganar ou trapacear, e pedem dinheiro emprestado («facadistas») mais adiante com um descaramento de assombrar. Sorriem e choram quando isto lhes apraz e lhes é vantajoso.

Com o tempo vão sendo identificados e reconhecidos como escroques.

Mas, enquanto isto não se generaliza, enquanto isto não os de-

moraliza inteiramente, a sua ação funesta se expande e deixa o seu rastro de misérias por onde êles passam, andam e vivem.

Aos indivíduos dessa ordem não adiantam conselhos ou exemplos. Eles sentem e têm a certeza de que, enganando, mentindo e intrigando contínuadamente, hão de findar desacreditados perante a sociedade. A inteligência, em cada um dêles, esclarece e indica os resultados práticos de tôdas essas hipóteses. Mas a função frenadora, no caso, é frágil demais para censurar êsses desejos insopitáveis e amorais. A satisfação íntima de cometer deslizes e de arquitetar planos para perturbar a vida de seus semelhantes é, sem dúvida, muito superior à vontade de cumprir bem os deveres que lhes exige a moral e a honra.

As emoções produzidas pela espera dos resultados de suas atitudes maquiavélicas compensam plenamente quaisquer frustrações dos intentos de propagar o mal.

São inconseqüentes e altamente funestos.

Neste perfil psicológico emoldura-se a chamada PERSONALIDADE PSICOPÁTICA do tipo MITÔMANO. É a mitomania ruidosa com todo o seu cortejo de misérias.

Com observações dessa espécie e baseadas na prática psiquiátrica, chegaremos, pelo raciocínio, às nascentes de três tipos de Personalidades Psicopáticas: PARANOICA, PERVERSA e MITÔMANA.

Estas três espécies de Personalidades têm origem nas três tendências da Função de Conservação: avidez, bondade, sociabilidade. A primeira deriva da nutrição; as duas últimas, da geração, da sexualidade. Essas três tendências, quando degeneram, quando tomam um aspecto patológico, fazem despontar as PERSONALIDADES PSICOPÁTICAS já citadas.

Há porém, ainda, dois tipos de Personalidades também denominadas Psicopáticas. Estas duas últimas têm suas bases na função de Relação e esta não é tão essencial como a de Conservação. Existe em função desta última. É subordinada. É secundária. É a função de proteção. Daí tomar duas formas: motilidade e receptividade.

A evolução da receptividade não interessa mais de perto a êste exame pericial. No homem, ela, evolvendo filo e ontogenèticamente, dá as gradações dos processos intelectivos, do discernimento ou juizo. E a inteligência humana, por isto, oscila desde o idiota ao gênio.

A motilidade, substrato da movimentação, evolui e aparece no ser humano sob dois sentidos distintos: atividade e emotividade. São duas tendências a serviço da nutrição e da geração.

A atividade é a inclinação que faz projetar na sociedade indivíduos moderados, lentos, preguiçosos, meio parados, como se gostassem de viver para dormir. Êstes têm uma atividade originária de uma tendência atrofiada; outros, pelo contrário, são os ativos, os movimentados, os conversadores, os otimistas, os incansáveis, os excitados, os

que dormem pouco, os que são capazes de empenhar-se em mil e uma atividades.

Os primeiros, quando acentuados, são os depressivos, os melancólicos, os tristonhos, de movimentação tarda e preguiçosa. Os segundos são os excitáveis, os barulhentos, os que agridem, os que falam horas e horas sem cessar, que não cansam e quase não dormem. É a excitação psicomotora que predomina — são os maníacos. E, como os maníacos e os deprimidos, são produtos de uma única tendência, recebem uma denominação que abrange os dois: maníaco-depressivos.

São doenças que, aparentemente, estão em oposição, mas que, em essência, são uma única, uma só. Basta-lhes diminuir ou aumentar o gráu, a oscilação, para observar suas variadas projeções nos horizontes da vida. Variando a intensidade, oscilam desde os mais ou menos maníacos até os deprimidos mais profundos. E entre essas duas variações está situado o normal, o homem comum, equilibrado.

Em alguns, sobressai de preferência o quadro depressivo, cuja intensidade pode levar até ao suicidio; noutros, a inclinação é pelos sintomas da hipo-mania. É a excitação psico-motora que surge maior número de vezes. Em outro grupo, os quadros são alternados: ora um, ora outro, a dizer, ora a mania, ora a depressão.

E a Personalidade derivada da atividade (tendência) é a conhecida como PERSONALIDADE PSICOPÁTICA do tipo ciclotímico.

Resta-nos, agora, um só tipo a analisar: a Personalidade Psicopática do tipo hiper-emotivo, cuja raiz brota da emotividade. — uma das tendências da função de Relação.

A emotividade é o sistema de alarme por excelência, onde se assentam os fundamentos do ataque e da defesa do ser vivo. É uma função de Relação preciosa pelo aviso que desperta na intimidade de cada indivíduo, fazendo-lhe sentir que qualquer cousa de extraordinário ocorre no meio ambiente.

Diante da advertência, o homem torna-se mais apto para defender-se ou para atacar. E não raro, êste sistema de alerta funciona tão pronta e ràpidamente, que a pessoa, antes mesmo de ter consciência do perigo, já tem sua defesa assegurada pelos processos de automatismo de que dispõe. Outras vezes, dado o alarme, o indivíduo põe-se de guarda, e, quando percebe que a ocorrência lhe é favorável, relaxa-se todo numa sensação de alívio.

Essa tendência (a emotividade) é também submetida aos mesmos princípios que regem as outras inclinações: oscila para um lado ou para outro.

Não é fixa, nem rígida.

Existem os calmos, os fleugmáticos, os frios, indiferentes, os negligentes. Êstes são atrofiados. Outros, porém, são fàcilmente excitáveis e tomam atitudes desproporcionadas aos estímulos. São os emotivos, os que choram de alegria e de raiva, os explosivos, os criado-

res de casos, os que ficam pálidos, os em que o rubor chega à face com rapidez incrível. Alguns tremem, suam têm vertigens, perdem a consciência e, em casos mais graves, morrem pela pressão do choque emocional.

Oscilando a tendência emotiva, vamos observar os frios, os ardorosos e também os intermediários, classe em que estão incluidos os normais. A repercussão produzida pelos fleugmáticos é singela e reduzida. Quando, porém, a emotividade se hipertrofia, surgem aquêles que têm a sensibilidade à flor da pele: são os explosivos, os impulsivos, os desaforados, cujas atitudes violentas são insultuosas para serem suportadas sem quebra de dignidade. Todos reconhecem e procuram evitar conflitos e atritos com pessoas que assim se comportam. Julgam-nas temíveis.

Passada a crise vêm o arrependimento e o pesar.

Infelizmente, êsse pesar e êsse arrependimento tardios não servem de lição, não valem como experiência: na primeira oportunidade os fatos se repetem e as atitudes são as mesmas.

É a PERSONALIDADE PSICOPÁTICA do tipo hiper-emotivo que se revela e que se identifica.

As tendências acima descrita e analisadas são derivadas das funções de Conservação e de Relação. São em número de cinco e, tôdas elas reunidas, constituem as bases do Temperamento humano. Três são fundamentais e duas subsidiárias, e as cinco procuram coexistir formando um conjunto harmonioso. Auxiliam-se mùtuamente, suprindo umas as deficiências das outras; ou algumas corrigindo as que se afastam da média comum, do «término médio». Aqui e acolá, umas se exacerbam; outras, porém, contrabalançam, tornando-se moderadas. A ganância, por exemplo, às vezes, quer imperar sòzinha; vem, no entanto, a sociabilidade e exige concessões, e as obtém no sentido da harmonia do conjunto.

Essas tendências, responsáveis pela formação do Temperamento, são constitucionais e nascem com o ser humano. São herdadas e fazem parte integrante da Personalidade. Sendo hereditárias e integrando a Personalidade, estão, é claro, impregnadas no próprio ser, desde sua fase inicial.

Como o ser que nasce, elas crescem, amadurecem e surgem com o tempo, com a idade. Antes da maturação, elas já existem, mas estão como que paradas, latentes, sem movimento — é a Psicoestática.

Durante a personalidade do individuo, elas se desenvolvem progressivamente, sob a influência direta e constante do meio ambiente.

O meio é essencial para elas.

Movimentam-se, tomam vulto e as mais desencontradas diretrizes. São os fundamentos da própria vida em ação; são os fatores do psicodinamismo. Resistindo ou adaptando-se às condições mesológicas, elas se revelam e evidenciam as vastas possibilidades contidas em

sua virtualidade. Crescem e amadurecem, tomam corpo e forma, e constituem as bases reais do temperamento e do caráter. São polidas e têm aparadas as arestas. São modificadas, deformadas no verdadeiro caldo de cultura que é a vida social.

Por vezes, tornam-se irreconhecíveis como se tivessem abandonado o seu primitivismo oriundo da psicoestática, da personalidade fundamental. É a exigência da vida que faz com que elas transcendam constantemente. São os conflitos, são as necessidades obrigando a formação de novas estruturações e criando como que uma nova personalidade que, embora secundária, mascara quase permanentemente a personalidade primária.

Isto ocorre por conta do psicodinamismo ou da vida em movimento.

Mas, aqui e ali, elas, parecendo cansadas, deixam transparecer sua verdadeira identidade, o seu primitivismo. São reações inesperadas que deixam o observador surpreendido com as disparidades da conduta humana.

Essas tendências, às vezes, não evoluem de acôrdo com as normas impostas pela sociedade, e o indivíduo se revela rude, ganancioso, cínico, emotivo, agitado ou melancólico. Êstes são olhados com certa reserva — são os temperamentais. E pior ainda: quando uma dessas inclinações ou algumas delas apresentam um defeito de origem, uma morbidez em sua constituição, degeneram e tomam rumos imprevistos, dando-se, então, um comprometimento do temperamento tão acentuado que as outras tendências, mesmo permanecendo normais, não têm fôrça suficiente para servir de corretivo, e a inteligência, a despeito de fazer conhecer que essas inclinações estão desviadas das «normas costumeiras», perde sua ascendência natural, sua capacidade de censurar. E os indivíduos portadores dessas anormalidades temperamentais são denominados PERSONALIDADES PSICOPÁTICAS ou CONSTITUIÇÕES PSICOPÁTICAS. Estas Personalidades são em número de cinco tipos diferentes: PARANOICA, PERVERSA, MITOMANA, CICLOTÍMICA e HIPEREMOTIVA.

* * *

HERANÇA

De acôrdo com a orientação de ponto de vista psiquiátrico acima descrito, somos de parecer que a PERSONALIDADE PSICOPÁTICA é um estado patológico de origem constitucional. Daí a sua outra denominação: CONSTITUIÇÃO PSICOPÁTICA.

Tratando-se, portanto, de um processo mórbido constitucional, é êle, pela sua natureza íntima, irremovível, incurável. É possível disciplinã-lo ou atenuar sua intensidade e, através de um sistema educativo rígido, torná-lo até moderado ou quase imperceptível.

Mas curá-lo, removê-lo — nunca!

No caso em aprêço, o perito foi convocado para analisar o estado das condições inerentes a um doente julgado portador de uma PERSONALIDADE PSICOPÁTICA DO TIPO PERVERSO E MITÓMANO.

Não lhe cabe, por isto, discutir o acêrto ou desacêrto do diagnóstico já firmado. Compete-lhe, diante de tal classificação, dar uma idéia geral sôbre o que se entende por um processo psicopatológico dessa natureza, apontar suas origens e dizer da possibilidade de sua transmissão à descendência daqueles que são vítimas dêsses desvios mentais.

Dado o diagnóstico como correto, examinando o ponto de vista psiquiátrico relativamente ao que se compreende por constituições dessa espécie, resta-nos, agora, sòmente discutir o problema de sua transmissibilidade.

Eis a questão: poderá esta anormalidade psíquica ser transmitida à prole, à descendência, através dos «fatores» responsáveis pela continuidade da espécie, pela herança?

Diante desta indagação, convém equacionar o problema e buscar sua solução na lógica dos próprios acontecimentos. Trata-se, agora, de uma questão sutil e ligada íntimamente à hereditariedade, cabendo, por isto, à genética esclarecer como as cousas se processam e indicar uma solução definitiva.

Deslocado o assunto para a genética, temos que entrar em consideração sôbre a herança. Esta constituiu sempre um problema transcendental. Era mesmo para os antigos uma de suas mais constantes preocupações. As teorias filosóficas, variadas e contraditórias não convenciam ninguém. E as de caráter científico falhavam pela carência de substância e pela sua não comprovação em fatos positivos.

Nestas condições, os julgadores, quando chamados a opinar em pendências desta magnitude, viam-se numa situação deveras embaraçosa por lhes faltar elementos claros e seguros. A confusão era extensa e o empirismo levava com frequência, os juízes a tomar decisões distanciadas da realidade.

A dúvida principal consistia, pela ausência de conceitos e postulados evidentes, em saber distinguir as origens dos processos psicopatológicos, a fim de determinar se os mesmos eram adquiridos pelas contigências mesológicas ou se eram derivados dos fatores próprios e responsáveis pela herança no conceito médico-legal do têrmo. Ou ainda se se tratava de uma imitação, de uma pseudo-herança ou herança cultural.

Os fatos eram registrados. Sua explicação, porém, era obscura, desconcertante. Tudo isto, por certo, motivava uma profunda desorientação. E quem, sentindo-se desorientado pela dúvida, seria capaz de julgar com a consciência tranquila? Por estas razões, um exame pericial de tanta importância, onde o julgador tem evidentemen-

te necessidade de esclarecimentos substanciais, deve ser neutro, analítico, detalhado.

A perícia, apesar de ser sòmente um elemento subsidiário para qualquer julgamento, tem o objetivo de procurar munir os juízes de esclarecimentos excepcionais para a serenidade de suas decisões. Daí, muitas vezes, ela não poder ser coordenada dentro de conceitos estreitos ou abordar pura e simplesmente aspectos limitados, principalmente quando se trata de desatar laços matrimoniais em um País onde êles são indissolúveis.

Voltemos, porém, aos problemas determinados pelos postulados atuais da genética.

Tôda célula viva tem sua origem em outra célula viva — «**omnis cellula e cellula**» — e todos os seres vivos começam sua vida em uma única célula .

O homem, como os demais, não foge à regra geral: é monocelular em seu comêço.

A célula inicial, onde o homem começa a existir, é constituida no ato da fecundação. É o ponto zero de sua idade real. A célula inicial também tem uma origem. Ela deriva de duas células genéticas: uma, vinda da mãe — o óvulo; a outra, do pai — espermatozoide.

Na fecundação, estas células genéticas se fundem e se completam, formando uma só — o ôvo. Daí por diante é uma questão de espera, de desenvolvimento, de comportamento, sob a influência favorável ou mesmo perniciosa do meio ambiente onde ela vai proliferar, amadurecer.

O óvulo compõe-se de um núcleo e de um citoplasma. Êste não tem importância maior quanto à herança. O núcleo, pelo contrário, é o elemento nobre onde estão contidos os materiais constitutivos da hereditariedade. Nêle se assinalam 24 estruturas gelatinosas — os cromossomas.

O espermatozoide na proporção de 200 a 500 milhões para cada óvulo — é a célula masculina fundamental. Contém, além de uma cauda destinada à propulsão, um núcleo idêntico ao da célula genética feminina. Na fecundação, um espermatozoide — e só um — penetra no óvulo. Dada a penetração, ambos os núcleos se fragmentam e se atraem mùtuamente, constituindo um núcleo único pertencente a uma célula nova e autônoma: o ôvo.

É o germe de um novo ser humano.

Efetivada a fragmentação dos núcleos, cada cromossoma de um dêles se emparelha com o seu idêntico do outro núcleo, constituindo 24 pares de cromossomas, tornando-se, agora, cada par, uma unidade.

Os cromossomas, por sua vez, são constituídos de partículas infinitamente pequenas — os genes.

E quando os cromossomas se emparelham, os genes de um dêles

procuram ficar lado a lado dos seus idênticos existentes no outro cromossoma que integra o mesmo par.

Segundo as leis da hereditariedade, tudo o que se herda dos pais ou de seus maiores é uma consequência direta e imediata da interação dos genes ou de grupos de genes. Os genes são, realmente, os «fatores» responsáveis por tudo aquilo que é transmitido pela herança das gerações anteriores às posteriores.

Tôdas as caracteristicas que neles existem em potencial, inclusive defeitos físicos e as predisposições às psicopatias, podem ser transmitidas à descedência, de geração em geração. A herança está assim em potencial nos genes, transmite-se através dêles e é por êles assegurada, independentemente da vontade e dos propósitos daqueles que são destinados a transmití-la.

É o caso das PERSONALIDADES PSICOPÁTICAS.

Como já ficou esclarecido no texto dêste laudo médico, êsses processos mórbidos são constitucionais. E sendo constitucionais, de acôrdo com as diretrizes atuais da genética, são decorrentes de estados patológicos (características) existentes sem potencial nos genes ou em grupos de genes defeituosos. E sendo originárias de genes, mesmo defeituosos, podem ser transmitidos à descendência por intermédio dessas partículas constitutivas dos cromossomas contidos nas células genéticas, porquanto já se sabe que tôda célula viva vem de outra célula viva e sendo vivas as células genéticas, hão de vir necessàriamente de outras células que também possuem vida.

E assim é.

Das células genéticas deriva-se a célula inicial ,onde começa a vida humana. Esta célula, amadurecendo, multiplicando-se, proliferando, vai dar origem a milhões e milhões de células que hão de constituir o homem adulto.

No entanto, logo no comêço desta proliferação, várias destas células, como que separadas das demais, amadurecem lentamente e vão multiplicar-se, em tempo oportuno, de uma maneira tôda especial e são destinadas à procriação futura. São as células genéticas.

Das células genéticas deriva-se a célula inicial e desta, as futuras células genéticas que, por sua vez, juntando-se às células genéticas de pessoas de sexo oposto, vão dar a próxima célula inicial — é uma nova vida que se forma. E isto se vai sucedendo pelas gerações afóra, enquanto o homem existir à face da terra.

Vimos, assim, que a célula inicial é constituida de duas células genéticas: uma feminina e outra masculina; e que estas contribuem para a formação daquela com 48 cromossomas (24 cada uma), perfafendo, quando constituidas, um total de 24 pares dessas estruturas gelatinosas que se aglutinam no núcleo. Agora, é a célula inicial que, dividindo-se, volta à condição primitiva de célula genética — (óvulo, quando proveniente de mulher; espermatozoide, quando de homem),

contendo em seu núcleo 24 cromossomas em vez de 24 pares destas estruturas.

Disto se conclui: as células genéticas de qualquer pessoa se diferenciam em dois grupos de igual número e que cada uma das células dêstes grupos há de conter em seu núcleo a metade dos cromossomas existentes na célula constituída no ato da fecundação, isto é, cada grupo de células genéticas abrigará simplesmente 24 cromossomas originários dos 48 (24 pares) do ôvo.

Seguindo êste raciocínio, verifica-se, desde logo, que determinadas características virtualmente existentes numa das parelhas de um par de cromossomas, estarão presentes na metade das cédulas genéticas e ausentes na outra. No caso de não haver permuta de genes entre os cromossomas constitutivos de um mesmo par. Havendo permuta de genes, como é frequente, a proporção será maior e as possibilidades de serem transmitidos os caracteres hereditários serão, realmente, muito mais amplas.

Na fecundação, quando duas células genéticas, oriundas de pessoas de sexos diferentes, se fundem e se completam, os genes em cujo potencial está preformado um estado mórbido, têm possibilidades de ser transmitidos guardando, é claro, as devidas proporções.

Isto esclarece um ponto importante: a coexistência de filhos sadios e de filhos maculados originários dos mesmos progenitores.

A vontade dos pais não prepondera numa determinação desta natureza: tudo obedece à lei das probabilidades.

Será, portanto, natural que rebentos de um mesmo casal herdem tendências, inclinações e aspectos físicos que, tornando-os diferentes, proporcionem a cada um dêles a sua própria identidade.

Outras vezes acontece, e não é raro, que os filhos, parecendo não pagar pelos pais, apresentam-se isentos de defeitos revelados por um dos progenitores. Por que? Porque os estados patológicos virtualmente preformados na célula genética de um dos pais podem ser superados e permanecer recessivos.

Nestes casos, na inter-ação dos genes ou de grupos de genes, irão aparecer os caracteres oriundos dos genes do outro procriador. Êstes são predominantes. Os genes sadios são predominantes no maior número de vezes e recessivos quase sempre aquêles capazes de transmitir processos mórbidos.

Trata-se, sem dúvida, de uma espécie de defesa natural e intencional em benefício da melhoria da raça. As taras não surgirão assim nos filhos. Mas, nem por isto, deixarão da subsistir os genes comprometidos e que, dêste modo, estarão presentes em um grupo de células genéticas, embora noutros estejam ausentes.

Considerando-se então, que é nestes grupos de células genéticas que a futura célula inicial (o ôvo) irá buscar a metade dos materiais imprescindíveis à constituição de um novo ser (no caso, o neto), va-

mos necessàriamente concluir que êste tem probabilidade de ser constituido não só de genes sadios como também de genes defeituosos, em cujo potencial estão preformados estados mórbidos já assinalados em representantes (ascendentes) das gerações anteriores.

Em verdade, quem possuir em sua própria constituição materiais (genes) comprometidos estará, por certo, sujeito a apresentar características também comprometidas ou taras, como são vulgarmente reconhecidas e proclamadas as anomalias constitucionais.

Dêste modo, os netos são passíveis de pagar pelos pais de seus pais, já que êstes últimos não o fizeram pelos seus.

Daí as surpresas: pais sadios, filhos tarados; pais tarados, filhos sadios. Êstes contrastes são sòmente aparentes e não causam admiração aos observadores menos ligeiros, porquanto quem pesquizar há de identificar vestígios de taras hereditárias em ascendentes mais remotos quando não os encontrar nos imediatos.

A mácula, mesmo vislumbrada ao longe, pode despontar mais adiante.

Não somos capazes de assegurar quando ou em quem irá reaparecer. Ou se brota, ou não, novamente em descendentes daqueles que por ela foram atingidos — as probabilidades de sua predominância e de sua recessividade, porém, são quase as mesmas.

E quantos existem por aí que, além de espiar suas próprias culpas, espiam, como se fôssem culpados, as imprevidências e os crimes praticados contra êles e efetivados antes mesmo de seu aparecimento à face do mundo e no seio da sociedade.

* * *

CONCLUSÃO

O caso constante dêstes autos refere-se à pessoa de R.O.G.S.P., que está classificado (diagnosticado) como sendo portador de uma PERSONALIDADE PSICOPÁTICA do tipo PERVERSO e MITÓMANO. Os PERVERSOS e os MITÓMANOS são, sob o ponto de vista social, vítimas de uma enfermidade extremamente grave. Trata-se de um estado mórbido constitucional e, portanto, definitivo, irremovivel e incurável.

Quanto à vida, os efeitos dessa doença carecem de importância: o seu índice de letalidade é mínimo, insignificante, sem expressão. É, porém, uma doença que desmoraliza suas presas, tornando-as perigosas, nocivas, irresponsáveis, sem conceito social, sem caráter, sem sentimentos éticos e, enfim, dotadas de uma conduta que, se afastando das «normas costumeiras», faz revelar um comportamento estranho, disparatado e nefasto ao meio social. São, por assim dizer, delinquentes em perspectiva que «... sufren por su anormalidad o hacen sufrir, bajo ela, a sociedad».

Além disso, a gravidade dêsses processos é ainda mais séria, em virtude da possibilidade de sua transmissão à prole, à descendência, dêsses desajustados sociais, dêsses tarados.

Sendo assim, a situação de R.O.G.S.P. é por demais expressiva e dolorosa: nêle, foi atingida em cheio uma das diretrizes mais importantes e fundamentais da vida humana: a SEXUALIDADE. Esta, quando comprometida, quando degenerada em sua essência, em sua constitucionalidade, pode fazer vir à tona estados psicopatológicos de duas naturezas: o PERVERSO e o MITÓMANO.

R.O.G.S.P. é, portanto, uma PERSONALIDADE PSICOPÁTICA, onde predominam as duas síndromes já citadas. Não se faz mais necessário descrever os sintomas que lhes são peculiares. Êstes já se encontram assinalados no texto desta perícia, (fls. 5, 6, 7, 8 e 9).

E, agora, passamos a responder os quesitos formulados pela senhora dona L.F.S.P., por intermédio de seu advogado dr. PAULO DE MORAIS BEZERRIL:

1.º QUESITO: — A anomalia mental do RÉU, já diagnosticada nos autos (fls. 9 e 72), é moléstia grave e transmissível por herança, capaz de pôr em risco a saúde da descendência?

RESPOSTA: — Sim;

2.º QUESITO: — Em face dos diagnósticos e demais elementos existentes nos autos, o RÉU, quando casou, já era portador dessa anomalia ou doença mental?

RESPOSTA: — Sim;

3.º QUESITO: — Queira o perito, de acôrdo com os ensinamentos científicos, fazer uma dissertação sôbre a diagnosticada moléstia do RÉU, de modo a ficar esclarecido se a mesma é ou não congênita e, bem assim, se é susceptível de cura.

RESPOSTA: — a) A dissertação ou explanação está contida no texto dêste laudo; b) — É constitucional e, finalmente, c) — Não é susceptível de cura.

* * *

Salvo melhor juízo, êste é o nosso parecer.

João Pessoa, julho de 1956.

LUCIANO RIBEIRO DE MORAIS

ACÓRDÃO

APELAÇÃO CIVEL N. 1.002/59
PROCEDÊNCIA: Comarca de João Pessoa
APELANTE: O Juizo da 3a. Vara
APELADO: R.O.G.S.P.
RELATOR: O exmo. des. Hélio de Araújo Soares.

APELAÇÃO CÍVEL «EX-OFFICIO». A doença mental preexistente e incurável, desconhecida de outro cônjuge ao convolar núpcias, e capaz de transmitir-se à próle, é motivo legal à anulação do casamento.

Do exame, relato e debate dêstes autos de apelação cível, n..... 1.0002/59, da Comarca desta Capital, — recorrente, «ex-offício», o Juízo da 3a. Vara, e recorrido R.O.G.S.P. —, pelas razões que adiante se vêm, incluso no decidir o relatório de fls. 291 e v.;

ACORDA A SEGUNDA CÂMARA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA, POR UNANIMIDADE DE VOTOS, NÈGAR PROVIMENTO AO RECURSO, PARA CONFIRMAR A SENTENÇA DE PRIMEIRA INSTÂNCIA QUE ANULOU O CASAMENTO, NA FORMA DO PEDIDO DA AUTÔRA. CUSTAS «EX-LEGE».

Pleiteou L.F.S. de P., com arrimo no Código Civil, arts. 318 e 319, inciso III, a anulação do seu casamento, eis que o marido, R.O.G.S.P., antes do ato, e sem que ela o soubesse, já era portador de «personalidade psicopática», com traços mitomaniacos, explosivos instáveis, origem de perturbação mental definitiva capaz de afetar, hereditariamente, os descendentes.

A autôra, jóvem estudante de nível secundário, moça inexperiente, após um namôro de quatro mêses, solicitada, fugiu e casou-se com o réu, ainda sob o encanto da fantasia, do sonho sentimental, do romance, que lhe instilara a palavra fácil, a afetividade e nome respeitável, daquêle que sempre lhe aparecia bem trajado, educado, maneiroso, fazendo crêr e dizendo-se com posição definida na sociedade.

Mas, casados, depois de curta permanência junto à família do espôso, veio êste, quando passaram a morar numa pensão, a revelar a sua personalidade oculta até aquêle momento sob os mais hábeis disfarces. Assumiu atitudes loucas e absurdas. Não tinha emprêgo, bens

ou coisa alguma. Infringiu à mulher espancamentos, maltratos e ofensas de toda ordem, e fez-lhe as mais indecorosas propostas. A autôra não teve outro caminho, senão o de voltar à casa paterna. Surpreendida com a súbita mdança de ânimo do cônjuge, e desconfiando de insanidade mental, passou a investigar o passado do marido, com a ajuda de seus parentes. Então descobriu que o mesmo, antes de casar-se, já tentara, por duas vêzes, o suicídio e estivera internado na Casa de Saúde São José, em Recife, em tratamento de perturbação mental.

Disso resultou a propositura da demanda, em 5 de abril de 1954, no prazo de dois anos (Cód. Civil, art. 177, § 7.º, I) efetuado que foi o contrato nupcial em 10 de novembro de 1952 (fls. 16).

A ação sofreu forte contestação, em que se procurou contradizer os fatos arguidos na inicial. e houve reconvenção também contestada, em que o réu atribuiu à autôra igual motivo de insanidade mental.

Na fase probatória, realizada perícia que positivou a falsificação de documento apresentado pelo réu, o advogado dêste renunciou ao mandato, por se julgar ludibriado em sua bôa fé pelo constituinte. Na falta da escolha de outro patrono, a causa prosseguiu com curador **a lide**, tendo participado em todas as fases do processo o defensor do vínculo e o representante do Ministério Público.

Feito exame psiquiátrico indireto no réu, tomado o depoimento pessoal e ouvidas 5 testemunhas da autôra, decidiu-se nesta Superior Instância um conflito de jurisdição, houve a audiência de julgamento, e, afinal, foi proferida a sentença de fls., dando pela procedência da demanda, nos têrmos do pedido inicial.

Com o recurso obrigatório, decorrido o prazo de voluntário sem que nenhum fosse intentado, vieram os autos a esta Câmara. Oficiou o exmo. Procurador Geral, e decretou-se diligência, para exame direto psico-somático, na pessoa do recorrido, o que se efetivou na Colônia Juliano Moreira, onde, a essa altura, estava o mesmo internado.

Devolvidos os autos, com nova vista ao Ministério Público, relatório e revisão, vem a julgamento o recurso «ex-oficio».

* * *

Raro é o caso, como na espécie em pauta, em que se defronte prova tão completa à anulação de casamento.

As certidões de fls. 18 e 19, de fé pública e incontestes, evidenciam que R.O.G.S.P. esteve, antes do matrimônio, por duas vêzes, recolhido à Colônia Juliano Moreira, tratando-se de distúrbio mental. E também por duas vêzes, quando solteiro, foi atendido pelo Pronto Socorro, por tentar suicidar-se.

Os depoimentos tomados na instrução da causa deixam a certeza de que a autôra desconhecia o estado pré-nupcial, de insanidade do

réu. Todas essas testemunhas, as mais idôneas, depõem de ciência própria. Só em pontos secundários é que sabem de ouvir dizer. Seus informes são precisos, e preciosos ao esclarecimento da verdade. O réu sempre ocultou à jovem namorada os seus distúrbios da mente. Bem vestido, môço, simpático, de palavra fluente e fantasiosa, não lhe custou muito insinuar-se no ânimo da autôra e dominar-lhe as emoções. Dos ardís que sempre usou não escaparam outras pessoas, as mais aprumadas e afeitas aos embates da vida. O dr. Genebaldo Avelar, testemunha, sofreu prejuízo econômico. O médico Antônio de Avila Lins viu-se, de igual modo, envolvido, a ponto de fornecer um atestado inexato, com que visava o réu acusar a espôsa. Por último, até ao próprio advogado fez juntar aos autos um documento falsificado, o que provado em perícia deu lugar à renúncia do mandato.

Nas causas de nulidade ou anulação de casamento, presas a estados mentais, a prova decisiva é o exame psiquiátrico, na opinião dos doutos. E nêsse sentido há duas pericias nos autos, ambas realizadas pelo emienente professor Luciano Ribeiro de Morais.

Os laudos de fls. 155 a 177, e de fls. 272 a 277 contém estudo completo, no sentido de elucidar o caráter incurável e transmissível à prôle da doença mental do réu, portador, como reza o atestado da Casa de Saúde São José, (onde esteve antes de casar-se), de «UMA PERSONALIDADE PSICOPÁTICA, COM TRAÇOS MITOMANÍACOS, EXPLOSIVOS, INSTÁVEIS» (fls. 72).

Ao infoque da pesquisa e no relato do competente psiquiatra e antropologista que firma ditos laudos, sente-se o estadear da personalidade mórbida do réu, em todas as suas nuances. Algoz e tirano que se simula vítima. Opressor a fazer-se de oprimido. O uso da negaça e do despistamento parece lembrar nele a Foma Fomich de Desteievski, para não falar de tipos outros, também sugestivos, da arte e da literatura.

Se a ciência moderna, pela psicanálise, poude anunciar a cura das psicoses, e possivelmente de psiconeuroses, é de convir que os resultados permanecem duvidosos quanto às neuroses puras, e que pouco, ou nada, se tem podido fazer em relação às psicopatias.

A transmissibilidade à prole de doenças mentais e degenerativas já não enseja dúvida. E a lei contenta-se apenas em saber se a «herança» é possivel; se a predisposição pode existir no descendente. Isso é quanto basta, para anular-se o matrimônio.

Pondo de parte outros estudos, as contribuições do debate Lyssenko — Schmalhausen, as pesquisas de Burbank e Mitchurin, para só admitir os princípios da genética clássica, há de vêr-se como está ausente a regra da transmissibilidade. Faz muito, já acentuara A. Diniz («Nulidades e Anulações de Casamento», pág. 221):

«É assim vitoriosa a teoria mendeliana sôbre a herança. Há uma hereditariedade das variações e dos caracteres adquiridos, como se-

jam as infecções constitucionais, a que nos referimos, porque, na verdade, uma particularidade de organização tende a reaparecer nos descendentes, e, ainda com maior precisão, em uma idade correspondente. Assim se transmitem, por herança as doenças mentais e todas as doenças nervosas, especialmente as chamadas familiares». E cita o autor as experiências de Madame F. Minkowska, de Paris, que, frequentando a clínica do professor Bleuler, poude constatar, na árvore genealógica de duas famílias de cultivadores do cantão de Zurich, a frequência ampliada, durante sete gerações, de casos de epilepsia.

Por sua natureza, resulta incontestável a afirmação científica dos laudos que se vêm de fls. a fls. E do ponto de vista jurídico, não pode haver dúvida de que a doença, mental preexistente e incurável, desconhecida do outro conjuge ao convolar núpcias, é capaz de transmitir-se à próle é motivo legal à anulação do casamento. A sentença que assim concluiu fica confirmada, por seus jurídicos fundamentos.

João Pessoa, 2 de março de 1961.

Presidiu o julgamento o des. Onesipo de Novais — Hélio de Araújo Soares, relator — Emilio de Farias. — Também foi vencedor o voto do exmo. des. Francisco Espínola.

O PENSAMENTO EDUCACIONAL NO MOMENTO PRESENTE

(Discurso de formatura, pronunciado, no dia 30.12.60, por HUMBERTO PAIVA MACEDO DE FRANÇA na solenidade de colação de gráu dos concluintes da Faculdade de Filosofia da Universidade de Paraíba)

Neste momento de singular significação para todos nós, onde as emoções naturais se sucedem a cada instante, produzindo no nosso espírito alegrias inapagáveis, resultantes do término de mais uma jornada e do advento de uma tarefa espinhosa, mas sobretudo edificante, a gratidão se nos apresenta como um imperativo de nosso sentir. Sobrepuja e domina as divagações do nosso raciocínio. Poucas vêzes em nossa vida, cedemos nós lugar ao sentimento à frente da razão. Concebemos que à inteligência cabem todas as honras de todo o progresso da civilização, do bem estar social. A pureza do nosso sentimento ganha esplendor justamente nessa permuta rara.

As nossas primeiras palavras se revestem, pois, do tênue manto da gratidão. Seria uma omissão injustificável e para a qual não teríamos atenuantes, não deixar patente a nossa sincera e profunda homenagem às venerandas figuras dos nossos pais e mestres, lídimos costrutores do ideal por nós almejado e conquistado.

Enaltecendo-lhes o feito, é necessário frisar que hoje vivemos em um meio, onde as estruturas sociais se arruinam, vítimas de um processo histórico, regular e inexorável. Elas formam uma base arcaica não mais condizente com a evolução do mundo hodierno. Constatamos a predominância da desonestidade, da irresponsabilidade, do individualismo desumano, da corrução dos costumes e, principalmente, da miséria generalizada.

O ambiente social é o principal responsável pela educação do jovem. Está fugindo sua precípua missão. Os pais e os mestres multiplicam as suas fôrças. Superam mesmo o coeficiente normal dos seus contributos.

Por tudo isso, asseguramos com convicção inabalável que fostes, pais e mestres, os comandantes natos da caminhada que hoje se encerra. Fomos nós, durante o curso, a sequência de vossas virtudes e inteligência. Fostes o receptáculo de que brotou tôda a nossa sabedoria e formação moral. Somos nós o resultado vivo de vossas dedicações sublimes. Fostes os arautos de uma fé inquebrantável.

Tendes, assim, a palavra sincera dos que lhes são eternamente reconhecidos. Admitimos, porém que a nossa linguagem jamais poderia refletir com fidelidade a grandeza do nosso sentimento que, nesta hora, atinge "o infinitésimo e o indeterminado" do espírito.

Depois dessas máximas considerações de ordem eminentemente afetiva, voltamos a nossa atenção para a confiança com que nos distinguiram os nossos colegas. Delegaram-nos poderes para que simbolizassemos o pensamento de um juventude arrebatada, angustiada. E'-nos esta missão por demais honrosas. Agiganta-se à nossa vista, quando os dias atuais se caracterizam pela insegurança de nossa sociedade. Múltiplos problemas ainda insolúveis levam-nos à meditação. A equação salvadora não depende do sentimento, mas da razão objetiva. Cada época marca indelevelmente o nosso modo de comportamento. As transformações se operam com naturalidade. O espírito humano acompanha as metamorfoses sociais. As condições de vida variam com o tempo. Basta-nos uma visão histórica dos fatos para que comprovemos tudo isso. O momento presente exige variações na nossa atitude. A compreensão histórica é o ponto de partida da conclusão exata. Ela nos obriga a entender que a inteligência deve voltar-se para o homem. A era das formulas metafísicas já passou sem deixar saudades. O nosso homem ainda luta para dominar diversidades vencidas por outros povos. Não nos conformamos. Assistimos à propagação do analfabetismo. Vemos o espectro da fome. Constatamos a população desnuda. Verificamos o povo indefeso, sem teto. Presenciamos o homem brasileiro desfigurado, doente. A maioria do nosso povo vive em condições animalescas. E' a verdade clara a que não pudemos fugir e que deve ser lembrada. A lembrança é a primeira etapa do processo que nos leva à solução. Não é possível que continuemos no mutismo desumano. Presume-se, pelo menos, que somos aqueles de quem a sociedade pode receber ensinamentos positivos. Não devemos decepcioná-la porque as nossas condições não nos permitem. Somos os vanguardeiros do pensamento, a esperança dos ignorantes, os mensageiros dos esfomeados, os porta-vozes da sociedde anárquica que nos implora, inconscientemente, situações mais humanas de vida. A nossa concepção é fruto dessa realidade, da desigualdade flagrante, injustificável, criada pela ambição humana. Como pensam muitos, não é um fato natural. Tudo isso empresta maior responsabilidade ao crédito com que nos nobilitaram os nossos colegas. A nos-

sa incumbência aumenta em progressão geométrica em função do crescimento aritmético da evolução social. Seguimos o processo histórico de desenvolvimento. Vivemos ainda na fase da senóide social.

Também afirmamos que uma boa dose de bondade prevaleceu na nossa escolha, conhecedores que somos da inequívoca capacidade de todos os companheiros.

Resta-nos, portanto, que não mutilemos a mentalidade evolutiva dos jovens sedentos por um mundo melhor, onde possam todos usufruir de situações básicas à subsistência condigna do ser humano. A utopia e a desumanização são substituídas pela realidade e o humanismo.

Com esta representação que nos enaltece, aqui não vimos com o intuito de emitir belos conceitos filosóficos. Não pretendemos volver a doutrinas superadas. Elas sòmente valem como elo histórico de ligação entre os homens. Procuraremos ser fiéis ao "espírito da época" a que se reporta Mannheim. As idéias metafísicas se diluem na agitação dos problemas concretos. E' o toque sonante da idade de ouro da sociedade. Não abordaremos as responsabilidades funcionais a que estamos ligados. Não nos interessam as regras da moral, que devem nortear os passos do mestre. Passará despercebida a função da Faculdade de Filosofia. Não tentaremos mostrar a finalidade da Universidade. Não pararemos na análise do dever e do direito, à luz da Ética. Subentendemos nós que tudo isso é matéria vencida no conhecimento daqueles que se gruduam. E ao homem — massa a que se refere Ortega Y Gasset, importam outras condições de vida que não a de um pária. E a êle devemos dedicar nossos estudos e nosso ideal.

Imbuídos, agora, da nobre arte de transmitir as experiências já vividas e os conhecimentos já acumulados, a educação é para nós o vínculo indissolúvel que os une as porvindouras gerações. Para ela convergem as nossas fôrças.

Além de jungidos por encargo à educação, ela se nos afigura como o problema cruciante da sociedade brasileira. Da forma como se processa atualmente, no Brasil, a educação é um privilégio de uma minoria. Nós fazemos parte dessa minoria. Se nos enchemos de satisfação por esta conquista que não chega a ser uma vitória autêntica porque anes de tudo é um exclusivismo, quando apreendemos o problema na sua magnitude, vemos que se alijam da educação milhões de brasileiros, detentores dos mesmos direitos. De maneira que, ao penetrarmos na análise da questão, entristecenos o fato de que o povo brasileiro, na passividade santa de sua ignorância, ainda não despertou para lutar de todas as formas pela obtenção do que lhe deve pertencer, à semelhança de outros povos.

Todavia, sabemos que a educação segue paralelamente à evolução social. Esta é tão natural quanto o nascimento ou a morte. Conforme a nossa atuação, podemos acelerá-la ou retardá-la, mas nunca evitá-la. Até bem pouco tempo, a educação — como acentua o prof. Luís Reissig — era "considerada como a ação persuasiva e exemplar exercida por uns indivíduos

sôbre outros, com o objetivo de os fazer aceitar e cumprir determinadas normas de vida e de conduta..." A civilização, evoluindo na sua marcha ininterrupta, hoje chega à novel conclusão de que o meio é o fator por excelência da educação. E' a queda de mais um tabu ideológico construído e preconizado durante séculos e séculos. O homem protótipo é permutado pelo homem ambiente. O homem desaparece. O fator ambiental assume assim o comando do processo educativo. Cada homem é um tipo na variedade infinita da espécie. As diferenças de cada condição são também flagrantes. A Biologia e a Genética sustentam, comprovadamente hoje, essas diversidades. Por isso, o mestre supremo da educação é o ambiente. E' a ilação proveniente de uma constatação científica. Asseguramos, portanto, que a perenização de qualquer forma educativa é um mito porque a transformação do meio é uma realidade. O vir-a-ser social substitui "a idéia de perfeição pela de evolução". Não pensemos em atingir a perfeição, mais concebamos o aprimoramento. Aperfeiçoando o ambiente, a ação educacional se faz indireta, mas acertadamente. A formação individual é um reflexo da formação coletiva. Os modos de cultura e a civilização mesma, através do tempo, são provas suficientes e necessárias dessa argumentação. Modifiquemos o organismo social e teremos o homem reformulado. Para educá-lo é preciso que transformemos o setor em que êle vive. A educação longe de ser um método de individuação, é um processo de interação.

Dentro dessa interpretação clara da História que tem a sua nota sonora na irreversibilidade dos fatos, resta a nós, privilegiados, como verdadeiros bandeirantes, acelerando o rítmo da gradação social e progressiva, abrir novos horizontes pela floresta amazônica da ignorância pátria.

Resultante de nossa ambiência, ai está o nosso moribundo sistema educacional. E' fato inconsteste a fragilidade de sua ação. Nada diferente poderíamos desejar, a menos que retrocedêssemos à ingenuidade do infantilismo, Há 50 anos. efetivamente, lutamos contra o analfabetismo, verdadeira praga do espírito, advindo dêle o virus da irrealidade. De 1900 a 1950, o número absoluto de analfabetos transformou-se para duplicar-se E' o argumento frio das estatisticas. Foram formulados inúmeros princípios pedagógicos. Os métodos de ensino se aprimoraram. A teoria educacional evoluiu. Contrastando com tudo isso, o anafabetismo, guardada a proporcionalidade devida com o crescimento populacional, não sofreu solução de continuidade. Pelo contrário, alastrou-se. Dêsse fato, chegamos à conclusão de que o tecnicismo pedagógico, sem que o desprezemos, não representa nenhuma solução objetiva. sòmente será possivel de "plena aplicação à medida em que o país fôr saindo de suas condições de subdesenvolvimento que coloca ainda a maioria do povo brasileiro à margem de qualquer aspiração de cultura".

Constatamos revoltados a ausência dos bancos escolares de 7 milhões de crianças, em plena idade escolar. Repugna-nos mais ainda o fato estarrecedor de pseudos intelectuais afirmarem, com ênfase, que essas crianças "compensam com o trabalho o seu analfabetismo". E' um raciocínio crimi-

noso. Enquanto nos esmeramos nas conquistas da Pedagogia, os nossos patrícios permanecem nas trevas da ignorância. E' a negatividade de um sistema educacional produzido por uma sociedade cambaleante.

Erradiar o analfabetismo com fórmulas do gabinete é fantasia grosseira. As normas pedagógicas nunca conseguirão dar escola às crianças esfomeadas, despidas, que sacrificam a inteligência pela causa maior da sobrevivência.

É necessário, antes de tudo, que a sociedade ofereça meio de vida a todos os homens. Aqueles há que sòmente vivem biològicamente. Não perpetuam no tempo as suas potencialidades racionais pela falta do apôio social. Sentimos a ausência do alicerce econômico oriundo de uma mais perfeita estrutura da sociedade. Dando-lhes meio para fazerem face às necessidades vitais, nós os impeliremos na rota da sabedoria. Para a concretização dêsse ideal humano, é inegável que o fator econômico lhe assuma a paternidade. Na ordem da necessidade, a educação é a etapa derradeira das exigências vitais, mas, sobretudo, é o coroamento das realizações humanas. Sòmente podemos chegar ao fim, partindo do princípio e transpondo o meio. Eis o motivo por que Economia e Educação são duas realidades indissociáveis. A estrutura econômica determina o nível intelectual de um povo. Transforma-se paralelamente à mutação do pensamento político. A comprovação histórica dêsse fato é a própria sucessividade de formas de govêrno. Passamos pela Aristocracia e Monarquia, atingindo a Ditadura e a Democracia. Se a Ditadura é uma mácula social que tende ao desaparecimento, a Democracia simboliza o desejo ardente e libertário dos povos. Vivemos em uma fase mais evoluída do sistema democrático. Não prevalece aquêle conceito originário da Revolução Francesa, unicamente fundamentado na liberdade política e religiosa. O direito de voto e a liberdade de culto são patrimônios intocáveis da civilização. São etapas vencidas de um processo ininterrupto. O homem é um conquistador de capacidade inesgotável. "Complementando a declaração dos direitos políticos da Revolução Francesa", os povos reformulam a concepção de Democracia. Já entendem que não podem dela dissociar a igualdade relativa entre os cidadãos. Da nova conceituação, criamos o germe da metamorfose econômica. Com essa consciência estratificada, a educação seguirá em forma natural. Receberá o caráter de universalidade. É preciso, porém, que atuemos, unissonamente, sôbre o ambiente social de maneira a formar na sociedade êsse pensamento que irá despertá-la do sono da miséria. A consecução dêsse objetivo será a auréola de venturas de uma sociedade ressuscitada.

Educando-se consequentemente, o homem emergirá do "mundo das sombras" de que fala Platão e subirá triunfante ao pedestal da liberdade popular... em geral insistiram em que a sobrevivência das insituições livres exige um povo educado". Deduzimos nós que a opção é o sinal da liberdade cujo símbolo é a educação. A sociedade educada possui autoconsciência

de si mesma. Harmoniza-se pela auto-suficiência. Torna-se livre pela vontade consciente de seu povo.

Senhores: a solução do problema educacional implica em uma visão sociológica da questão. Jamais o resolveremos, analisando-o pelo ângulo pedagógico. Do panorama sciológico nasce a angústia presente diluindo-se na imensa confiança do futuro. A História, mãe eterna das gerações, também nos inocula o líquido do otimismo fecundo. As suas leis determinam a evolução incessante dos povos. As mudanças são gradaçõe perenes e benéficas à civilização. A História não permite estagnação. As transformações podem ser lentas, porém são inevitáveis. Se lhes provocarmos o atraso, a juventude subsequente não nos perdoará. Se apressarmos a sua chegada, os homens do porvir nos cantarão o hino do reconhecimento. A seleção está entre o altruísmo e o egoismo. Entre a inteligência e a ignorância. Sejamos abnegados, apressando-os. Poderemos ser incompreendidos, porém o tempo apagará as discórdias e perpetuará na alma do povo o nosso sentimento humano. O pensamento que se avança à época, cria desavenças, mas se imortaliza na posteridade. Surge a vitória da bondade e a conquista do espírito. Para isso, precisamos formar homens e não, princípios. Devemos propiciar a formação de cidadãos verdadeiros e não, de simples estudantes. É nosso dever fomentar o espírito político na mentalidade dos jovens. Estaremos, assim, concorrendo para a breviddae mutacional do ambiente e, consequentemente, para o soerguimento da educação. E todos dirão com o grande Lincoln:

"É POSSIVEL ENGANAR MUITA GENTE, MUITAS VEZES, MAS É IMPOSSIVEL ENGANAR TÔDA A GENTE, TODO O TEMPO".

GEOGRAFIA E SUAS RELAÇÕES COM AS CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Hermano de Oliveira LIMA

GEOGRAFIA E SEU CONCEITO — O estudo da Geografia não é de hoje; vem de data remota a observação da Terra, de seus acidentes, do meio em que vive o homem através de sua longa e áspera caminhada pela história.

O que nem sempre houve foi a sistematização dêsse estudo. O que era notado, o que era observado, não se relacionava com outras anotações ou observações feitas alhures.

Anotações e observações esparsas perdiam naturalmente do muito que poderiam ganhar se fôssem objeto de estudo comparativo. Aliás, isso acontece em todos os ramos dos conhecimentos humanos. A princípio o homem vê, depois procura a explicação para aquilo que o impressiona, raciocina e tira, afinal, as suas conclusões, descobrindo as leis que governam os fatos em suas intercomunicações.

Começou a existir a Geografia com o nome pelo qual a conhecemos hoje entre os gregos, para significar a simples descrição da superfície da terra.

Passou de uma fase contemplativa para outra, em que a razão predomina, indagando, investigando e fundamentando os fatos e as coisas.

Conhecimentos geográficos, portanto, sempre existiram. Bastava a alguém a narração de uma história, de uma expedição qualquer de natureza militar, religiosa, científica ou política, para se ligar a tudo isso a noção do meio com os encantos ou as perfídias que a natureza bruta oferecia, desde as sereias tentadoras aos dragões esfomeados que aterrorizavam os viajantes.

Ia-se conhecendo, através de narrações exatas, ou por meio de fábulas ou lendas misteriosas, o que havia na superfície da terra, enquanto pouco a pouco a Geografia se realizava, até que no século XIX se revelou como disciplina científica, ao lado dos demais ramos dos conhecimentos humanos.

Deram-se na Alemanha com Alexandre Humboldt, Carlos Ritter e Frederico Ratzel os passos decisivos para a Geografia moderna, que passou a ser um conjunto de conhecimentos sistematizados a respeito de uma determinada ordem de fenômenos, de que a terra, o meio e o homem constituiam a tripode necessária, ou como definiu Emm. de Martonne, a ciência dos fenômenos físicos e sociais, considerados em sua repartição na superfície da terra, suas causas e suas relações recíprocas.

Até onde vai a Geografia, ou quais são os limites do seu campo, não é questão de fácil deslinde. Outrora, para compilação de acidentes, em que pouco atuava o raciocínio, simples nomenclatura descritiva, entrou a Geografia a considerar elementos de outras ciências, de tal forma que os estudantes de física, de zoologia, de sociologia, de matemática, das ciências econômicas, o são, também da ciência geográfica.

Busca hoje a Geografia a colaboração de outras ciências, utilizando-se de seus conhecimentos. Poder-se-ia dizer, escreve Teobaldo Miranda Santos em MÉTODOS E TÉCNICAS DO ESTUDO E DA CULTURA, pág. 121, usando-se de uma imagem tirada da mecânica, que a Geografia é o resultado de um vasto sistema de fôrças, cujos componentes essenciais são as ciências físico-naturais, a matemática, a história, e a sociologia.

A velha disciplina, meramente descritiva, de mnemo-técnica exaustiva, desapareceu para surgir, em seu lugar, uma ciência indagativa dos fatos observados e suas correlações.

Não são os mares, os cabos, as penínsulas, os rios, as montanhas que se impõem em si, ao estudo da Geografia. O que interessa, sobretudo, é o homem, que é o principal, passando tudo mais a ser o acessório.

* * *

A PAISAGEM GEOGRÁFICA E A PAISAGEM HUMANA — Se estudarmos o Nordeste é claro que encontramos fàcilmente as características dessa zona, dando-lhe, no quadro geográfico geral do país, uma acentuada individualização.

A semi-aridez própria, a existência de matas no litoral, a incidência das sêcas, das estiagens prolongadas com a irregularidade das precipitações pluviais, tudo isso dá àquela uma fisionomia inconfundível.

É o que chamamos uma paisagem geográfica específica.

A região amazônica, com a sua floresta densa e espêssa, o seu clima quente e úmido, a caudalosidade de seus rios, apresenta outra paisagem geográfica característica. São áreas que se individualizam por condições físicas, econômicas e sociais peculiares.

É quando surge o homem, sentindo os efeitos da natureza, do clima, do solo, das águas, da vegetação, enfim do mundo orgânico e do mundo inorgânico. E a sua atitude não é de contemplação. Contra a natureza reage, procurando adaptá-la às suas necessidades e às suas conveniências; arroteia a terra, planta, modifica o curso das águas, abre picadas nas matas virgens, fertiliza os desertos, perfura a crosta terrestre — é o mundo da ciência, da técnica, que transforma aquela paisagem física numa paisagem humana.

Em nossa existência a educação, afastadas as concepções ortodoxas que acarretam soluções unilaterais, não é mais do que um processo de preparação do indivíduo às condições de vida, sobretudo no que toca ao aspecto sociológico. Se é assim, vamos procurar o homem, que é a causa material daquêle processo, e dar-lhe a educação que o integre como unidade útil à sociedade.

Devemos afeiçoá-lo às condições que o levem ao triunfo em tôdas as implicações do mundo social.

A ciência não pode parar, ficar estagnada, votada à inércia, numa budística contemplação do que se tem feito até agora.

Seria possível ficar a Geografia à margem dessa insofreável marcha para a frente? Parece que não.

Para alcançar o fim daquêle processo educativo, tem-se, para usar de uma expressão hoje muito comum, de dinamizar a Geografia.

Daí as atividades extra-curriculares, em que os alunos são conduzidos da sala de aula, onde muitas vêzes lhes falta o interêsse para o estudo, limitado a uma repetição cansativa dos livros, para a vida em seus elementos mais atuantes, para o mundo, enfim, em que terá de aplicar os conhecimentos obtidos.

Ademais, a Geografia não é uma ciência de conhecimentos limitados. Em suas paisagens geográficas como em suas paisagens culturais incluem-se nela elementos tão variados que o geógrafo tem necessidade de se utilizar das aquisições de outras ciências.

A geologia, por exemplo, não é Geografia, mas é claro o interêsse do estudioso da Geografia de conhecer, embora superficialmente, a natureza do solo. Uma, a Geologia, na conhecida afirmação de Mackinder, é a ciência do passado explicada pelo presente, enquanto a outra é a ciência do presente explicada pelo passado.

A distribuição da vida sôbre a terra leva o geógrafo a buscar na Zoologia, na Botânica e na Ecologia dados indispensáveis aos seus estudos.

A Geografia estuda a população e para compreendê-la nos seus

mais variados aspectos vai buscar na Demografia, na Estatística, na Etnologia, na Sociologia, o que julga necessário à complementação de seus conhecimentos.

A astronomia não pertence à Geografia, mas o estudo do sol e de alguns astros nos interessa em suas relações com o nosso planeta.

* * *

DIVISÃO DA GEOGRAFIA — Admitido o estudo dos acidentes da Terra, e, principalmente, o homem como centro de maior interêsse para o estudo da Geografia, temos que considerá-la sob vários aspectos.

Êle primeiro vê os acidentes que lhe surgem à frente; depois levanta os olhos para o céu, admira a harmonia dos astros, compreende as leis que governam essa admirável coordenação de energias, passa ao mundo dos sêres vivos com relação às plantas e aos animais, e, finalmente, considera tudo isso em função de seus interêsses.

Saímos do mundo da realidade, com a Geografia Física e a Geografia Astronômica, para, depois de passar pela Fitogeografia e pela Zoogeografia, chegarmos ao mundo da cultura com a Geografia Humana e seus diversos ramos, entre os quais se destaca a Geografia Econômica, a que particularmente nos interessa no presente trabalho.

* * *

RELAÇÕES ECONÔMICAS — O homem vive em sociedade. Não é possível concebê-lo isolado, tanto mais quanto essa aproximação entre os sêres, não é característica do gênero humano: vê-se também em maior ou menor escala no reino animal com as suas naturais variações decorrentes de suas formas de manifestação. Tôdas essas formas são o resultado do instinto que reune os sêres da mesma espécie.

Os homens, desde os mais primitivos, não poderiam fugir a essa fatalidade, tanto aquêles que na mais recuada das épocas procuravam na colheita dos produtos vegetais a satisfação de suas necessidades, como os dos tempos modernos com as suas empresas de extraordinária complexidade.

É uma organização social que se estabelece.

O que sucede, entretanto, é que o homem não produz tudo o que necessita, e, por outro lado, possui em abundância muitas coisas de que sòmente uma pequena parte lhe é indispensável.

Surge a troca — o que excede no meu bornal pelo que escasseia na tua dispensa.

São as relações econômicas que se estabelecem, manifestadas no fato singular de uma simples troca, um arco, uma flecha, por exemplo, por um pedaço de peixe assado, ou nas complexas transações do

comércio internacional moderno com os seus problemas de câmbio e de balança de pagamentos.

Começamos então a pesquisar os fenômenos que derivam das relações existentes entre os indivíduos empenhados «em realizar o mais vantajosamente possivel a harmonia necessária entre as necessidades e os meios próprios para satisfazê-las» (Gustave Cassel — Apud Djacir Menezes — Economia Política — pag. 59), ou, como diz Carlos Gide, aquêles fatos que tendem a satisfazer o nosso bem estar.

E, em consequência, passaremos a estudar a natureza, o trabalho, o capital, a indústria, a organização das empresas, a propriedade, o salário, a renda, o lucro, a associação, o seguro social, o valor, a moeda, o crédito, o comércio, o consumo e tantos outros assuntos de que trata a Economia Política.

* * *

PONTOS DE CONTATO — Sabido é que o estudo da Geografia Política, e, consequentemente, da Geografia Econômica, abrange o homem e o meio, não o homem isolado, nem o meio em si, mas um e outro considerados em sua interdependência.

André Allix (Manual de Geografia General — Pag. 537) definiu a Geografia Econômica como o estudo da produção e da distribuição das mercadorias. E, se dissermos que a Economia Política, considerada à luz de sua divisão clássica, tem como objeto a observação dos fenômenos e normas referentes à produção, repartição, circulação e consumo das riquezas (conceito de Arnóbio Graça, Jean Baptiste Say, Paul Leroy Beaulieu) verificaremos a afinidade, ou melhor dito, a identidade de objeto entre as duas ciências.

Assunto que não pode ficar indiferente ao estudioso da matéria é o relativo às bases físicas dos grupos.

Nem sempre se teve como pacífica essa interdependência entre as ciências da natureza e aquelas que chamaríamos do homem em sociedade. Hoje, porém, é de outro modo que se pensa.

«As sociedades como conjuntos de sêres vivos relacionados sob império de condições de conservação do indivíduo e da espécie, movem-se em quadros naturais onde surgem os meios de satisfação das necessidades». «No entanto natural é que entre as fontes de vida material, isto é, tôda fôrça econômica que se desenvolverá sob ação do homem, — o que determinará a fisionomia social política, jurídica, religiosa da comunhão considerada, — estejam sob a dependência do meio». (Djacir Menezes — Economia Política — pag. 42).

Entendem-se hoje como assunto inteiramente pacífico que as sociedades se desenvolvem, pelo menos parcialmente de acôrdo com as condições geográficas ambientes. E, ainda, em premissas geográficas

há explicações para diferenciação que existe entre grupos sociais em seu desenvolvimento ou na sua fixação em determinada região.

Tão acentuada é essa influência que nem mesmo o homem, biològicamente considerado em si, escapa a essa incidência do meio.

Disse Durkheim, citação de Djacir Menezes, que a vida social repousa sôbre um **substractum** determinado em sua grandeza e em sua forma. Êsse **substractum** é constituído pela massa de indivíduos que forma a sociedade segundo a maneira por que se dispõe **sôbre o solo**.

Vallon se dedica ao estudo da chamada espaciologia geográfica, onde encontra os mais variados agentes capazes de agir sôbre o agregado social, direta ou indiretamente, num conjunto complexíssimo e inextricável de fatôres a que a análise consegue destacar os predominantes.

Por sua vêz, Henri Guitton afirma que a tal importância chegou a espaciologia geográfica que à respeito existe uma verdadeira teoria de espaços a explicar fenômenos econômicos (Economia Política — Vol. 1.º — pag. 255).

Afinal, indiscutível é que as condições mesológicas agem sôbre os agrupamentos humanos, senão exclusivamente, como fator de causalidade primária, mas de limitação (Manual de Sociologia — Jay Rummey e Josef Maier — pag. 45).

B — Aberto um compêndio de Economia Política lá encontraremos a natureza como um dos fatôres da produção, e no estudo da natureza e da terra, do espaço aéreo e dos agentes naturais, e num compêndio de Geografia os acidentes da morfologia terrestre.

Se os geógrafos pedem aos geólogos as leis da tectônica, oferecem aos economistas a descrição e a configuração do modelado com que a Terra se apresenta.

Aos economistas não desinteressam o regime dos rios, as sinuosidades das costas com os seus golfos, baías e enseadas, a plataforma continental, as correntes oceânicas, o relêvo submarino, as montanhas, os planaltos e tantos outros acidentes, que constituem elementos da natureza. E dentre os agentes naturais destacam-se os que produzem energia, tanto os que se referem à energia-capital como a energia-renda .

Aí estão as minas de carvão, os depósitos de petróleo, a energia solar, a fôrça colhida dos ventos e das quedas d'água, sem falar na energia nuclear.

C — Cita-se na Economia Política o trabalho como segundo fator da produção.

Dá-nos a Geografia os elementos compreensivos dêsse trabalho como a mão de obra, e no estudo da população poderemos verificar o esfôrço humano numa determinada região, levando-se em conta o que o meio oferece.

É na divisão territorial do trabalho, a que se baseia na diversi-

dade *do solo*, que melhor se acentuam as afinidades entre a Geografia e as ciências econômicas. Quem habita as bordas dos mares, as margens dos rios e dos lagos piscosos não pode ser agricultor, senão pescador. Por outro lado, não é possivel admitir-se que se dedique à pesca quem vive em terras ferazes onde a agricultura é compensadora ou em cidades industrializadas, em que as fábricas oferecem trabalho mais rendoso.

D — Por sua vêz o capital, tão discutido em Economia Política, não foge ao estudo da Geografia, quando o considera materializado em forma de propriedade, sobretudo de natureza privada. A riqueza, nas suas mutações variadas, tanto é objeto da Geografia como da Economia Política.

E — Um dos aspectos mais interessantes da Geografia Humana é o estudo do homem em sociedade politicamente organizada. A observação de suas instituições, jurídicas, políticas, econômicas, sociais, religiosas, que é objeto da Geografia interessa particularmente ao economista.

F — A vida econômica do mundo depende em grande parte da circulação. À proporção que os transportes se desenvolvem e o comércio se expande, espalhando-se por todos os cantos dos nossos continentes, rompendo fronteiras, modificam-se inteiramente as condições de vida de um povo.

Quando os portuguêses, os espanhóis e europeus de outras nacionalidades venceram a barreira dos mares tenebrosos, afugentando da imaginação a visão aterrorizante dos males personificados, foram as cartas geográficas, além dos outros elementos de natureza pessoal, que mais contribuíram para o triunfo de tão arriscadas quão temerárias empresas.

O mercantilismo que então predominou como sistema econômico foi obra daquelas travessias arrojadas que os conhecimentos geográficos da época estimulavam.

E não é só. Antes disso vimos como o desenvolvimento do comércio seguiu lado a lado o rumo que os conhecimentos da Geografia européia permitiam por meio de cartas. E, graças a êsses conhecimentos, depois de voltar-se do Oriente para o mundo ocidental, o comércio «subiu para o Norte, seguiu as estradas marcadas pelas feiras, atingiu o Mar do Norte, o Báltico, voltando ao Mediterrâneo, onde primeiro se desenvolveu». (As Etapas do Capitalismo — M. Laffan Montels. pag. 67).

São exemplos dos conhecimentos geográficos abrindo caminhos às atividades econômicas.

G — Outro aspecto de indiscutível importância está na indústria. Dando-nos a Geografia a descrição da Terra, a composição do solo, a distribuição dos sêres, afina de tal modo com a Economia Política,

que a indústria extrativa, a da pesca, a da peça, a do pastoreio e outras derivadas constituem objeto comum.

H — Finalmente, para aquêles que têm os fenômenos da produção como elemento básico sôbre o qual as outras manifestações do homem, política, religiosa, científica ou social, não são mais do que estruturas decorrentes, ajustam-se as duas disciplinas, desde que na Economia Política e na Geografia, em sua parte econômica, há identidade de objetivos, embora considerados algumas vêzes sob ângulos diferentes.

* * *

A QUESTÃO DO MÉTODO — Enquanto a Geografia não passava de uma nomenclatura fastidiosa de aceitação, muitas vêzes inexpressivos, ganhando distância como mais culto o aluno que dispusesse de mais robusta memória, a questão do método era de pouca importância.

Mas, depois que se procurou interpretar os fatos, pondo em destaque as relações existentes entre êles, de causalidade e de finalidade, diversa é a orientação que se impõe, visto como quem pesquisa, procura investigar a razão de ser das coisas, há de adotar um rumo, um processo para chegar com mais segurança ao fim desejado.

Esclarece De Martone que a Geografia tem o seu método, o método geográfico, em que se encontram estabelecidos os princípios da extensão, da geografia geral e da causalidade.

Exemplo do primeiro, formulado por Ratzel: — o geólogo analisa o mecanismo do fenômeno vulcânico, mas se começa a observar a repetição dos vulcões, não faz mais Geologia e sim Geografia Física. O segundo, formulado por Ritter, se funda no fato de que «um determinado fenômeno supõe a preocupação constante de fenômenos análogos, que se podem realizar em outros pontos da Terra».

Pelo último dêles, o da causalidade, o estudo de um fenômeno geográfico acarreta o estudo de suas causas e de suas consequências. Na Economia Política, sem ir a detalhes, que as considerações alijeiradas do presente trabalho não permitem, admitem-se, afora outros métodos auxiliares, o dedutivo e o indutivo.

O primeiro parte, sabidamente, de dados gerais, admitidos como indiscutíveis, para dêles deduzir, por via de um raciocínio lógico, uma série indefinida de proposições, é como expressa Carlos Gide. O segundo, o indutivo, parte da observação de fatos particulares para chegar a proposições gerais.

Se, de acôrdo com o que tendem os economistas, foi pelo método dedutivo que se constituiu a Ciência Econômica, não há dúvida de que hoje são adotados os dois, o que depende da natureza dos problemas examinados.

Naqueles princípios a que nos referimos como decorrentes do mé-

todo geográfico estão incluídos os métodos de análise e de síntese, desde que admitimos a verificação de relações de causa e efeito, de identidade, de coexistência e de sucessividade dos fenômenos geográficos.

* * *

COORDENAÇÃO EM RESUMO DAS TESES EXPOSTAS — **Primeira tese:** — A Geografia não é mais hoje mera disciplina descritiva dos acidentes terrestres, mas o estudo da Terra em suas relações com a vida humana.

Segunda tese: — Isso pressuposto, as paisagens físicas tornam-se paisagens humanas.

Terceira tese: — Se tão vasto é o seu conteúdo material, claro é que ela, não podendo configurar-se como uma ciência nitidamente individualizada, a respeito de um só objeto, se apresenta sob aspectos diversos.

Quarta tese: — O homem vive em sociedade, manifestando-se o fenômeno das trocas como indispensável ao seu desenvolvimento econômico.

Quinta tese: — Os pontos de contacto entre a Geografia e as Ciências Econômicas são inúmeras.

Sexta tese: — A identidade metodológica no estudo daquelas ciências revelam-se amiúde, sobretudo nos princípios de causalidade e finalidade já referidos.

AS MULHERES NA VIDA E NA OBRA DE MACHADO DE ASSIS

Augusto FRAGOSO

AS PRIMEIRAS MUSAS

Desde os 15 ou 16 anos, por volta de 1855, assim que passou a frequentar a loja do livreiro Paula Brito e a colaborar na **Marmota**, Machado de Assis interessou-se vivamente pelo movimento teatral do Rio, entusiasmando-se com as atrizes do tempo e queimando ao pé das musas, que entre elas elegia, os seus ingênuos «incensos de poeta».

Era a época da Casaloni, da Charton e da Lagrua que dividiam a platéia ardorosa do Cassino Fluminense, ali no Campo da Aclamação. «Eram os tempos homéricos do teatro lírico...» — recordaria êle, quase vinte anos depois, num de seus romances. Funcionavam também, regularmente, dois teatros dramáticos: o S. Pedro e o Ginásio. Estela Sezefredo, Jesuina Montani, Adelaide Amaral, Maria Velluti, Gabriela de Vecchi eram, entre outras, as atrizes que mais se destacavam nesses palcos. Em fevereiro de 1857, na rua da Vala, inaugura-se o Alcazar, o café-concêrto que se tornaria famoso com suas belas **chanteuses** de vestes ralas e transparentes e onde, anos depois, iria brilhar a endemoninhada Aimée, «uma francesa, que — diria êle — em nossa língua se traduzia por amada, tanto nos dicionários como nos corações»...

Uma das primeiras poesias que o menino mestiço publica na **Marmota**, em 1855, é dedicada «a uma italiana», seguramente a Casaloni, a esbelta **prima-dona**, por quem o poeta iniciante teria perdido seguidas noites de sono: «Eu sinto nest'alma, num meigo transporte, meu forte dulçor; se soltas teu canto que o peito me abala, que fala de amor»...

Em 1861, já convivendo na roda de Caetano Filgueiras e trabalhando no **Diário do Rio de Janeiro** e no «**Correio Mercantil**» entusiasma-se com a Candiani na interpretação da **Norma** e chega a ser «um dos cavalos temporários do carro da **prima-dona**». «A Candiani não cantava, — explicaria êle tempos depois — punha o céu na bôca e a bôca no mundo»!

Nessa mesma época faz-se amigo da jovem atriz Ludovina Moutinho que estreara no Ginásio em 1860 e que iria morrer no ano seguinte, aos 18 anos apenas de idade. «Gentil transunto de virtudes e graças», é como o poeta define a malograda amiguinha na sentida elegia que lhe consagrou no **Diário**:

. . . . . .
Mal havia transposto da existência
Os dourados umbrais; a vida agora
Sorria-lhe toucada dessas flôres
Que o amor, que o talento e a mocidade
A uma repartiam.
. . . . . .

Além das divas da ribalta, certamente o moço **Machadinho**, como era então por todos chamado, encontrou algumas «moças em flor» que lhe fizeram ressoar a lira romântica e cujas reminiscências hão de estar nos tipos de menina-e-moça que criou, como a Raquel de **Ressurreição** ou a Flora de **Esaú e Jacó**, ambas por sinal por êle comparadas com frágeis vasos quebradiços... Dêsses primeiros amores sentimentais, porém, não ficaram maiores vestígios: foram apenas «amores passageiros nascidos na fantasia sem chegar ao coração», como êle próprio disse em poesia de 1860.

Quer um dos biógrafos de Machado de Assis que, nesse tempo, «a única espécie de mulheres então acessível à sua timidez» seria a das «pobres andorinhas errantes dos amores»...

Aos 24 anos comprazia-se, nos versos, em zombar das mulheres, ora falando da sua volubilidade, ora nelas descobrindo afinidades com o Demo. Na poesia, «**As Ventoinhas**», datada de 1863, o poeta afirma:

. . . . . .
A mulher é um cata-vento,
Vai ao vento,
Vai ao vento que soprar;
. . . . . .

É que como o cata-vento,
Vão ao vento

Vão ao vento que lhes der;
Cedem três coisas ao vento:
Cata-vento,
Cata-vento, água e mulher.

E numa sequência de seis quadras, **O Casamento do Diabo**, publicadas anonimamente na **Semana Ilustrada**, de 29 de março de 1863, o poeta mete de permeio entre as quadras êste expressivo estribilho:

Toma um conselho de amigo
Não te cases, Belzebu;
Que a mulher, com ser humana,
É mais fina do que tu.

DOIS ROMANCES CONFESSADOS

Numa carta a Carolina, datada de 2 de março de 1869, oito meses antes do casamento, Machado de Assis faz interessantes confidências sôbre sua vida íntima pregressa, atendendo afinal a apêlos insistentes da noiva, que o vinha incriminando por não lhe querer revelar os seus segredos do coração.

«Acusas-me de pouco confiante em ti? — escrevia o apaixonado noivo. Tens e não tens razão; confiante sou; mas se te não contei nada é porque não valia a pena contar. A minha história passada do coração, resume-se em dois capítulos: um amor, não correspondido; outro correspondido. Do primeiro nada tenho que dizer; do outro não me queixo; fui eu o primeiro a rompê-lo. Não me acuses por isso; há situações que se não prolongam sem sofrimento. Uma senhora de minha amizade obrigou-me, com os seus conselhos, a rasgar a página dêsse romance sombrio; fi-lo com dor, mas sem remorso. Eis tudo. «A tua pergunta natural é esta: Qual dêstes dois capítulos era o da Corina? Curiosa! era o primeiro. O que te afirmo é que dos dois o mais amado foi o segundo. Mas nem o primeiro nem o segundo se parecem nada com o terceiro e último capítulo do meu coração. Diz a Stael que os primeiros amores não são os mais fortes porque nascem simplesmente da necessidade de amar. Assim é comigo; mas além dessa há uma razão capital, e é que tu não pareces nada com as mulheres vulgares que tenho conhecido».

Revelada esta carta em 1939, logo se iniciaram buscas e pesquisas visando identificar essas duas amadas do poeta: — a que o desprezara, cantada nos famosos «Versos a Corina» que tanta fama lhe trouxeram e a outra, que o acolhera, a heroína daquele «romance sombrio» que êle interrompera «com dor mas sem remorso»... Mais de vinte anos já se foram após a divulgação de tais confidências e até agora não se identificaram as duas deusas. Surgiram, é certo, hipó-

teses e conjeturas — algumas providas de fundamento; outras porém anacrônicas ou inteiramente vãs.

CORINA O AMOR DESPREZADO

Lúcia Miguel Pereira ao estudar a vida de Machado não sugere nenhuma hipótese sôbre a identidade de Corina. Diz apenas que a heroína dos **Versos** divulgados em 1864, deve ser também a viúva Clara que Machado retrata na sua peça teatral **Desencantos**, impressa em 1861. Repisando, como faz no decurso de todo o seu livro, a qualidade de mestiço do escritor, a biógrafa escreve: «Talvez tenha sido a côr a culpada da decepção amorosa que, pelos anos de 60 e 61, lhe empanou a alegria dos primeiros triunfos e causou a publicação dos seus dois primeiros volumes. Ambos traem a amargura do amor desprezado. «E, mais adiante: «Clara a viúva de **Desencantos** foi alguém de carne e osso que muito fez sofrer a Machado». «A Corina — conclui perentória — deve ser a viúva de **Desencantos**».

Há quem afirme que Clara foi a artista Teresa Martins que trabalhou com Ludovina Moutinho na Companhia de Furtado Coelho no Ginásio. Não logrando vencer a indiferença da portuguêsa, Machado logo depois — informa a mesma fonte — se apaixonara perdidamente pela atriz brasileira Carlota Milliet, uma das intérpretes da ópera **Pipelet**, traduzida pelo poeta e estreada no S. Pedro em novembro de 59.

Como se vê o caso Corina ainda não foi deslindado. Clara seria mesmo alguém de carne e osso? Corina e Clara seriam a mesma mulher? A «decepção amorosa» referida por Lúcia Miguel Pereira seria o mesmo «amor não correspondido» a que se refere Machado?

Sôbre Corina apenas uma indicação positiva existe: — o caso ocorreu antes de 64 ou nos primeiros meses dêsse ano, pois o poema que o chora foi publicado a partir de março. Alfredo Pujol que em 1915 realizou valioso estudo a respeito de Machado, calcado em grande parte no testemunho de velhos amigos do escritor, adianta que Corina foi «uma imensa paixão da adolescência» do biografado que dela dizia inconformado:

> Era assim que eu sonhava a mulher. Era assim:
> Corpo de fascinar, alma de querubim!

O «ROMANCE SOMBRIO'

A propósito do segundo capítulo da história confessada por Machado, a escritora referida indaga se tal caso não seria aquêle amor a que alude seu íntimo amigo Sizenando Nabuco, em cartas de abril de 64 dirigidas de S. Paulo ao apaixonado Machadinho. Há nessa

correspondência, além da indicação de que a amada do poeta deveria partir a 25 daquele mês, certa alusão a um «marido pesado», o que leva a autora a interrogar meia espantada: «Que marido seria êsse? terá a fase eufórica e petulante de Machado ido até a ousadia de cortejar damas providas de possuidores legais»?

Baseado certamente numa referência indiscreta e sumária, feita em 1883, já Machado casado há mais de 10 anos, pelo jornal de um verrineiro, de que o escritor fôra «enamorado» da célebre atriz Ismênia dos Santos, Magalhães Júnior em livro recente, escreve a respeito do «marido pesado» mencionado por Sizenando Nabuco: «Êsse era, muito provàvelmente, o autor Augusto Santos (marido de Ismênia) de quem Ismênia acabou se separando». As relações de Machado com Ismênia — um ano apenas mais moça do que o romancista — eram, de fato, bem antigas e estreitas. As peças que marcaram os êxitos iniciais da atriz como primeira figura da Companhia de Furtado Coelho, no Ginsásio, (1866-1867) foram todas elas traduções de Machado:

O Anjo da Meia-Noite que deu rios de dinheiro a Furtado, **O Barbeiro de Sevilha** e **A Família Benoiton.**

Não se conteste que tenha havido uma «ponta de romance» entre Machado e Ismênia. Conteste-se apenas que a alusão contida nos bilhetes de Sizenando diga respeito a Ismênia, não só pela referência à anunciada viagem da atriz como pela data dos bilhetes: são êles de abril de 64 e Ismênia só teria chegado ao Rio, segundo o próprio Magalhães Júnior, em 65. E quanto à época em que teria vicejado essa eventual ligação, pondere-se também que em princípio de 67, Machado era um dos frequentadores da casa principesca de Furtado Coelho na qual Ismênia já então fazia as honras, não só como primeira atriz da Companhia mas também como companheira do grande ator português.

Neste caso como no da Corina, persistem as interrogações.

Quem teria sido a mulher do «marido pesado»? Houve realmente qualquer romance de Machado com Ismênia? Em que época? Algum dêsses dois casos teria sido o misterioso «romance sombrio» referido por Machado na carta a Carolina? Por que «romance sombrio»? Por que Machado o teria interrompido «com dor mas sem remorso»?

O CASO AIMÉE — UM CASTELO NO VENTO:

Lúcia Miguel Pereira, levada por uma crônica de Machado, de 1866, é de opinião que na mesma época do misterioso idílio aludido por Sizenando Nabuco (1864), a cabeça de Machado andara à roda, deslumbrado com a loura Aimée, a fabulosa estrêla do Alcazar. «A francesinha — escreve a atilada biógrafa de Machado de Assis —

não fazia sòmente «andar à roda muita cabeça branca»; teria o mesmo efeito sôbre uma cabeça bem negra, sôbre um jovem rico apenas de talento — o que não lhe permitiria aproximar-se de uma das mundanas mais caras e disputadas do momento. Mas, ainda de longe, ela o deve ter impressionado fundamente».

Magalhães Júnior, em todo um capítulo do seu «Machado de Assis desconhecido» parece provar que é hipótese exagerada o romance imaginado por Dona Lúcia. «Simples castelo no vento como Machado costumava dizer» — afirma o escritor cearense.

CAROLINA — TRINTA E CINCO ANOS DE AMOR DE VERDADE

Muito amigo do poeta português Faustino Xavier de Novais, Machado veio a conhecer a irmã caçula do amigo, Carolina, logo à sua chegada do Pôrto, em fins de 66. Andava então Carolina pelos 32 anos, cinco anos mais velha que Machado. Era extremamente simpática e atraente. O namôro entre os dois não tardou a nascer, mas o casamento, retardado pela família da môça por ser Machado mestiço, só se efetuou a 12 de novembro de 69 — Machado com 30 anos, Carolina com 35. Nas cartas de noivado publicadas em 1939, Machado, enternecido, abre seu coração a Carolina: «Tu não te pareces nada com as mulheres vulgares que tenho conhecido. Espírito e coração como os teus são prendas raras; alma tão boa e tão elevada, sensibilidade tão melindrosa, razão tão reta não são bens que a natureza espalhasse a mãos cheias pelo teu sexo. Tu pertences ao pequeno número de mulheres que ainda sabem amar, sentir e pensar. Como te não amaria eu»?

Durante 35 anos, Machado e Carolina tiveram vida felicíssima embora sem filhos. «Êsse homem doente e feio — diz Lúcia Miguel Pereira —mereceu a mais dedicada das dedicações femininas. Carolina foi-lhe mãe e mulher, amiga, e num sentido largo, colaboradora. «No seu último livro, o **Memorial de Aires**, escrito em 1907, Machado, viúvo, evoca sua vida conjugal, encarnando-se no Aguiar («todo êle família, todo êle espôso») e personificando a saudosa Carolina em Dona Carmo («tudo nela é bom, faz tudo com o coração»).

Sôbre o grau de influência de Carolina na vida literária de Machado dissentem os estudiosos. Para Dona Lúcia, Carolina «era a crítica, a copista, a revisora, a secretária, a alma, os olhos, e a memória do marido». Já Agripino Grieco julga exagerada essa influência atribuída a Carolina sôbre o romancista. E Magalhães Júnior, contestando frontalmente a tese de Dona Lúcia, conclui que «a influência de Carolina sôbre o homem de letras, sôbre a arte tão pessoal de Machado de Assis, bem examinada, não passa de uma forgicação encantadora, de amável mito literário».

Em fins de 1903, Carolina começou a sentir-se doente, parecen-

do ter sido o início do mal um engano grave de remédio: ingerira sal de azêdas em lugar de sal amargo.

Definhando ràpidamente, Carolina veio a falecer a 20 de outubro de 1904 com quase 70 anos deixando inconsolável o viúvo. «Foi-se a melhor parte da minha vida, e aqui estou só no mundo» — escrevia Machado a Nabuco um mês após a «grande desgraça». «Note que a solidão não me é enfadonha, antes me é grata, porque é um modo de viver com ela, ouvi-la, assistir aos mil cuidados que essa companheira de 35 anos de casados tinha comigo. Aqui me fico, por ora na mesma casa, no mesmo aposento, com os mesmos adornos seus. Tudo me lembra a minha meiga Carolina. Como estou à beira do eterno aposento, não gastarei muito tempo em recordá-la. Irei vê-la, ela me esperará».

UM AMOR ESPÚRIO

Apesar do grande amor que Machado consagrava a Carolina, tem-se notícia, pelo menos, de um efêmero deslise conjugal do autor de **Dom Casmurro,** quando andava êle pelo começo da casa dos 40 anos e casado estava há pouco mais de dez. Recebendo tal informação de uma das amigas de Carolina, a escritora Lúcia Miguel Pereira divulgou-a no seu belo livro: «Ao menos de uma vez parece Carolina ter tido razão de ciume. Uma mulher inteligente e bela passou pela vida de Machado. Quem seria ela? Até que ponto seriam fundadas as suspeitas de Carolina»? E comentou, compreensiva: «Amor dos sentidos, perigoso amor do homem que começa a envelhecer, ou entusiasmo passageiro, admiração intelectual, a desconhecida de Machado de Assis permanece desconhecida mesmo através da sua obra tão confidencial. Foi um caso, um incidente, e nada mais». Dona Lúcia considera, porém não ser impossivel que a Capitu seja uma reminiscência da **desconhecida.** «Há nela — justifica a escritora — uma sedução pecaminosa que não se encontra tão forte em nenhuma das outras mulheres de Machado» .

Uma outra escritora, a senhora Heloisa Lentz de Almeida, em livro publicado em 1939, recolhendo também testemunhas de amigas da família de Carolina, afirma que uma «dama elegante, educada nos Estados Unidos, amorenada, tipo de brasileira, de olhos grandes e lábios sensuais, de modos um tanto livres, atravessou uma vez a vida do romancista»... «Era senhora, acrescenta, que pela posição elevada do marido, frequentava a mais alta sociedade».

Magalhães Júnior procurou decifrar o enigma lançado por Dona Lúcia. E, escarafunchando os pasquins de escândalo que proliferavam à época, foi encontrar em dois números de 1883 do **Corsário** de Apulco de Castro duas notas que aludiam, de passagem, a um romance entre Machado e uma certa Inês Gomes, atriz de segunda ordem da Com-

panhia Braga Júnior que atuava no Recreio Dramático. Inês Gomes, descobriu Magalhãs Júnior, «era uma portuguêsa muito grande, muito moça, estrábica, com uns pés descomunais mas com mãos e braços maravilhosos, e que dizia **manjor** em vez de major e **jintar** em vez de jantar»... «Verdadeira obra do Pôrto: rija e forte. Mal acabada mas bem acentuada» — retratou-a em poucos traços um cronista do tempo. Podiam os braços da portuguêsa ser «belos e cheios» como os de Dona Severina, de Capitu ou de Sofia, mas os pés — ah, os pés! — faziam ter saudades dos de Helena, pequeninos, afilados e leves...

Tal como os dois casos de antes do noivado, o da «desconhecida» continua, na verdade, ainda por ser esclarecido de todo. Uma biógrafa fala de uma «mulher inteligente e bela». Outra afiança que era uma dama elegante, educada no exterior, com marido em posição elevada. Magalhães Júnior, fiado nas referências de Apulco de Castro, descobre-nos uma atriz obscura, sem marca de nenhum talento e que apenas pelo físico dava «bem nas vistas»... Afinal parece que se pode deixar mais uma interrogação: uma desconhecida ou duas?...

A DAMA PINTADA

No ano de 1895, Machado passou a frequentar com muita assiduidade certa galeria de arte, tomado de amores por uma «formosíssima mulher» retratada num quadro de Fontana, «Mulher segurando um livro», ali exposto. Vindo a saber do mistério, Dona Carolina sempre que passava pela loja, costumava apontar às amigas a «namorada do Machado». Amigos do escritor ,então, resolveram comprar e ofertar-lhe a tela, objeto de seu culto. Machado respondeu ao gesto amigo com um «soneto circular», satisfeito e feliz de ter consigo «a bela dama ruiva e descansada, de olhos longos, macios e perdidos»...

Publicando o soneto, a **Gazeta** reticenciosa insinuou: «Se uma mulher pintada lhe inspira versos desta ordem»... Não seria, parece assim, Machado de Assis conceituado então no círculo dos seus mais íntimos amigos, como um puritano integral...

UM VAGO AMOR DE VIÚVO?

Nos anos de sua viuvez (1904-1908) Machado contou sempre com a assistência desvelada e carinhosa de várias senhoras e môças, parentas, amigas ou visinhas do casal ou simples conhecidas».

Revelou Bernardo de Oliveira que o escritor um dia lhe perguntou como poderia deixar o montepio a uma mocinha que o cercava de mil cuidados e carinhos e que, em resposta, havia recomendado ao amigo a solução do casamento **in-extremis.**

Lúcia Miguel Pereira difunde também uma vaga informação que

lhe foi trazida por D. Sara Costa, sobrinha de Carolina: Machado nos últimos anos de vida conheceu uma moça chamada Rosalina com quem gostava muito de conversar.

A augusta autora observando que no **Memorial**, o velho Aires demonstra uma ligeira inclinação pela jovem e bonita viúva Fidélia «interêsse apenas esboçado, mesclado de sentimento de paternidade» e anotando, no manuscrito do romance, frequentíssima troca de nome entre Carmo e Fidélia, sugere uma resposta afirmativa à pergunta que ela mesmo formula: «Fidélia terá existido na vida real, sonho de velhice, penhor da rara vitalidade dêsse enfêrmo?» — «Não podemos deixar de pensar — adverte a escritora — que uma figura feminina haja atenuado para Machado a solidão dos últimos dias».

Em artigo publicado em fins de 1952, D. Francisca de Basto Cordeiro viu Machado quase diàriamente, durantes muitos anos, depõe: «Morrendo Carolina, o viúvo fica desarvorado. No entanto vem-lhe um momento a idéia de casar-se de novo. A dedicação filial de Cordélia o comovera. Atente-se para o nome citado pela senhora Basto Cordeiro: notem-se as duas sílabas finais comuns ao nome da viúva formosa que vive no romance.

Cabem nêste capítulo novas interrogações: Rosalina e Cordélia existiram de fato? Na viúva Fidélia — flexível, clara, olhos e cabelos pretos — haverá realmente reminiscências de alguma figura feminina que tenha iluminado a viuvez do Machado?

O CRIADOR DE MULHERES

Muito amigo das mulheres, adorando-lhes o convívio, admirando-lhes os dotes físicos, devassando-lhes a alma, Machado fixou na sua obra uma interessante galeria de mulheres de todos os tipos: môças em flor, solteironas, grandes damas, mães de família e adúlteras — quase 300 personagens dos seus contos: quase 30 dos romances!

Carlota, Clara, Luiza, Mariana e Cecília são os nomes mais frequentes de suas criações femininas. De vez em quando inventa um ou outro nome extravagante: num de seus contos aparece uma **Emerlinda** que se comprazia em contrariar tôdas as idéias e no **Quincas Borba** há uma pelotense chamada **Sonora** — «uma guasca de primeira ordem».

Na maioria das vêzes Machado é gentilíssimo na caracterização física das suas damas; quase todas são bonitas e atraentes. E as que não são, serão assim, assim, «nem bonitas, nem feias», como a Conceição da **Missa do Galo**, a Emerlinda já citada, a Eusébia do **Brás Cubas** (« a robusta donzelona»). Duas mulheres que vivem nos contos, ambas Jacinta, são apenas «mais feias que bonitas». Feia, declaradamente feia, parece só existir aquela Lúcia de 22 anos do conto

Quem não quer ser lobo, vesga, pequena, insignificante, de testa e inteligência curtas.

Por outro lado algumas de suas heroínas parecem muito mais jovens do que são, aparência que proclamada sempre lisonjeia as mulheres: a viúva Sinhá Rita do conto **O caso da vara** «tinha 40 anos na certidão de batismo e 27 nos olhos»; Dona Margarida Vilela, de outro conto, apesar dos seus 46 anos bem puxados merecia bem dez minutos de atenção e a Sabina, do **Brás Cubas**, parecia ter vinte anos quando contava mais de trinta.

Peculiaridade muito conhecida do criador Machado é a preferência manifesta em tôda a sua obra pelas viúvas, sobretudo as jovens, desde Lívia do romance de estréia, Ressurreição (1872), «extremamente formosa nos seus vinte e quatro anos» até Fidélia, do último livro, o **Memorial** (1908) aquela Viúva Noronha que parecia feita ao tôrno.

Entre as viúvas môças que desfilam nos contos cite-se, como exemplo, apenas uma: a viúva Soares da **Conversão de um avaro**, a bela Rufina, de 27 anos que termina casando com um colchoeiro de 52, vermelho e avaro. «Viúva desde os 22 anos, conservava um resto de luto, antes como um realce que outra cousa» Era vistosa, forte, de ombros largos, braços grossos e redondos. Depois do casamento, a mulher, «só a mulher, nada mais que a mulher», tornou-se o sonho da vida do colchoeiro».

Na descrição física das mulheres bonitas, Machado em poucos traços dá logo idéia nítida das personagens que cria». Nota Múcio Leão que o escritor revela verdadeira obsessão pelos olhos de suas mulheres. Também, comumente, gosta de se referir à bôca, os cabelos, a ombros, colos e braços». Mulheres «de truz» são várias de suas personagens». «Frescas», outras tantas. «Há olhos viçosos, de fôgo ou de matar, quentes e soberbos». Quase todos negros; algumas vêzes verdes. «Frescas »são as bôcas de Virgília, de **Brás Cubas** e a de Cirila de um dos contos, aquela «fresca como a madrugada e insaciável como a morte», esta «fresca e bem rasgada». Cabelos belos são os negros, como os de Elvirinha, do conto **Um almôço**, «negros como a noite escura». A quarentona Dona Camila, do conto **Uma senhora** tinha as espáduas e o colo «feitos de encomenda para os vestidos decotados». Quanto aos braços — outra idéia fixa, talvez, de Machado — citem-se só os tão famosos de Severina que tentam o adolescente Inácio, «belos e cheios» e que não perdiam nem a côr, nem a maciez por viver no ar sempre à mostra».

Mas «as mulheres mais mulheres» de tôda a obra de Machado, são no consenso geral, Capitu e Sofia, a primeira do Dom Casmurro (1899), a segunda do **Quincas Borba** (1891). Capitu é mesmo considerada como o ponto culminante entre todos os personagens de Machado de Assis.

CAPITU

Capitu, que possuia o exquisito nome de Capitolina, era morena, alta, forte e cheia. Tinha os cabelos grossos feitos em duas tranças. Os olhos, claros e grandes, eram assim de cigana oblíqua e dissimulada; olhos de ressaca. O nariz reto e comprido. A boca fina. O queixo largo. Os braços eram belos — «não creio que houvesse iguais na cidade». As mãos eram curadas com amor».

Era Capitu, em suma, «mulher por dentro e por fora, mulher à direita e à esquerda, mulher por todos os lados, e desde os pés até a cabeça».

Duas estudiosas da vida de Machado — Lúcia Miguel Pereira e Heloisa Lentz de Almeida — acreditam que a perturbadora Capitu seja uma reminiscência da misteriosa **desconhecida** que, por volta de 1883, atravessou a vida do romancista. Já o escritor mineiro Mário Matos considera que Capitu não pode deixar de ser recordação amorosa da meninice.

João Paraguassu — pseudônimo sob o qual se esconde o jornalista M. Paulo Filho — contou certa vez um episódio que parece reforçar o ponto de vista de Mário Matos. Estava Machado na livraria Garnier em conversa com amigos, quando entrou uma jovem senhora. O romancista fixou-a demoradamente, fora de sua discrição habitual. Ao retirar-se a moça, Machado explicou:

— É a Capitu. Conheci-a menina. Perdi-a de vista, depois. Nunca mais a vi. Morava em casa visinha à minha residência.

SOFIA

Sofia, formosa mulher de Cristiano Palha, tem entre 27 e 28 anos. Alimentando, astuciosa, a paixão que lhe devota Rubião, tem a arte de espalhar por todo o romance um ambiente de pecado sem nunca ter pecado — conforme bem observa Lúcia Miguel Pereira. De seus ombros que pareciam de cêra — tão lisos, tão brancos — era do que mais gostava Rubião. Os braços eram também esplêndidos, brancos e bem feitos. Embora com «excesso de sobrancelhas» tinha os olhos negros e viçosos, os mais belos do mundo — «ridentes, inquietos, convidativos e só convidativos: podemos compará-los à lanterna de uma hospedaria em que não houvesse cômodos para os hóspedes».

O marido ia muito a teatro e a bailes, mas «ia menos por si do que para aparecer com os olhos da mulher, os olhos e os seios. «Tinha essa vaidade singular; decotava a mulher sempre que podia e até onde não podia, para mostrar aos outros as suas venturas particulares».

Ao ser publicado o **Quincas Borba,** o crítico Araripe Júnior fêz certas restrições às mulheres criadas por Machado, a propósito da

«espeloteada Sofia». «São, em regra, incolores, sem expressão — dizia o crítico. Para bem retratar mulheres, é indispensável senti-las ao pé de si e cheirar-lhes o pescoço ou brigar com elas, intervindo ou perturbando os seus negócios. Machado de Assis, asceta dos livros e retraído ao gabinete, não as invadiu por nenhum dêstes aspectos; e por isso as suas heroínas não despedem de si êsse **odorem foeminae** que se aspira ainda nos tipos mais angélicos de Shakespeare»...

Machado que não tolerava que o supusessem ingênuo não gostou do reparo. E num encontro com o crítico ,o autor de **Quincas Borba** desabafou:

— Tudo, meu amigo, tudo! menos viver como um perpétuo empulhado...

IBN KHALDUN, UM PRECURSOR

Francisco Hugo A. de Lima e MOURA

Em palestra realizada na Faculdade de Ciências Econômicas desta cidade, afirmávamos que muitas vezes somos levados a uma idéia falsa acêrca da nossa cultura ocidental, quando pretendemos atribuir ao Ocidente as origens de todo nosso patrimônio, seja espiritual, seja material.

A história da cultura aponta a cada passo a herança de nossas instituições, principalmente legada pela cultura islâmica.

Apesar da diferença de raça, religião e patrimônio cultural e principalmente da divergência de atitudes psicológicas, o ocidente através de um contacto com povos muçulmanos, que durante vários séculos exerceram uma grande influência cultural não sòmente na Península Ibérica e na Sicília, como em outras regiões européias onde a preocupação científica superou a intolerância religiosa, recebeu um influxo muito grande que abriu largos horizontes à sabedoria ocidental.

O Império muçulmano, com uma extensão geográfica que ia das margens do Indo às do Tejo, tinha que representar um importante papel na cultura ocidental: a transmissão de tudo o que o Mundo Antigo havia elaborado, e jazia sepultado no esquecimento desde as invasões germânicas. A Península Ibérica foi o elo por onde esta cultura se incorporou definitivamente ao patrimônio ocidental. Foi por esta espécie de ponte espiritual que Averroes passou à Sorbone a filosofia de Arisóteles. Por ela passou ainda a literatura milenar da Índia, e, graças a isto, foi possível a novelística de Bocaccio, de Chaucer e a obra do Arcipeste de Hita, que séculos mais tarde tornaram possível grande parte da obra de La Fontaine.

Mas, não discutiremos a influência de um Al Bechi, na ciência náutica da Era dos Descobrimentos, da poesia muçulmana no Pre-renascimento, nem a contribuição do averroismo na filosofia ocidental.

Nossa preocupação é outra. Estamos aqui para apresentar alguns as-

pectos da obra de Abd-ar Rahman Ibn Muhammad Ibn Khaldun al Hadrami, que viveu de 1332 a 1406.

Em sentido estrito, Ibn Khaldun é o primeiro pensador da História.

Nasceu em Tunis, a antiga província romana da Numídia, Província fortemente romanizada e que tantos valores espirituais havia dado a Roma: o neo-platônico Mário Victorino, o apologista Tertuliano e Santo Agostinho, o maior pensador cristão.

Descendente de muçulmanos de Sevilha, teve sua educação iniciada por mestres espanhóis, se bem que sua formação universitária, foi iniciada na Universidade de Tunis e completada na de Ahzar, no Cairo.

Sua vida foi das mais agitadas. E graças ao seu espírito irrequieto vamos encontrá-lo ora como secretário de príncipes ou representante diplomático em côrtes orientais ou européias, ora ocupando os cárceres de alguma cidade de Al Magreb.

Mas, não nos deve surpreender a inquietação do espírito de Ibn Khaldun, pois êle viveu em uma época em que a civilização árabe lutava em vão para por têrmo ao caos produzido pelo desmoronamento dos califados abassida e omya.

Ibn Khaldun escreveu entre 1375 e 1378, durante seu retiro no castelo de Oalat Ibn Salamat, no sul de Oran, uma História Universal, que êle intitulou de "Livro de Exemplos Instrutivos e Registro ou Arquivo de Matérias que tratam de História dos Árabes, Persas e Bérberes".

A projeção de Ibn Khaldun se deve à introdução ao seu "Livro de Exemplos", denominada "Prolegómenos", em árabe "Muqadamah", na qual aparece pela primeira vez uma teoria do desenvolvimento histórico, tendo em conta os dados físicos do clima e do relêvo do solo, bem como as fôrças morais e intelectuais, como fatores que intervêm no curso dos acontecimentos.

A obra de Ibn Khaldun se tornou mais conhecida depois que apareceu em tradução francesa de Mac Guckin, Barão de Slane, nos anos de 1863 a 1863. Já anteriormente os arabistas Hammed-Purgstal e Etienne de Quatremere (que publicou em 1853 em "Noice et extraits des manuscrits de la Bibliothèque Nationale" — París, a obra no original árabe) se haviam ocupado dos "Prolegómenos", a êles se seguiram muitos outros como Gumplovizc, Julian Ribera, e mais recentemente R. Maunier, G. Bouthoul, R. Altamira e Y Rosentral e muitos outros. Entre os autores muçulmanos contemporâneos se destacam Taha Hussein Mohammad Aly Hasha, Hamid Raze e Z. Fahri Findikoglu dentre muitos.

Os "Prolegômenos" constituem uma obra de tal importância, que Toynbee a considera como a "obra máxima de sua espécie que tenha sido criada por qualquer espírito e em qualquer época ou lugar" e, continua "no campo de sua atividade intelectual, parece não ter sido inspirado por nenhum antecessor, não haver encontrado almas gêmeas entre seus con-

temporâneos ou acêso a chispa da inspiração na atitude de nenhum sucessor" (1)

Nos "Prolegômenos", Ibn Khaldun se propõe não sòmente estabelecer as regras a serem observadas pelos historiadores, como ainda analisa os fatores da civilização.

O seu conceito de história nos dá uma nítida idéia da sua visão do conteúdo da ciência histórica, diz êle: "A História tem por verdadeiro objeto fazer-nos compreender o estado social do homem, isto é a civilização e nos descobrir os fenômenos que se ligam naturalmente, a saber: a vida selvagem, o abrandamento dos costumes, o espírito de família e de tribo, os diversos gêneros de superioridade que os povos obtêm uns sôbre os outros e que levam ao nasimento dos impérios e das dinastias; à distinção, às ocupações em que os homens consagram seus trabalhos e seus esforços, como as profissões que permitem viver, às ciências, às artes, enfim tôdas as transformações que a natureza das coisas pode operar no caráter da sociedade" (2).

Pela extensão dêste conceito, vemos que para Ibn Khaldun a história não se limita a descrição do evento político, êle tem dela uma idéia muito mais ampla que se pode identificar com a de "Kulturgeschichte", no seu sentido atual. Êle admite que "todo fato social interessa ao historiador, tôda circunstância que intervem no destino das coletividades pode encontrar lugar na sua obra. (3)

Os "Prolegômenos" constituem não sòmente uma filosofia, como uma metodologia da história, pois Ibn Khaldun indica as regras que devem ser observadas por aquêle que escreve a história.

Para o historiador magrebita, a História é uma ciência. R. Altamira mostra que esta afirmativa não deve ser aceita sem que antes se precise a posição enciclopédica das ciências muçulmanas.

Distinguiu, Ibn Khaldun, no objeto da história, um aspecto exterior e um interior. No primeiro a "história serve para relatar os sucessos que têm marcado o sulco dos séculos e das dinastias e dos quais foram testemunhas as gerações passadas" (4). E o aspecto interno visa "o exame e comprovação dos fatos, mediante a investigação das causas que os produziram, o conhecimento profundo da maneira como sucederam e de sua origem. (4a).

Adverte que "entre os erros que se encontram nas obras históricas, está também o de não se ter em conta as mudanças das pessoas, das gerações das idades e do correr dos dias"

Chama frequentemente a atenção para o cuidado que se deve ter a fim de se evitar a falsidade na história. Enumera os fatores humanos responsáveis pelos êrros:

"1o. — Inclinação que têm os homens por certas opiniões e doutrinas;

2o. — Confiança excessiva nas testemunhas utilizadas;

3o. — Ignorância dos fins que os autores dos grandes acontecimentos perseguiam:

4o. — Facilidade do espírito humano em crer que retém a verdade;

5o. — Ignorância das relações que existem entre os acontecimentos e as circunstâncias que o acompanham:

6o. — Lisonja a pessoas vivas;

7o. — Ignorância da natureza das coisas que nascem da civilização." (5)

Os fatores acima enumerados reunem as regras de crítica histórica do historiador tunisiano.

Esta atitude crítica frente às causas que podem induzir os homens a formarem juizos errôneos, se antecipa mais de dois séculos à formulação da doutrina dos Idolos do filosofo inglês Francis Bacon. Disse êle, no "Novum Organum", que os erros humanos tem quatro causas que denomina de Idolos, a saber: "Idola tribus", devidas à natureza humana e procedentes da tendência humana para a personalização; "Idola specus". originados por nosso temperamento pessoal; "Idola feri", julgamentos deformados pela opinião pública e aceitos unânimemente sem um critério seletivo; "Idola Treatri", julgamentos tomados de certos indivíduos que são aceitos devido ao prestífio que os mesmos gozam no cenário público. Estes critérios foram desenvolvidos nos "Prolegômenos".

Mas, por não ter podido ou querido, Ibn Khaldun em sua "História Universal", não observou as regras por êle enunciadas.

Deve-se frisar, porém, que a obra de Ibn Khaldun é sempre estribada em valores objetivos e não subjetivos. Ele argumenta à luz dos dados, e face a exiguidade dos dados de que dispunha encontramos dificuldade em justificar muitas de suas generalizações.

Uma questão abordada pelo filósofo muçulmano é a das "Leis históricas", (no que antecede Montesquieu) que para êle existem e devem ser necessàriamente conhecidas por quem quer que se proponha escrever a história.

As leis por êle enunciadas são: LEI DA CAUSALIDADE. Ibn Khaldun não admite o aspecto milagroso ou a predestinação para o fato histórico; crer que um determinado fato tem por causa outro fato ou um conjunto de fatos.

Tal afirmativa feita por um historiador muçulmano do XIV século, mostra como o mesmo estava pouco preso à preconceitos.

Para Ibn Khaldun, um fato histórico não é produzido pela vontade individual; tanto que afirma: "Se contemplamos o mundo e as criaturas que êle encerra, aí encontramos uma ordenação perfeita, um sistema regular. uma ligação de causas e efeitos, a conexão que existe entre as diversas categorias de seres e a transformação de certos seres em outros é uma sequência de maravilhas sem fim da qual não é possível indicar limites". (6)

A segunda é a LEI DA SEMELHANÇA que está assim anunciada: "Se não se julga do que está longe porque não se tem sob os olhos se não se

compara o passado com o presente, não poderemos evitar de nos extraviarmos, de cairmos em erros e de nos desviarmos do caminho da verdade... porque o passado e o futuro se parecem como duas gotas dágua" (7).

Segue a precedente a LEI DA DESSEMELHANÇA, que em parte se opõe àquela. Estabelece: "O estado do mundo e dos povos, seus usos, suas opiniões, não subsistem de uma maneira uniforme e em posição invariável, é ao contrário uma série de vicissitudes que persiste durante a sucessão dos tempos, uma transcrição contínua de um estado a outro" (8).

Conclui: "as leis da história que anuncio são aflitivas, mas assim segue o mundo....

Tôda a obra de Ibn Khaldun tem um caráter pessimista e aceita até certo ponto o determinismo histórico, isto se justifica se levarmos em conta sua raça, seu meio e que êle viveu em um período de incontestável decadência.

Sorokin, num livro notável "As filosofias Sociais de nossa época de crise", observa que todas as grandes obras de "filosofia da história", surgiram em períodos de decadência, pois é nas épocas de crises que o homem pensa mais detidamente nos destinos da civilização. Isto se vê, seja na historiografia grega, na "Cidade de Deus" nas obras de Vico, Hobbes, Voltaire, Spengler e Toynbee.

Compreendeu Ibn Kaldun que a vida social é um fenômeno natural o homem não pode viver isolado.

Antes de Bodin, Montesquieu, Hegel e Buck, afirmou que as condições de vida derivam sobretudo do meio natural, clima, produção e fonômenos econômicos, elas são muito mais constantes que os fenômenos políticos que são essencialmente episódicos. E, que o clima limita as condições necessárias ao desenvolvimento da civilização; e que êstes fatores têm influência sôbre as formas sociais e podem afetar a ação social por meio do fator alimento, pois o tipo de dieta contribui para produzir a robustez ou debilidade física e mental; e que as características físicas cambiam como resultado da migração de uma area climática a outra. Diz textualmente: "As diferenças que se notam nos usos e nas idéias de diversos povos dependem da maneira pela qual cada um dêles provê a sua subsistência." * (9)

Analisando o contraste entre a vida nômade e a sedentária, Ibn Khaldun atribui a estabilidade das sociedaoes nômanes ao "ASABIYA", palavra que na versão francesa foi traduzida por "ESPRIT DE CORPS", expressão que corresponde a "solidariedade social em sentimento de grupo" da sociologia atual.

É, axiomático, ao afirmar que o "ESPRIT DE CORPS" é a célula com a qual se constroem todos os corpos políticos e sociais, assim é que escreveu "é impossível impor uma dominação ou fundar uma dinastia se não se conta com um povo animado do "ASABIYA"

O desenvolvimento dêste conceito é encarado com muito interêsse pelos

sociólogos modernos, que vêem em Ibn Khaldun um dos precursores da sociologia.

O historiador norte africano teve sempre presente a influência do poder do Estado na vida dos povos. Julgava a opressão destruidora de tôda energia. "Sob um govêrno que se mantém pela severidade, os súditos perdem a coragem, castigados sem poder resistir, caem em um estado de humilhação que destroi sua energia". (10)

Cabe-lhe ainda o privilégio de ter sido o primeiro combater o monopólio estatal do ensino. "Os povos que desde os seus primórdios, vivem sob o controle de uma autoridade que procura formar seus costumes e ensinar-lhes as artes, as ciências e a prática da religião, tal povo perde muito de sua energia e não se esforça quase nunca para resistir à opressão" (11). Este pensamento sem dúvida traduz a repulsa à educação estatal, dirigida.

Acreditava o filósofo muçulmano que "ao nascer a mentalidade de todos os homens é igual e que só se modifica com a educação que recebem".

Nas notas acima, não poderíamos em absoluto analisar e discutir as teorias desenvolvidas por Ibn Khaldun, apenas pretendemos chamar a atenção para algumas facetas do pensamento prodigioso do historiador e filósofo muçulmano.

Expusemos apenas o necessário para que se veja que o pensador tunisiano, antes de qualquer filósofo ou historiador do ocidente, já se havia preocupado com problemas referentes: à crítica histórica, às leis de história, à importância do clima e dos fatores geográficos no desenvolvimento da civilização, bem como da posição do Estado nas sociedades.

O valor dos "Prolegômenos" reside principalmente na antecipação dos idéais de Ibn Kraldun, pois apesar de não ter tido continuadores não se pode deixar de encará-lo como um precursor, pois "quem encontra um novo caminho é um iniciador, ainda, que a sua senda tenha que ser novamente encontrada por outros; e quem se adianta de muito dos seus contemporâneos é um guia, mesmo que seja necessário vários séculos para que se o reconheça como tal e que se o siga de um modo inteligente" (12).

Deve-se, sobretudo, considerara ao se estudar Ibn Khaldun, sua origem, que pela raça cultura e época em que vivem guarda uma diferença profunda do espírito ocidental.

Por outro lado não devemos esquecer que a filosofia e a ciência árabe na Idade Média consideravelmente mais do que hoje estavam subordinadas à ortodoxia corâmica e à tradição Sunita.
preconceitos políticos religiosos ou raciais.

Não se deixou arrastar pelo fanatismo quando estende suas pesquisas históricas aos processos sejam sociais, econômicos e mesmo morais.

Ortega e Gasset escreveu: "Ibn Khaldun é uma mente clara, tôda luz. Sua potência luminosa se revela tanto mais quanto que crê, como bom marroquino, não só no Corão, mas na magia e nos sonhos, nos arúspices e augures, em advinhos astrólogos e geomânticos. Sem dúvida sua luz mental per-

fura tôda essa caligem e chega pura às coisas e destila delas um livro que parece escrito por um geômetra da Helade". (13)

As teorias de Ibn Khaldun não são a expressão de um ideal subjetivo, elas se fundamentam na observação analítica dos fatos. São o reflexo do real

As perguntas: São originais os conceitos de Ibn Khaldun? Até que ponto foi influenciado pelas seus antecessores? têm sido repetidas insistentemente e, é o próprio autor dos "PROLEGÔMENOS" que procura respondê-las. No livro citado lemos: "Alguns pontos da matéria (do livro) são, eventualmente, baseados em outras ciências, com mais ênfase nas ciências morais.

"Encontramos na Política de Aristóteles conceitos que se ajustam aos nossos, mas êste livro não esgota o assunto, e é falho em provas, havendo nêle alguns pontos obscuros".

Ibn Al Mokafa cogitou de várias das questões por nós tratadas, mas seu trabalho é pobre de demonstração já que segue um método cheio de retórica em que se vale mais da fôrça da eloquência".

"A opinião de Al Tortosi não difere muito da nossa; não obstante êle reune sentenças (provérbios) bem conhecidos, como suporte a suas afirmativas, mas não procura pesquisar a verdade à luz de argumentos lógicos. Em vez disso segue um estilo parecido com o dos sermões; ainda que tenha circundado a meta errou no alvo; encontramo-lo por inspiração divina, uma nova ciência foi assim anunciada, se eu omití algumas dessas questões ou se elas se confundem com outras, peço ao leitor inteligente para preencher a lacuna e me caberia, ainda o mérito de lhe haver indicado o caminho" (14)

Concluiremos repetindo G. Boutroul: "Ibn Khaldun faz pensar em certos personagens do Renascimento italiano, de caráter cheio de contraste; ao mesmo tempo homens de estudo, artistas e homens de guerra. Como êles mostrou no curso de sua carreira uma ambição desenfreada e ao mesmo tempo um gôsto admirável pelo estudo e pela meditação, o que lhe permitiu em curto intervalo, no meio de uma vida política particularmente agitada, produzir uma obra enorme, da qual uma parte, os "Prolegômenos, apresenta todos os caracteres do gênio. (15)

*O gripo é nosso. A expressão "ciência nova" é usada mais de uma vez por Ibn Khaldun. Nas páginas 77 e 78 do volume I dos "Prolegômenos" lemos: "Os discursos em que trataremos esta matéria, constituirão uma Ciência Nova tão notável pela originalidade de seus pontos de vista, como pela amplitude de sua utilidade".

NOTAS

1 — TOYNBEE — Estudio de la historia, vol. III, pg 342.

2 — IBN KHALDUN — "Les Prolegoménes" (tradução francesa) vol. I pag. 71.

3 — MARÇAIS, Georges — Les idées d'Ibn Khaldun sur l'Histoire, in Bulletin des Etudes Arabes.
4 e 4a. — "Prolégomenes — Vol. I, pg. 4.
5 — Idem — Vol. pgs. 72, 76, e 77.
6 — Idem — Vol. I, pg. 14
7 — Idem Vol I — pg. 15.
8 — Idem — Vol. I, pg. 59.
9 — Idem — Vol. I, pg. 254.
10 — Idem Vol. I. pg. 260
11 — Idem Vol. I. pg. 260 z
12 — Schmidt, N. apud BARNES, Historia del Pensamiento Social.
13 — Ortega Y Gasse — Obras completas — Vol. II pgs. 674|675.
14 — Prolémenes — Vol. I — pg. 81.
15 — Bouthoul, G — Ibn Khaldun — Sa philosoprie sociale — pg 3.

X X X

* Conferência pronunciada no Centro de Estudos Históricos da Faculdade de Filosofia da Universidade da Paraíba em 8-XI-1958.

ÍNDICE

Página

Da Análise Econômica em Termos de Renda — José Lopes de Andrade 3

The Poetry of Gerard Manley Hopkins — Giovanni Pontiero 21

Saneamento, Economia e Educação — Luciano César Vareda 29

Fundamentos da Anatomia do Homem Pré-Histórico — José Asdrubal Marsiglia de Oliveira 35

Toxicose Alimentar do Lactente no Centro de Puericultura de Cruz das Armas — João Soares da Costa 47

O Uso e a Língua — Pe. Francisco Lima 57

O Elemento Mágico no Processo — Osias Nacre Gomes 69

A Estatística e o Direito — Leomax Falcão 79

A Nova Organização Política da França — Renato Lima 87

Profissão Nova Para Tempos Modernos — Hilda Vilela Gomes 95

O Humanismo Cristão e a Pedagogia — Mons. Pedro Anísio .. 101

Personalidades Psicopáticas — Luciano Ribeiro de Morais 109

O Pensamento Educacional no Momento Presente — Humberto de Paiva Macedo 129

Geografia e Suas Relações com as Ciências Econômicas — Hermano de Oliveira Lima 135

As Mulheres na Vida e na Obra de Machado de Assis — Augusto Fragoso 145

Ibn Khaldun, um Precursor — Francisco Hugo A. L. Moura .. 157

Quadro demonstrativo de rehidratação nas 1as. 24 horas, usado pelo Centro de Toxicose de Cruz das Armas

Rehidratação Parenteral (EV) Nos Casos de Diarréas Graves

PRIMEIRAS 24 HORAS			
Tipo de Desitratação	**Soluções**	**Quantidade (Kg/pêso)**	**Velocidade (gts/min.)**
ISOTÔNICA	a) Lactato-fisiol. glicose à 5% (1.2.3 b) SANGUE c) Fisiol. Glic. à 5% (1.2.) + CL K (19, 1%)—1 ml 100 ml + Gluc-Cálcio (10%) (gluc. calcio) ml (100 ml)	 40 10-20 80-120	 xx-xxx xx x-xv 200 ml/Kg
HIPERTÔNICA	a) Lactato.Fisiol. Glicos. (1.2.3) b) SANGUE (5%) c) Fisiol. Glicos. (1.7) + CL-K(19, 1%) 0,5 ml/100ml.	 40 10-20 80-120	 xx-xxx xx x-xv
HIPOTÔNICA (do desnutrido grave)	d) Lactato-Fisiol. Glicos.)10%) (1.21) f) SANGUE c) Fisiol. Glicos. 10% (1.1) + cl (K19, 1%) — 2ml100ml + Gluc. ou Cloreto ca (10%) 1ml/100 ml	 40 20 40-80	 x-xx xx x-xv 120 ml/Kg